



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 182 -SÁBADO, 10 DE NOVEMBRO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges – DEM-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1º - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 19	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 27	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM ¹ /PSDB) – 29
LÍDER	LÍDER	LÍDER
VICE-LÍDERES	Ideli Salvatti – PT	Demóstenes Torres
.....	VICE-LÍDERES	VICE-LÍDERES
LÍDER DO PMDB – 19	Epitácio Cafeteira
Valdir Raupp	João Ribeiro	LÍDER DO DEM – 16
VICE-LÍDERES DO PMDB	Renato Casagrande	José Agripino
Wellington Salgado de Oliveira	Inácio Arruda	VICE-LÍDERES DO DEM
Valter Pereira	Marcelo Crivella	Kátia Abreu
Gilvam Borges	Francisco Dornelles	Jayme Campos
Leomar Quintanilha	Raimundo Colombo
Neuto de Conto	LÍDER DO PT – 12	Edison Lobão
	Ideli Salvatti	Romeu Tuma
	VICE-LÍDERES DO PT	Maria do Carmo Alves
	Eduardo Suplicy	LÍDER DO PSDB – 13
	Fátima Cleide	Arthur Virgílio
	Flávio Arns	VICE-LÍDERES DO PSDB
	LÍDER DO PTB – 6	Sérgio Guerra
	Epitácio Cafeteira	Alvaro Dias
	VICE-LÍDER DO PTB	Marisa Serrano
	Sérgio Zambiasi	Cícero Lucena
	LÍDER DO PR – 3	
	João Ribeiro	
	VICE-LÍDER DO PR	
	Expedito Júnior	
	LÍDER DO PSB – 3	
	Renato Casagrande	
	VICE-LÍDER DO PSB	
	Antônio Carlos Valadares	
	LÍDER DO PC do B – 1	
	Inácio Arruda	
	LÍDER DO PRB – 1	
	Marcelo Crivella	
	LÍDER DO PP – 1	
	Francisco Dornelles	
LÍDER DO PDT – 4	LÍDER DO P-SOL – 1	LÍDER DO GOVERNO
Jefferson Péres	José Nery	Romero Jucá - PMDB
VICE-LÍDER DO PDT		VICE-LÍDERES DO GOVERNO
Osmar Dias		Delcídio Amaral
		Antônio Carlos Valadares
		Sibá Machado
		João Vicente Claudino

¹ Alterada a denominação de Partido da Frente Liberal – PFL para Democratas, nos termos do Ofício nº 76/07 – DEM, lido em 2 de agosto de 2007.

EXPEDIENTE

Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 206ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 9 DE NOVEMBRO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 200, de 2007 (nº 834/2007, na origem), de 7 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a adição do Quinto Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de ações sob Condição, celebrado entre a União e o Estado de Santa Catarina, em 5 de outubro de 2007..... 39777

1.2.2 – Mensagem do Presidente da República

Nº 201, de 2007 (nº 833/2007, na origem), de 6 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor José Vicente de Sá Pimentel, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul..... 39777

1.2.3 – Pareceres

Nº 1.051, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2005, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal..... 39798

Nº 1.052, de 2007, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Lei do Senado 502, de 2007, de autoria do Senador César Borges, que acrescenta inciso ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir atendimento presencial aos usuários de serviços de telecomunicações..... 39862

1.2.4 – Ofício do Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Nº 281/2007, de 18 de outubro último, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2005, com as Emendas nºs 1 a 5..... 39865

1.2.5 – Ofício do Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Nº 160/2007, de 17 de outubro último, comunicando a aprovação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2007..... 39865

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 281, de 2005, e 502, de 2007, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. 39865

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Esclarecimentos ao pronunciamento de S. Exª, da semana passada, em que abordou a “Operação Metástase”, realizada pela Polícia Federal na Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) em Roraima. Necessidade de redefinição do papel da Funasa. A iniciativa da maçonaria no combate à corrupção. 39865

SENADOR EDISON LOBÃO – Importância do ensino profissionalizante para o País. 39924

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Estranheza com o fato de o PMDB ter fechado questão a respeito da votação da prorrogação da CPMF. Proposta de transformação da CPMF em empréstimo compulsório..... 39928

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Reflexão sobre a descoberta de uma grande reserva de petróleo no Brasil. 39933

SENADOR MÃO SANTA – Posicionamento contrário à prorrogação da CPMF. Cobrança da instalação da ZPE de Parnaíba/PI. 39938

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 4.669, 4.673, 4.886, 4.892 a 4.895, 4.899, 4.937, 4.975 a 4.977, 5.029 a 5.033, 5.050, 5.083 e 5.084, de 2007..... 39943

SENADO FEDERAL**3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****– 53ª LEGISLATURA****4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****12 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL****13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 206ª Sessão não Deliberativa, em 9 de novembro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Edison Lobão,
Mozarildo Cavalcanti, Mão Santa e Geraldo Mesquita Júnior*

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão – PMDB – MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB – MA) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 200, de 2007** (nº 834/2007, na origem), de 7 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a

adição do Quinto Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de ações sob Condição, celebrado entre a União e o Estado de Santa Catarina, em 5 de outubro de 2007.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB – MA) – Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 201, DE 2007

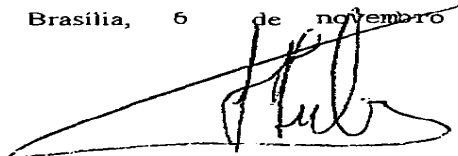
(nº 833/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **JOSÉ VICENTE DE SÁ PIMENTEL**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul.

Os méritos do Senhor José Vicente de Sá Pimentel que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 6 de novembro de 2007.



EM Nº 00337 MRE - DP/DSE/SGEX/AFEPA/G

Brasília, 01 de novembro de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor **JOSÉ VICENTE DE SÁ PIMENTEL**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* do Senhor **JOSÉ VICENTE DE SÁ PIMENTEL** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Samuel Pinheiro Guimarães Neto

INFORMAÇÃO***CURRICULUM VITAE*****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JOSÉ VICENTE DE SÁ PIMENTEL**

CPF.: 4214820100

ID.: 3204/MRE

02/03/1946	Filho de Victor Hugo Pimentel e Sonia de Sá Pimentel, nasce em 2 de março, em Vitória/ES
25/03/1968	CPCD - IRBr
13/02/1970	Terceiro Secretário em 13 de fevereiro
20/12/1970	Direito pela Universidade de Brasília/DF
25/01/1972	Curso de Prática Diplomática e Consular - IRBr
01/01/1973	Segundo Secretário, por merecimento, em 1º de janeiro
16/10/1973	Embaixada em Washington, Segundo Secretário
22/10/1976	Embaixada em Santiago, Segundo e Primeiro Secretário
12/12/1978	Primeiro Secretário, por merecimento, em 12 de dezembro
01/06/1979	Gabinete do Ministro de Estado, assessor
02/10/1980	Ordem de Bernardo O'Higgins, Chile, Oficial
12/05/1982	Medalha Mérito Tamandaré, Ministério da Marinha, Brasil
16/06/1982	Conselheiro, por merecimento, em 16 de junho
29/11/1982	Embaixada em Paris, Conselheiro
02/04/1985	Reescalonamento da dívida da Costa Rica para com o Brasil, Clube de Paris, Paris, Chefe de delegação
07/06/1985	CAE - IRBr, François Mitterrand e os Países Subdesenvolvidos: a Herança, as Promessas e os Fatos
20/07/1985	Reescalonamento da dívida do Togo e Zâmbia para com o Brasil, Clube de Paris, Chefe de delegação
25/10/1985	Reescalonamento da dívida da Polônia para com o Brasil, Clube de Paris, Varsóvia, Chefe de delegação
13/12/1985	Embaixada na Guatemala, Conselheiro
12/08/1988	Divisão da América Central e Setentrional, Chefe
01/04/1989	Instituto Rio Branco, Professor de Redação Oficial
18/12/1989	Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 18 de dezembro

26/03/1990 Secretaria de Imprensa, Chefe

01/08/1990 Instituto Rio Branco, Professor de Prática Diplomática

29/08/1991 Consulado-Geral em Roma, Cônsul Geral

30/08/1991 República de San Marino, Cônsul Geral (cumulativo)

11/06/1993 Medalha Mérito Santos Dumont, Ministério da Aeronáutica, Brasil

05/03/1994 Instituto Rio Branco, Professor de Política Externa Brasileira Contemporânea

13/05/1994 Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Econômico, Assessor Especial

17/10/1994 Negociações preparatórias à "Cúpula das Américas": Panamá, Nicarágua, Guatemala, São José, San Salvador, Tegucigalpa, São Domingos, Chefe de delegação

15/01/1995 Secretaria de Planejamento Diplomático, Chefe

26/04/1995 Instituto Rio Branco, Professor de Política Externa Brasileira Contemporânea

27/04/1995 Ordem do Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

09/01/1996 Departamento da África e Oriente Próximo, Diretor-Geral

31/01/1996 Consultas Políticas com a África do Sul, Pretória, Chefe de delegação

02/03/1996 Instituto Rio Branco, Professor de Diplomacia Brasileira (1996/1997)

17/04/1996 Reunião de Altos Funcionários das Chancelarias dos Países de Língua Portuguesa, Maputo, Chefe de delegação

02/02/1997 Consultas Políticas com a África do Sul, Pretoria, Chefe de delegação

03/03/1998 Instituto Rio Branco, Professor de Política Externa Brasileira

11/03/1998 Missão brasileira aos países do Golfo Árábico. Riade, Jedá, Kuaite, Abu-Dhabi, Dubai, Chefe de delegação

12/05/1998 Reunião dos Responsáveis Políticos da CPLP, Funchal, Chefe de delegação

16/06/1998 Consultas políticas com a Namíbia, Windhoek, Chefe de delegação

13/09/1998 Reunião CPLP-CEDEAO para mediação da crise na Guiné Bissau, Abidjan, Chefe de delegação

29/12/1998 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 29 de dezembro

22/07/1999 Reunião dos Responsáveis Políticos da CPLP, Cascais, Chefe de delegação

02/05/2000 Relações entre o Brasil e a África Subsaariana, in Revista Brasileira de Política Internacional, ano 43, nº 1, 2000, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Brasília

02/03/2001 O Padrão de Votação Brasileiro na ONU e a Questão do Oriente Médio, in Israel-Palestina: A Construção da Paz Vista de uma Perspectiva Global, Editora UNESP, São Paulo

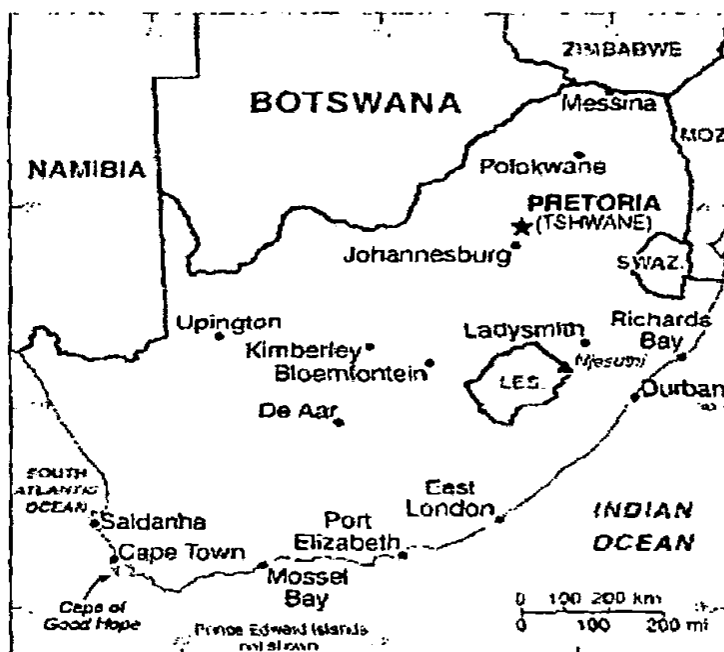
30/03/2001 Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul Geral

24/11/2004 Embaixada em Nova Delhi, Embaixador


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
 Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SUMÁRIO EXECUTIVO



DADOS BÁSICOS

REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL	
CAPITAL:	Pretória (administrativa); Cidade do Cabo (legislativa); Bloemfontein (judiciária)
ÁREA:	1.219.090 Km ²
POPULAÇÃO (2006):	47,4 milhões
IDIOMAS:	11 oficiais (inglês, afrikaans, ndebele, sepedi, sesoto, setsuana, siSuati, tsonga, venda, xhosa, zulu)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristianismo (68%), religiões locais (28,5%), islamismo (2%), hinduísmo (1,5%)
SISTEMA POLÍTICO:	República presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Thabo Mbeki
CHANCELER:	Nkosazana Dlamini-Zuma

PIB (est. 2006):	US\$ 251,68 bilhões
PIB PER CAPITA (2006):	US\$ 5.950
UNIDADE MONETÁRIA:	Rand
EMBAIXADORA DA ÁFRICA DO SUL NO BRASIL:	Sra. Lindiwe Daphne Zulu
EMBAIXADOR DO BRASIL NA ÁFRICA DO SUL:	Sr. Lúcio Pires do Amorim

COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-ÁFRICA DO SUL

ANO	EXPORTAÇÃO*	IMPORTAÇÃO*	TOTAL*	SALDO*
2002	477.683.121	181.667.013	659.350.134	296.016.108
2003	733.178.084	202.203.391	935.381.475	530.974.693
2004	1.035.865.511	268.098.026	1.303.963.537	767.767.485
2005	1.369.391.708	341.543.340	1.710.935.048	1.027.848.368
2006	1.459.331.727	434.857.436	1.894.189.163	1.024.474.291
2007 (jan/ago)	1.159.237.108	324.176.458	1.483.413.566	835.060.650

*Valores em US\$ FOB

PERFIS BIOGRÁFICOS

Presidente THABO MBEKI

Nasceu em junho de 1942. Ingressou na vida política aos 14 anos, quando se juntou à Liga da Juventude do ANC. Deixou a África do Sul em 1962, exilando-se na Tanzânia e depois no Reino Unido. Formou-se em Economia, na Universidade de Sussex. Em 1969, foi para a União Soviética, onde estudou na *Lenin International School* e recebeu treinamento militar.

Nos anos 70, chefiou as representações do ANC em Botsuana, Suazilândia e Nigéria. No início dos anos 90, com toda a direção do ANC, regressou à África do Sul. Foi escolhido por Nelson Mandela como um dos dois Vice-Presidentes Executivos do período de transição. Ocupou a Vice-Presidência no período de 1994/99. Assumiu a Presidência do Congresso Nacional Africano (ANC) em 1997, depois que Mandela deixou o cargo. Foi eleito Presidente da República em junho de 1999 e reeleito, em 27 de abril de 2004.

Chanceler Nkosazana Dlamini-Zuma

Nascida em janeiro de 1949. Ex-Ministra da Saúde, atual Ministra das Relações Exteriores, cargo que assumiu em junho de 1999. É considerada uma das mulheres mais poderosas na política do país, em função da sua proximidade pessoal com o Presidente Mbek. Entre 1972 e 1976 trabalhou clandestinamente para o ANC. Serviu ao movimento em Botsuana, Tanzânia e Reino Unido, onde obteve a sua Licenciatura médica pela Universidade de Bristol. Nkosazana Zuma foi casada com o ex-Vice-Presidente, Jacob Zuma.

VISITA do PRESIDENTE LULA A PRETORIA (OUT.2007)

A visita do Presidente Lula à África do Sul em outubro de 2007 insere-se em dois contextos. Por um lado, o Presidente participa da Segunda Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Fórum IBAS, em Pretória, no dia 17 de outubro. Por outro, dá seguimento aos contatos de alto nível com a África do Sul.

As relações Brasil-RAS ganharam dinamismo particular quando da criação do Fórum IBAS, que congrega Índia, Brasil e África do Sul. O desenvolvimento de atividades no âmbito do IBAS vem também impulsionando a vertente bilateral no que diz respeito à coordenação política sobre grandes temas da agenda internacional; à possibilidade de livre comércio entre o Mercosul e a SACU; e a experiências de cooperação internacional entre países em desenvolvimento.

Brasil e África do Sul são duas das maiores economias em desenvolvimento, países democráticos, multiétnicos e multiculturais, com aspirações convergentes quanto à ordem internacional. O intercâmbio no IBAS, a participação de Brasil e África do Sul no grupo de cinco países em desenvolvimento que dialogam com o G8 e a projeção de ambos países em suas respectivas regiões aproximam ainda mais os dois Estados. O momento é, portanto, especialmente propício para aprofundar as relações, inclusive no âmbito empresarial.

A visita bilateral poderá servir para estimular o aumento do intercâmbio comercial e para explorar possibilidades de utilização da África do Sul como porta de entrada de produtos brasileiros para os mercados da África Austral. Os contatos propiciados pela passagem da comitiva presidencial por Pretória e Joanesburgo poderão ainda ajudar a desenvolver parcerias em áreas pouco exploradas, como o turismo e os esportes.

POLÍTICA INTERNA

A África do Sul é hoje um país politicamente estável, após o período de democratização, iniciado com as primeiras eleições multipartidárias e multiraciais, em 1994, que pôs fim aos quase cinquenta anos de “apartheid” como política oficial. A criação de mecanismos, como a Comissão da Verdade e Reconciliação (“Truth and Reconciliation Commission”), que, no curso de três anos, apurou dezenas de violações de direitos humanos em audiências públicas, concorreu para consolidar a estabilização nacional e restaurar a imagem externa do país.

Desde 1994, o African National Congress (ANC) governa com maioria esmagadora no Parlamento. Nas últimas eleições legislativas, em 2004, o ANC conquistou quase 70% dos assentos. O principal partido de oposição, a Aliança Democrática (DA), liderado pela prefeita da Cidade do Cabo, Helen Zille, detém apenas 12% das cadeiras no Parlamento. Assim, é dentro do ANC que se trava o principal jogo político na África do Sul.

Em dezembro de 2007, o ANC escolherá o novo presidente do partido, processo que tem conseqüências diretas para a sucessão presidencial, a ocorrer em 2009. O debate deve polarizar-se entre duas facções. De um lado, a facção pragmática, liderada pelo Presidente Mbeki, que corresponde ao 'grupo dos exilados' – membros do ANC que lutaram contra o *apartheid* do exterior. São considerados de melhor formação acadêmica e mais cosmopolitas. Buscam legitimar-se pelo bom desempenho da economia sul-africana, que apresenta tendência constante de crescimento real do PIB, queda na inflação, elevação do fluxo de investimento estrangeiro e das reservas internacionais nos últimos três anos.

De outro lado, a ala mais à esquerda, na qual sobressai o ex-Vice-Presidente Jacob Zuma, que representa o grupo dos "inzilados" – integrantes do ANC que resistiram ao regime permanecendo no país. Vem-se fortalecendo, dada a crescente insatisfação popular com a persistência de graves problemas no país, como a criminalidade, a pandemia HIV/AIDS, a concentração fundiária e o desemprego.

POLÍTICA EXTERNA

A partir do fim do “apartheid”, a África do Sul passou a adotar uma política externa global, como forma de reinserção na comunidade internacional. Sua diplomacia pauta-se pela diversificação das relações a Leste e a Oeste. Não obstante, a prioridade da África do Sul tem sido o tratamento da agenda africana. Os objetivos principais dessa política são o fomento ao surgimento de novas democracias no continente, para melhor governança; o incentivo à capacidade de os próprios africanos solucionarem, por meios pacíficos, seus conflitos internos; a melhoria da África na economia mundial; e a consolidação dos laços regionais e sub-regionais.

Autor da proposta do “renascimento africano”, o Presidente Thabo Mbeki empenha-se pessoalmente em favor da Nova Parceira para o Desenvolvimento Africano (NEPAD), lançada em 2001.

No tocante aos acordos econômicos regionais, a posição sul-africana é de acelerar a integração continental de forma cautelosa, com base no aprofundamento e harmonização das associações regionais em curso.

A União Européia é o maior parceiro econômico e maior investidor na África do Sul (com destaque para Reino Unido e Alemanha). O bloco europeu responde por cerca de metade do total do comércio exterior sul-africano. Desde 1999 está em vigor acordo que prevê a criação de área de livre comércio entre a UE e a África do Sul em doze anos.

No tocante aos países do Sul, Índia e China, além do Brasil, figuram entre os parceiros prioritários de Pretória. Com a Índia, a RAS triplicou o intercâmbio comercial nos últimos cinco anos, para um patamar de R\$ 2,4 bilhões. Apesar de mais recentes, as relações entre África do Sul e China têm-se intensificado de forma vigorosa. Em fevereiro de 2007, o Presidente da RPC realizou visita de Estado à África do Sul. A China já é o segundo maior exportador e o sexto maior importador da África do Sul, em trocas comerciais que totalizam mais de R\$ 9 bilhões.

A África do Sul tem igualmente procurado estreitar relações com outros países da América do Sul além do Brasil, principalmente Argentina, Venezuela, Bolívia e Chile. As negociações de maior envergadura parecem ser as da SACU-Mercosul.

ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERIOR

Em 2006, o PIB da África do Sul foi estimado em US\$ 255 bilhões. Em junho de 2007, a taxa de inflação atingiu 6,4%, acima da meta de 3 a 6% ao ano estipulada pelo governo. A economia cresce a taxas constantes de cerca de 5%, igualmente acima da meta de 4,5% fixada no plano de aceleração econômica sul-africano (ASGISA), semelhante ao PAC brasileiro.

Dada a escassez de terras cultiváveis, a agricultura contribui com apenas 5% do PIB. Os grãos representam cerca de 30% do total da produção agrícola (milho, trigo). O excedente é exportado para demais países da SADC. A produção de vinho situa-se entre as dez maiores no mundo e cresce a taxas constantes.

O setor minerador é o motor da economia sul-africana, sendo responsável por aproximadamente 15% do PIB. A África do Sul é líder mundial na produção de ouro, platina, cromo, manganês, vanádio e vermiculita. Em 2005, o setor mineiro contribuiu com 30% do valor total das exportações sul-africanas, percentagem que sobe para 50% se forem consideradas igualmente as exportações de produtos minerais beneficiados (ligas de ferro, aço etc). A indústria de mineração é administrada majoritariamente por capitais privados nacionais.

A África do Sul apresenta o sistema financeiro mais avançado da África, sendo a Bolsa de Valores de Joanesburgo uma das vinte maiores do mundo. É também o mais importante “hub” aéreo do continente africano.

Os principais destinos das exportações sul-africanas em 2006 foram Japão (12,1%), Estados Unidos (11,8%) e Reino Unido (9%). Exportaram-se principalmente pedras preciosas e semi-preciosas (18,2%); ferro fundido, ferro e aço (12,3%); e combustíveis (10,4%).

A África do Sul importa sobretudo da Alemanha (12,6%), China (10%) e Estados Unidos (7,6%). Os principais produtos importados foram máquinas e instrumentos mecânicos (15,8%); combustíveis (14,3%); e material elétrico (10,4%).

Nos três últimos anos, a África do Sul apresenta déficit crescente em sua balança comercial. Em 2006, foi de US\$ 23 bilhões.

RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

Do ponto de vista político, as relações são hoje prioritárias para ambos os países.

O Brasil tem o apreço dos líderes do ANC desde o fim do regime do “apartheid”, em 1994. Na ocasião, o Brasil soube fazer gesto político, ao concluir com a África do Sul acordo de dispensa de visto.

No tocante às visitas de alto nível, destacam-se as visitas de Nelson Mandela ao Brasil em 1991 e 1998; a participação do Ministro das Relações Exteriores na posse de Mandela, em 1994, ocasião em que foram levantadas, por completo, as sanções que o Brasil impunha ao relacionamento com a África do Sul; a visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso em 1996; a visita do Presidente Thabo Mbeki ao Brasil em 2000; e a do Presidente Lula à África do Sul, em novembro 2003.

Desde a assunção do Presidente Lula, os encontros em nível presidencial se multiplicaram. Entre visitas bilaterais e encontros à margem de eventos internacionais, os presidentes estiveram juntos em 16 ocasiões.

COMÉRCIO BILATERAL

As relações comerciais bilaterais não têm seguido o padrão de fortalecimento e ampliação das relações políticas. A África do Sul continua um parceiro de pequena representação no comércio exterior brasileiro, a despeito de o comércio bilateral ter-se elevado de US\$ 659 milhões, em 2003, para mais de US\$ 1,8 bilhão, em 2006.

A África do Sul é o principal destino das exportações brasileiras para todo o continente africano (19,6% em 2006) e a quarta origem das importações brasileiras do continente (5,4%, para o mesmo ano).

A pauta de exportações brasileiras é diversificada, com predomínio crescente de bens manufaturados. Em 2006, os quatro principais grupos de

produtos brasileiros vendidos para a África do Sul foram veículos automotores e tratores (35,4%), reatores nucleares, caldeiras e máquinas (11%), carnes e miudezas de galos e galinhas (9,2%) e açúcares (6,9%).

Cerca de três quartos da carne de frango importada pela RAS vem do Brasil. Da mesma forma, o Brasil destaca-se como supridor de leite em pó (61% do total) e de açúcar (42%).

Quanto às importações brasileiras, ocuparam a liderança, em 2006, as ferroligas (22,3%), seguidas de produtos químicos orgânicos (13,8%); e pedras preciosas (13,7%).

Investimentos

Os principais investimentos sul-africanos no Brasil são os efetuados pela mineradora Anglo American – cerca de US\$ 1 bilhão – e dizem respeito às subsidiárias Anglo Gold (mineração) e Mondi (papel e celulose, Grupo Aracruz). A Anglo American desenvolverá em Goiás projeto de mineração de níquel. Prevê-se o início da produção – 36.000 toneladas de níquel por ano – em 2010.

O investimento brasileiro de maior porte na África do Sul é o da montadora de carrocerias de ônibus MARCOPOLO. Em seis anos de operação na África do Sul, a empresa já detém 40% do mercado local de ônibus.

A Companhia Vale do Rio Doce e a Construtora Norberto Odebrecht mantêm escritório na África do Sul e participaram de empreendimentos nas áreas de mineração e infra-estrutura, respectivamente.

COOPERAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA

O Brasil e a África do Sul já desenvolvem cooperação técnica nas áreas de agricultura; educação; energia; indústria; meio ambiente e recursos naturais; mineração; micro e pequenas empresas; saúde; transporte e comunicações; privatização; navegação e turismo.

Atualmente, é na área de defesa em que se verificam os maiores avanços na cooperação bilateral. Há, entretanto, perspectivas de expressivo incremento nos setores de combate à pobreza e de energia.

Dado o descompasso crescente entre a demanda e a oferta de energia na África do Sul, há amplo potencial de cooperação nessa área. O Governo sul-africano pretende desenvolver produção local de biocombustíveis. Em 2013, deverão ser adicionados 8% de etanol à gasolina e 2% de biodiesel ao diesel.

No âmbito do IBAS e no Fórum Internacional de Biocombustíveis Brasil África do Sul já cooperam. Do ponto de vista bilateral, foi enviada missão brasileira à África do Sul em agosto de 2006 e iniciadas conversas sobre o assunto.

A Petrobras, por sua vez, manifesta interesse na experiência sul-africana com o CTL (“coal-to-liquid”). A África do Sul é um dos líderes mundiais na tecnologia de sintetização de combustíveis a partir da liquefação do carvão.

Cooperação no domínio espacial – Distribuição de Imagens do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos da Terra (CBERS) para a África do Sul

O Brasil e a China vêm desenvolvendo, desde 1988, o Programa dos Satélites Sino-Brasileiros de Recursos da Terra (CBERS). O terceiro

satélite gerado por essa parceria - CBERS 2B - foi lançado com sucesso em setembro de 2007. O programa CBERS é hoje o maior projeto de cooperação técnico-científica entre dois países em desenvolvimento, e iniciativa modelar no marco da cooperação Sul-Sul. As imagens geradas pelos satélites CBERS são importantes para aplicações em meio-ambiente, agricultura, desastres naturais, gerenciamento rural, preservação de ecossistemas.

Em linha com a percepção brasileira de que a utilização de dados satelitais é de grande importância para a promoção do desenvolvimento sustentável, Brasil e China acordaram a distribuição gratuita de dados CBERS para os países africanos (África do Sul, Lesoto, Suazilândia, Namíbia, Botsuana, Zâmbia, Zimbábue, Madagascar, Angola, Moçambique, Malaui, Ruanda, Burundi e República Democrática do Congo), a partir da utilização de quatro estações terrestres que cobrem a maior parte daquele continente, uma das quais em Hartbeesthoek, na África do Sul. A adaptação da estação sul-africana para receber os dados CBERS estará sob os cuidados do "Space Applications Centre" do "Council for Scientific and Industrial Research (CSIR).

O oferecimento sino-brasileiro de dados CBERS para os países da África será anunciado formalmente durante a próxima Reunião Ministerial do Grupo de Observação da Terra (GEO), que se realizará na **Cidade do Cabo, África do Sul, em 30/11/2007.**

CRONOLOGIA DA ÁFRICA DO SUL

1488: chegada de expedição portuguesa, capitaneada por Bartolomeu Dias.

1652: fundação da Colônia do Cabo por holandeses e início do assentamento na região.

- 1657: chegada dos primeiros escravos negros, gerando população mestiça.
- 1814: entrega formal da Colônia do Cabo à Inglaterra por ocasião do Congresso de Viena.
- 1867: descoberta de diamantes em Kimberley.
- 1886: descoberta de ouro em Transvaal inicia a corrida do ouro à região.
- 1902: término da Guerra Anglo-Boer, com a vitória dos ingleses.
- 1910: criação da União Sul-Africana, sob status de domínio inglês.
- 1912: fundação do Congresso Nacional Nativo, mais tarde denominado African National Congress (ANC).
- 1948: adoção do “apartheid” como política oficial sob a gestão de Daniel Malan, do Partido Nacional.
- 1952: discussão do “apartheid” na ONU e início das críticas ao governo sul-africano.
- 1960: banimento do ANC
- 1961: autodeclaração de república e saída da Commonwealth.
- 1964: prisão de Nelson Mandela, líder da ANC.
- 1966: início da gestão de Balthazar Johannes Vorster.
- 1976: eclosão do levante de Soweto, em que centenas de jovens são mortos por forças policiais em bairro de Johannesburgo em protesto contra o regime do “apartheid”.
- 1985: imposição de sanções econômicas por países, como EUA, Japão e membros da CEE.
- 1989: eleição de Friedrich DeKlerk.
- 1990: legalização de movimentos negros “anti-apartheid” e libertação de Nelson Mandela.
- 1992: aprovação por referendo da política de DeKlerk para pôr fim ao “apartheid”.

- 1995: início dos trabalhos da *Comissão da Verdade e Reconciliação* (CVR).
- 1994: eleição de Nelson Mandela nas primeiras eleições multipartidárias e não-raciais. Fim do “apartheid” e reintegração da RAS à comunidade internacional. Adesão à ZOPACAS/SADC/OUA, retorno à Commonwealth e à Assembléia Geral das Nações Unidas, após ausência de vinte anos.
- 1996: aprovação da Constituição.
- 1997: adesão ao acordo de Lomé e lançamento do conceito de renascimento africano.
- 1998: entrega do relatório final da TRC. Julgamento de mais de quinze mil processos.
- 1999: eleição de Thabo Mbeki. Assinatura do acordo RAS-UE.
- 2001: lançamento do *Millenium Africa Renaissance Program* (MAP) e da *NEPAD*.
- 2004: reeleição de Thabo Mbeki.
- 2005: participação decisiva na *Nova Parceria Ásia-África* e no 3º *Forum China-África*.
- 2006: torna-se o primeiro país africano e o quinto no mundo a permitir uniões de casais homossexuais.
- 2007: início da maior greve interna desde o fim do “apartheid”, em que milhares de funcionários públicos deixaram de trabalhar por quatro semanas.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

- 1918 - abertura do Consulado do Brasil na Cidade do Cabo;
- 1948 - estabelecimento de relações diplomáticas com a África do Sul. O Brasil abriu, em Pretória, Missão diplomática em nível de Legação;
- 1952 - abertura pela África do Sul de Escritório de Representação no Rio de Janeiro;

- 1971 – abertura pela África do Sul de Delegação diplomática em Brasília, convertida em Embaixada no ano seguinte;
- 1974 – A Legação na África do Sul foi transformada em Embaixada, em razão de decisão administrativa que extinguiu as legações na rede de postos do Brasil;
- 1974 - a Embaixada do Brasil em Pretória passou a ser chefiada por Encarregados de Negócios, em repúdio à política do “apartheid”;
- 1977 - fechamento provisório do Consulado do Brasil na Cidade do Cabo, em nova demonstração de desaprovação à política aparteísta;
- 1985 - o Decreto 91524 estabeleceu restrições ao relacionamento com a RAS, também em repúdio ao “apartheid”;
- 1987 - visita do Arcebispo Desmond Tutu ao Brasil, ocasião em que foi condecorado com a Grã Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul;
- 1991 - um ano após sua libertação da prisão, Nelson Mandela visitou o Brasil, quando teve recepção reservada a Chefes de Estado;
- 1992 - nomeação pelo Brasil de Embaixador para a Chefia de Missão Diplomática em Pretória;
- 1992 - levantamento parcial das sanções impostas pelo Decreto 91.524/85. Foi restabelecido o intercâmbio artístico, cultural e esportivo;
- 1994– posse do Presidente Mandela. Foram levantadas as demais sanções estabelecidas pelo Decreto 91.524/85;
- janeiro de 1996 - reabertura do Consulado do Brasil na Cidade do Cabo;
- outubro de 1996 - primeira participação brasileira (estande institucional do MRE) na “South African International Trade Exhibition” (SAITEX), em Joanesburgo;
- novembro de 1996 – visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à África do Sul, a primeira de um Chefe de Estado/Governo brasileiro ao país;
- novembro de 1996 – Acordo, por troca de Nota, para Dispensa de Vistos em Passaporte Diplomático, Oficial e Comum;

- julho de 1998 – visita oficial do Presidente Nelson Mandela ao Brasil;
- janeiro de 1999 – alta chefia do Ministério das Relações Exteriores da RAS elaborou lista dos doze parceiros estratégicos da RAS. O Brasil foi o único país latino-americano incluído;
- maio de 1999 – I Reunião de Consultas Políticas Brasil-África do Sul, realizada em nível de Subsecretário;
- 1999 – África do Sul, abaixo somente da Nigéria, torna-se o segundo maior parceiro comercial do Brasil no continente africano;
- dezembro de 2000 – Assinatura do Acordo Quadro MERCOSUL-SACU;
- agosto de 2002 – I Reunião da Comissão Mista Brasil-África do Sul;
- junho de 2003 – criação do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) com impacto para elevação do patamar do relacionamento bilateral;
- novembro de 2003 – visita do Presidente Lula à África do Sul, marcando fase de aprofundamento das relações;
- 2004 – fluxo de comércio Brasil-África do Sul quebrou a barreira de 1 bilhão de dólares;
- 2006 – início de cooperação para desenvolvimento do míssil de curto alcance (Projeto A-DARTER);
- setembro de 2006 – realização da I Cúpula do IBAS, em Brasília;
- 2006 – fluxo de comércio Brasil-África do Sul aproxima-se de 2 bilhões de dólares;
- julho de 2007 – elevação da frequência aérea entre o Brasil e a África do Sul para 10 vôos semanais.

ACORDOS BILATERAIS CELEBRADOS

TÍTULO	DATA DA CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR
Memorando de Entendimento sobre Relações Aeronáuticas entre os dois Países	19/01/1972	19/01/1972
Acordo para Evitar a Dupla Tributação nos Lucros Decorrentes dos Transportes Marítimo e Aéreo	29/03/1972	29/03/1972
Acordo para a Concessão de Isenção Aduaneira aos Consulados e Cônsules de Carreira	29/08/1973	29/08/1973

Acordo sobre Isenção de Tributos nos Serviços de Telecomunicações	12/03/1974	12/03/1974
Acordo, por troca de Notas, para Dispensa de Visto em Passaporte Diplomático, Oficial e Comum	26/11/1996	26/11/1996
Acordo sobre Cooperação e Assistência Mútua na Área do Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e Assuntos Correlatos	26/11/1996	26/11/1996
Acordo sobre Cooperação no Campo da Cultura	26/11/1996	12/04/2000
Acordo sobre Serviços Aéreos entre seus Territórios e Além	26/11/1996	27/08/2001
Memorando de entendimento Relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum	21/07/1998	21/07/1998
Declaração de Intenções sobre Cooperação na Área de Política Fundiária	21/10/1998	21/10/1998
Acordo de Cooperação Técnica	01/03/2000	25/07/2003
Acordo para o Estabelecimento de uma Comissão Mista	13/12/2000	13/12/2000
Declaração de Intenções sobre Cooperação na Área de Saúde	13/12/2000	13/12/2000
Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação aos Impostos Sobre a Renda	08/09/2003	13/07/2006
Carta de intenção para a implementação de Acordo de Cooperação Cultural por um período de três anos	08/11/2003	08/11/2003

Aviso nº 1.092 - C. Civil.

Em 6 de novembro de 2007.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ VICENTE DE SÁ PIMENTEL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro

Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 11.440, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993; revoga as Leis nºs 7.501, de 27 de junho de 1986, 9.888, de 8 de dezembro de 1999, e 10.872, de 25 de maio de 2004, e dispositivos das Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 8.829, de 22 de dezembro de 1993; e dá outras providências.

.....

Art. 39. Mediante aprovação prévia do Senado Federal, os Chefes de Missão Diplomática Permanente e de Missão ou Delegação Permanente junto a organismo internacional serão nomeados pelo Presidente da República com o título de Embaixador.

§ 1º Em Estados nos quais o Brasil não tenha representação diplomática efetiva, poderá ser cumulativamente acreditado Chefe de Missão Diplomática Permanente residente em outro Estado, mantendo-se, nessa eventualidade, a sede primitiva.

§ 2º Em Estados nos quais o Brasil não tenha representação diplomática residente ou cumulativa, poderá ser excepcionalmente acreditado como Chefe de Missão Diplomática Ministro de Primeira Classe ou Ministro de Segunda Classe, nos termos do art. 46 desta Lei, lotado na Secretaria de Estado.

§ 3º Excepcionalmente e a critério da administração, o Ministro de Primeira Classe, em exercício na Secretaria de Estado, poderá ser designado como Embaixador Extraordinário para o tratamento de assuntos relevantes para a política externa brasileira.

.....

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB – MA)
– A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.051, DE 2007

Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2005, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal.

Relator: Senador **Paulo Paim**

I – Relatório

Em análise nesta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2005, acima ementado, de autoria da nobre Senadora Patrícia Saboya Gomes projeto, vazado em seis artigos, cria benefício fiscal para as empresas que aderirem ao Programa Empresa Cidadã, o qual possibilita a prorrogação, por mais sessenta dias, da licença-maternidade, prevista no art. 7º, XVIII, da Constituição Federal, que, nos moldes da legislação atual é de cento e vinte dias.

Nos termos da iniciativa, para a trabalhadora poder fazer jus a essa extensão da licença-maternidade, recebendo o seu salário integral, nos, moldes do que é pago pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), é necessário que concorram os seguintes requisitos:

- que a empresa na qual a empregada labora tenha aderido ao programa;
- que a prorrogação seja requerida até o final do primeiro mês após o parto;
- que seja concedida imediatamente após a fruição da licença maternidade prevista no art. 7º, XVIII, da CF;
- que, durante o período da prorrogação da licença-maternidade, a empregada não exerça qualquer atividade remunerada, sob pena de perda do benefício; e
- que a criança não frequente creche ou instituição similar, no período, também sob pena de perda do benefício.

Em contrapartida à concessão da prorrogação da licença-maternidade, o art. 4º da proposição estabelece que a pessoa jurídica que voluntariamente aderir ao Programa Empresa Cidadã terá direito, enquanto perdurar a adesão, à dedução integral, no cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica, do valor correspondente à remuneração integral da empregada nos sessenta dias de prorrogação de sua licença-maternidade.

O Senador Cícero Lucena apresentou uma emenda ao artigo 4º acima mencionado para que o abati-

mento seja feito do montante da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) ou outro tributo que venha substituí-la.

Foram realizadas, no âmbito da CDH, três audiências públicas para instrução da matéria, nas quais foram ouvidos diferentes setores da sociedade.

II – Análise

Compete a esta Comissão, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, manifestar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito das matérias que lhe são submetidas.

No aspecto formal, a iniciativa satisfaz o prescrito nos arts. 22, XXIII, 61 e 201, § 1º, da Constituição Federal, e não contraria princípio geral de direito. Não padece, portanto, de vício algum de inconstitucionalidade ou de injuridicidade.

No mérito, a iniciativa é bem-vinda e pertinente, na medida em que reconhece o descompasso entre a previsão da licença-maternidade de cento e vinte dias, que equivalem a aproximadamente quatro meses, e a recomendação da Organização Mundial de Saúde de que as crianças devem, sempre que possível, ser alimentadas exclusivamente de leite materno durante os seis primeiros meses de vida.

Atualmente, a legislação de regência no Brasil nega essa possibilidade à mãe trabalhadora. Nessa medida, é alvissareira a proposta de viabilização dessa diretiva.

É ainda necessário salientar que, conforme explica o Dr. Dioclécio Campas Jr., presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, o leite materno é uma verdadeira vacina capaz de prevenir diversos males do primeiro ano de vida, como pneumonia, diarreia e doenças alérgicas. Com isso, em médio prazo, a tendência é o Estado gastar menos com a hospitalização de crianças. Só com o tratamento hospitalar de crianças de até um ano, com pneumonia, o Sistema Único de Saúde despende em torno 400 milhões de reais anuais. A licença de seis meses, com o conseqüente estímulo ao aleitamento materno exclusivo, tende a melhor esse quadro.

Outro aspecto positivo da iniciativa é a criação de um programa de incentivo fiscal de adesão voluntária por parte dos empresários, que poderão, dessa forma, avaliar as suas possibilidades econômicas, financeiras e sociais, para adotar ou não a medida.

Ao permitir o desconto no Imposto de Renda (IR) do valor pago, a título de extensão da licença-maternidade, do salário percebido pela Trabalhadora nesse período, a iniciativa pretende aliviar o custo da mão-de-obra feminina, evitando que a medida implique sua subvalorização.

Isso quer dizer que o abatimento se dará de forma mais justa e equânime, vez que a dedução do imposto devido consiste em dedução efetiva. Assim, por não possuir limite global, é indiferente se a pessoa jurídica tribu-

tada com base no lucro real que aderir ao programa já tem direito a outras deduções de qualquer espécie, pois o direito a essa dedução sempre lhe será garantido.

Ressaltamos, ainda, que, em função do disposto no art. 10 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, a dedução, a título de incentivo fiscal, somente poderá ser feita pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real.

Outra observação que fazemos é que não há previsão para que as empresas que aderirem ao programa possam dele se retirar, nem mesmo se sofrerem deterioração em suas condições financeiras.

Tal situação não condiz com o espírito do projeto, que é de adesão voluntária e pretende ser um estímulo para que o empresariado tenha um entendimento maior dos benefícios indiretos, tanto sociais quanto de produtividade, decorrentes de uma postura socialmente responsável, no que importa à mãe trabalhadora, em período de amamentação.

Mas essa interrupção no gozo da prorrogação não deve ser imediata para as empregadas que já estão em gozo do benefício, devendo ser gradual para que tenham o tempo necessário para organizarem suas rotinas e para o retorno antecipado para o trabalho.

Com a finalidade de tornar o programa ainda mais atrativo ao empresariado, aumentando, ainda mais, suas chances de sucesso, deve-se incluir no programa a isenção dos encargos sociais referentes às empregadas que estejam fruindo da prorrogação da licença-maternidade.

Outro ponto que merece ser aperfeiçoado diz respeito à inclusão das microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples, garantindo-lhes, também, a oportunidade de ingressarem no programa.

Apresentamos também uma emenda com vistas a garantir o acesso ao benefício às mães adotantes.

Outra contribuição que fazemos ao projeto é a extensão do direito à licença-maternidade prorrogada para o maior número de trabalhadoras possível. Não podemos esquecer as servidoras públicas que também devem ser contempladas no âmbito desta proposição.

Por essa razão apresentamos uma emenda, que, não obstante sua natureza autorizativa, terá, cremos, o condão de sensibilizar o Executivo para esta demanda nobre, justa e urgente.

Finalmente, no que importa à Emenda nº 1 – CDH, em que pesem os louváveis argumentos do nobre Senador Cícero Lucena, entendemos que vincular o principal benefício do programa à CPMF não representa solução adequada, principalmente se considerarmos o momento atual, em que a prorrogação ou não dessa contribuição vem sendo discutida no Congresso Nacional.

Ainda que se prorrogue a cobrança da CPMF, ela terá caráter provisório, e o programa que ora se busca estabelecer fica vulnerável, faltando-lhe a permanência com a qual se pretende amalgamá-lo.

Tampouco soluciona a questão o enunciado de que, caso se extinga a CPMF, a isenção deverá recair sobre “outro tributo que vier a substituí-la”, pelo grau de incerteza jurídica de que se reveste.

III – Voto

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2005, com as seguintes emendas e rejeitando-se a Emenda nº 1 – CDH:

EMENDA Nº 1 – CDH

Acrescente-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2005, o seguinte § 2º, numerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

Art. 1º

§ 2º A prorrogação será garantida, na mesma proporção, também à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança.

EMENDA Nº 2 – CDH

Acresça-se ao PLS nº 281, de 2005 o seguinte art. 2º, renumerando-se os demais:

Art. 2º Fica a Administração Pública, direta, indireta e fundacional, autorizada a instituir programa que garanta prorrogação da licença-maternidade para suas servidoras, nos termos que prevê o art. 1º.

EMENDA Nº 3 – CDH

Dê-se ao art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2005, a seguinte redação:

Art. 4º A pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá deduzir do imposto devido, em cada período de apuração, o total da remuneração integral da empregada paga nos sessenta dias de prorrogação de sua licença-maternidade, vedada a dedução como despesa operacional.

EMENDA Nº 4 – CDH

Acrescente-se ao art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2005, o seguinte parágrafo único:

Art. 4º

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se às pessoas jurídicas enquadradas no regime do lucro presumido e às optantes pelo Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.

EMENDA Nº 5 – CDH

Acrescente-se ao Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2005, o seguinte art. 6º, renumerando-se os demais:

Art. 6º A alínea e do § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 1991, passa a vigorar acrescida do seguinte item 10:

"Art. 28.

§ 9º

e)

10. recebidas a título de prorrogação da licença-maternidade, no âmbito do Programa Empresa Cidadã, sem prejuízo da contagem do tempo de contribuição da segurada."

Sala da Comissão, 18 de outubro de 2007.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 281, DE 2005

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 18/10/2007, OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

(SEN. GERALDO MÉSQUITA JÚNIOR)

RELATOR:

(SEN. PAULO PAIM)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC DO B/PRB/PP)

FLÁVIO ARNS

1 - SERYS SLHESSARENKO

FÁTIMA CLEIDE

2 - EDUARDO SUPPLY

PAULO PAIM (RELATOR)

3 - SÉRGIO ZAMBIASI

PATRÍCIA SABOYA GOMES

4 - SIBÁ MACHADO

INÁCIO ARRUDA

5 - IDELI SALVATTI

JOSÉ NERY (vaga cedida ao PSOL)

6 - MARCELO CRIVELLA

PMDB

LEOMAR QUINTANILHA

1 - MÃO SANTA

GERALDO MÉSQUITA JÚNIOR

2 - ROMERO JUCÁ

PAULO DUQUE

3 - (VAGO)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

4 - VALTER PEREIRA

GILVAM BORGES

5 - JARBAS VASCONCELOS

BLOCO DA MINORIA (DEM/PSDB)

CÉSAR BORGES

1 - EDISON LOBÃO

ELISEU RESENDE

2 - HERÁCLITO FORTES

ROMEU TUMA

3 - JAYME CAMPOS

JONAS PINHEIRO

4 - MARIA DO CARMO ALVES

ARTHUR VIRGÍLIO

5 - MÁRIO COUTO

CÍCERO LUCENA

6 - LÚCIA VÂNIA

(VAGO)

7 - PAPALÉO PAES

PDT

CRISTOVAM BUARQUE

1 - (VAGO)

COMISSÃO I DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

VOTAÇÃO NOMINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 281, DE 2005

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT,PTB,PR,PSB,PC do B, PRB E PP)									
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO ARNS					1 - SERYS SLHESARENKO				
FÁTIMA CLEIDE					2 - EDUARDO SUPLEY	X			
PAULO PAIM	X				3 - SÉRGIO ZAMBIASI	X			
PATRICIA SABOYA GOMES			X		4 - SIBÁ MACHADO				
INACIO ARRUDA	X				5 - IDELI SALVATTI				
JOSÉ NERY (vaga cedida ao PSOL)	X				6 - MARCELO CRIVELLA				
PMDB									
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LEOMAR QUINTANILHA					1 - MAO SANTA				
GERALDO MESQUITA JUNIOR					2 - ROMERO JUCA				
PAULO DUQUE					3 - EDISON LOBÃO				
WELLIGTON SALGADO DE OLIVEIRA					4 - VALTER PEREIRA	X			
GILVAN BORGES					5 - JARBAS VASCONCELOS				
BLOCO DA MINORIA (DEM/PSDB)									
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CESAR BORGES	X				1 - (VAGO)				
ELISEU RESENDE					2 - HERÁCLITO FORTES	X			
ROMEU TUMA	X				3 - JAYME CAMPOS				
JONAS PINHEIRO					4 - MARIA DO CARMO ALVES				
ARTHUR VIRGÍLIO					5 - MARIO COUTO				
CICERO LUCENA					6 - LÚCIA VANIA				
MAGNO MALTA					7 - PAPALÉO PAES				
PDT									
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					1 - (VAGO)				

TOTAL: 11 SIM: 1 NÃO: 10 ABSTENÇÃO: 1 PRESIDENTE: 1

Sala das reuniões, em 18/10/2007

Presidente

O voto do autor da proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de quorum, conforme art. 132, § 8º, do RISF. Atualizado em 15/08/2007, e última impressão em 24/10/2007 12:58.

Sen. Davide Hoepfner

COMISSÃO L DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO ARTICIPATIVA

VOTAÇÃO NOMINAL DA EMENDA Nº 01 AO PLS Nº 281, DE 2005

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC DO B, PRB E PP)									
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO ARNS					1 - SERYS SLHESARENKO				
FATIMA CLEIDE					2 - EDUARDO SUPUCY		X		
PAULO PAIM		X			3 - SÉRGIO ZAMBIASI		X		
PATRICIA SABOYA GOMES		X			4 - SIBA MACHADO				
INACIO ARRUDA		X			5 - IDELI SALVATTI				
JOSÉ NERY (vaga cedida ao PSOL)		X			6 - MARCELO CRIVELLA				
PMDB									
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LEOMAR QUINTANILHA					1 - MAO SANTA				
GERALDO MESQUITA JUNIOR					2 - ROMERO JUCA				
PAULO DUQUE					3 - EDISON LOBÃO				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					4 - VALTER PEREIRA		X		
GILVAN BORGES					5 - JARBAS VASCONCELOS				
BLOCO DA MINORIA (DEM/PSDB)									
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÉSAR BORGES		X			1 - (VAGO)				
ELISEU RESENDE					2 - HERACLITO FORTES		X		
ROMEU TUMA		X			3 - JAYME CAMPOS				
JONAS PINHEIRO					4 - MARIA DO CARMO ALVES				
ARTHUR VIRGÍLIO					5 - MÁRIO COUTO				
CÍCERO LUCENA					6 - LÚCIA VÂNIA				
MAGNO MALTA					7 - PAPALEO PAES				
PDT									
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					1 - (VAGO)				
TOTAL: 11 SIM: - NÃO: 10 AUTOR: - ABSTENÇÃO: - PRESIDENTE: 1									

Sala das reuniões, em 18/10/2007

Presidente

Em substituição

O voto do autor da proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de quorum, conforme art. 132, § 8º, do RISF. Atualizado em 15/08/2007, e última impressão em 24/10/2007 13:13.

COMISSÃO 1 DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

VOTAÇÃO NOMINAL DAS EMENDAS Nº 02 - CDH A 06 - CDH AO PLS Nº 281, DE 2005

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC DO B, PRB E PP)									
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO ARNS					1 - SERYS SLHESARENKO				
FATIMA CLEIDE					2 - EDUARDO SUPPLY	X			
PAULO PAIM	X				3 - SERGIO ZAMBIASI	X			
PATRICIA SABOYA GOMES	X				4 - SIBA MACHADO				
INACIO ARRUDA	X				5 - IDELI SALVATTI				
JOSÉ NERY (vaga cedida ao PSOL)	X				6 - MARCELO CRIVELLA				
PMDB									
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LEOMAR QUINTANILHA					1 - MAO SANTA				
GERALDO MESQUITA JUNIOR					2 - ROMERO JUCA				
PAULO DUQUE					3 - EDISON LOBÃO				
WELLIGTON SALGADO DE OLIVEIRA					4 - VALTER PEREIRA	X			
GILVAN BORGES					5 - JARBAS VASCONCELOS				
BLOCO DA MINORIA (DEM/PSDB)									
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÉSAR BORGES	X				1 - (VAGO)				
ELISEU RESENDE					2 - HERÁCLITO FORTES	X			
ROMEU TUMA	X				3 - JAYME CAMPOS				
JONAS PINHEIRO					4 - MARIA DO CARMO ALVES				
ARTHUR VIRGÍLIO					5 - MÁRIO COUTO				
CICERO LUCENA					6 - LÚCIA VANIA				
MAGNO MALTA					7 - PAPALEO PAES				
PDT									
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					1 - (VAGO)				

TOTAL: 11 SIM: 12 NÃO: 1 AUTOR: 1 ABSTENÇÃO: 1 PRESIDENTE: 1

Sala das reuniões, em 18/10/2007

Presidente

Sen. Eduardo Marinho
Presidente em Exercício

O voto do autor da proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de quorum, conforme art. 132, § 8º, do RISF. Atualizado em 15/08/2007, e última impressão em 24/10/2007 13:02.

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

TEXTO FINAL

**DO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 281, DE 2005, NA COMISSÃO DE DIREITOS
HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA QUE**

**Cria o Programa Empresa Cidadã,
destinado à prorrogação da licença-ma-
ternidade mediante concessão de incen-
tivo fiscal.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa Empresa Cidadã, destinado a prorrogar por sessenta dias a duração da licença-maternidade prevista no art. 7º, XVIII, da Constituição Federal.

§ 1º A prorrogação será garantida à empregada da pessoa jurídica que aderir ao Programa, desde que a empregada a requeira até o final do primeiro mês após o parto, e concedida imediatamente após a fruição da licença-maternidade de que trata o art. 7º, XVIII, da Constituição Federal.

§ 2º A prorrogação será garantida, na mesma proporção, também à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança.

Art. 2º Fica a Administração Pública, direta, indireta e fundacional, autorizada a instituir programa que garanta prorrogação da licença-maternidade para suas servidoras, nos termos que prevê o art. 1º.

Art. 3º Durante o período de prorrogação da licença-maternidade, a empregada terá direito à sua remuneração integral, nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário-maternidade pago pelo regime geral de previdência social.

Art. 4º No período de prorrogação da licença-maternidade de que trata esta lei, a empregada não poderá exercer qualquer atividade remunerada e a criança não poderá ser mantida em creche ou organização similar.

Parágrafo único. Em caso de descumprimento do disposto no **caput** deste artigo, a empregada perderá o direito à prorrogação.

Art. 5º A pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá deduzir do imposto devido, em cada período de apuração, o total da remuneração integral da empregada paga nos sessenta dias de prorrogação de sua licença-maternidade, vedada a dedução como despesa operacional.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se às pessoas jurídicas enquadradas no regime do lucro presumido e às optantes pelo Sistema Integrado de

Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.

Art. 6º A alínea **e** do § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 1991, passe a vigorar acrescida do seguinte item 10:

“Art. 28.

§ 9º

e)

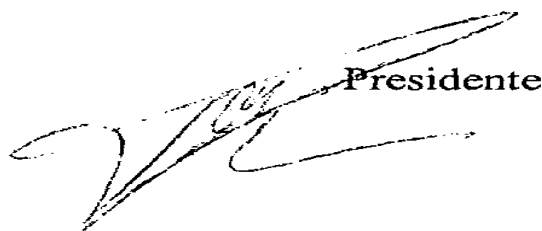
10. recebidas a título de prorrogação da licença-maternidade, no âmbito do Programa Empresa Cidadã, sem prejuízo da contagem do tempo de contribuição da segurada.

..... (NR)”

Art. 7º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, que acompanhará o projeto da lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do exercício subsequente àquele em que for implementado o disposto no artigo anterior.

Sala da Comissão, 18 de outubro de 2007.


Presidente

OF. CDH PLS Nº 281-05

Brasília, 18 de outubro de 2007

Excelentíssimo Senhor
Senador Tião Viana
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição Federal, combinado com o § 2º, do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão aprovou com as Emendas de nº 01-CDH a 05-CDH, o Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2005, que “Cria o Programa Empresa Cida-

dã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal”. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão,

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....
XXIII – seguridade social;

.....
Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de

lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....
Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

I – cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

II – proteção à maternidade, especialmente à gestante; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

III – proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

IV – salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

V – pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

§ 2º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 3º Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 4º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 5º É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 6º A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

I – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

II – sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 8º Os requisitos a que se refere o inciso I do parágrafo anterior serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 9º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 10. Lei disciplinará a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo Regime Geral de Previdência Social e pelo setor privado. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 11. Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 12. Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender a trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário mínimo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

§ 13. O sistema especial de inclusão previdenciária de que trata o § 12 deste artigo terá alíquotas e carências inferiores às vigentes para os demais segurado

dos do Regime Geral de Previdência Social. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

Regulamento

Atualizações decorrentes de normas de hierarquia inferior

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências.

Art. 28. Entende-se por salário-de-contribuição:

I – para o empregado e trabalhador avulso: a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa; (Redação dada pela Lei nº 9.528 de 10-12-97)

II – para o empregado doméstico: a remuneração registrada na Carteira de Trabalho e Previdência Social, observadas as normas a serem estabelecidas em regulamento para comprovação do vínculo empregatício e do valor da remuneração;

III – para o contribuinte individual: a remuneração auferida em uma ou mais empresas ou pelo exercício de sua atividade por conta própria, durante o mês, observado o limite máximo a que se refere o § 5º. (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26-11-99)

IV – para o segurado facultativo: o valor por ele declarado, observado o limite máximo a que se refere o § 5º. (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26-11-99)

§ 1º Quando a admissão, a dispensa, o afastamento ou a falta do empregado ocorrer no curso do mês, o salário-de-contribuição será proporcional ao número de dias de trabalho efetivo, na forma estabelecida em regulamento.

§ 2º O salário-maternidade é considerado salário-de-contribuição.

§ 3º O limite mínimo do salário-de-contribuição corresponde ao piso salarial, legal ou normativo, da categoria ou, inexistindo este, ao salário mínimo, tomado no seu valor mensal, diário ou horário, conforme o ajustado e o tempo de trabalho efetivo durante o mês. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10-12-97)

§ 4º O limite mínimo do salário-de-contribuição do menor aprendiz corresponde à sua remuneração mínima definida em lei.

§ 5º O limite máximo do salário-de-contribuição é de Cr\$170.000,00 (cento e setenta mil cruzeiros), reajustado a partir da data da entrada em vigor desta Lei, na mesma época e com os mesmos índices que os do reajustamento dos benefícios de prestação continuada da Previdência Social. (Atualizações decorrentes de normas de hierarquia inferior)

§ 6º No prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação desta Lei, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei estabelecendo a previdência complementar, pública e privada, em especial para os que possam contribuir acima do limite máximo estipulado no parágrafo anterior deste artigo.

§ 7º O décimo terceiro salário (gratificação natalina) integra o salário-de-contribuição, exceto para o cálculo de benefício, na forma estabelecida em regulamento. (Redação dada pela Lei nº 8.870, de 15-4-94)

§ 8º Integram o salário-de-contribuição pelo seu valor total: (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10-12-97)

a) o total das diárias pagas, quando excedente a cinquenta por cento da remuneração mensal: (Incluído pela Lei nº 9.528, de 10-12-97)

b) (VETADO) (Incluído pela Lei nº 9.528, de 10-12-97)

c) (Revogada pela Lei nº 9.711, de 20-11-98)

§ 9º Não integram o salário-de-contribuição para os fins desta Lei, exclusivamente: (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10-12-97)

a) os benefícios da Previdência Social, nos termos e limites legais, salvo o salário-maternidade (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10-12-97)

b) as ajudas de custo e o adicional mensal recebidos pelo aeronauta nos termos da Lei nº 5.929, de 30 de outubro de 1973;

c) a parcela **in natura** *recebida* de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, nos termos da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976;

d) as importâncias recebidas a título de férias indenizadas e respectivo adicional constitucional, inclusive o valor correspondente à dobra da remuneração de férias de que trata o art. 137 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10-12-97)

e) as importâncias: (Incluído pela Lei nº 9.528, de 10-12-97)

1. previstas no inciso I do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Incluído pela Lei nº 9.528, de 10-12-97)

2. relativas à indenização por tempo de serviço, anterior a 5 de outubro de 1988, do empregado não optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; (Incluído pela Lei nº 9.528, de 10-12-97)

3. recebidas a título da indenização de que trata o art. 479 da CLT; Incluído pela Lei nº 9.528, de 10-12-97)

4. recebidas a título da indenização de que trata o art. 14 da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973; Incluído pela Lei nº 9.528, de 10-12-97)

5. recebidas a título de incentivo à demissão; (Incluído pela Lei nº 9.528, de 10-12-97)

6. recebidas a título de abono de férias na forma dos arts. 143 e 144 da CLT; (Incluído pela Lei nº 9.711, de 20-11-98)

7. recebidas a título de ganhos eventuais e os abonos expressamente desvinculados do salário; Incluído pela Lei nº 9.711, de 20-11-98)

8. recebidas a título de licença-prêmio indenizada; (Incluído pela Lei nº 9.711, de 20-11-98)

9. recebidas a título da indenização de que trata o art. 9º da Lei nº 7.238, de 29 de outubro de 1984; (Incluído pela Lei nº 9.711, de 20-11-98)

f) a parcela recebida a título de vale-transporte, na forma da legislação própria;

g) a ajuda de custo, em parcela recebida exclusivamente em decorrência de mudança de local de trabalho do empregado, na forma do art. 470 da CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10-12-97)

h) as diárias para viagens, desde que não excedam a 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal;

i) a importância recebida a título de bolsa de complementação educacional de estagiário, quando paga nos termos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977;

j) a participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo com lei específica;

l) o abono do Programa de Integração Social – PIS, e do Programa de Assistência ao Servidor Público – PASEP; (Incluído pela Lei nº 9.528 de 10-12-97)

m) os valores correspondentes a transporte, alimentação e habitação fornecidos pela empresa ao empregado contratado para trabalhar em localidade distante da de sua residência, em canteiro de obras ou local que, por força da atividade, exija deslocamento e estada, observadas as normas de proteção estabelecidas pelo Ministério do Trabalho (Incluído pela Lei nº 9.528, de 10-12-97)

n) a importância paga ao empregado a título de complementação ao valor do auxílio-doença, desde que este direito seja extensivo à totalidade dos empregados da empresa; (Incluído pela Lei nº 9.528, de 10-12-97)

o) as parcelas destinadas à assistência ao trabalhador da agroindústria canavieira, de que trata o art. 36 da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965; (Incluído pela Lei nº 9.528, de 10-12-97)

p) o valor das contribuições efetivamente pago pela pessoa jurídica relativo a programa de previdência complementar, aberto ou fechado, desde que disponível à totalidade de seus empregados e dirigentes, observados, no que couber, os arts. 9º e 468 da CLT; (Incluído pela Lei nº 9.528, de 10-12-97)

q) o valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, próprio da empresa ou por ela conveniado, inclusive o reembolso de despesas com medicamentos, óculos, aparelhos ortopédicos, despesas médico-hospitalares e outras similares, desde que a cobertura abranja a totalidade dos empregados e dirigentes da empresa. (Incluído pela Lei nº 9.528, de 10-12-97)

r) o valor correspondente a vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao empregado e utilizados no local do trabalho para prestação dos respectivos serviços' (Incluído pela Lei nº 9.528, de 10-12-97)

s) o ressarcimento de despesas pelo uso de veículo do empregado e o reembolso creche pago em conformidade com a legislação trabalhista, observado o limite máximo de seis anos de idade, quando devidamente comprovadas as despesas realizadas; (Incluído pela Lei nº 9.528, de 10-12-97)

t) o valor relativo a plano educacional que vise à educação básica, nos termos do art. 21 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a cursos de capacitação e qualificação profissionais vinculados às atividades desenvolvidas pela empresa, desde que não seja utilizado em substituição de parcela salarial e que todos os empregados e dirigentes tenham acesso ao mesmo' (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 20-11-98)

u) a importância recebida a título de bolsa de aprendizagem garantida ao adolescente até quatorze anos de idade, de acordo com o disposto no art. 64 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (Incluído pela Lei nº 9.528, de 10-12-97)

v) os valores recebidos em decorrência da cessão de direitos autorais; (Incluído pela Lei nº 9.528, de 10-12-97)

x) o valor da multa prevista no § 8º do art. 477 da CLT. (Incluído pela Lei nº 9.528, de 10-12-97)

§ 10. Considera-se salário-de-contribuição, para o segurado empregado e trabalhador avulso, na condição prevista no § 5º do art. 12, a remuneração efetivamente auferida na entidade sindical ou empresa de origem. (Incluído pela Lei nº 9.528, de 10-12-97)

LEI Nº 9.532 DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997

Conversão da MPv nº 1.602, de 1997

Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

Art. 10. Do imposto apurado com base no lucro arbitrado ou no lucro presumido não será permitida qualquer dedução a título de incentivo fiscal.

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO.

ATA DA 5ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 52ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA 15 DE MARÇO DE 2006, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 6, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II

1ª Audiência Pública

Às 10 horas e 37 minutos do dia quinze de março de dois mil e seis, na sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Sérgio Cabral, Garibaldi Alves Filho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Heráclito Fortes, Alvaro Dias e Flexa Ribeiro. Compareceram os não membros Eduardo Suplicy, Augusto Botelho e Patrícia Saboya. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pauta: Item único – Requerimento CDH nº 14, de 2005, de Audiência Pública, visando instruir o Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2005, que “Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal”. Fazem o uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Flexa Ribeiro, Fátima Cleide, Patrícia Saboya e Paulo Paim além dos convidados: – Dioclécio Campos Junior – Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, Joelson Dias, Membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB (representando Roberto Antonio Busato – Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil– OAB), Rubens Naves – Presidente da Fundação Abrinq, Elizabeth Pereira – Diretora de Programas do Ministério (representando Nilcéia Freire – Ministra da Secretaria

Especial de Políticas para as Mulheres), José Eduardo de Andrade – Conselheiro do Conanda (representando José Fernando da Silva – Presidente do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes – CONANDA). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Bom dia a cada um e a cada uma de vocês. Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior... Em votação... Aprovada. E passamos à apreciação da pauta. Há um único item, rápido, antes da audiência, que se trata de um requerimento do Senador Paim, para fazermos uma Audiência Pública com vistas a tratar das questões raciais atinentes às ações afirmativas e ao Dia Internacional, para a eliminação da discriminação racial, que é no dia 21 de março, e que seria o dia que nós gostaríamos de fazer essa audiência. Eu dispenso a leitura da justificativa. Se houver algum Senador que quiser se pronunciar sobre isso, não havendo nenhum, eu considero aprovado.

E convidaremos a Ministra Matilde Ribeiro para essa audiência. Feito isso, eu dou por aberta a nossa Audiência Pública, que visa discutir a criação do programa “Empresa Cidadã” destinada a prorrogar a licença maternidade mediante concessão de incentivo fiscal. Nós temos presentes, o Dr. Dioclécio Campos Júnior, que eu convido para vir para a Mesa como um dos debatedores. Eu convido o Dr. Joelson Dias, membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB, que vem em representação ao Dr. Roberto Busato, o Dr. Rubens Naves, que é Presidente da Abrinq, a Ministra Nilcéia Freire não pode, mas indicou sua representante, a Dra. Elizabeth Pereira. Eu convido para sentar à Mesa a Senadora Patrícia, que é autora do pedido de audiência e, sem dúvida alguma, a grande defensora da idéia.

Por uma questão de espaço na Mesa e também para que não fique vazio, eu quero pedir ao Dr. José Fernando da Silva, que é representado por José Eduardo de Andrade, que venha para cá depois, em troca de algum dos palestrantes. Mas, eu convidaria para ficar na Mesa, a nossa querida Maria Paula, como madrinha que é dessa campanha (palmas). Nós te-

mos outra madrinha, que é a Flávia, que está, nesse momento (palmas). Nesse momento está fazendo um gesto que justifica tudo que a gente está fazendo aqui. Está amamentando seu nené. (palmas). Por isso, eu quero deixar clara a satisfação que eu tenho de estar presidindo essa

Sessão. Lamentar que, como eu sou da Comissão de Educação e tenho que fazer uma apresentação lá sobre o Fundeb, que também vai cuidar agora da pré-escola, eu não vou poder ficar presidindo todo o tempo. Em um momento, eu vou pedir ao nosso Vice-Presidente, Senador Paim, que venha para cá. Mas, de qualquer maneira, eu quero dizer que, Presidente dessa Sessão, não quer dizer que é Juiz do assunto.

Então, eu quero manifestar meu total apoio e entusiasmo por essa idéia. Não apenas pelo lado que a maior parte vê, que eu também acho fundamental, que é o lado da relação amorosa mãe e filho. Eu defendendo, além disso, que já justificaria, mas eu defendo muito mais por uma questão de Defesa Nacional, por uma questão de construção de uma nação soberana que exige educação. (palmas).

Alguns falam no custo desse programa. E claro que tudo que se fazer usando o lápis para aritmética. Mas não tenha dúvida que o benefício que isso traz para o País no médio e longo prazo supera em muito, em muito, em muito, os custos financeiros que podem ocorrer para o Estado ou para empresas. A mãe, nesses meses, está dando uma contribuição não só familiar, está dando uma contribuição nacional, está dando uma contribuição para que a criança tenha um processo de desenvolvimento muito mais rápido depois. Mas isso os outros que vão dizer, os que estiverem a favor, mas eu não queria deixar de me pronunciar nesse sentido, ao abrir essa Sessão, e tendo em vista que não vou poder encerrar a Sessão quando seria a hora certa de dar a minha opinião.

Eu então abro, passando a palavra para, pela ordem que nos temos aqui, para o Dr. Dioclécio Campos Júnior que, além disso, é um velho amigo, para que faça sua fala. Aqui, nós não costumamos fixar tempo, mas tendo em vista que quando der meio dia, 12h30, 13h começa a esvaziar, e somos muitos, gostaria de pedir que tentasse fazer num tempo curto, mas suficiente, mas não vou cortar sua palavra. Então, a responsabilidade é sua de usar um tempo compatível com a necessidade de encerrarmos essa Sessão antes de 13h, por exemplo. Para não apertar o que vai acontecer, por exemplo, na outra que eu vou que, certamente, vai ficar até as três da tarde. Então, está com a palavra, o Dr. Dioclécio.

SR. DIOCLÉCIO CAMPOS JÚNIOR – Minha saudação inicial aos ilustres Parlamentares, Senadores,

integrantes dessa Mesa, minha saudação pessoal ao meu Reitor, Prof. Cristovam Buarque, minha saudação a todos os colegas que comparecem a essa Sessão num momento de extremo significado para essa luta que estamos empreendendo. A Sociedade Brasileira de Pediatria, Srs. Senadores, que tenho a honra de representar, é uma entidade com 96 anos de história, de lutas pelos direitos da criança e do adolescente no País.

Aqui estamos representantes de cada uma das entidades pediátricas dos estados brasileiros, do Distrito Federal, representantes, em conjunto, dos 36 mil pediatras que atuam em todo o território nacional. Aqui estamos atraídos pela singularidade deste momento, que representa um passo decisivo na luta que estamos empreendendo em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil, com a Senadora Patrícia Saboya, visando conquistar um avanço que tem uma expressão indiscutível, nos termos e no conceito emitidos pelo Senador Cristovam Buarque que, praticamente, de forma concisa, esgotou o assunto. Porque o fundamento desta nossa luta é, exatamente, a busca de caminhos verdadeiros para assegurar direitos fundamentais ao ser humano, ao nascer. Que traz à sociedade um potencial de riqueza original e que todos nós da sociedade civil, todos nós dos governos, temos a responsabilidade coletiva de assegurar as condições para que possa se viabilizar na sua plenitude, garantindo, então, a verdadeira cidadania com a qual se há de construir a sociedade com que sonhamos todos nós.

O projeto se fundamenta, Senador Cristovam, no direito da criança a poder construir um vínculo afetivo profundo, estável, sólido, no momento decisivo em que isso deve acontecer na espécie humana, qual seja, o período dos seis primeiros meses de vida, onde cresce o cérebro crescem as estruturas afins do sistema nervoso central em velocidade que jamais será revelada nas etapas seguintes e onde se estabelecem preferencialmente as ligações qualitativas dos neurônios, as chamadas sinapses, essenciais ao desenvolvimento mental da criança, essenciais ao desenvolvimento da personalidade.

E mais do que isso, de acordo com os trabalhos científicos, multiplicados na atualidade à exaltação, a possibilidade de que esse vínculo realmente se consolide, uma vez que se provou várias vezes que as crianças que não desenvolvem o vínculo neste período decisivo, crescem perdendo, definitivamente, a capacidade de lidar com o afeto, de dar e de receber afeto, criando-se assim um terreno propício para o desenvolvimento de todos os distúrbios de comportamento, indesejáveis, e que fermentam felizmente na nossa sociedade e que estão na gênese de vários desencontros de agravos

pessoais preocupantes, porque crescentes, porque sem solução no momento.

O que a Sociedade Brasileira de Pediatria, com essa parceria com a OAB, com o apoio decisivo, com a aplicação engajada da Senadora Patrícia pretende fazer é justamente trazer à consideração dos Srs. Senadores este apelo veemente, no sentido de que deixemos de negar direitos fundamentais às nossas crianças, porque, se persistimos nessa linha, não estaremos construindo o futuro deste País. Que nós possamos garantir, a cada uma, delas, o afeto que merecem, o afeto a que têm direito como criatura humana, para poder, em conjunto com toda a população, nesse grau de responsabilidade coletiva, construir a sociedade melhor que desejamos.

E para isto, Sr. Senador, é indispensável que a maternidade deixe de ser vista no Brasil com o olhar pejorativo e preconceituoso com que tem sido vista. A maternidade é um momento de valor extremo em toda a sociedade. As desenvolvidas o reconhecem a longo tempo, e é preciso que o Brasil passe a desenvolver uma rede social consciente, forte, segura, para proteger a maternidade e, dessa maneira, estender a garantia de todos os direitos sobre os quais estamos falando no momento. É nesse momento dos seis meses, é aí que tudo acontece, é aí ou nunca mais. É aí que se faz o vínculo. E todos nós, nesse momento, somos e gostaria que fizéssemos esse exercício, nos despíssemos dos cargos que exercemos, nos despíssemos da importância que temos no grau da hierarquia dos poderes, para nos identificarmos no único valor que efetivamente nos identifica a de cidadãos deste País, responsáveis pela garantia dos direitos, pelo progresso da sociedade, pela evolução da sociedade. Porque a nossa vida só vale, se representa acréscimo para a evolução humana no País.

E esta Casa, legitimamente representante do povo brasileiro, certamente, tem a sensibilidade suficiente para se dar conta da relevância desses preceitos e desses princípios para garantir a aprovação desta conquista que está faltando à sociedade brasileira, como investimento consciente para fazer face aos graves problemas que a ameaçam. Eu agradeço, em nome de todos os pediatras brasileiros, aqui representados pelas figuras dos presidentes das entidades filiadas de todo o País, Senador. Agradeço o seu apoio consciente, conhecida que é a sua bravura na luta por essas questões sociais, pela educação, que não pode ser concebida sem o vínculo afetivo nos primeiros seis meses de vida, pela educação que começa no período pré-natal, e se prolonga nas etapas posteriores. Não chegaremos ao ideal da educação posterior, se

não obtivermos êxito nessa investida do pré-natal, do recém-nascido e do vínculo.

Muito obrigado a todos. **(Palmas.)**

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Antes de passar a palavra ao Senador Wellington Dias, eu quero dizer que um dos problemas que vamos enfrentar para a aprovação, Patrícia, é a lógica perversa da economia que domina o pensamento de todos nós.

Por exemplo, diante da fala do Dr. Dioclécio, no Brasil, quando aumenta a população de animais na pecuária, se vê como aumento da riqueza, quando aumenta o número de crianças, se vê como redução da renda **per capita**. O aumento no número de brasileiros repercute negativamente nos índices que valoram o futuro do Brasil, baseado na economia. Quanto mais gente, menor a renda **per capita**, quanto mais animais, se considera melhor. E se vai em nível micro, um fazendeiro comemora toda vez que tem uma cria do seu rebanho, e como estorvo, a gravidez de suas funcionárias. Ou a gente quebra essa lógica e põe a proposta nacional centrada no homem, ainda que levando em conta a aritmética das finanças, ou a gente não vai conseguir aprovar leis, como essa e muitas outras.

Eu quis disser isso, porque eu vou convidar o Senador Paim para tomar o assento na Presidência, conduzir os trabalhos porque, na mesma luta de vocês, eu tenho que estar na Comissão de Educação. Mas fiquem certos, Patrícia e todos vocês, que vocês têm em mim um soldado, na luta para fazermos desse gesto, extremamente positivo para o Brasil, não apenas para as mulheres, não apenas para seus filhos, mas para o Brasil inteiro como nação.

Muito obrigado por terem vindo, e eu passo a Presidência ao Senador Paulo Paim. **(Palmas.)**

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT – RS) – Boa tarde a todos. Queria também registrar a minha alegria em presidir essa Sessão, e dizer para vocês que eu fiquei ontem muito feliz, porque a Senadora Patrícia, pela qual eu tenho carinho muito grande, pela sua história, pela sua vida, a conduta no Congresso Nacional em defesa das nossas crianças, dos adolescentes, enfim, a defesa da vida do nosso povo. E por que é que eu fiquei muito feliz?

Não foi só porque eu estou aqui, porque, no momento, eu estou como presidente, mas ela me comunicou ontem que tinha falado com o Senador Cristovam, e eu fui indicado para ser o relator desse projeto de vocês.

Então, eu estou aqui como presidente e como relator da matéria. **(Palmas.)** Senadora Patrícia, eu sei que é uma grande batalha. Eu sei que é uma grande batalha, porque nessa área que a gente atua, do mundo

do trabalho, a gente sabe das dificuldades, como disse o Senador Cristovam, pelo viés econômico e não o viés humano e social. Mas podem ter certeza, faremos quantas audiências forem necessárias. Vamos ouvir todos os Assessores que a Senadora Patrícia assim indicar. Mas o meu parecer, vocês podem, de antemão, saber, que será favorável pela aprovação na íntegra do projeto da Senadora Patrícia. **(Palmas.)** E claro que a contribuição que nós vamos receber nos debates, nas audiências públicas, vão nos ajudar a formular o relatório final. Então, de imediato, passamos a palavra agora, representando.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria só, antes de passar a palavra ao representante da OAB, eu queria também comunicar hoje que é um dia muito feliz para nós, porque o nosso presidente e relator, por coincidência está aniversariando hoje.

(Palmas.)

(Risos.)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT – RS) – E o presente é a relatoria. O presente é a relatoria. Sinto-me cumprimentado por todos aqui, agora nesse momento. Eu passo, de imediato, a palavra, ao Dr. Joelson Dias, membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB, representando o Dr. Roberto Antônio Busato. V. Ex^a dispõe da palavra pelo tempo que achar necessário.

SR. JOELSON DIAS – Obrigado, Senador, bom dia a todos os presentes. Eu queria, inicialmente, agradecer o convite que foi formulado ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a OAB, para participar dessa Audiência Pública. Queria também justificar a ausência do seu Presidente, Roberto Antônio Busato, que, com toda certeza, tinha muito interesse em estar aqui, mas que, por conta da realização, justamente nessa semana, das Sessões do Conselho Federal da OAB, presididas por ele, Presidente Busato, daí então a sua impossibilidade de se fazer presente. Venho, no entanto, representando a Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB, bem assim, a Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente da OAB, e externar a satisfação que foi, para a OAB, receber a proposta de parceria formulada pela Sociedade Brasileira de Pediatria, para que as entidades buscassem aprimorar a proteção e a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. E a satisfação maior ainda de ter já uma proposta concreta dessa parceria, que foi justamente a defesa da extensão, da prorrogação da licença maternidade por mais 60 dias.

Queria, em nome da OAB Federal, externar o nosso agradecimento à Senadora Patrícia Saboya, que tão prontamente assumiu, encampou a proposta

formulada pela OAB e pela Sociedade Brasileira de Pediatria. Externar também o nosso agradecimento, mais uma vez, à Senadora e também ao Senador Reginaldo Duarte, que propuseram, antes de qualquer conclusão dessa Comissão, a realização de uma Audiência Pública. A OAB tem defendido, tem uma campanha pelo incremento da participação popular. Por intermédio da realização de plebiscitos, da realização de referendos, há uma Comissão capitaneada por Fábio Conder Comparato, em que a OAB defende uma maior participação da população nos assuntos de seu interesse.

E, com toda certeza, a realização de uma Audiência Pública como essa é um desses mecanismos de participação popular. Ou seja, optou o Senado por ouvir a sociedade civil, por permitir que ela se manifestasse, trazendo sua manifestação antes mesmo de um parecer sobre a matéria. E claro que agora nos sentimos ainda mais satisfeitos e contemplados na nossa proposta, tanto a OAB como a SBP, na medida em que o Senador Paim já inclusive antecipa o seu relatório, no sentido de realmente se manifestar favoravelmente ao Projeto de Lei apresentado.

Foi muito importante que Dr. Dioclécio já externasse antes suas ponderações, porque não queria, Dr. Dioclécio, me adentrar nesse campo médico, técnico, científico, que, com toda certeza, ninguém melhor do que a Sociedade Brasileira de Pediatria para trazer ao conhecimento de todos essa questão com a profundidade que trouxe. Essa questão está muito bem já contemplada na justificativa do Projeto de Lei apresentado pela Senadora Patrícia, quando mostra a importância dessa medida no que diz respeito aos fenômenos do crescimento, do desenvolvimento, da importância de que se aprofunde esse contato físico mesmo, da mãe com a criança, da importância que é essa atenção, esse carinho, esse atendimento à criança, nesses primeiros seis meses de vida.

E isso, como muito bem dito pela Sociedade Brasileira de Pediatria, e encampado também pela Senadora, na sua justificativa, já não é mais uma mera presunção, já há dados científicos que comprovam a importância desse primeiro contato físico. E a nossa satisfação de estarmos aqui num dia como esse, é porque, ao mesmo tempo em que em outras Comissões se discutem assuntos, temas, que, certamente, não queríamos jamais ver discutidos na sociedade, não porque não queríamos a discussão, mas porque queríamos que questões como essas, que tão gravemente afetam o cenário político, ocorressem. Queríamos que o Senado, a Câmara estivessem gastando realmente o seu tempo para a discussão de propostas como essa na reunião de hoje. Então, isso é muito importante, porque não estamos aqui discutindo os desagradáveis

fatos que afetam o cenário político, mas estamos aqui num momento propositivo. E isso, a importância de um momento como esse, o privilégio que nós temos de estarmos aqui nessa Comissão e não em outras discutindo assuntos que, certamente, não contribuem para a emancipação da sociedade, não contribuem para a proteção, a promoção dos Direitos Humanos.

E é exatamente, então, Dr. Dioclécio, nessa perspectiva que gostaria de abordar o tema. É contemplado já, como disse antes, no Projeto de Lei da Senadora Patrícia Saboya, esses aspectos, que tão bem foram, anteriormente, já examinados pelo Dr. Dioclécio, gostaria de tentar trazer, então, a fundamentação jurídica para respaldar a aprovação desse Projeto de Lei. Também já foi muito bem dito pela Senadora, na sua justificativa, o porquê, também no campo de vista jurídico, da importância da aprovação desse projeto. E é porque há hoje uma proteção muito especial à criança e adolescente. O reconhecimento da criança como cidadão, o reconhecimento da criança como um verdadeiro sujeito de direitos. E isso é uma vitória que muito grande que se alcançou, nas últimas décadas. Ou seja, a criança já não é mais um objeto da nossa atenção. A criança é, efetivamente, um sujeito de direito. A família também merece a proteção do Estado, não mais porque se acredita que assim deva ser, mas porque há uma imposição normativa assim estabelecendo.

Nós temos na Constituição Federal Brasileira um capítulo dedicado à família, um capítulo dedicado à criança e ao adolescente. E é justamente, então, por força de lei e por força da Lei Maior deste País, que a proteção à criança deve ser assegurada. Mas não só a criança, hoje a Constituição brasileira, no seu art. 226, reconhece as chamadas famílias monoparentais. Ou seja, aquela família integrada por qualquer dos pais e seus descendentes. Então, isso é importante que se compreenda. Há uma proteção efetiva, não somente à criança, mas à própria família. A Constituição protege também a família. Então, é sob essa ótica da criança e também da família que essa questão, em um primeiro momento, deve ser examinada. É nesta fundamentação constitucional, em primeiro plano, eu diria, que residem os argumentos jurídicos para a corroboração do projeto de lei e a sua conversão, aprovação, em lei, ao final, como se espera.

Mais importante que isto, o Brasil hoje, felizmente, ainda que o nosso saldo, nosso balanço de comprometimento com os Direitos Humanos não seja dos melhores, e isso é lamentável, mas temos que admitir, mas o Brasil é signatário dos principais tratados internacionais de Direitos Humanos. Tanto no que diz respeito aos tratados da ONU, como nos Tratados da Organização dos Estados Americanos, da OEA. O

Brasil firmou os pactos internacionais de direitos civis e políticos. Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, Convenção sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, e também a Convenção Americana de Direitos Humanos.

Pelo fato do Brasil ter ratificado esses tratados internacionais, criou-se para o Estado brasileiro, e quando digo Estado brasileiro, isso significa dizer para todas as esferas administrativas, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, mas também para os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário a obrigação de respeitar o que está previsto nesses pactos.

Daí a importância de uma reunião como essa, porque é, de uma certa forma, o cumprimento pelo Poder Legislativo, da sua obrigação de atender ao que dispõem esses tratados internacionais. E, nesses tratados internacionais, temos justamente, da mesma forma como já se encontra contemplado na Constituição Federal, a proteção, tanto da família, como da criança. Cito, a título de exemplo, apenas, a Convenção Americana de Direitos Humanos. O art. 17, que trata da proteção da família, afirmando ser a família um núcleo natural e fundamental da sociedade, devendo ser protegida pela sociedade e pelo Estado.

Mais adiante, em seu art. 19, a convenção americana também protege os direitos da criança, estabelecendo que toda criança terá direito às medidas de proteção que a sua condição de menor requer, por parte da sua família, da sociedade e do Estado. Nós, Senadores, sociedade civil, estamos cumprindo a nossa parte. Firmamos um convênio e lançamos essa campanha pela prorrogação da licença maternidade. Esperamos que o Estado, começando pelo Poder Legislativo, também cumpra a sua. Porque, já não é mais uma simples proposta, já não é mais acreditar que isso é o melhor para a criança, que isso é o mais adequado. Agora é uma obrigação legal. Há uma imposição normativa, tanto pela Constituição Federal, como pelos tratados internacionais assinados pelo Brasil, ratificados pelo Brasil, de que assim o seja.

E queria lembrar também que estamos em um momento de extrema importância, porque discute-se, no plano internacional, uma declaração da ONU, mais especificamente a Resolução 55, da Assembleia Geral da ONU, que estabeleceu as normas, as regras do milênio. E, entre esses objetivos do milênio, justamente a questão da melhoria da saúde materna, justamente a questão da redução da mortalidade infantil, são normas, são objetivos do milênio que também o Brasil tem, se não obrigação, pelo menos, o dever moral de contribuir para que essas normas, esses objetivos do milênio sejam alcançados. Eu queria, em primeira mão, porque isso até esse momento, eu quero acreditar,

foi guardado no seu mais absoluto sigilo, noticiar aos presentes, que exatamente neste momento, a Ordem dos Advogados do Brasil, por intermédio de todas as suas seccionais, nas 27 Unidades da Federação, em uma parceria com o Conselho Federal de Psicologia, está realizando visita às unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei. Decidimos pela realização dessa visita, em conjunto com o Conselho Federal de Psicologia, porque temos, como todos os presentes aqui também o têm, notícias das sérias violações dos Direitos Humanos desses adolescentes, do descumprimento das normas internas e também dos tratados internacionais, pelo Estado brasileiro, no que diz respeito ao atendimento desses adolescentes.

E temos certeza que talvez não teríamos adolescentes em conflito com a lei, ou talvez não teríamos um número significativo de adolescentes em conflito com a lei que hoje infelizmente temos nesse País, se medidas como essa, da prorrogação da licença maternidade, tivesse sido adotada há mais tempo, para permitir que as mães tenham contato físico com os seus filhos, para permitir que a família possa dar uma maior proteção àqueles que a integram. Com certeza, não teríamos que fazer visitas como essa que estamos realizando hoje que, com toda certeza, posteriormente, ainda no dia de hoje daremos publicidade do que foi constatado, porque isso será objeto de discussão dos próximos dias, será objeto de produção de um relatório final, pela OAB e pelo Conselho Federal de Psicologia, que certamente chegará a essa Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

E para concluir, já queria dizer que a OAB, muito embora tenhamos que, do ponto de vista técnico, fazer constar do projeto que isso é uma renúncia fiscal, a OAB não vê isso como renúncia fiscal. A OAB vê isso, na verdade, como um investimento social que está sendo feito e que já devia ter sido feito há muito tempo. Estamos, por deveras, atrasados, neste investimento que estamos realizando. O Projeto de Lei propõe, inclusive, uma nova formatação no cumprimento dessa obrigação que terá as empresas, exatamente por não ser impositivo. É claro que, tanto a sociedade civil, como a Senadora Patrícia Saboya, no que encampou a idéia, poderia ter proposto, por exemplo, uma Emenda à Constituição.

A Constituição, como todos nós sabemos, estipula a licença maternidade por 120 dias, mas a proposta de prorrogação não vem via Emenda Constitucional, e isso é de fundamental importância, que também se faça a distinção. Projeto de Lei permite, em primeiro lugar, que a empresa possa aderir, voluntariamente, ao programa. Por isso ela será considerada "Empresa Cidadã". Não há imposição, nem no que diz respeito à

empresa e nem no que diz respeito à mulher. A própria empregada também poderá decidir se reivindicará ou não a prorrogação da sua licença. Por isso é que não prevalece argumentos polêmicos, que já se lançam, dizendo que isso, de uma certa forma, ainda que velada, vai criar ainda mais uma discriminação, no que diz respeito à mulher. Isso não é verdade. A Licença Maternidade já existe e essa prorrogação proposta caberá à empresa decidir ou não por aderir ao programa e à mulher também decidir ou não se reivindicará a aprovação. Ou seja, aí a nova formatação que disse antes. Propõe-se o convencimento pelo diálogo, o convencimento pela responsabilidade social, para que a própria empresa discuta e crie o convencimento de que ela precisa ter responsabilidade social. E não, necessariamente, uma imposição decorrente de lei.

E, finalmente, para concluir, queria responder ao Senador Cristovam Buarque, muito embora aqui ele não mais se encontre, sobre como sairmos dessa lógica perversa da economia, com uma frase de um estudioso, reconhecido estudioso mineiro, Fernando Jaime, que diz: “A economia deve servir à sociedade para promoção do ser humano”. Muito obrigado.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Pela Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT – RS) – Pois não, Senador Suply. Pela Ordem.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Eu quero cumprimentar a Comissão de Direitos Humanos, a Senadora Patrícia Saboya Gomes e a todos os convidados. Eu, infelizmente, tenho que estar presente numa votação, nesse instante, na Comissão de Constituição e Justiça, e quero saudar também a Maria Paula, que é madrinha desta campanha e cumprimentá-la, até porque ela na campanha está justamente com a minha neta Maria Luiza, filha de João, meu filho, e quero saudá-la por estar se dispondo assim nesta campanha, seja pela amamentação e o tempo da mãe poder estar com a sua criança, mas, sobretudo, também cumprimentar a Senadora Patrícia pelo mérito da sua proposta, que também apóio. Muito obrigado. Meus parabéns.

(palmas)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Pela Ordem. Pelo mesmo motivo do Senador Suply, eu também... Eu sou médico, estou com vários colegas meus aqui, conhecidos, das sociedades brasileiras de Roraima e de Pernambuco e do Presidente, tenho obrigação de estar nessa reunião. Mas também o meu voto pesa numa decisão que está ocorrendo agora na outra Comissão. Eu tenho que comparecer lá porque nós estamos votando o Fundeb, que faz parte dessa mudança que o Brasil está passando toda, de melhorar a educação, como também melhorar

a vida das pessoas, com amamentação mais prolongada e com cuidado materno durante esses meses, que a gente está querendo conquistar. Podem ter certeza que vou ser mais um soldado na trincheira ao lado da Senadora Patrícia e do Senador Paim para lutar para conseguir aprovar isso aí. Vamos ter muitas barreiras, por causa do problema econômico. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT – RS) – Nós faremos depois uma mudança aqui na Mesa, para que eu possa ficar mais como relator do que como presidente, para poder ouvir com todo o carinho e o respeito, aos painelistas, logo após a Senadora Patrícia retornar. Mas, de imediato, passo a palavra então ao Presidente da Fundação Abrinq, Rubens Naves. Mas, se me permite o convidado especial, eu vou fazer a seguinte mudança. Como eu sou o relator e a nossa querida Senadora é a autora, eu acho que é mais do que justo que eu não fique acumulando função. Eu não sou muito de acumular. Então, eu vou para o plenário, como relator, para ouvir com todo carinho que merecem os painelistas e a nossa Senadora, mais do que justamente, passa a presidir essa Sessão. Palmas à nossa Senadora.

(palmas)

A SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA

SABOYA GOMES (PSB – CE) – Obrigada. Eu gostaria, antes de passar a palavra ao Dr. Rubens Naves, convidar o representante do Conanda, que está aqui conosco, o Sr. José Eduardo de Andrade, para compor a Mesa também. *(palmas)*. Com a palavra, Dr. Rubens Naves, pelo tempo que achar necessário.

SR. RUBENS NAVES: Bom dia. Agora sob o comando da Senadora Patrícia Saboya, nós, então, aproveitamos a oportunidade para saudar todos os membros da Mesa e companheiros de trabalho dessa manhã, e a todos os participantes dessa Audiência Pública, e, em especial, o nosso relator do projeto de lei que cria a “Empresa Cidadã”, destinada à prorrogação da licença maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, o Senador Paulo Paim. No dia 30 de agosto, na Fundação Abrinq, em São Paulo, nós tivemos uma grande alegria, porque nós recebemos, para uma pequena Audiência Pública, e as organizações da sociedade civil também realizam audiências públicas, a Senadora Patrícia Saboya, que nos trouxe a comunicação da apresentação desse projeto de lei.

Esse projeto de lei impactou, de uma forma muito grande, os integrantes da Fundação Abrinq. Muito especialmente, o chamado Conselho Consultivo, que são mais de 60 membros ligados, são profissionais na área da saúde, profissionais ligados à universidade, todos aqueles profissionais com experiência, inclusive, na

Administração Pública, que tenham já desempenhado um papel, que tenham uma experiência na questão da defesa dos direitos da criança e do adolescente neste País. Quer dizer, há uma biografia desse conselho, que é simplesmente espetacular, no que diz respeito à militância, à luta desses profissionais.

E a luta desses profissionais, por mais, claro que nós temos demanda no País e recentemente a Fundação Abrinq está muito ligada na questão do jovem nesse País, que está sem perspectiva diante da ausência de uma possibilidade de se obter emprego, ou mesmo ter um projeto de vida, quer dizer, canalizamos recursos para esses jovens, para projetos ligados aos jovens. Mas sempre com um protesto muito grande desses conselheiros, que são médicos, são profissionais de área da saúde também, que sempre lutam para a gente privilegiar a primeira infância. E, em especial, de zero a seis anos e, em especial, a questão do período de amamentação. Como foi muito bem colocado aqui já pelo Dioclécio, e a Organização Mundial de Saúde traz recomendações muito fortes, e a Organização Panamericana de Saúde também, no sentido de que esse período é um período assim fundamental para a formação desse ser humano que vai habitar esse planeta com tantas dificuldades na preservação do seu equilíbrio.

Muito bem, então, esse projeto e não obstante a existência de um trabalho da Fundação Abrinq já, a Fundação Abrinq é uma Organização Não-Governamental, que começou com os empresários da área de fabricação de brinquedos, mas transcendeu esse núcleo experimental, e hoje tem apoiadores em todo o Brasil, quer dizer, são mais de seis mil apoiadores entre empresas, fundações internacionais, nacionais e pessoas físicas, que todo mês aportam a sua colaboração para que os direitos e a proteção das crianças e adolescentes nesse País se torne uma realidade. Então foi muito feliz, Senadora Patrícia Saboya, essa sua iniciativa. Quer dizer, por mais que a gente tenha programas nessa linha de aumentar o período da amamentação, o período da presença da mãe junto ao seu bebê, quer dizer, a nossa luta é uma luta, era uma luta, um desafio muito grande.

Então agora nós acreditamos que, a partir do momento que venhamos a ter, seguramente, com os esforços dos Senadores e futuramente dos Deputados, quer dizer, e nós temos uma lei especificamente para essa questão, eu acho que nós vamos ter um instrumento a mais de trabalho para mudar essa realidade. Como foi salientado aqui inclusive pelo Senador Cristovam Buarque, é uma questão estratégica, de futuro da nossa gente ter esse momento de atenção, esse momento que a mãe possa, esse momento da formação

da sinapse etc, que o ser humano desenvolve o que há de mais sagrado que é, principalmente, a sua parte intelectual, que é a sua parte cerebral. Muito bem.

A presença da Senadora Patrícia Saboya em São Paulo foi ainda maior quando nós passamos a constatar as repercussões da apresentação desse projeto de lei. Já nessa Audiência Pública na Fundação Abrinq, estava presente o representante do Ciesp, que congrega mais de 800 indústrias no Estado de São Paulo, o Sinésio Batista congrega, esse Ciesp, com as grandes indústrias do Estado de São Paulo e que a acolhida foi muito boa. E, imediatamente, ele transmitiu à Senadora o apoio do Ciesp a esse Projeto de Lei.

Em seguida, nessa peregrinação da Senadora, por aquele trânsito horrível de São Paulo, que não é fácil a gente cumprir e chegar no horário, nós fomos para a FIESP, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, e tivemos uma recepção pelo Presidente Paulo Skaf, e com todos os seus Assessores e outros membros e Diretores da Fiesp. A recepção não foi diferente. Quer dizer, há uma consciência do empresariado no sentido de que é importantíssimo o apoio a esse projeto. Esse projeto, veja só, ele no empresário mais consciente, seguramente ele terá a melhor das recepções. Então, nós vamos ter aqui, não vai ser fácil, por alguns motivos que eu vou transmitir em seguida, que já foi objeto inclusive aqui de considerações do Joelson Dias, o representante da OAB aqui. Quer dizer, nós temos, então, essa recepção muito boa da parte da indústria. Mas, essa jornada da Senadora Patrícia Gomes ela não terminou aí. Ela foi também para a Federação do Comércio, e lá, o Presidente Abram Szajman, de igual forma, não só recebeu muito bem a notícia do projeto, como passou a apoiá-lo e inclusive se comprometeu realizar estudos que demonstram que efetivamente há uma possibilidade, uma perspectiva de avançar no número de empresas, não apenas essas empresas que apuram o Imposto de Renda sobre o lucro real. Então, veja só, por parte do empresariado, em São Paulo e outros contatos, como Presidente da Fundação Abrinq, que eu tenho tido com o empresariado por esse Brasil afora, há uma acolhida desse projeto muito positiva.

Eu acho que algumas posições isoladas que poderão ocorrer, seguramente serão posições fruto de um desconhecimento das características desse projeto e também uma opinião equivocada e, certamente, serão algumas opiniões isoladas, no conjunto do empresariado. Quer dizer, o empresariado vai ser chamado a efetivamente assumir a sua chamada responsabilidade social. Porque, essa é a grande, e como foi salientado aqui pelo Joelson Dias da OAB, esse projeto é extremamente original. Na medida em que, as leis normalmente têm uma sanção, que é uma sanção pu-

nitiva. Olha, o preceito maior diz que a sua obrigação é essa. Caso você não cumpra essa obrigação, você vai ser sancionado.

Não, aqui ocorre exatamente o oposto. É o que a gente chama na teoria geral do Direito, na filosofia do Direito é chamada sanção premial, ou seja, há um incentivo para esse comportamento do empresário, no sentido de que se ele cumprir, se ele aderir a essa proposta generosa do projeto, quer dizer, de fazer com que a mãe permaneça com a sua criança mais dois meses, ele vai se tornar uma “Empresa Cidadã”. E agora não uma “Empresa Cidadã” criada por um selo ou um programa de uma organização da sociedade civil. Não, passou a ser uma “Empresa Cidadã”, diante de uma lei nacional, uma lei brasileira.

Então, esse é um grande avanço e acredito que nós podemos contar com esse instrumento para levar a todo o empresariado essa consciência de que é importantíssimo que os nossos bebês tenham a companhia da sua mãe, possa ser amamentado durante mais tempo e, em especial também, estar junto dela nesse período, nesse momento tão difícil em que essa construção desse ambiente protetor se faz tão necessária. Então, essa a alegria de estar aqui com vocês hoje é exatamente, primeiro, por saber que essa luta de todos vocês aqui eu vejo muitos representantes de organizações que trabalham na questão da criança e do adolescente, em especial na questão da primeira infância, quer dizer, essa luta que vínhamos desenvolvendo ela agora conta, passará a contar com esse instrumento tão importante que é esse projeto e, seguramente, certamente, se transformará em lei. Quer dizer, a nossa expectativa é a mais positiva possível.

Agora, há um grande desafio, essa lei vai ter que contar, e ela vai ser um instrumento fundamental, para a gente criar essa cultura, quer dizer a cultura é fazer com que todo tipo de relação de trabalho, o empregador se conscientize da importância de se dar mais condições para que o bebê permaneça junto da sua mãe. Quer dizer, esse período é fundamental. Eu acredito que com esse instrumento que o Congresso Nacional, seguramente e rapidamente, poderá trazer para esse setor da sociedade civil, para o empresariado, para sociedade civil como um todo, eu acho que nós vamos ter um grande avanço nessa luta em prol dos direitos da criança e do adolescente. E cumprindo esses compromissos que foram salientados aqui pelo representante da OAB, esses tratados internacionais. Quer dizer, nós lutamos e os Srs. Senadores e Deputados e os Parlamentares em geral, não estão mais do que cumprindo já os princípios pela qual a sociedade brasileira se comprometeu. Princípios que estão nesse projeto de sociedade, que é a nossa Constituição

Federal, que é muito clara, como foi salientado aqui, sobre a imperatividade do cumprimento desses direitos. Quer dizer, as crianças e os adolescentes são o patrimônio dessa nação.

Então, a Nação Brasileira elegeu como prioridade a sua proteção, a defesa dos seus direitos. Então, Senadora Patrícia, mais uma vez, eu gostaria de cumprimentá-la e agradecer a sua generosidade em trabalhar e, certamente, vai percorrer o Brasil todo no esclarecimento e nessas mensagens a respeito dessa lei tão promissora que nós vamos, certamente, ter aqui no Brasil. Então muito obrigado.

(palmas)

A SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB – CE) – Agradeço as palavras, Dr. Rubens Naves, e, antes de passar a palavra à representante da Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Ministra Nilcéia Freire, que, infelizmente, quer dizer, felizmente, porque o que ela está fazendo é muito importante, está cumprindo mais uma tarefa da sua agenda, e nos brinda também com a presença da sua representante, a Dra. Elizabeth Pereira, que é Diretora de programas. Mas, antes de passar a palavra, eu gostaria de passar mais uma vez a palavra ao Dr. Dioclécio, porque ele queria dar uma palavrinha, rapidamente.

SR. DIOCLÉCIO CAMPOS JÚNIOR – Obrigado, Senadora. Eu gostaria apenas de dar o conceito completo do que é a condição de madrinha deste Projeto de Lei. Maria Paula verbalizou, numa de suas participações em campanhas de aleitamento materno, da Sociedade Brasileira de Pediatria, verbalizou um desentendimento essencial, que precisa ser resolvido.

Recomenda-se que a mãe amamente sua criança, exclusivamente, durante os seis primeiros meses de vida. E se concede a ela, quatro meses de licença maternidade para fazê-lo. Ela sugeriu, numa entrevista que concedeu na televisão, na nossa presença, que os formuladores das leis respeitassem mais os princípios da aritmética. E foi por essa razão que nós entendemos a importância do que ela realmente enunciou, e surgiu daí a idéia do projeto.

Obrigado.

(palmas)

A SRA. MARIA PAULA – Obrigada você. (risos).

A SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB – CE) – Maria Paula.

A SRA. MARIA PAULA – É uma honra ser madrinha, e, mais ainda, ser a inspiração para um projeto tão bonito. E eu quero dizer aqui que a gente já teve a visão legal, pelo representante da OAB, a gente já teve a visão médica, pelo Dr. Dioclécio, o Dr. Rubens

falou da visão empresarial e agora eu quero falar um pouco da visão da mulher.

O Dr. Rubens falou uma coisa muito importante, da dificuldade desses seis primeiros meses. Como é difícil, como é difícil o comecinho de uma nova vida. É difícil para o bebê, que não sabe mamar, que não sabe se expressar, que ainda não sabe quais são as sensações que ele pode expressar como dor, como alegria, como... Ele não sabe de nada ainda. Para a mãe é difícil, a mãe também não sabe de nada, ela vai aprendendo ali junto com o bebê, e além de tudo, é o momento em que os hormônios estão em ebulição, então a mulher está totalmente enlouquecida, histérica, sem saber o que fazer, e chora e ri e está feliz, porque o bebê é lindo, e ao mesmo tempo o bebê chora a noite inteira, ela está exausta.

Então, é de uma riqueza de sensações, tanto positivas quanto negativas, entre aspas, porque o cansaço também é bom e a dor no peito quando o bebê mama no primeiro mês também é boa, mas é de uma profundidade isso tudo, que a gente precisa de tempo para elaborar e para aceitar e para entender. O tempo do corpo ele é muito maior do que o tempo da mídia, por exemplo, que é o meu trabalho, muito maior do que o tempo das empresas, é muito maior do que o tempo que nos é dado. Então, eu acho que a gente tem que reivindicar esse tempo para o nosso corpo também. A gente merece. O bebê merece, mas a mãe também merece. (risos).

(palmas)

A SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB – CE) – Com a palavra, a Dra. Elizabeth.

A SRA. ELIZABETH PEREIRA – Em primeiro lugar eu quero saudar todos os componentes da Mesa, Dr. Dioclécio, Dr. Joelson, Dr. Rubens, Dr. José Eduardo e, particularmente, saudar a nossa Senadora Patrícia Saboya, que, além de cumprimentá-la pela iniciativa, nós, a Secretaria Especial de Política para as Mulheres e, particularmente, a Ministra Nilcéia Freire a saúdo pela incansável luta, pelo braço direito, pela trincheira que você ocupa e nos ajuda na luta pelas mulheres. Saúdo também a todas e a todos componentes do plenário, e quero justificar a ausência da Ministra dizendo, como a nossa Senadora já disse, a Ministra Nilcéia se encontra numa atividade na Eletronorte, aonde ela está, nesse momento, assinando com a Eletronorte o nosso programa de pró-igualdade de gênero. Saúdo as madrinhas, particularmente a Maria Paula, que realmente tocou num assunto importantíssimo que é, nesta conjuntura toda, dentro de toda a importância que reveste a questão da criança, a questão do aleitamento materno, a importância da mulher, que passa por essa situação que

Maria Paula retratou e passa, também, pela angústia da insegurança das relações no trabalho.

Então, sem dúvida nenhuma, é uma preocupação. Com essa preocupação, inclusive, que o nosso plano de política nacional para as mulheres tem um capítulo dedicado à questão das relações da mulher junto às questões ligadas às questões do mundo do trabalho, aonde diversos eixos de ações foram aprovadas na Conferência Nacional e um desses eixos programáticos é exatamente o programa de pró-igualdade de gênero. Esse programa é um programa de iniciativa do Governo Federal junto com a Secretaria da Mulher, e reafirma o compromisso com a promoção da igualdade da mulher no mundo do trabalho, das relações trabalhistas em relação às questões de gênero e ao respeito aos normativos incluídos na Constituição Federal e, também, trata dessa questão, dessa promoção da equidade de gênero, com o olhar da diferença. Porque queremos, sem dúvida nenhuma, o tratamento igual nas relações de trabalho. Mas, nós queremos a equidade, respeitando a diferença.

E é com essa visão que nós, da Secretaria, vamos olhar, analisando, estudando este projeto. Por que isso? Porque, sem dúvida nenhuma, não só esta aritmética está muito mal feita (**risos**), ela precisa ser respeitada, como nós precisamos também olhar para o período que a natureza particular de cada mulher determina em relação ao aleitamento materno. Que, não necessariamente são seis meses. E para isso nós temos, inclusive, artigos que garantem que a mulher tenha condições privilegiadas para ter uma jornada de trabalho reduzida ou ter as questões garantidas dentro da empresa, com creches e tudo mais, para que esse aleitamento seja possível, enquanto for possível o aleitamento. Visto que ele é de uma fundamental importância para o desenvolvimento da criança e para a saúde da mulher.

Portanto, nós vamos fazer a discussão com esse olhar, vamos discutir como já discutimos, não só a questão da importância e das melhores condições para o exercício dessa maternidade, mas nós também queremos discutir a importância da paternidade consciente e atuante, que é fundamental nesse período. Que a gente não dorme que a gente não sabe se vai para cuidar da criança, ou vai para cuidar da casa, ou da janta, porque o marido está para chegar e se o nenê chora na hora. Quer dizer, é toda aquela confusão que a gente vive. Então, quer dizer, essa discussão da paternidade consciente e atuante, ela também é fundamental. Ela é fundamental para a mulher, ela é fundamental para um aleitamento materno tranquilo, que é fundamental para a criança, e para estimular as relações de afeto, de carinho, e de proteção que esta criança precisa

para se desenvolver. Ela precisa da mãe, sem dúvida nenhuma, mas ela precisa, também, do pai. Então, mais uma vez, em nosso nome e em nome, particularmente, da Ministra Nilcéia, nossos parabéns a todas e a todos que contribuíram para mais uma iniciativa e, particularmente, à Senadora, por abraçar mais essa luta. Obrigada.

(palmas)

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB – CE) – Queria registrar a presença da Dr^a Ana Cecília Sucupira, que é coordenadora da área da saúde da criança e aleitamento materno do Ministério da Saúde. Queria agradecer pela presença. E passo, imediatamente, a palavra ao José Eduardo, que representa aqui o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente, que terá o tempo necessário para o que desejar falar.

SR. JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE – Bom dia a todas e todos, Senadora Patrícia Saboya, Senador Paim, eu quero, inicialmente, justificar a ausência do Presidente do CONANDA, o José Fernando da Silva, que não pode vir, mas que solicitou que eu viesse, uma vez que sou Conselheiro, representando o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e trouxesse algumas considerações, uma vez que o projeto está sendo analisado pela comissão legislativa do CONANDA, mas que já foi apreciado por nós Conselheiros e que já tem, certamente, indicação do apoio do CONANDA.

Quero destacar que é importante encontrar aqui, não só os militantes que estão na Mesa, porque aqui não temos só agentes públicos, nós temos militantes da causa dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente. Mas, certamente, os que estão aqui participando da audiência são, de fato, militantes. Porque se deslocam para cá para acompanhar um ritual que tem uma importância na medida em que destaca o tema e que certamente influencia Senadores e Senadoras que eventualmente não estão tão próximos como está a Senadora Patrícia (**risos**).

Eu fiz aqui já uma... Certamente, essa dupla ela seria exemplo para todos os Senadores e Senadoras, não apenas pelo tema da criança, da sua mãe, mas pelo tema da defesa dos Direitos Humanos. E é isso que eu quero, rapidamente, destacar. Primeiro, passar também um relatório que está aqui com o Dr. Rubens, mas eu estou entregando formalmente à Comissão, que é um relatório do plano “Presidente amigo da criança”. E por que faço isso? Primeiro, porque ele foi apresentado na nossa última reunião, é o plano do comitê gestor do Governo, que acompanha exatamente o que foi dito aqui já na Mesa, com relação às metas do milênio e aos direitos que estão assegurados na

Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente, no plano que o CONANDA elaborou na sua penúltima conferência dos direitos da criança e do adolescente, e que se concretizou através da iniciativa da Fundação ABRINQ aqui, que construiu uma matriz que nos permite acompanhar a evolução dos indicadores dos direitos assegurados pela Constituição, como já disse, e que se materializam em programas, serviços e ações.

Esse relatório é de 2004, o de 2005 estará sendo entregue em breve, há um pacto com a sociedade civil organizada de que nós possamos entregar o relatório até abril agora, e também há os relatórios da sociedade civil. Quero, também, passar como documento, a Política Nacional de Assistência Social, e aí eu falo do lugar que ocupo no Ministério, que é a Diretoria de proteção social básica, dentro da Secretaria Nacional de Assistência Social, que vê esse tema importante, na medida em que faz a relação do indivíduo criança pequena com a mãe, e, portanto, com a família. Aqui a Dr^a Beth fez a menção e, quero destacar isso também. A família é o núcleo que protege, que cuida e que, à frente, vai educar essa criança.

Então, é fundamental destacar que o projeto traz um tema que suscita a discussão sobre as responsabilidades da família e as responsabilidades da sociedade. Quero destacar que a proteção social ela não é apenas àquelas famílias de uma renda *per capita* menor do que meio salário mínimo, menor do que um quarto de salário mínimo, que, infelizmente, são muitas famílias nesse País. Mas, a proteção social ela se dedica também à preocupação com os ciclos de vida. E o ciclo de vida da criança pequena, o ciclo de vida da criança que acabou de vir ao mundo é, de fato, um ciclo de maior vulnerabilidade e que permite que possamos discutir cuidados especiais. A criança e a mãe.

Agora, quero destacar também que esse passo importante, que está se dando aqui com o projeto e que nós temos que apoiar, ele remete para a condição daquelas mães de famílias que nem no mercado formal estão. Então, são famílias cujas mães trabalham, porque a renda familiar precisa do recurso que ela também ganha, mas que, portanto, não estando no mercado formal ela não se beneficia desse projeto. No entanto, o projeto é importante, porque primeiro ele avança na linha de que num futuro possamos ter, para todos que estejam integralmente no mercado formal de trabalho, possam ter isso como um direito, ele certamente vai trazer na cultura do empresariado, e o Dr. Rubens já fez menção da acolhida que teve junto, não apenas à fundação, que é uma organização da sociedade civil, mas junto aos órgãos de classe do empresariado, mas, mais do que isso, a cultura absorvida é a luta de todos nós para

que isso seja garantido enquanto um direito a todas as mulheres e que possamos também pensar que é preciso ação de proteção para aquela família que nem no mercado formal de trabalho está integrada.

Por último, quero destacar que o testemunho da Maria Paula trouxe outro componente, que é se por um lado pensamos e falamos da cultura empresarial, é a cultura do próprio indivíduo.

A cultura e a compreensão, por parte da mãe, por parte do pai, por parte do núcleo familiar, que muitas vezes não se constitui necessariamente nessa dupla, mãe e pai, da importância do aleitamento. Eu acredito que junto com a discussão deste projeto, certamente esse é outro tema que vai estar na nossa pauta e é por isso que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que é o órgão responsável pela deliberação e pelo acompanhamento das políticas voltadas para a criança e para o adolescente e para sua família, traz o apoio a essa iniciativa da Senadora. Muito obrigado.

(palmas)

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB – CE) – Bem, eu queria, Senador Paulo Paim, até como eu estou sentindo essa audiência, uma coisa mais informal, estou me sentindo tão em casa, vendo tantas pessoas queridas aqui, e por se tratar de um tema que eu venho procurando me debruçar ao longo da minha vida, me aprofundar e conhecer cada vez mais para defender essa, que não é só uma bandeira, mas eu acredito que é uma causa de vida, é uma escolha que fiz uma opção por um mandato e por outros que eu já tive a oportunidade de exercer, uma causa mesmo que eu decidi abraçar com tudo que eu possa. E sem limites para isso. De forma, às vezes, intransigente na luta e na defesa dos direitos da criança e do adolescente. E, como eu me sinto aqui, em casa, nessa situação que nós estamos vivendo, eu pediria para falar um pouquinho agora e em seguida lhe passaria a palavra... A Maria Paula já falou, não sei se ela...

SRA. MARIA PAULA – Eu só quero de novo agradecer a oportunidade de participar de um momento tão bonito na história do nosso País. Patrícia, eu te admiro muito e tenho orgulho e honra e sinto que é muito bom estar com você nesse momento. Vamos com tudo, vamos conseguir. Vai virar lei. (risos). E, obrigada a todos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB – CE) – Eu queria, então, agradecer à Maria Paula, porque ela abraçou essa causa. Na verdade, foi ela que nos provocou para que isso pudesse acontecer, ao lado da Sociedade Brasileira de Pediatria, do Dr. Dioclécio, através da Ordem dos

Advogados do Brasil e de tantos outros que, pouco a pouco, foram chegando e se aliando a essa causa. Eu acho que, se no começo nós éramos poucos, hoje esse contingente tem aumentado, nós já conseguimos duzentas mil assinaturas, e isso é muito importante, vamos continuar nessa luta.

Eu queria cumprimentar a todos aqui presentes, Dr. Dioclécio, quero cumprimentar ao representante da Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. Joelson Dias, quero cumprimentar ao Dr. Rubens Naves, quero cumprimentar a representante da Ministra Nilcéia Freire, a Dr^a Beth, quero cumprimentar o representante do CONANDA, o Zé Eduardo de Andrade, nosso parceiro nessa luta, o Senador Paulo Paim, quero aqui dizer do meu testemunho, da minha admiração, do meu respeito pelas suas causas, pela causa que abraça pelo povo do País, por toda a população, principalmente os mais simples, humildes, os mais pobres, e a entrega que faz, de corpo e alma a essa causa, que é reconhecido hoje, não só pelo Congresso Nacional, mas tenho certeza que por todo o País, pelas causas que V. Ex^a vem abraçando e vem lutando.

Então, para mim, é um privilégio, é uma honra muito grande poder estar ao seu lado em mais uma luta que, eu tenho certeza, nós sairemos todos vencedores. Porque é uma causa dos homens e mulheres de bem, é uma causa de todas as crianças do nosso País.

Então, eu queria me despir um pouco aqui também da posição que eu estou ocupando como Senadora, e queria até falar, na direção que a Maria Paula falou, da minha experiência também como mulher e como mãe. Eu... A minha primeira filha, a Lívia, hoje tem 22 anos de idade, e eu sofri muito também. Meu Deus! Eu tinha 19 anos, quando ela nasceu. E eu não tenho irmãos mais novos, então foi a minha primeira experiência. Foi da mesma forma que foi muito gratificante, foi muito sofrimento. Porque tinha hora que não dava leite, eu chorava, ligava todo dia para o banco de leite, para a Dr^a Márcia na Universidade Federal do Ceará para ela ficar conversando comigo, dizendo que isso era normal, que isso era natural, que eu ficasse calma. Se a campainha tocasse, eu chegava a desligar a campainha de casa, para ninguém fazer barulho, para a Lívia não acordar. Porque ficava exausta também, perambulando pela casa de manhã, de tarde, de noite. Então, foi muito sofrimento, como todas as mães, mas uma alegria hoje gigantesca de ver aquela menina maravilhosa, linda, brilhando, fazendo faculdade, sendo feliz, sendo a minha melhor amiga.

Hoje eu tenho a certeza, a minha filha é a minha melhor amiga. E eu tenho certeza que ela também é a minha melhor amiga. (palmas). E eu acho que foi a minha experiência no meu dia-a-dia que me fez abraçar

essa causa. Porque eu acredito. Desculpa, se eu ficar emocionada, mas é porque eu gosto muito de falar sobre esse assunto e toda vez que eu falo, eu me lembro de um monte de criança que não tem isso, não tem essa oportunidade, que está no meio da rua, que está desprezada, que está abandonada. E está se prostituindo, está tendo que trabalhar forçado, está vivendo de escravo em algum lugar, em algum País, que está sendo utilizada pelo narcotráfico, que não tem casa para morar, que não tem escola para estudar, que não tem nada. Que não tem nada. Só tem, talvez, a nossa voz. E essa voz é que não pode calar. E cada vez que aumenta esse exército, para mim é uma vitória. Um a mais, eu fico feliz. Eu comemoro, porque eu acho que essa causa é... Desculpa, gente. (*choro*).

Desculpa. (*palmas*)

E, quando o Dr. Dioclécio me procurou para falar desse projeto, meu olhinho brilhou. Disse que o Palocci, quando fala em recurso, o olho dele faz "clim, clim, clim" faz aquele cifrão. O meu, quando fala de criança, brilha assim. E o Dr. disse assim: "Eu queria que você apresentasse esse projeto". Eu falei: "Eu não acredito. Isso para mim é uma bênção". E, na mesma hora, agradei a ele, agradei ao Dr. Busato por terem me dado essa oportunidade, eu digo que é uma oportunidade, Senador Paulo Paim, porque eu digo, meu Deus, eu acho que se eu conseguir isso, eu digo que eu consegui muita coisa e eu vou, não me dar por satisfeita, porque ainda tem muito que fazer, mas eu vou me sentir muito completa de ter podido ajudar e colaborar em tudo isso. Então, como eu senti isso na pele, quando nasceu a Lívia, depois nasceu o Cirinho, que já tem 21 anos, nasceu o Yuri, que já tem 17 anos, e agora, a Maria Beatriz, que tem 10 meses, que está comigo, que é uma menina linda, lá do Ceará, e que foi um presente que Deus colocou na minha mão agora. E já tentei muito que ela amamentasse também, mas não deu certo. (risos). Tentei muito. Mas não deu certo, até porque agora, a maternidade, quando a gente está mais madura, é uma coisa mais tranqüila. Apesar de que eu também fico correndo, choro, ligo para o Dr. Denis, que é o pediatra da Maria Beatriz, que agora é o Pediatra da Maria Beatriz, que aqui é representante da Sociedade de Pediatria do Distrito Federal, e eu quero mandar também um beijo para a Ana Maria Cavalcanti que é representante do meu estado, o Estado do Ceará, e com ela eu aprendi muito lá no Ceará, com as pessoas mais simples, mais humildes, ela que foi Secretária de Saúde, e é uma amiga querida do meu coração, e que está aqui presente acompanhando essa audiência.

Eu queria muito mais, Maria Paula, agradecer a todo mundo, porque o projeto já foi tão explicado aqui

por todas as pessoas, todo mundo, que conhece até muito mais, porque o meu, eu sou pedagoga, eu sou professora, sou mãe, sou mulher, sou senadora, tive o privilégio de ser a primeira senadora mulher do meu estado e isso aumenta a minha responsabilidade, com certeza, para que outras mulheres possam também estar na política, lutando por isso que a gente luta, e acabar com esse mito de que as políticas sociais são coisas de mulher. Não são. É coisa de mulher e de homem de bem. De gente que quer e torce para que esse País melhore. Gente que não se conforma mais com essa situação, com essa miséria, com essa pobreza, com essa falta de comida, com essa falta de oportunidade. E gente que não vai ficar quieta, de forma alguma, que não vai parar de denunciar, mas não só de denunciar, mas de fazer a sua parte, como cada um que está aqui, está fazendo a sua parte. Eu sei que hoje e eu queria que essa Audiência Pública tivesse repleta de senadores. Mas a gente está aqui numa concorrência danada. "CPI para cá, é CPI para lá, os senadores vêm aqui e voltam, a Senadora Fátima Cleide, que eu quero também agradecer pela presença, que tem sido uma grande batalhadora, é uma mulher de fibra, de coragem, em todas as lutas, principalmente na CPI da Exploração Sexual, que a gente andou esse Brasil inteiro, visitamos 22 estados brasileiros ouvindo as crianças, fomos criticados no final num relatório, pelos adultos, porque nós escolhemos dar, pela primeira vez, fé à voz das crianças. Quando as crianças denunciam algum crime, alguma situação de maus-tratos, logo, logo os adultos dizem: "Estão fantasiando, estão inventando."

Criança também mente, criança fantasia". E essa CPI valeu. As pessoas ainda não foram punidas. Nós não conseguimos ainda o nosso objetivo final da CPI. Mas nós trouxemos esse assunto para a pauta, para a agenda desse País. Hoje, em qualquer lugar que a gente ande, as pessoas sabem que existe isso. Sabe que esse é um fenômeno que tem atingido as cidades grandes, as cidades pequenas, as cidades médias, as cidades ricas, as cidades pobres. Sabe que isso começa na porta da escola, a gente tem alertado que é importante que pai e mãe parem de ter medo de conversar com os seus filhos. Explique, porque senão vão aprender na rua, por que não ter a oportunidade de aprender dentro de casa?

Então, eu quero hoje assim só dizer e agradecer. Agradecer a vocês, agradecer ao Dr. Dioclécio, mais uma vez, porque vocês me deram essa oportunidade. E eu vou carregar isso para o resto da minha vida, com muita felicidade. Porque eu vou levar isso até o fim, eu tenho certeza que o eu e o Paulo Paim vamos sair por esse Brasil convencendo a todo mundo, até que

todos realmente assegurem esse que é um direito dos nossos filhos, de todas as crianças brasileiras. Se em alguns lugares isso não acontece, ou em países mais avançados ou mais ricos, isso não é motivo para que a gente aqui desanime. Pelo contrário, o Brasil precisa dar exemplo. O Brasil precisa dar exemplo, porque nós estamos cansados de maus exemplos.

Nós estamos cansados de pessoas que nos representam e que, infelizmente, ao chegar no poder ou adultos, deputados, senadores, governadores, presidentes, que abraçam as crianças, que beijam as crianças, mas que, no dia seguinte, na hora do orçamento não vem dinheiro. Que no dia seguinte, na hora de construir moradia para essas crianças não tem recurso. Na hora de combater o trabalho infantil não tem recurso, na hora de combater a exploração sexual não tem recurso. Chega disso. Chega disso. Eu estou cansada. Eu estou cansada de tudo isso, mas, ao mesmo tempo, eu estou com mais vontade de lutar, com mais vontade de vencer essas batalhas. E eu tenho certeza, que ao lado de cada um de vocês e de tantos outros que não estão aqui, e eu quero agradecer a Flávia que está aqui, que fez o sacrifício, que veio lá do Rio de Janeiro com o neném dela, para mostrar o seu exemplo. Olha aqui, que coisa mais linda do mundo! (palmas).

Eu queria, então, passar a palavra à Senadora Fátima Cleide, antes da palavra ao Senador Paulo Paim. Desculpa eu não falar mais tanto do projeto, mas eu acho... Quero agradecer ao Dr. Rubens, que veio lá de São Paulo, tem me acompanhado nessa peregrinação, o Dr. Rubens, a netinha dele também vai nascer, agora, e ele fez também esse sacrifício de vir aqui, por essa causa, ao Conanda, que tem sido nosso aliado, nosso parceiro, a OAB. Enfim, a todos vocês pediatras do Brasil, que fizeram questão de estar aqui hoje para apoiar.

Eu tenho certeza, hoje não tem muitos senadores e senadoras aqui, alguns vieram, eu pedi, fiz um apelo "Olha, eu sei que tem muita coisa, mas dêem um pulinho lá para saber que esse projeto vai contar com o apoio de vocês", o Senador Renan Calheiros, que é Presidente da Casa, nós já tivemos uma audiência com ele, e ele demonstrou todo o interesse e sensibilidade. Os empresários também estão apoiando esse projeto. A gente tem que acabar com esse mito de que os empresários estão contra. Não estão contra. É um projeto, pode ser polêmico sim, pode ser polêmico, porque se trata de discutir o acesso da mulher ao mercado de trabalho. Mas, chega disso. Está na hora de se respeitar as mulheres. Afinal de contas nós carregamos a humanidade no nosso ventre. Nós ficamos nove meses com os nossos filhos na barriga,

para que eles sejam senadores, para que eles sejam pediatras, para que eles sejam Presidentes da República. Somos nós que carregamos essas crianças na barriga, somos 52% da população. Os outros 48% são nossos filhos. Será que nós, que trabalhamos numa média de 30 anos na vida, não temos direito a ficar seis meses com nossos filhos dando carinho, falando no ouvidinho palavras de amor, falando no ouvido, abraçando, cheirando, falando eu te amo, meu filho? Isso, é só isso que a gente está pedindo.

Então, está na hora de respeitar as mulheres brasileiras, mas, mais do que isso, respeitar as crianças brasileiras, que merecem o nosso apoio, a nossa responsabilidade, o nosso compromisso, a nossa determinação, a nossa voz e a nossa luta. Muito obrigada a todos vocês.

E eu passo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

(palmas)

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Senadora Patrícia Saboya, parabéns, mais uma vez, sempre grandiosa na defesa dos projetos que envolvem as crianças e os adolescentes do nosso País. Eu agradeço pelas palavras a mim direcionadas. Eu vim aqui "correndo", apenas para deixar a minha palavra, o meu compromisso de também estar nesta luta em defesa da licença maternidade de seis meses. Eu sou mãe de, hoje, três jovens, e sou avó de dois bebês. Então, eu sei exatamente a importância, como dizia a Senadora Patrícia Saboya, a gente gera a humanidade. A importância de ficarmos com as nossas crianças um pouco mais. Eu, apesar de não ter tido a possibilidade de ficar com meus filhos seis meses, voltei a trabalhar com três meses, logo... Após o nascimento de todos os três, consegui, com muita dificuldade, amamentar até um ano e meio. Mas eu sei as dificuldades que tive que enfrentar, trabalhando de manhã, à tarde e à noite, para amamentar durante um ano e meio meus meninos.

Portanto, eu quero aqui deixar meu compromisso e, desde já, dizer que voto favorável ao parecer do Senador Paim, que também será favorável ao projeto. (palmas)

E dizer que nós estamos numa outra frente de luta, e por isso não estive aqui durante toda a audiência. Peço desculpas, por não ter podido ouvi-los a todos, mas nós estamos tendo uma Audiência Pública, neste exato momento também, sobre o Fundeb. E nós gostaríamos aqui de convidá-los a se engajar conosco nesta luta, porque também diz respeito a mais recursos para atender, o mais rápido possível, as nossas crianças, que hoje têm um ano e que amanhã terão três. E os que têm sete, amanhã terão dez. Então, nós precisamos da aprovação do Fundeb já, porque isso significa mais recursos, imediatamente, para o Poder

Público, destinados à nossa educação básica. Então, queremos muito poder contar com o apoio de todos vocês também nesta luta. Muito obrigada.

(palmas)

A SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB – CE) – Obrigada, Senadora Fátima Cleide. E agora, eu ia passar a palavra ao Relator, Senador Paulo Paim, mas veio aqui e eu quero agradecer, porque voltou o Senador Flexa. E, com a palavra, o Senador Flexa e em seguida o Senador Eduardo Azeredo. Obrigada.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senadora Patrícia Gomes, que preside esta Sessão da CDH, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Srs. convidados. Senadora Patrícia, não poderia deixar de estar presente de uma Audiência Pública de um projeto de tal magnitude como é o de vossa autoria. Eu iniciei ouvindo as exposições do Dr. Dioclécio, do Dr. Joelson, tive que me ausentar porque tinha uma PEC nossa, de nossa autoria em votação na Comissão de Constituição e Justiça e eu fui acompanhar a votação e não pude ouvir os outros expositores.

Mas tenho absoluta certeza que isso é um projeto de vencedores, de soma positiva, e que deve ser apoiado e endossado, não só pelo Congresso, pelo Senado, pela Câmara, mas pela sociedade brasileira como um todo.

Pela leitura do projeto e pelo que ouvi e pela vivência que temos, eu tenho absoluta certeza que V.Ex^a foi de uma objetividade muito grande quando colocou no bojo do projeto que não há nenhuma imposição tanto das empresas como das mães em adotarem a extensão da licença maternidade. Quer dizer, é uma opção das mães e também as empresa não terão nenhum prejuízo, porque irão abater esse pagamento do Imposto de Renda devido. Então, eu espero Deus que o Governo não coloque objeções à frente, porque, toda vez que há uma intervenção na Receita da União, agora mesmo nessa PEC minha que foi graças a Deus também aprovada na CCJ, era para fazer uma compensação aos estados exportadores, do ICM não cobrado na exportação, e que a União se incorpora desse benefício, que é da nação, da questão das exportações brasileiras.

E, novamente, vencemos com o voto contrário do Governo. Eu espero que neste caso, como é uma questão humanitária, o Governo tenha a sensibilidade de aprovar a medida e o nobre relator aqui, Senador Paulo Paim, do PT, já declarou voto favorável. Então eu espero que a base do Governo acompanhe também o Senador Paim, e a gente possa acelerar o processo de aprovação. Eu quero, ao final, parabenizá-la, Senadora Patrícia. V.Ex^a tem colocado aqui o seu trabalho sempre em benefício das minorias, dos mais necessitados, como é o comportamento de V.Ex^a, permanente.

Atendendo os interesses do seu estado, o Estado do Ceará e atendendo os interesses de toda a sociedade brasileira, na proteção dos mais necessitados. Parabéns a V.Ex^a, parabéns aos nossos convidados ao apoiarem esse projeto.

(palmas)

A SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB – CE) – Muito obrigada, Senador. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senadora Patrícia Gomes, Sr^{as} e Srs. expositores, Srs. Senadores. Eu quero também aqui me manifestar favoravelmente a esse projeto, na medida em que ele tem um alcance social muito importante. E ele está muito bem definido. Ele não significa apenas uma renúncia fiscal. Ele tem exatamente uma proposta de adesão, como bem lembrou o Senador Flexa Ribeiro. Ele tem uma de que a empresa aderindo possa ser ressarcida. Se nós formos lembrar que também o índice de natalidade tem reduzido muito no Brasil, então, quer dizer, é diferente falar na licença maternidade hoje, quando se falava em licença maternidade 20 anos atrás. Há 20 anos atrás, a licença maternidade significava muito mais, o número muito maior de dias em que haveria ausência das funcionárias do que hoje. Porque as funcionárias, na época, tinham quatro, cinco seis filhos.

Hoje, as funcionárias têm um, dois, no máximo, três, e tem sido a média brasileira, que caiu bastante. Então esse é um fato muito importante. E uma lei que se adapta a uma realidade, de um menor número de filhos que as mulheres têm hoje.

Mas eu quero é aproveitar também, Senadora Patrícia, e colocar aqui uma preocupação minha.

É que nós temos aprovado, às vezes, alguns projetos importantes aqui no Senado, mas que param na Câmara. Nós fomos companheiros aí na CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, V.Ex^a foi a presidente e, ali daquela CPI, saíram projetos. Projetos importantes, que foram aprovados aqui pelo Senado, e eles estão parados na Câmara há muito tempo.

Então, são projetos que nós precisamos ter um esforço junto à Direção da Câmara, no caso, para que eles sejam votados e entrem em vigor. E que nós tenhamos, por exemplo, as questões ligadas também à licença maternidade, para a adoção de crianças, que ela seja implementada rapidamente, também já aprovado pelo Senado.

Então, esse é o posicionamento que eu queria trazer aqui, mais uma vez cumprimentando pela oportunidade do projeto e pelo nosso Relator, Senador Paim que é sempre um lutador pelas causas sociais e eu tenho certeza que esse é o parecer dele. Muito obrigado.

(palmas)

A SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB – CE) – Muito obrigada, Senador. Senador Paulo Paim. Até queria aqui, me permita, Senador Flexa, eu nem lhe consultei, mas o Senador Flexa tem sido um companheiro também excepcional aqui nas horas difíceis e tem sido um braço muito forte na direção dessas nossas conquistas aqui. Eu sempre tenho contado com o apoio dele. E sei que V.Exª também faz parte da Confederação Nacional das Indústrias. E eu quero aqui lhe fazer um pedido. Me leve até lá, a mim o Dr. Dioclécio, a OAB, o Dr. Rubens, para que a gente possa convencê-los, também, de nos apoiar nesse projeto e o Senador Paulo Paim. Na hora que o senhor marcar nós vamos para lá para convencer também a Diretoria de lá.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Com certeza, Senadora Patrícia. A Confederação Nacional da Indústria dará total apoio ao vosso projeto e o convite já está aceito. Eu vou agendar na próxima reunião de Diretoria e encaminharei o convite para que V. Exª, possa apresentar o projeto e aí ter de viva voz e de corpo presente a aceitação e o apoio total da CNI.

(palmas)

A SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB – CE) – Obrigada, Senador Flexa. Muito obrigada. Quero também anunciar ao Senador Paulo Paim que hoje, provavelmente, nós daremos entrada já a um Projeto de Resolução aqui da Casa, do Senado, que prevê a licença maternidade para nós senadoras, porque não existe, na Casa, licença maternidade. E eu vou ser, provavelmente, a primeira a beneficiária desse projeto, em função da Maria Beatriz, que tem dez meses e que eu quero ficar também, ter o direito de ficar com a minha filhinha, curtindo-a, apesar de não ter vindo aqui da minha barriga, mas, certamente, do meu coração, da minha alma e da minha mente. Então, certamente, a partir, eu acho, que da semana que vem, eu já tenho isso falado com o Diretor da Mesa, o Carreira, a gente deve estar aprovando esse projeto na CCJ semana que vem, e o Senado passa a ter também licença maternidade, que é mais uma conquista para nós mulheres e para as nossas crianças.

(Risos.)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senadora, uma Questão de Ordem. Parece-me extensivo às senadoras, como mulheres que são, a licença maternidade. Não há o que regulamentar no Senado.

A SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB – CE) – Pois é. Mas, infelizmente, nós não somos CLT, nós não temos... Enfim, não temos. Em 2003 a Câmara conseguiu também

aprovar essa Resolução. E agora, em 2006, é que nós vamos regularizar isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então vamos regularizar o mais rápido possível, para V. Exª ser beneficiada. (Risos.)

A SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB – CE) – (Risos) Obrigada. Com a palavra, finalmente, o Senador Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT – RS) – Senadora Patrícia, se me permitir, Senadora Patrícia, eu cumprimentando a senhora eu cumprimento, tenho certeza, não precisa repetir o nome de cada um dos painelistas, eu ouvi a todos, fiz todas as minhas anotações aqui, e aqui não há nenhuma posição contrária, eu diria, já ao nosso projeto. Não meu, não seu, mas nosso, da sociedade brasileira. E da forma que V. Exª fez, eu queria lembrar, eu, menino ainda, três, quatro, cinco anos, e minha mãe já faleceu, maio pai também, e minha mãe trabalhava na GTAL, uma fábrica de compensado em Caxias do Sul, e ela me contava a dificuldade que era para me amamentar. Ou seja, os dois só, e tinham que fazer com que um vizinho, uma vizinha, eu menino nascido, enfim, me pegasse no colo e me levasse na fábrica.

Ela tinha que sair da fábrica, na portaria, e me amamentar. Porque não teve o período adequado para... Não tinha uma licença como essa que V. Exª, propõe. Eu faço essa homenagem não à minha mãe, a todas as mulheres, porque eu sei da dificuldade das suas vidas, como foi na vida da minha mãe, que Deus, tenho certeza, está com ela. Corno digo sempre, meu pai era domador de cavalo, eu sempre digo, e, quando ela falece, e nós somos dez irmãos, e todos choravam. “Fique tranquilo, ele está lá nas pradarias do céu, cavalgando e esperando ela na porta”. Eu faço isso em homenagem às mulheres, mas quero também fazer uma homenagem a um homem, e, por incrível que pareça, não é do meu partido. Se chama Alcenir Guerra. Alcenir Guerra, porque eu fui constituinte. E ele apresentou na Constituinte, a licença paternidade. Era meio que um deboche no plenário. Eu tinha uma relação muito... E ele disse: “Paim, quando eu subir lá, tu vai ver que eu vou mudar isso”. Ninguém acreditava.

“Essa proposta está derrotada”. E ele subiu à Tribuna, me lembro como se fosse hoje. Olha, em 88 isso. Subiu lá em cima e fez o mais belo discurso e que eu ouvi, em homenagem aos pais e mães, homens e mulheres e contando a história de quando sua filha nasceu, e ele é médico também. O projeto foi aprovado, por unanimidade.

Então, num momento desse, porque a sua proposta é uma proposta arrojada, como foi a proposta arrojada do Alcenir Guerra. Eu nunca tinha ouvido fa-

lar em licença paternidade. Por desconhecimento. Ele apresenta, num primeiro momento foi ridicularizado, e ele sensibiliza o plenário, e lá estava Mário Covas, estava Ulysses Guimarães, enfim, estavam todos os homens, do passado e do presente, que colaboraram com aquele grande momento da História.

Então, o Alcenir Guerra merece essa lembrança, no momento (*inaudível*) (1h41m50) o projeto.

O seu projeto é um projeto também ousado. Eu sei que muitos não entenderam bem a...

Porque na hora que entender o projeto, não tem como ser contra. V. Ex^a não está impondo nada. Está dizendo quem não quiser que vá optar quem não quiser, que não faça a opção. A empresa que não quiser, que não faça. E aí V. Ex^a aponta via esse projeto que é grande, que é a “Empresa Cidadã”. A responsabilidade social que têm e que terão todos os nossos empresários. Eu só queria, bem rapidamente, dizer isso, isso demonstra o meu compromisso com a sua história, com a sua caminhada e com todo o nosso povo e toda a nossa gente.

Houve aqui nessa mesma sala uma Sessão secreta. E V. Ex^a me convidou para fazer parte daquela Comissão da exploração menores, a exploração sexual. E aqui, V. Ex^a, Presidente, Maria do Rosário, Relatora. E aqui um dia, numa Sessão Secreta, vocês expuseram, no meu Estado, no Rio Grande do Sul, foram fazer uma sindicância, enfim, foram ao Estado e foram dar um flagrante, poderia eu assim dizer, num caso específico de exploração de crianças por homens. Eu não vou citar o nome, de novo aqui, da Deputada, se me permitir. E, no meio de noite, lá estavam vocês duas acompanhadas por alguns policiais. E quando entra um daqueles carros que estavam explorando as menores, as meninas crianças, era exatamente o cunhado de uma Deputada muito atuante nesta sala. Eu vi aqui a Deputada chorando, e dizer: “Vou denunciá-lo”. E foi ele denunciado, efetivamente, com muito rigor. E eu vi a Deputada chorando, fazendo o auto de denúncia e eu vi V. Ex^a chorando junto com ela pela solidariedade”.

Isso mostra, com esse fato que eu relatei que foi numa Sessão secreta, o compromisso de V. Ex^a e dessa Deputada que eu tenho também o maior orgulho de dizer que a sua história é uma história tão bonita quanto a da senhora. Por isso tudo, e poderia aqui falar horas e horas, porque eu tenho certeza absoluta que esse projeto vai ser aprovado. E eu terminaria dizendo, parabéns, Senadora, como é bom saber que no mundo existem pessoas como a senhora.

(palmas)

E se me permitir é a última frase, eu quero olhar para aquelas duas senhoras, aquelas duas mães ali,

e dizer para vocês, como é bom ver uma mulher negra e uma mulher branca, abraçadas pela mesma causa. Essa causa ninguém derrota. A vitória é vitória certa. Parabéns a todos vocês.

A SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB – CE) – Muito obrigada a todos por essa Sessão. A nossa luta vai continuar. Obrigada a todos. Um beijo no coração.

Sessão encerrada às 12h23.

**ATA DA 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA)
DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E
LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, CONJUNTA COM
A 7ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS E A
8ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO
DE EDUCAÇÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2007,
QUARTA-FEIRA, ÀS 10h HORAS**

2ª Audiência Pública

Às dez horas e doze minutos do dia vinte e um de março de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência da Senhora Senadora Patrícia Saboya Gomes, reúnem-se as Comissões de Assuntos Sociais e a de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores **Flávio Arns, Fátima Cleide, Paulo Paim, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita, Paulo Duque, Wellington Salgado, Romeu Tuma, Jonas Pinheiro, Arthur Virgílio, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, José Nery, Serys Slhessanrenko, Eduardo Suplicy, Augusto Botelho, Marcelo Crivella, Mão Santa e Lúcia Vânia**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os (as) senhores (as) senadores (as) **Leomar Quintanilha, Gilvam Borges, Demóstenes Torres, Eliseu Resende e Papaléo Paes**. A Senadora Patrícia Saboya declara aberta a reunião conjunta das Comissões, submetendo à Comissão de Assuntos Sociais, à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e à Comissão de Educação a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores, que são em seguida aprovadas. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atende ao requerimento nº 1 de 2007 – CDH, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes para instruir o PLS nº 281, de 2005, que “cria o Programa Empresa Cidadã, destinando à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal”. Com os seguintes convidados: José Pastore – Consultor da CNI

e Professor da Universidade de São Paulo, representado Armando de Queiroz Monteiro Neto – Presidente da Confederação Nacional da Indústria; Paulo Antonio Skaf – Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; Eugênio Pereira da Cunha Garcia, Assessor da Divisão Sindical da CNC, representado Antonio José Domingues de Oliveira Santos – Presidente da Confederação Nacional do Comércio; Michael Haradon – Presidente da Fersol; Ivan Zurita – Presidente da Nestlé. A Senhora Presidente convida os senhores convidados a sentarem-se à mesa para dar início aos debates. As dez horas e trinta e sete minutos a Senhora Presidente dá a palavra ao Senhor José Pastore, que expõe, utilizando recurso de multimídia em arquivo **Power Point**. As dez horas e cinquenta e sete minutos a Senhora Presidente dá a palavra ao convidado Senhor Michael Haradon, Presidente da Fersol, que utiliza recurso de multimídia em arquivo **Power Point**. Durante uma pausa na apresentação do Senhor Michael Haradon, para sanar problemas técnicos no equipamento de multimídia da sala de reunião nº 2, a Senhora Presidente passa a palavra ao Doutor Deuclécio para suas considerações. Às onze horas e vinte e cinco minutos a Senhora Presidente passa a palavra ao Senhor Eugênio Garcia da Confederação Nacional do Comércio para sua exposição. Às onze horas e vinte e nove minutos a Senhora Presidente passa a Palavra a Senhora Cláudia para suas considerações. Às onze horas e trinta e três minutos a Senhora Presidente passa a palavra para a atriz Maria Paula, Madrinha da campanha de apoio ao projeto em instrução. Às onze horas e cinquenta e dois minutos a Senhora Presidente franqueia o uso da palavra aos Excelentíssimos Senhores Senadores. Fizeram uso da palavra as Senhoras Senadoras Kátia Abreu, Patrícia Saboya Gomes, Fátima Cleide, Serys Silhessarenko e Rosalba Ciarlini e os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, Inácio Arruda, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Paulo Paim e Eduardo Suplicy. Durante o uso da palavra dos Senhores Senadores às doze horas e um minuto a Senhora Presidente passa a Presidência ao Senador Paulo Paim. As doze horas e trinta e dois minutos o Senhor Presidente Senador Paulo Paim passa a presidência a Senhora

Senadora Patrícia Saboya Gomes. Faz uso da palavra o Senhor Joelson Dias, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, que faz suas considerações, em ato contínuo às treze horas e dez minutos o Senhor Senador Paulo Paim pede a palavra e a Senhora Presidente lhe dá a palavra para suas considerações finais como relator do projeto. A Senhora Presidente às treze horas e quinze minutos franqueia a palavra aos convidados que desejam fazer suas considerações

finais. Item Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Senhora Presidente faz suas considerações finais e encerra a reunião às treze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB – CE) – Bom-dia a todos.

Havendo número regimental declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais e a 5ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

A presente Reunião conjunta destina-se à Audiência Pública com a presença do Exmo. Sr. Nelson Machado, Ministro da Previdência, com vistas a tratar das questões atinentes ao Fórum Nacional da Previdência e o papel do Parlamento, atendendo ao Requerimento nº 1 de 2007 da Comissão de Assuntos Sociais e ao Requerimento nº 2 de 2007 da Comissão de Direitos Humanos, ambos de autoria do Senador Paulo Paim.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Senadores que aprovam, queiram permanecer como se acham.

Aprovada.

Sobre a mesa, Requerimento nº 3 de 2007 da CAS e nº 6 de 2007 da CDH que solicita que a referida audiência seja realizada no dia 27, hoje, de fevereiro de 2007 de autoria do Senador Paulo Paim. Os senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Peço ao ilustre Senador Paulo Paim e o Senador Nery para acompanhar o Ministro até a nossa mesa.

Dando início a nossa reunião, a nossa Audiência, em primeiro lugar eu gostaria de agradecer, como presidente da Comissão de Assuntos Sociais a honrosa presença do Ministro Nelson Machado que prontamente atendeu ao nosso convite. A sua participação nessa Audiência Pública conjunta tanto da Comissão de Assuntos Sociais, como da Comissão presidida pelo Senador Paulo Paim de Direitos Humanos é certamente da mais alta importância para todos nós. De fato esse Decreto nº 6.019 de 22 de janeiro último que cria o Fórum Nacional da Previdência Social dentro das ações do programa de aceleração do crescimento e abre, evidentemente, uma nova fase de debate nesta Casa e no Congresso Nacional. Portanto, a presença do Ministro Nelson Machado inaugura essa nova fase no que se refere ao Senado Federal.

Eu quero agradecer, mais uma vez, parabenizar o Senador Paulo Paim como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e autor do Requerimento que traz um assunto que é tão importante para todos nós, um assunto que tem sido debatido no Brasil como um todo. E V. Ex^a chegando aqui hoje na nossa Comissão, certamente, vai trazer os esclarecimentos necessários para que cada vez a gente possa aperfeiçoar mais a nossa condição, e mais do que isso acolher, que eu tenho certeza, sugestões daqueles que fazem parte da nossa Comissão de Assuntos Sociais que são senadores completamente dedicados a esta e a outras causas.

Portanto, sem me alongar muito, hoje nós temos que pedir desculpas ao Ministro, porque hoje nós estamos também com a presença de três ministros na Casa, então nós senadores estamos nos dividindo para poder participar de todas as Audiências Públicas.

A líder do nosso bloco, Senadora Ideli Salvatti acaba de chegar. Eu agradeço também a presença da nossa líder que vai virar suplente para me prestigiar. Já pensou que honra?

(Risos.)

Obrigada, Senadora.

Então, eu passo a palavra ao Ministro Nelson Machado para que possa fazer a sua explanação no tempo que desejar.

SR. MINISTRO NELSON MACHADO – Em primeiro lugar eu quero cumprimentar a Senadora Patrícia, Presidente da Mesa, Senadores e Senadoras aqui presentes, todos os que estão nos ouvindo.

Eu queria, antes de falar do Fórum, eu queria aproveitar a oportunidade para apresentar aqui na Comissão alguns indicadores da gestão da Previdência Social. São quatorze telas que eu vou passar aqui, são dados que eu considero relevantes até para gente entender qual é o objetivo do Fórum. Então, eu vou pedir essa gentileza, vai demorar um pouquinho, uns 20 minutos, no máximo, e aí nós falamos, especialmente do Fórum e aí a gente abre para discussão.

Este gráfico está ligado à questão da melhoria do atendimento. Eu queria reafirmar aqui que a meta do nosso Ministério nos últimos dois anos tem sido basicamente garantir o acesso ao direito previdenciário de todos os trabalhadores e trabalhadoras do País. Para garantir o acesso ao direito previdenciário, nós precisamos melhorar a qualidade do atendimento, e precisamos, também, combater as fraudes e desperdícios, porque fraudes e desperdícios distorcem e impossibilitam que a gente possa atender os direitos previdenciários.

Então, essas duas máximas são fundamentais para que a gente, efetivamente, consiga garantir o acesso ao

direito. Esse gráfico mostra a quantidade de requerimentos feitos ao INSS nos últimos quatro anos.

Os senhores podem observar que em 2003 nós tínhamos uma média de 344 mil requerimentos, média/mês. Em 2004 ele subiu para 459; 2005 caiu para 428 em função de dois meses de baixa que é relacionado com dois meses de greve, praticamente; e em 2006 nós temos uma média de 582 mil requerimentos/mês, ou seja, um crescimento de quase 50% ou mais de 50% em relação ao ano anterior e com um pico em maio de 2006 de 750 mil requerimentos/mês protocolados.

Então, isso mostra que com o conjunto de ações na área da qualidade do atendimento nós conseguimos ampliar em 50% o volume de requerimentos, isso é muito importante e isso tem grandes consequências.

Ainda no tocante à melhoria do atendimento, para que a gente pudesse fazer esse incremento tão grande no volume de requerimento, além, das ações de qualidade, ampliação do horário de atendimento; além, da contratação de novos servidores, nós investimos muito fortemente na possibilidade de fazer requerimentos por meio da Internet, ou seja, nós reestruturamos no final de 2005, reestruturamos a nossa página na Internet e, além, de reestruturar a página na Internet criamos instrumentos para que os trabalhadores e as trabalhadoras pudessem acessar a Internet, já que eles não têm acesso direto à Internet. E esses mecanismos foram convênios com as diversas entidades patronais, federações do comércio e das indústrias pelo país a fora, entidades que têm centros de inclusão digital para que possa fazer o acesso, e, principalmente, a criação de uma central de teleatendimento, central de telefone que atende pelo telefone 135 que passou então a agendar perícia médica pelo telefone 135, e aí é fácil de ver esse gráfico.

A linha avermelhada mostra o agendamento feito nas agências; a linha azul, logo abaixo, mostra o agendamento feito pela Internet, e aí nós podemos perceber que em junho do ano passado as duas curvas se cruzaram e hoje, janeiro de 2007 nós tivemos 292 mil requerimentos de auxílio-doença feito pela internet. Isso significa que nós retiramos das agências mais de 280 mil pessoas que deveriam ter ido para fazer o requerimento, fora a quantidade de vezes que o povo vai para fazer o requerimento e depois não consegue fazer.

Então, isso que mudou a qualidade efetiva do nosso atendimento, foi a possibilidade de fazer o atendimento fora da agência, com o agendamento previamente definido.

Reflexo disso é o tempo de permanência do segurado nas nossas agências. Essa é uma estatística feita a partir do sistema chamado Siga, um siste-

ma implantado em 679 agências, aonde o segurado quando chega pega a senha, e ao momento que ele é atendido, termina o atendimento é dado baixa. Então, feito o cômputo médio, nós tínhamos um tempo de 1 hora e 45, 1 hora e 50 minutos em outubro de 2005 e conseguimos baixar esse tempo agora para uma hora, ainda é muito tempo, o tempo médio de espera ainda é muito tempo. Quando nós chegarmos no ponto onde todo o atendimento na Previdência possa ter sido agendado previamente, portanto, o segurado chegando na agência com hora marcada, nós acreditamos baixar esse

tempo para 35, 40 minutos, no máximo. Como consequência da redução do tempo, a redução do número de pessoas que vão até as agências, nós temos aí um indicador das nossas filas. Isso aí mostra o seguinte: em dezembro de 2005, todo mundo lembra a discussão sobre a fila, se a gente vai ou não vai acabar com a fila, e essa era a nossa meta acabar com a fila da madrugada nas agências da Previdência Social.

Em dezembro de 2005 nós medimos a fila, medimos é uma coisa simples, toda vez que você tem um objetivo você tem que medir para poder ter a meta e saber onde vai chegar. Medimos, nós tínhamos uma média de oitenta pessoas na fila no momento em que a agência era aberta. Média de oitenta pessoas significa, Senadoras e Senadores, significa que nós podemos ter lugar que tem dez, quinze, vinte; mas lugares que tem duzentas, trezentas, quatrocentas, quinhentas pessoas na fila.

Depois desse conjunto de ações, qualidade no atendimento, Internet, aumento do tempo de abertura das agências, contratação de novos funcionários, esse número caiu para quarenta, trinta e cinco, trinta, e agora dezembro de 2006, que é a nossa última medição conhecida, nós estamos com média de vinte pessoas na fila, isso significa que nós reduzimos para 1/4 a quantidade de pessoas na fila no momento que a agência é aberta.

Nós temos convicção que esse número em termos médio tem que baixar para cinco, dez, porque sempre, obviamente, nós vamos ter pessoas que vão estar na porta da agência na hora que abre a agência, ninguém vai conseguir fazer como a produção de carro japonês, **on time**, quer dizer, abre a porta e o cara chega, não vai ter jeito, então ele vai chegar sempre antes. Mas ela tem que ficar num número de cinco, dez, quinze pessoas que é um número médio aceitável.

Dentro da linha da melhoria de garantir o acesso ao direito, melhorar o atendimento e combater a fraude de desperdício, uma ação desenvolvida pelo Ministério é a questão do senso previdenciário, que eu tive oportunidade de mostrar aqui nesta Casa o projeto,

lá em setembro de 2005, e aí nós temos um quadro que mostra os resultados até agora. Os senhores devem se lembrar que o modelo do senso foi montado para ser um modelo muito lento, muito devagar, mas muito seguro respeitando as condições dos nossos aposentados e pensionistas, condições aonde eles precisam de questões e condições especiais, porque tem dificuldade de leitura, às vezes de compreensão, de locomoção. Portanto, desde o momento em que o segurado é convidado para fazer o agendado até o último edital de suspensão do benefício se passam oito, nove meses, então é bastante demorado, tanto que começamos em outubro de 2005 e os seus reflexos irão até setembro de 2007, por isso que eu dizia que isso é uma ação, embora, política do nosso governo, é uma ação do Estado Brasileiro porque a lei já há muito tempo colocava que era obrigatório fazer o senso a cada cinco anos. Desde 91 estava colocado é a primeira vez que nós estamos concluindo um senso dessa magnitude. Para ter idéia do tamanho disso, nós estamos fazendo um senso com dezessete milhões e duzentas mil pessoas, desses dezessete milhões e duzentas mil pessoas, nós temos ainda sem participar do senso apenas 758 mil 346, portanto, nós estamos no nosso finalzinho, e é importante documentar aqui dois conceitos importantes, o primeiro é o da cessação de benefícios. Então, depois de todo o processo de avisar no terminal, mandar carta, fazer edital, suspender o benefício, permitir que durante três meses depois de suspenso, o beneficiário aparecer no banco comprovar a existência, trazer o documento o recurso é liberado quase que imediatamente, depois disso tudo o benefício é suspenso.

Então, nós temos ali naquela coluna benefícios cessados. Nós cessamos até agora 43 mil, 553 benefícios com basicamente até o mês de março, porque já estamos computando ali a cessação que vai estar colocada agora no pagamento da próxima semana. Ainda falta colocar as cessações que ocorrerão a partir de abril até setembro, esse número deve subir bastante. Mas o mais importante do senso não é a cessação direta pelo senso, o mais importante é na última coluna ali. Cessações por motivos não relacionados ao senso, 726 mil, então dessa massa de 17 milhões, 726 mil foram suspensos. Que suspensão é essa? É uma suspensão que não está ligada diretamente com o senso, mas é uma suspensão que tem a ver com o senso, por quê?

Porque a Previdência Social sempre cessou benefício, quando o segurado falece a família comunica, ou o nosso sistema de informação de óbito nos passa a informação, a Dataprev roda as informações e faz as suspensões. Só que nós tínhamos antes do sen-

so algumas dificuldades, primeiro: grande parte ou uma parte das famílias não devolve, aliás, nem sabia que tinha que devolver, às vezes até pensava que o cartãozinho fazia parte da herança. Isso aconteceu e não é brincadeira. De outras vezes a informação não chegava até a Previdência via o sistema de óbito, mas o sistema nosso não era capaz de detectar. Porque aparecia lá Nelson Machado, deve ter uns quinhentos Nelson Machado, então qual deles? Então, na dúvida não pode cortar de ninguém.

Agora com o cadastro mais adequado, atualizado para aqueles que já fizeram, com a campanha que foi feita com relação aos benefícios, com relação ao senso, a importância de comparecer e a adesão dos nossos aposentados e pensionistas que aderiram muito fortemente à questão do senso; a velocidade de suspensão dos benefícios aumentou muito. Então, esses 726 eu não consigo separar o que é que é o normal, o que é que é o aumento de velocidade que precisaria fazer estudos econométricos, mas claramente esse benefício, essa sensação aumentou muito rapidamente, o que mostra que, efetivamente, o senso tem sido um sucesso.

Nós temos tido muito cuidado com o senso porque nós tratamos com um pessoal que tem dificuldades, e eu quero já até colocar aqui para a Comissão alguns aspectos que me preocupa bastante e nós vamos ter dificuldades no próximo mês de abril, isso porque no nosso modelo nós tínhamos colocado a possibilidade daqueles que não tiverem condição de locomoção pudessem mandar um procurador fazer o senso, e isso foi feito, o procurador faz o senso. Acontece que o senso só se completa quando um funcionário da Previdência vai lá e faz a visita e comprova que o segurado está naquele endereço e tal.

Nós tivemos mais de seiscentos mil benefícios sendo recenseados pelo procurador, já fizemos trezentas e tantas mil visitas e dessas trezentas e tantas mil visitas, 32 mil não foram encontrados. Esses que não foram encontrados nós já lançamos o edital na semana passada, agora o edital convidando para que eles compareçam a uma agência da Previdência Social para dar o novo endereço do segurado, porque o segurado, nesse ínterim, pode ter mudado, pode ter ido para casa do outro filho, mudado de casa de repouso, pode ter acontecido alguma coisa, o nosso funcionário pode não ter encontrado o endereço correto; enfim, pode ocorrer várias questões, várias possibilidades, mas o fato objetivo é que nós não encontramos. Portanto, o benefício poderá ser suspenso. Então, nós fizemos o edital convidando para fazer a visita até a agência, levar o novo endereço para que a gente possa fazer a visita.

Caso isso não ocorra, nós teremos a suspensão de cerca de 30 mil benefícios de pessoas que fizeram o senso mediante procurador e que não foram encontrados. E portanto, o que nós teremos a partir de abril é uma possibilidade dessas pessoas terem o benefício suspenso e aí terem que, obviamente, irem até a agência, dar o novo endereço para que o nosso funcionário faça a visita e que ele possa, então ter o benefício reativado. Isso, obviamente vai demorar uns cinco, seis, dez dias para o benefício ser reativado. Então, é uma questão importante e eu já queria deixar essa comunicação, que nós precisamos do apoio, inclusive, da Comissão para que compreendam que a Previdência não pode deixar de suspender esse tipo de benefício, embora nós saibamos que vai ocorrer situações onde as pessoas ficarão dez, quinze dias, porque, muitas vezes, essas pessoas podem não existir, evidente, mas grande parte deve existir, simplesmente mudou de endereço e não toma conhecimento e colocar o edital, a gente faz porque é obrigação legal, mas pouquíssimas pessoas lêem edital, vocês sabem disso.

Aí a questão das pesquisas, eu já falei. Então, nós já temos 651 mil pesquisas geradas, 390 mil já foram respondidas, 136 falta aguardar resposta e 124 mil está sendo para distribuir. Então, esse processo desse edital da 30 mil vai se repetir, agora todos os meses teremos um pequeno edital das pessoas que fizeram por procurador e não compareceram.

Falar um pouquinho aqui de auxílio-doença. Dentro dessa linha de combate às fraudes e desperdícios, além, do senso uma outra ação com relação ao auxílio-doença. O auxílio-doença é um instituto fundamental de cobertura dos trabalhadores brasileiros. Por que ele é fundamental? Porque ele provê o recurso, provê o salário para quando o trabalhador ou a trabalhadora, por condições de doença profissional ou acidente de trabalho, ou uma doença qualquer que a impossibilite de trabalhar ele possa ter um seguro social, ele ter a sua garantia, ter a sua renda para manter a sua família até que ele possa voltar à condição de trabalho.

O que é que aconteceu com o auxílio-doença? O auxílio-doença aconteceu uma coisa muito grave neste país.

Esse gráfico mostra a quantidade de auxílios-doença emitidos em um mês pegando os pontos de dezembro em dezembro de cada ano.

Em 2000, em dezembro de 2000 a Previdência Social pagou 569 mil benefícios. A partir dali essa quantidade fez uma inflexão e uma subida vertiginosa, passou para 650, 950, 1,2 milhão, 1,5 milhão; fechou 2005 com 1 milhão 618, sendo que em 2005 já estava caindo, porque o pico foi outubro 1 milhão 660.

O auxílio-doença tem a ver com as dificuldades no trabalho, no ambiente de trabalho, a forma do trabalho; enfim, tem a ver com a quantidade de segurados, tem a ver com as doenças, mas não tem nada, do ponto de vista material, objetivo no nosso mercado que explique que a gente saia de 600 mil para 1 milhão e 600 em cinco anos, não tem nada que possa explicar isso do ponto de vista das doenças objetivas.

Nós passamos a analisar qual era a causa disso por quê? Não tivemos nenhuma tsunامي, não tivemos nenhuma peste, não tivemos terremoto, nada. Então, como é que pode acontecer isso? As empresas não pararam de cuidar dos seus. As leis continuaram iguais de seguro... Por que é que mudou?

Então, nós detectamos duas questões que nós consideramos que são centrais. A primeira é que a partir da 2000 a questão da terceirização da perícia médica ganhou asas e voou para tudo quanto é lado. Porque até então era possível a terceirização, seja médico perito terceirizado, mas tinha um supervisor que validava aquela perícia.

Ocorre que o acúmulo de necessidade de perícia era tão grande que se tornou inviável fazer a perícia depois validar a perícia com... E a opção foi liberar para a terceirização mesmo. Portanto, qualquer médico conveniado, um simples contrato, ganhando por consulta feita, passou o fazer perícia médica.

Esse é um dos elementos que fez que a curva tivesse esse comportamento. Um outro foi a mudança na forma de cálculo do auxílio-doença. O auxílio-doença que tem como objetivo manter o salário do trabalhador no momento que ele deixa de trabalhar e é um benefício transitório, não é um benefício permanente, é um benefício transitório que tem um período curto de duração, ele passou a ser computado, o cálculo do benefício passou a ser computado como se fosse um benefício permanente e isso significa que pega toda a vida laboral, escolhem os 80% das melhores observações e tira a média, depois de atualizada mensalmente. Isso causou uma distorção. Qual a distorção? A distorção é que em mais de 50% dos casos o auxílio-doença pago pela Previdência Social é maior que o salário do trabalhador. Então, isso é uma disfunção porque isso passa a induzir, é racional, o benefício pago pela Previdência em 50% dos casos é superior ao último salário percebido. Isso é, obviamente uma indução ficar no auxílio-doença. Qualquer um faria isso, gente, é racional. Se você ganha dez e pode ganhar doze, e ganha doze, por que vai voltar a ganhar dez? Não tem cristão que faça diferente. Qualquer um da sala aqui... E uma questão racional isso. Então, esse é um dos elementos, é uma disfunção. E por que acontece isso? Por várias razões.

Temos (**inaudível**) no salário ao longo do tempo, desemprego no meio do caminho e tal. Mas o que faz com que e qualquer técnico pode fazer essa continha é uma coisa simples de fazer. Ao longo do tempo, quando a gente pega toda a vida laboral o que é que acontece? Nós estamos pegando período onde a inflação foi elevada, inflação elevada. Inflação elevada significa que nós temos um valor do salário aqui com poder de compra nesse patamar no momento em que ocorre o dissídio, mas que mês a mês, dia a dia com a inflação ele vai corroendo, então o poder de compra real vai caindo.

Portanto, o salário médio real naquele ano de inflação não é esse pico aqui, está aqui no meio, porque todo mundo entende isso, ele vai caindo em maneira de compra. Mas o processo de cálculo que é de atualizar mês a mês cada um deles faz com que o valor do salário fique parecendo real para o efeito da média, então isso eleva o valor real da média.

Então, em 50% dos casos nós temos essa disfunção. Essa disfunção esta sendo corrigida, tem um projeto de lei de autoria aqui do Senado a partir de uma medida provisória que foi aprovada na Câmara, aí caiu no Senado, o Senado transformou num projeto de lei, já foi aprovada pelas comissões, me parece que hoje está em plenário, deve estar na pauta para ser alterada. Esse projeto para a Previdência Social é muito importante porque ele atua na questão da gestão, esse projeto originalmente estava só com a questão de colocar um teto para o auxílio-doença. E importante, senadoras e senadores, ele não muda o critério de cálculo, o critério de cálculo permanece o mesmo, porque nós entendemos que o critério de cálculo tem que ser uniforme para todos os benefícios, é correto isso. Então, pega a vida laboral inteira, fica com menos exceções, é mais fácil.

Então, o critério de cálculo é o mesmo. A única coisa que está sendo colocada é que feito o cálculo nós tenhamos um teto, que esse teto seja a média do salário dos últimos doze meses, que foi uma sugestão, inclusive, da Câmara. Nós tínhamos colocado o teto ser o último salário, mas numa discussão, eu acho que com a Câmara e aqui com o Senado foi colocado o seguinte: ele pode estar no último mês, no último mês do dissídio.

Então, façamos a média, não tem problema faz a média. Então, o teto é a média. Além disso, foram colocados também nesse Projeto de Lei, algumas coisas que vão nos ajudar muito em termos de gestão que é estabelecer responsabilização para os cartórios que não informarem correta e adequadamente os óbitos sobre a sua jurisdição, porque o nosso sistema de óbitos é fundamental que tenha presteza na informação,

qualidade e clareza. Então, esse projeto também coloca questões dessa natureza. Parece-me que ele também coloca a questão dos 11% que já foi aprovado no simples e talvez tenha que retirar isso desse PL.

Então, o que aconteceu com o auxílio-doença? A partir dessas indicações nós fizemos duas coisas: uma é a questão do Projeto de Lei que está aqui e eu espero que a gente consiga aprovar com celeridade, ponto um e ponto dois. Em 2003 o Congresso Nacional votou uma lei obrigando a Previdência Social a acabar com a terceirização médica, acabar com a terceirização, e deu prazo até fevereiro de 2006.

Então, o Executivo a partir de 2005 tomou todas as providências para que a gente pudesse contratar médicos peritos e acabar com a terceirização, e isso foi feito. Hoje todos os médicos peritos são concursados, funcionários públicos e, portanto, que tem um dever de lealdade com o Estado e com a população para prestar um serviço, garantir o acesso ao direito, mas apenas àqueles que têm direito.

Consequência disso. Esse é o valor, aquele lá é em quantidade, aqui é em valor. Eram 4 bilhões por ano, pagamos o ano passado 2005, treze milhões e 2006, doze bilhões. Então... Bilhões, isso aí, é bilhões. Saiu de quatro para treze bilhões, e o ano passado com a medida de gestão nós conseguimos trazer para treze, e eu acredito que com as medidas de gestão em andamento e com a política de combater os efeitos, combater os efeitos efetivos da doença e da questão dos acidentes profissionais, nós podemos reduzir isso muito mais. Nós já fizemos a regulamentação da lei que foi aprovada já pelo Congresso, mudando as alíquotas de segurança do trabalho que vai beneficiar as empresas que tiverem menos auxílio-doença, menos pessoas que vão buscar o auxílio, portanto, tiveram doença profissional ou acidentes, e beneficiando àquelas que têm menos e penalizando as que têm mais.

Em termos de quantidade... Pode passar mais uma? Esse é o gráfico que mostra as quantidades, mas agora só pegando mês a mês. Então, vocês podem observar o momento em que a terceirização começa a deixar de fazer efeito. Ele pega de janeiro de 2003 e vai até janeiro de 2007.

Nós temos ali em outubro de 2005 um pico de 1 milhão e 600 que eu havia falado, ali nós temos uma queda onde começa a aparecer já o trabalho dos médicos peritos terceirizado, ele caiu mais do que a gente esperava, porque faltou médico, o nosso concurso, infelizmente, atrasou dois meses no começo de 2006, mas com a retomada dos novos concursados, então as perícias que estavam represadas foram desrepresadas, subiu um pouquinho e agora eu acho que ele retoma a linha de estabilidade e de queda. A linha pontilhada

mostra quanto seria a quantidade de benefícios de auxílio-doença caso não tivesse tido nenhum tipo de mudança. Se seguisse a trajetória normal hoje, ao invés de 1,5 milhão, nós estaríamos perto de dois milhões de benefícios. Então, é importante a gente olhar para essa questão, a gestão previdenciária é fundamental para que a gente possa ter uma gestão saudável, justa e sustentável no longo prazo.

Aqui está mostrando os efeitos mês a mês da quantidade de benefícios, esses são os benefícios permanentes, nós temos hoje vinte milhões de benefícios permanentes e eu queria chamar a atenção também para o descolamento dos pontos observados da curva de tendência. No meio de 2006 para frente nós temos um pequeno descolamento. Como nós estamos aumentando a capacidade de atender, como nós estamos tendo mais requerimento e não estamos negando mais do que negávamos antes, portanto, devia estar aumentando a velocidade, e os pontos deveriam estar acima da projeção, estão abaixo. Estão abaixo por quê? Está abaixo em função do trabalho do senso previdenciário, do aumento da velocidade da suspensão de benefícios que não tinha antes, fruto da gestão, fruto do senso.

Essa aqui é a quantidade de benefícios assistenciais. Lembrar sempre que benefícios assistenciais que é a LOAS, Lei Orgânica de Assistência Social, elas não compõem as contas da Previdência, mas são administradas pelo INSS. Portanto, os números estão aí, observem que eles têm um crescimento bastante expressivo em 2004 até 2006 quando tivemos a antecipação da idade de 68 para 65 anos e agora ele retoma o patamar de crescimento normal, continua... Crescimento nós temos hoje 2 milhões 956 mil benefícios assistenciais tanto para idoso quanto para pessoas deficientes.

Isso é a curva que sintetiza todos os benefícios assistenciais, os benefícios permanentes e os benefícios de auxílio-doença.

Então, chamar atenção também para a curva, nós tínhamos uma tendência de crescimento que vinha até novembro de 2005, a partir de 2005 os dados observados descolam da curva, e descolam da curva em função da gestão.

Quero deixar claro que esse deslocamento aí é um deslocamento temporário, por que é temporário? Porque ganho de gestão nós temos e aí temos um limite, no primeiro momento você tem um ganho maior, mas gestão você ganha mais, aplica em qualidade e etc., mas nós temos algo que é inexorável, nós vamos viver mais e a idade passa para todos nós, ela é inexorável, não adianta e nós teremos uma redução na nossa taxa de fertilidade. Portanto, o volume de

benefícios sociais a serem pagos vai retomar a taxa de crescimento dentro de alguns anos, aí no médio prazo quatro, cinco, seis anos, essa também é uma formulação importante, nós estamos trabalhando que no curto prazo e curto prazo previdenciário, significa que no curto prazo, três, quatro, cinco anos as coisas não vão mudar as contas, mas lá na frente vão mudar, por isso vamos ter de discutir o Fórum.

Esse dado repete o do anterior, só que em barras anuais, mostrando que em janeiro de 2007 nós temos benefícios previdenciários 21 milhões 590 contra 21 milhões 640 em dezembro de 2005, aquele gráfico já mostrou que tem uma pequena queda em janeiro. E benefícios assistenciais a barrinha branca embaixo, 2 milhões 940, contra 2 milhões 960 em 2007.

Eu gosto, particularmente, deste gráfico e quero chamar atenção disso porque ele separa com clareza na barra aquilo que é benefício previdenciário do que é benefício assistencial porque nós acostumamos sempre falar em 24 milhões e aí faz confusão. Nos 24 milhões e 500 mil, estão juntos os benefícios assistenciais que não estão nas contas do déficit da Previdência, nunca estiveram então é importante deixar isso claro. Por isso que eu gosto dessa barra, porque mostra benefício previdenciário, 21 milhões 590, isso está dentro da Previdência, nas despesas e receitas da Previdência. Os 2 milhões 960 é a Lei Orgânica de Assistência Social, benefício assistencial pago pelo Tesouro com as contribuições do assegurado social.

E essa aí é a última tabelinha, que eu também gosto muito. Ela mostra a execução do ano passado, 2006, e mostra o seguinte: na linha axuriada(F) com verde nós temos arrecadação líquida de 123 bilhões o ano passado, essa arrecadação é só sobre a folha de pagamento especificamente, mais a contribuição rural sobre a primeira comercialização, e depois nós temos na linha axuriada(F) também, a linha 4, nós temos os pagamentos dos benefícios previdenciários, foram pagos 165 bilhões, 585 e a linha 5 axuriada(F) também nós temos então o déficit tradicional que é 42 bilhões o ano passado, 42 bilhões.

Esse é o modelo tradicional de apresentação de contas onde coloca simplesmente a receita exclusiva e arrecadada só sobre a folha versos todos os benefícios da Previdência.

Eu acho que nós temos que ter uma maneira mais adequada de fazer a apresentação das contas, até para dar, efetivamente, nome aos atores que estão no palco.

Então, nós já temos item 2: arrecadação da CPMF, isso a lei diz com toda clareza que do 0,38 0,10 é receita previdenciária. O Tesouro sempre transferiu isso para a Previdência, mas transfere e aparece lá nas neces-

sidades de financiamento como se fosse déficit depois. Então, a nossa sugestão é que isso entre como receita efetiva, transferência e receita, e tudo bem. Além disso, nós temos um conjunto de renúncias previdenciárias. Renúncias o que é que são? São receitas potenciais que a Previdência deixa de arrecadar em função de políticas públicas corretas, adequadas, mas não previdenciárias e não são previdenciárias, por exemplo, o Simples, importantíssima a questão do simples, muito importante, ele fortalece a formalização do emprego, formalização das empresas, é muito importante isso, mas uma empresa do Simples que tem três funcionários não recolhe 20% sobre a folha como todas as outras empresas, no entanto, o seu funcionário vai se aposentar vai ter salário-maternidade, auxílio-doença, reclusão; igualzinho a todos os outros. Então, em função de uma política pública definida e aceitável, correta, nós temos uma perda de receita potencial da Previdência, isso não pode ser colocado então como um déficit da Previdência Social, isso é uma receita em potencial que devia ser coberta pelas outras receitas da seguridade feita pelo Tesouro.

Entidades filantrópicas. A mesma coisa, ninguém vai discutir aqui a validade, a importância da política pública de fortalecer as santas casas de misericórdias, os hospitais filantrópicos, as universidades que hoje dão as bolsas do ProUni, um programa maravilhoso que incorpora milhares e milhares de estudantes na possibilidade de ter um curso superior, mas isso é política de educação, não pode ficar à conta da Previdência Social. A mesma coisa das assistências sociais que presta um serviço enorme para o Ministério da Previdência Social também devia estar lá na conta do meu amigo Patrus Ananias, e assim por diante.

A exportação da produção rural, 1 bilhão e 800. É claro que ninguém exporta imposto, tudo bem está certo, tem que fazer a desoneração da exportação, não tem dúvida nenhuma. Agora isso é política de governo, isso não é política previdenciária, portanto, isso aí também deveria ser uma receita da Previdência. Se a gente computar, portanto, essas receitas potenciais, se a gente alocasse essas receitas potenciais como despesa lá nas políticas onde elas realmente fazem sentido, então o nosso déficit deixaria de ser os 42 que estão axuriados(F) e passaria para 22. E dentro dos 22 a gente estaria separando com muita clareza. Na área urbana que é o setor contributivo nós teríamos 4 bilhões. Esse número foi divulgado há um mês e meio com 3 e 700, agora estão com 4 e 100 porque foi revisto as estimativas de renúncia. Esses números são, obviamente, gerenciais, portanto, eles podem ser mudados na medida em que vai sendo realizado. Tem uma notinha de rodapé que mostra até quando foi realizado e assim

por diante. Mas a qualidade do número não muda. Então, 4 bilhões e 100 é o déficit do setor urbano contributivo, e o setor rural 18 bilhões 266. Essa separação é importante para mostrar o seguinte: o setor urbano contributivo que é o que tem a maior receita e a maior despesa. Se nós continuarmos apostando firme em pequenos ajustes na gestão com a ajuda desta casa, nós podemos trabalhar com a idéia de levar isso à zero. Aliás, porque isso não pode ter déficit, não faz sentido, se ele é contributivo e nós trabalhamos com o conceito de que nós trabalhamos com a repartição simples que é a solidariedade entre as gerações, isso não pode ser déficit, tem que ser zero. Então, nós temos que tomar todas as medidas para levar isso à zero.

Já o valor do rural é diferente, porque no valor do rural quando foi criado esse benefício previdenciário, foi dito com todas as letras que a forma de pagamento seria sobre a produção agrícola e teríamos outras receitas para colocar. Então, ele está lá, são 18 bilhões. Nós temos muita coisa para melhorar em termo de gestão, mas isso aí sempre vai ter uma despesa superior à receita, sempre, e isso não tem importância nenhuma, porque no mundo inteiro também é assim, no mundo inteiro é assim, só precisamos melhorar a nossa gestão.

Temos um Projeto de Lei, está na Câmara, deverá vir para o Senado, espero, o mais breve possível, que vai melhorar muito a nossa capacidade de gerir esse benefício que é fundamental para as famílias, que fixamos as famílias trabalhadoras no campo, na economia agrícola que é fundamental para gente ter um trabalho de sociabilidade, de civilidade neste País, nós temos que proteger, efetivamente, o homem do campo.

Essas eram as coisas que eu queria passar em termos gerais. Pode terminar a apresentação.

Então, a partir disso, eu só queria colocar duas coisas: o nosso diagnóstico é que nós não precisamos sair correndo para fazer nenhuma reforma ponto 1, não precisa, por quê? Porque em termos de política pública, em termos de contas públicas os próximos quatro ou cinco anos as contas estão dadas, nós não vamos mudar o patamar de necessidade de financiamento com participação do PIB, dos 2% do PIB, quando a gente pega 42 bilhões, ali dá dois e pouquinho do PIB, isso não vai mudar.

Com as medidas de gestão que já foram tomadas, a aprovação da receita do Brasil que foi feita agora recentemente, nós vamos ter melhor condição de fazer a fiscalização, a administração e a arrecadação, portanto, isso já é uma melhora. Com a aprovação da questão do auxílio-doença e os programas de gestão de melhoria da qualidade do trabalho nas empresas que vai buscar, fundamentalmente, em primeiro lugar, reduzir a doença

e a dor dos trabalhadores e conseqüentemente, reduzir também o auxílio-doença que é uma consequência desejada também, nós temos condição de manter isso no patamar. Agora, nós temos consciência que nós temos o dever, nós temos a obrigação de neste momento discutir com calma, com tranquilidade, sem, inclusive, a pressão partidária do momento, até porque ninguém sabe quem vai pagar a conta, qual é a força hegemônica, quem vai pagar as contas nós sabemos quem vai pagar a conta são os que vão nascer ainda, que não nasceram até, mas ninguém sabe em termos de força política quem é que vai administrar o Senado, quem é que vai administrar o Ministério da Previdência, quem vai estar sentado no Palácio do Planalto daqui a dez, quinze, vinte anos, ninguém sabe.

Agora, todos nós sabemos que a nossa população está mudando, a nossa pirâmide etária vai deixar de ser uma pirâmide muito rapidamente. Todo mundo sabe disso.

Nós já estamos, Patrícia, permita-me chamá-la assim, Senadora, nós já estamos num momento onde a taxa de fertilidade das mulheres caiu de 6, 7 na década de 60, minha mãe teve 7 filhos para 2, 2.1 que é aquilo que os demógrafos(F) chamam ponto onde nós estamos, só na reposição.

Então, nós temos uma visão de futuro que mostra que em 2040, 2050 nós teremos uma população decrescente e envelhecida, que é o cenário do mundo europeu, nós teremos esse cenário daqui a 40 anos. Então, é obrigação nossa hoje discutir e pensar como nós temos que montar um modelo previdenciário que seja justo e sustentável a longo prazo. Isso é obrigação nossa, porque hoje nós temos tempo de fazer isso com calma, com discussão e observando os pressupostos que o Fórum Nacional da Previdência se colocou que é manter a Previdência Social pública, básica, universal e solidária e o pilar privado, complementar e de capitalização. Respeitar todos os direitos adquiridos, nós temos condição de fazer isso. Respeitar todos os direitos adquiridos. Ou seja, aquele que se aposentou, aquele que tem a sua pensão está reservado, está preservado. E podemos garantir que podemos fazer uma transição longa para as novas situações porque, evidente, se o nosso (inaudível) de vida há cinco, dez, quinze anos era de 50, 55, 60; e hoje caminhamos para 70, 75, 80, não dá para dizer que nós podemos manter o mesmo modelo de hoje, não dá, isso é impossível, matematicamente é impossível, todo mundo sabe disso, não é possível.

Não é possível por quê? Porque é uma questão física. O pacto que foi feito na década de 60 e 70 tinha um cenário, hoje o cenário é totalmente outro e

nós estamos vendo já o que acontece lá fora, estamos vendo na Europa o que está acontecendo.

Se a gente não fizer o consenso na sociedade mais rapidamente possível para fazermos as alterações o mais rapidamente possível, mas com a projeção de transição longa, em algum momento alguém será obrigado a fazer, talvez sem essas condições propícias que nós temos agora. Eu acho que nós temos uma quadra histórica muito importante e possível para fazer o consenso. Na busca do consenso, então Srs. Senadores e Senadoras, o programa de aceleração do crescimento criou o Fórum Nacional, o Fórum Nacional tem seis meses de prazo para buscar consensos, nós convidamos as centrais sindicais, todas as centrais do País. Convidamos a confederação dos aposentados, a CONTAG que é a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, às confederações empresariais da agricultura, do comércio, transporte, finanças, são as cinco indústrias. Temos oito Ministérios envolvidos. Estamos convidando diversos órgãos, entidades para serem observadores no Fórum e o objetivo do Fórum é durante dois meses, discutir e trazer para o Fórum e para a sociedade brasileira o diagnóstico, quais são os dados que as nossas academias, que os nossos institutos de pesquisa, que as nossas universidades já têm, já levantaram ninguém vão estudar nada de novo, já está tudo aí existindo, todo mundo conhece isso, mas se isso está fechado, isso não fez ainda o debate nesta Casa, o debate no Executivo como um todo, e o debate principalmente na sociedade.

Então, o Fórum vai ter esse papel, fazer o debate no Fórum e fazer isso na sociedade.

Depois temos um período para analisarmos as propostas. Também proposta não precisou inventar nenhuma, tem proposta para tudo quanto é gosto, em tudo quanto é canto. Então, o que nós vamos ter que fazer é simplesmente trazer as propostas para o Fórum, fazer o levantamento e depois fazer uma discussão, um debate e buscar o consenso. E pensando sempre que este acordo, este consenso tem que refletir um conjunto de pessoas que não está no Fórum, os interesses deles que são os interesses dos nossos filhos e dos nossos netos. Esse é o direito mais fundamental que nós vamos ter que observar na busca desse consenso, porque é fácil nós discutirmos os direitos daqueles que estão aqui, cada um se defende, agora nós temos que defender o direito daquele que não está em condição de se defender agora, que é a geração futura. E é por isso que eu aposto muito na possibilidade de construirmos um consenso no Fórum e consensos esses que depois serão obviamente traduzidos em ordenamentos legais e serão então apreciados por esta Casa.

Era isso. Muito obrigado.

(palmas).

SRª PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB – CE) – Agradecer, mais uma vez, a explanação tão esclarecedora que o Ministro nos trouxe a esta Comissão e já, imediatamente, passar a palavra ao Senador Paulo Paim, autor do requerimento, Presidente da Comissão de Direitos Humanos que usará o seu tempo, o tempo que for necessário para fazer suas indagações e comentários.

SENADOR PAULO PAIM (PT – RS) – Obrigado, Senadora Patrícia Saboya Gomes, que preside esta Comissão de Assuntos Sociais.

E dizer que eu vou tentar ser o mais breve possível, até porque os outros senadores também devem formular as suas perguntas.

Primeiro dizer, Ministro Nelson Machado, que eu entendo que V. Exª reúne duas grandes condições para mim para estar à frente desta pasta. Eu lhe confesso, não sei se ajuda isso, se dependesse de mim, essa é uma das pastas que o Presidente não deveria mexer, mas nós sabemos que a decisão é do Presidente e ele que vai tomar. Porque eu tenho acompanhado o seu trabalho de perto, com muito carinho e respeito. Estive diversas vezes quando assim solicitei junto a V. Exª, V. Exª ter me explicado detalhadamente os questionamentos que, porventura, eu tenha levantado.

Eu acho que V. Exª foi muito corajoso, claro, com a participação do Presidente da República quando faz essa separação do sistema contributivo e da assistência, os dois são legítimos, e eu dou esse depoimento que para gente, é como eu tenho dito Ministro, a gente está lavando a alma na sua gestão. E lhe confesso que eu fiquei muito feliz naquele dia que o Presidente da República recentemente, e isso não me vem mais com essa história, a frase é do Presidente, de déficit da Previdência, baseados nas contas e números que naturalmente V. Exª expôs aqui com brilhantismo de sempre, que se todos os recursos destinados à Previdência, não estou falando em seguridade social, simplesmente, o que é destinado à Previdência, entre eles a condição de empregado e empregador, efetivamente, como mudaram o constituinte de 88 eu estava lá, porque nós sabíamos que só a contribuição da folha de pagamento não seria o suficiente, se as contribuições asseguradas pela Constituição, efetivamente, ficasse no caixa da Previdência daria para chegar naquilo que V. Exª tem enfatizado aqui com muita força de não ter déficit. V. Exª dizia que mesmo esses 4 bi dá para fazer desaparecer.

Eu acho que V. Exª está com a razão, eu sei que há questionamento na questão também do auxílio-saúde, tem que fazer esse debate, não dá para negar, e V. Exª foi muito feliz quando diz: “eu venho da fábrica, chão de fábrica”, mas claro, se eu percebo que se eu

parado o meu salário é x mais y, qual é a vantagem de estar trabalhando? Então, é questão de justiça, justiça com o trabalhador que está na fábrica, inclusive, que está lá trabalhando. É uma grande injustiça com a Previdência, como eu sempre digo quando participo em debate com as entidades sindicais que é nossa, não é de ninguém, é nossa, se nós não viabilizarmos ela, o problema é nosso mesmo. Cada vez mais viram outras leis arrochando e diminuindo o benefício.

Então, tem que haver isso que eu chamo que é o bom senso, e o bom senso para mim, o bom senso todos ganham. É muito fácil eu vir aqui e dizer que o ideal seria que mesmo o auxílio-saúde fosse o dobro do salário que estará na fábrica, mas é irreal. Eu estaria mentindo para mim mesmo porque eu sei que não tem como sustentar. Agora, a média feita nos últimos doze meses eu acho que é um equilíbrio, por que não? Ele não vai receber menos daquilo que ele está ganhando, não vai, então é justo.

Segunda questão, Ministro, eu acho que a idéia do Fórum também que vem via PAC, eu acho que é positivo, eu acho que é uma reflexão boa durante seis meses que V. Ex^a está convocando toda a sociedade. Nós tomamos a liberdade, e confesso aqui que dialoguei com V. Ex^a de encaminhar aqui um projeto ao Congresso Nacional no sentido que se forme aqui no Congresso também uma Comissão mista, pode ser sete ou onze senadores e deputados, sete senadores, sete deputados, ou onze senadores, onze deputados para acompanhar o debate no Fórum.

Eu dizia e repito aqui, acho que não é bom para ninguém receber um pacote pronto onde você não sabe de onde veio esse pacote e daí iniciar um outro debate, quem sabe, de mais seis, oito, dez, doze, quatorze meses ou, quem sabe, alguns anos. E, então nós pretendemos a partir desta Comissão acompanhar o debate do Fórum e ter dentro do possível aqui no Congresso, V. Ex^a fazendo a exposição de como é que está indo o trabalho e apresentar, quem sabe, também ao Parlamento as suas sugestões para o Fórum.

Eu dizia ontem na tribuna e vou tentar aqui concluir, Ministro. Eu não tenho problema nenhum de enfrentar o debate da idade mínima. Como V. Ex^a disse: a longo prazo, com equilíbrio, mas nós vamos ter que enfrentar esse debate, mais hoje ou mais amanhã. E nos Fóruns onde eu tenho participado com os trabalhadores, eu tenho dito que nós temos que fazer o debate, que um dia ele virá sendo esse governo ou outro governo.

Agora, qual será essa idade mínima. Vamos debater, de acordo com a transição e qual o período. A quem vai atingir essa idade mínima? Aqueles que entrarem no sistema após a legislação? Vai ter uma

regra de transição? Se não é exatamente isso, bom... Eu não estou aqui dando fórmula certa. Mas só quero deixar claro que eu não vejo problema nenhum do conjunto do movimento sindical e a sociedade brasileira enfrentar o debate da idade mínima.

E vou para aquele ponto que V. Ex^a sabe que eu iria falar porque eu falo sempre. Eu acho que nós temos que enfrentar o debate da idade mínima, no meu entendimento, Ministro e acabar com o fator previdenciário.

Eu tenho uma posição muito clara e muito nítida e tenho falado quase que mensalmente, para não dizer semanalmente, da tribuna aqui do Senado que o quanto eu acho perverso o fator previdenciário. Nós temos que ter outra construção de cálculo que apon-te um caminho, que retire o fator previdenciário, que penaliza muito, muito, principalmente aqueles que começaram a trabalhar mais cedo. Enfim, aquilo que eu acho que todos aqui já sabem e ouviram eu dizer de tanto que eu tenho dito, que a mulher chega a ter um prejuízo de 40% e o homem de até 35%. Claro, casos são casos, cada caso é um caso.

E em resumo, Ministro eu terminaria só dizendo que eu quero mais é cumprimentar V. Exa, essa, digamos, é uma das reuniões que faremos, no longo, creio eu, desses seis meses e vamos todos trabalhar para que, efetivamente, a Previdência Pública Universal, solidária, como coloca, muito bem, V. Ex^a, seja garantida para todos os trabalhadores. Porque o futuro da geração, o futuro dos mais jovens depende de uma previdência que nós podemos fazer com que ela seja, efetivamente, equilibrada e atenda o interesse de todos os trabalhadores.

Nós encaminhamos via a Comissão Mista, do qual eu fui relator, algumas propostas que beneficiariam os aposentados e pensionistas, claro que tem vinculação também com o salário mínimo e termina também com o fator previdenciário que nós vamos remeter para este Fórum com uma forma de colaborar com o debate, não como sendo o dono da verdade, mas como instrumentos para a colaboração no debate.

Mas é cumprimentando V. Ex^a pelo brilhantismo da exposição. Tenho certeza que o Presidente Lula vai manter esse Ministro na pasta correspondente.

Obrigado, Ministro.

(Troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Eu indago aos Srs. Senadores, integrantes desta Comissão se eu posso chamar os demais inscitos e logo após o Sr. Ministro responderá as indagações que serão feitas. De acordo?

Então, passemos ao próximo inscrito, Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Quero cumprimentar o Sr. Presidente da Comissão, Sr. Ministro Nelson Machado, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Primeiro, a exposição que o senhor nos traz, sobretudo, para uma apresentação de um quadro da gestão na Previdência e demonstrando, sobretudo, um assunto que tem sido em todos os momentos da nossa história nos últimos tempos o tratamento da questão da cantilena em torno do déficit da Previdência, como sendo algo estrutural de tal forma sem solução.

E o senhor ao apresentar aqui uma avaliação do quadro atual do déficit das suas causas e das possibilidades reais que existem no sentido de eliminar ou diminuir esse déficit sobre as mais variadas possibilidades que o senhor mesmo apresentou na sua exposição. Eu creio e a conclusão a que mesmo o senhor chegou e nos apresentou de que um equilíbrio na gestão da Previdência, um conjunto de medidas que consigam tratar essa questão do déficit com outra, inclusive, tendo claro que algumas despesas tidas como déficit, na verdade, não são da Previdência, são déficits da União, do Tesouro com os benefícios assistenciais, por exemplo, que apresentado na conta do déficit conjunto da Previdência.

Então, eu considero a conclusão que mesmo o senhor chegou a fazer a sua exposição, que não é necessária nenhuma reforma imediata da Previdência para retirar mais direito dos trabalhadores e trabalhadoras deste País, mas é necessário buscar um equilíbrio debatido com toda a sociedade, especialmente com os trabalhadores e trabalhadoras, suas organizações no sentido de encontrar uma forma de gestão de garantia daquilo que, historicamente, os trabalhadores brasileiros sempre apresentaram como fundamental para o direito universal à Previdência garantida e de forma pública que é a nossa defesa intransigente aqui. Inclusive, o senhor demarca, Sr. Ministro, um posicionamento muito caro com os que dizem no amplo debate do programa de aceleração do crescimento apresentado pelo Governo Federal de que seria a questão da Previdência, a exigência de uma nova reforma da Previdência, com certeza, dentro do receituário neoliberal que muitos apregoam e defendem para retirar, diminuir o direito dos trabalhadores, o senhor quando diz clara e taxativamente de que não é necessária uma nova reforma, e que esse não é um gargalo como muitos têm apresentado, ou impedimento para o crescimento da economia no País. Portanto, dizer ao senhor que, inicialmente, vemos a mais clara necessidade de afirmação dos pressupostos que têm feito com que a luta dos trabalhadores brasileiros possa sim, garantir mais

direitos, ampliá-los e jamais aqui no Congresso, seja na Câmara, seja no Senado votar medidas que impliquem a retirada de direitos, porque eu creio que é possível dentro de um debate democrático estabelecido com toda a sociedade, com as organizações sindicais, principalmente, chegarmos a alguns consensos que preservem direitos, garantias, que ao longo da nossa história tem sido defendido pelos trabalhadores e pelas suas organizações.

No âmbito do Fórum de discussão da Previdência que trabalhará pelos próximos seis meses que procurará fazer realmente esse amplo diagnóstico da situação e a elaboração de proposições que ajudem a manter equilíbrio e, principalmente, o compromisso com a defesa dos direitos. Creio que é fundamental neste debate incluir a discussão que também a Previdência pública, a questão previdenciária dos Estados e Municípios brasileiros, inclusive, porque principalmente nos municípios onde resolveram adotar um sistema próprio de Previdência, nós temos situações absolutamente que denunciam a desorganização do sistema próprio em nível municipal em que muitas prefeituras por não ter o compromisso com o próprio trabalhador aquilo que é recolhido do trabalhador, muitas vezes, não é repassado ao instituto de Previdência própria, ou a situação ainda, a própria contribuição, além, de se apropriar indevidamente da contribuição do trabalhador, ainda muitas vezes a prefeitura como empregador não repassa a sua contribuição ao sistema.

Então, eu creio que nós temos aí a oportunidade de fazer um grande e extraordinário debate sobre uma questão fundamental para a cidadania brasileira referente às aposentarias dos trabalhadores, os benefícios previdenciários a que faz jus cada trabalhador brasileiro.

Estabelecer um grande debate em que ouvir da sociedade, ouvir a todos que têm uma contribuição a fornecer nesse debate, possamos firmar ao final desse processo que direitos serão preservados. E na medida do possível devemos trabalhar pela sua ampliação, porque eu creio que deve ser esse o objetivo que deve presidir os debates e as conclusões do Fórum que tem a participação do governo, dos empresários, da sociedade e dos trabalhadores.

Creio que são estas questões que devem nortear o debate do Fórum, e creio que o Congresso, os deputados e senadores têm uma contribuição efetiva a oferecer nesse debate.

Muito obrigado pela explanação. E a certeza de que mantidos os compromissos de buscar uma previdência pública, universal e mais eficiente no atendimento às demandas que serão colocadas pelos trabalhadores brasileiros, nós teremos, com certeza,

resultado positivo porque é isso que se espera desse debate que vai se realizar no âmbito do Fórum da Previdência Social.

Muito obrigado.

(Troca de Presidência)

A SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB – CE) – Obrigada, Senador.

Eu passo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Cara amiga Presidente e Senadora Patrícia, nobres colegas Senadores presentes, Ministro Nelson Machado.

Eu me arrisco também, me arrisco não, depois eu lhe explico o porquê do arrisco, mas eu assino em baixo o que falou o Senador Paulo Paim a cerca da sua permanência no Ministério.

Eu não sei também, como disse o Senador Paim, se a minha fala nesse sentido ajuda, eu acho até que atrapalha, mas é por isso que eu lhe disse que eu me arrisco a adentrar no tema. E eu lhe digo, Ministro, sem floreio nenhum que poucas vezes eu vi autoridades aqui do Executivo que vem aqui conosco conversar ser tão claro, tão objetivo, tão seguro no assunto que trata e que administra, como V. Ex^a.

Eu acho que é essa percepção que faz com que o Senador Paim e todos nós nos inclinemos a imaginar a sua permanência porque acha que ela seria proveitosa para o Ministério e para o País.

Eu, nesses últimos anos, Ministro, eu tenho e digo isso com tristeza, inclusive, poucas vezes concordado com o que fala, com o que faz o Presidente da República, mas no caso essa expressão que ele usou até um certo desabafo, essa história de déficit da Previdência eu embarquei nessa também com o Presidente. Se a gente for resgatar o papel da Previdência, o papel dos valores que os trabalhadores recolheram durante todos esses anos no país para alimentar o caixa da Previdência, por exemplo, a Previdência e os valores por ela administrados já foram usados aqui para projetos megalômanos no nosso País. Brasília, por exemplo, foi construída com recurso da Previdência.

Então, o Presidente dessa feita acertou e tem a minha concordância e o meu aplauso nesse sentido, chega dessa história. Vamos conversar em outros termos. Há alguma coisa, mas precisamos conversar em outros termos e encarar esse assunto de outra forma.

O Senador Nery falou de forma mais demorada sobre uma outra questão também que eu concordo com V. Ex^a, não precisamos, não temos necessidade de nos lançarmos de forma açodada naquilo que no

nosso país já é um lugar comum, a reforma. Eu me arrepio todo quando se fala em reforma no nosso país, Ministro, qualquer uma. No nosso país eu estou habituado a entender que quando se fala em reforma vem... Olhe, no nosso País quebra de contrato econômico é considerado um retrocesso, pode prestar atenção.

Quando se fala ou reforma, seja lá que medida deva ser tomada que signifique quebra de contrato econômico, ou seja, que mexa com os interesses do grande capital, inclusive, é considerado um retrocesso. Agora, pasme, Ministro, quando se fala em reforma ou qualquer adoção de medida que signifique a quebra do contrato social, ou seja, retirada de direito dos trabalhadores, isso é considerado modernização no nosso País, avanço e modernização.

Então, olha só, quando se mexe com os interesses do grande capital é retrocesso. Quando se mexe com os interesses do conjunto dos trabalhadores e da sociedade, inclusive, o que eu chamo de mexer no contrato social é considerado avanço e modernização. Então, o Senador Nery quando se arrepiava também com essa história de reforma ele está no bom caminho, e V. Ex^a, para minha felicidade e alegria, manifestou aqui claramente o seu entendimento de que não há necessidade de nos lançarmos, mais uma vez, de forma açodadas nas chamadas reformas.

Ministro, é como eu disse, V. Ex^a é claro, é seguro no que trata, a gente pode até discordar de V. Ex^a em alguma coisa, mas o senhor fala e aqui resgatando até uma expressão que é lugar comum também no nosso país para que uma criança de cinco anos entenda. Agora, olhe, o senhor é uma figura afável, simpática e eu não gostaria, por exemplo, que o senhor corresse o risco de receber um troféu Berzoini da vida. Eu lhe digo isso, Ministro, porque eu fiquei preocupado quando o senhor se referiu à realização do senso e a utilização de um mecanismo que para mim, desculpe a sinceridade, mas eu acho que ele é ineficaz, ele traduz um pouquinho talvez da nossa falta de vontade de ir a fundo, mesmo na questão, ou que a notificação daqueles que devem se apresentar à Previdência, demonstrar que está vivo, está certo? Isso é o objetivo do senso.

Ministro, todo aquele que recebe um benefício da Previdência ou faz através ou de um terminal eletrônico de banco, ou através da própria agência bancária; não tem nenhum que receba de forma diferente. É verdade o que eu digo? É verdade. Ministro, eu acho que uma forma atenciosa de se complementar o senso, ou seja, aqueles que não respondem a primeira provocação deveriam ser provocados através desse caixa eletrônico, da sua agência bancária, ou ele ou seu procurador. Digo até, Ministro, os bancos hoje estão aparelhados para fazer isso.

Os bancos hoje, se o senhor determinar, já que eles são prestadores de serviço da Previdência, eles podem, inclusive Ministro, só liberar o dinheirinho que a pessoa vai lá receber depois que ela apertar um botão e a máquina imprimir a notificação por escrito para que a Previdência tenha prova de que a pessoa foi notificada.

Eu acho que essa seria uma medida que alcançaria a todos de forma indistinta. Nós fugiríamos da figura do edital, Ministro. Ministro, esse pessoal que não foi localizado, esse pessoal que por alguma razão, por uma razão ou outra não respondeu ao chamamento da previdência, esse pessoal não vai ler edital, Ministro.

Então, nós vamos ter um embaraço aí, um desgaste para o seu próprio Ministério. Por isso que eu digo, Deus me livre que o senhor corra esse risco, Ministro, com a sua simpatia, com o fato de o senhor ser uma pessoa tão afável e sensível à questão. Eu deixo aqui como sugestão, Ministro, que o senhor acione a rede bancária, que não tem um beneficiário da Previdência hoje que receba, a não ser através de um terminal desses ou da sua própria agência bancária.

Auxílio-doença, também acho que é correto. Não podemos também correr o risco de criarmos mais uma bolsa-doença no nosso País. Eu fiquei horrorizado. Abri os jornais esse final de semana, as notícias de que as pessoas estão se recusando a ter sua carteira de trabalho assinada, porque senão perde o bolsa-família. Ora, nós estamos criando a cultura do não trabalho no nosso país, a cultura do não trabalho. Então, não podemos criar também o bolsa-doença no nosso país. Então, está correto. A metodologia que será aplicada, como disse o Senador Paim, faz com que o trabalhador não se arrisque a receber menos do que recebe na ativa, mas também não vai poder receber mais do que... Porque senão nós estaremos criando a tal do bolsa-doença, e é uma tristeza para o nosso País, o não trabalho para o nosso País, é uma cultura que está criando perna, criando mão, criando costela; daqui a pouco está um corpo que a gente não vai saber onde colocá-lo e nem o que fazer com ele.

O Fórum, Ministro, torço para que ele seja um ambiente em que possamos, de fato, ir ao encontro do consenso que V. Ex^a prega, com a visão do futuro, com a visão de novas gerações. Aqui nesta Casa nós estaremos sempre, de fato, à disposição, a Senadora Patrícia e todos aqueles que são sensíveis a esse assunto. Tenho certeza absoluta que a Comissão de Assuntos Sociais estará aqui sempre aberta para ouvir tantas vezes seja necessário, e também para nos mobilizar no sentido de oferecermos as nossas sugestões para que o Fórum seja algo bem-sucedido, porque é uma coisa que me preocupa também, no início do

governo Lula se criou o conselho de desenvolvimento e tal, e eu me pergunto, com toda sinceridade, eu fico tentando resgatar, tentando buscar algo que tenha sido tratado nesse conselho que tenha repercutido ou que tenha sido de extrema utilidade para este país e não encontro. Então, é por isso que eu fico torcendo para que esse Fórum seja cercado de todo cuidado para que a gente não tenha nenhuma frustração lá ao final da sua realização.

Eu fico aqui, Ministro, mais uma vez à disposição desta Comissão, à disposição do meu País, do seu Ministério para prestar toda colaboração que for necessária para que a gente avance nessas questões que dizem respeito à Previdência sempre com olhar crítico, porque eu acho que é a forma que a gente tem também de ajudar, sem que isso signifique torcer contra, jogar pedra; não se trata disso não, o olhar crítico, às vezes, eu quero crer que tem o seu papel na construção das soluções que a sociedade requer.

Obrigado, Senadora, e desculpa a extensão do tempo.

A SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB – CE) – Muito obrigada, Senador Geraldo Mesquita, que também colocou aqui não só com a sua competência, mas que é mais importante com o coração aqui algo muito importante.

Senador Antônio Carlos Valadares, nosso ex-presidente desta Comissão que, com muita honra, passo a palavra.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes, Sr. Ministro Nelson Machado da Previdência, eu gostaria de resumir a minha participação neste debate. Há dois temas que eu considero da mais alta importância. O primeiro se refere à dívida preocupante que estabelece uma crise nos municípios brasileiros, a dívida das prefeituras para com a Previdência Social mais de perto com o INSS.

Essa é uma questão que tem sido um motivo de grande preocupação aqui no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, temos sido procurados por instituições ligadas aos municípios para que encontremos uma solução definitiva, adequada que possa tirar as nossas prefeituras dessa crise que, na verdade, tem sido provocada por várias razões, a descontinuidade administrativa, a desorganização das prefeituras; vamos dizer assim, o rigor com que a fiscalização do INSS tem agido em relação às prefeituras, aumentando substancialmente o montante dessa dívida, porque nós sabemos que a fiscalização deve existir, mas em contrapartida o município que não se conformar com a fiscalização deveria recorrer da multa que for imposta e isso não tem acontecido, os prefeitos municipais cruzam

os braços, não divergem da fiscalização, e o fato é que a herança maldita dos prefeitos tem gerado uma quebra na caixa das prefeituras e, conseqüentemente, um desmonte nas atividades de infra-estrutura, de saúde, de educação; enfim, prejudicando substancialmente o bom andamento das administrações municipais. Basta dizer, Sr. Ministro, que eu conheço uma prefeitura em Sergipe que tem uma arrecadação de aproximadamente 300 mil reais, mas ela paga mensalmente de dívidas à Previdência 110 mil, é insustentável a situação desse município e assim, sucessivamente, nos municípios mais pobres está acontecendo, inviabilizando a administração das prefeituras.

Há uma saída legal, um mecanismo que atribui ao município o direito de congelar, não digo congelar, mas de fazer uma negociação de até 240 meses, mas isso apesar de ser uma abertura não tem resolvido porque dívidas contraídas anteriormente são somadas às novas prestações de tal modo que o montante fica sempre grande em relação à arrecadação total do município.

Então, a primeira pergunta que eu faria, se o Ministério aceitaria, por exemplo, uma legislação que permitisse aos municípios a não contabilizar dívidas acima de, por exemplo, 10% de sua arrecadação do fundo de participação, quer dizer, estabelecermos um limite para o endividamento, assim como há em relação aos estados. Há uma resolução no Senado na Comissão de Assuntos Econômicos que fixa um limite, se não me engano é 13%, não pode ultrapassar 13% a dívida dos estados.

Então, eu faria essa pergunta por que se porventura houvesse essa possibilidade da iniciativa do Governo ou mesmo da iniciativa do parlamento, sem dúvida, que nós estaríamos contribuindo para amenizar a crise financeira dos municípios, que se agravam não tanto pela falta de reforma do compromisso que o Governo assumiu de aumentar na Câmara dos Deputados, depois vem aqui para o Senado a participação dos municípios no Imposto de Renda e no IPI na base de 1%, isso daria, realmente, um alento às finanças municipais, mas mesmo assim diante da dívida monstruosa contraída por eles junto à Previdência Social nem com esse aumento no volume de recursos através dessa reforma resolvia isso.

Então, isso é uma bomba relógio que está nas mãos do Governo, está nas mãos dos municípios, precisa ser resolvida o quanto antes, porque do contrário os municípios não poderão arcar com as responsabilidades inerentes às suas atividades administrativas.

Segunda questão é relacionada com uma legislação que o Governo pretende mandar agora em março sobre o fundo único das aposentadorias, dos

funcionários públicos. E há até uma previsão dos jornais, inclusive, por exemplo, a **Folha de S. Paulo** com uma reportagem da jornalista Lianda Peres, diz que dificilmente essa legislação, essa proposta do Governo será aprovada, de vez que os poderes querem ter fundos próprios e não um só para gerir as aposentadorias, que no ano passado já deram um déficit de mais de 30 bilhões de reais. Ora, como pretende V. Ex^a. que é o ministro da área, assessorar o Governo e, conseqüentemente, agir no Congresso Nacional para convencer os parlamentares a aprovarem um fundo único de aposentadoria para os servidores públicos em todo o Brasil. Essa é a fórmula que V. Ex^a apresentou ao Governo, uma saída para reduzir o déficit e de vez que as aposentadorias teriam como base o teto de 2 mil e 800 reais, é o teto máximo para as aposentadorias segundo uma reforma que foi aprovada em 2003 ainda no Governo do Presidente Lula, isso precisa ser regulamentado e essa regulamentação deverá acontecer por meio dessas propostas que chegam em março no Congresso Nacional. Logicamente que nós esperamos que o Ministério da Previdência encontre junto ao Parlamento uma saída, um mecanismo para reduzir o déficit, mas sem prejudicar os interesses dos funcionários públicos.

Por último, Sr. Ministro, nós sabemos que, além, do teto de 2 mil e 800 reais, se alguém quiser ter uma aposentaria maior terá que assumir uma previdência complementar, pagar uma previdência complementar, e essa previdência complementar ainda não está devidamente instruída, regulamentada. Como se dará isso nessas propostas a serem enviadas pelo Governo no próximo mês?

Agradeço a V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOIA GOMES (PSB – CE) – Obrigada, também ao Senador Antônio Carlos Valadares.

Ministro, se me permite, nós temos um convidado que é o Deputado Adão Preto e eu gostaria de passar a palavra, desejar boas-vindas e passar a palavra, para que rapidamente eu possa passar ao Ministro para que ele possa responder as sugestões.

DEPUTADO ADÃO PREITO (PT – RS) – Eu quero agradecer a nossa Presidente e cumprimentar o nosso ministro e os nossos senadores. Sei que está aqui muito bem representado pelo companheiro Paulo Paim que é meu companheiro e conterrâneo lá do Rio Grande.

Mas eu perdi a melhor parte da Audiência Pública que era a explanação de V. Ex^a, mas não podia deixar de chegar aqui e também expressar o meu sentimento, que assim como Paim que não é representante dos metalúrgicos, mas é o próprio metalúrgico que está

aqui, eu também não me considero representante dos agricultores, é o próprio agricultor que está aqui.

E eu tenho andado pelo interior e tenho visto assim o que representa aposentaria dos agricultores, não só para ele, mas para a família, que a agricultura familiar hoje já não está conseguindo sobreviver com a sua produção, tem membros da família que tem um bico aqui, um bico lá, para ajudar no orçamento da propriedade e assim a aposentaria passa a ser um desses.

Então, a gente está assim um pouco, digamos assim, tranqüilo por um lado por que a gente vê todas as pessoas dizendo que não se pode cortar direito, ninguém fala em cortar direito. Mas, por outro lado, a gente fica preocupado, porque o próprio Presidente Lula disse que cometer um equívoco na constituinte de colocar os agricultores na Previdência. E a nossa preocupação maior é a grande campanha que a mídia está fazendo contra os agricultores, e sabemos nós que têm muitos deputados que votam de acordo com a mídia para não perder espaço na imprensa. E essa campanha que a mídia vem fazendo, que o endividamento da Previdência, a grande parcela da culpa é dos agricultores que não contribuem o suficiente para receber o que recebe. Quero dizer, Sr. Ministro, que o agricultor contribui religiosamente. Se ele vende uma dúzia de ovos, se ele vende um litro de leite está sendo descontado na Previdência. Às vezes esse recurso não chega até os cofres públicos, que se perde no caminho. Então, a culpa não é dos agricultores, a culpa é da sonegação de imposto.

E uma das questões que me chamou atenção esses dias e que me deixou muito magoado, foi uma notícia que saiu na televisão, de que as mães agricultoras engravidam, muitas vezes, para receber o salário maternidade, verdadeiro desrespeito à mãe agricultora. Então, nós até ficamos tão chocados com isso que nós fomos atrás dos números, e o que a Previdência gasta com o salário maternidade é 00,6%.

Então, vejam o que isso representa, mas é uma bandeira que a mídia está levantando, que é um problema que tem que ser corrigido nessa chamada, digamos, reforma da Previdência, mas esse projeto que está aí. Então, essa é a nossa preocupação, Ministro, e nós que somos pessoas de bom senso, interessadas pelos mais humildes que estamos aqui, que se nós não tivéssemos interesse nós não estávamos aqui. Então, nós temos que ter esse cuidado de não deixar que realmente ocorra algum corte em direitos que os trabalhadores com muita dificuldade conseguiram. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB – CE) – Muito obrigada, Deputado Adão Pretto.

Antes de passar, Ministro, a palavra para V. Ex^a, eu estou adiando já a segunda vez, mas é porque o Deputado falou de um assunto que me toca bastante, que é esse desrespeito com as mulheres brasileiras. E aproveitando daquilo que fala o deputado, nós temos um projeto aqui tramitando, está na Comissão de Direito Humanos, eu sou autora, na verdade, é um projeto que foi apresentado, anteprojeto pela Sociedade Brasileira de Pediatria e pela Ordem dos Advogados do Brasil, e o Senador Paulo Paim é o relator dessa matéria.

E o convencimento daquilo que está no projeto é em função de que a licença maternidade para as mulheres a iniciativa privada passariam de quatro para seis meses, por que isso? Um estudo que foi feito, especialistas, cientistas mostram claramente que uma criança, quando ela nasce, ela nasce com cem bilhões de neurônios que precisam se ligar entre si, e para que isso aconteça é muito importante o fortalecimento dos laços afetivos entre a mãe e o filho, que é isso que vai estimular essa criança, é isso que vai fazer com que essa criança, no futuro seja uma criança mais calma, mais pacífica, que seja uma criança que tenha o seu desenvolvimento intelectual mais acelerado, e ainda, evidentemente, a melhor coisa do planeta que é a amamentação, o leite materno. E buscando mediante esse projeto que é um projeto facultativo, ou seja, as empresas podem ou não aderir, isso é para iniciar essa discussão no País. Eu pergunto a V. Ex^a, o projeto é facultativo, nós esperamos poder aprovar. O Senador Paulo Paim já está com esse parecer, praticamente, mas nós vamos ter Audiência Pública com empresários e etc., com sindicatos, enfim, para buscar o que é melhor. Mas o ideal seria que para corrigir algumas distorções, como por exemplo, da Organização Mundial da Saúde do próprio Governo brasileiro que faz propaganda no rádio, na televisão, para que as mulheres amamentem seis meses, porque isso vai evitar doenças, as mais comuns, como internação que acabam ocasionando a mortalidade infantil, doenças alérgicas, obesidade, doenças cardíacas, até alguns tipos de câncer que podem ser evitados. E na nossa conta, o Governo brasileiro gasta por ano só no SUS 300 milhões para internar crianças com menos de um de idade. Então, na verdade, o que a gente tem procurado trabalhar em relação a esse projeto, é que ele possa ser considerado um grande investimento que o Brasil vai fazer na primeira infância, até como parte de um assunto que nós estamos discutindo agora, tão polêmico que é se a violência, a responsabilidade da violência no País deverá ser atribuída, única e exclu-

sivamente, aos jovens que somam muito mais vítimas do que algozes.

Será que a gente deve se mobilizar, se solidarizar com toda a sociedade ou com parte da sociedade. Essa questão de você ter de dar uma resposta à sociedade, mas essa resposta, como o próprio Presidente Lula colocou, não pode ser simplesmente na cabeça de cada um que quer colocar 16, outros querem colocar 14, outros acham que a internação deve passar de três para seis, para nove, para dez, outros talvez daqui a pouco prefiram que as nossas crianças realmente ao nascerem já possam ser internadas, porque isso poderia facilitar a convivência na sociedade.

Mas eu quero dar uma resposta tanto para a mãe do João Hélio que tem toda a nossa solidariedade, ao pai do João Hélio, a família desse garoto que deve estar sofrendo, talvez a pior dor que um ser humano pode sofrer na vida, mas também a nossa solidariedade às mães e aos pais daqueles dezesseis meninos que morrem por dia no Brasil, vítimas de assassinato. Quero também poder dar uma resposta à mãe daquela menina, que a maioria não sabe o nome, que também sofreu agora passando de porta em porta nos hospitais, com um filhinho na barriga, uma menina de 15 anos, que morreu ela e o filho. Isso é violência? Isso é crueldade? Isso é perversão? No meu ponto de vista é?

Então, eu aproveito esse ensejo, Ministro, para perguntar a V. Ex^a se a Previdência poderia fazer esse cálculo de que, por exemplo, num segundo momento as mulheres brasileiras pudessem ter o direito aos seis meses da licença maternidade. Claro que rompendo aí ou buscando tratar dessa questão, porque muitas pessoas falam: “mas se você aumentar para seis meses vai diminuir o acesso da mulher ao mercado de trabalho.” E eu acho o seguinte: está na hora da gente respeitar as mulheres brasileiras, afinal de contas, nós carregamos a humanidade no nosso ventre, passamos nove meses carregando os nossos filhos, dentro da nossa barriga, dentro do nosso corpo, não temos direito de amamentá-lo seis meses, sabendo que isso vai ser tão importante para o futuro dessas crianças, tanto psicologicamente, como fisicamente, como intelectualmente.

Então, eu gostaria, na verdade, de lhe fazer um pedido, o pedido que a Previdência pudesse se responsabilizar talvez por uma estimativa de quanto nós iríamos precisar para que se todas as mulheres, por exemplo, pudessem ter direito a licença a maternidade. Como V. Ex^a. Mesmo disse, nós estamos caindo cada vez mais a taxa de natalidade. Então, não é verdade esse outro discurso que isso iria quebrar com o nosso País.

Então, eu peço a V. Ex^a, que eu sei da sua generosidade, da sua sensibilidade; todos nós ficamos muito bem impressionados com a explanação que o ministro fez. Eu poderia até arriscar dizer que talvez eu não tenha visto ainda um ministro ser tão recebido com tanto carinho por parte dessa Comissão, dos nossos Senadores; isso só demonstra o afeto, o carinho, o respeito que todos nós temos pelo seu trabalho à frente do Ministério da Previdência, e esperando que essa sua sensibilidade que eu sei que tem, possa também ajudar nessa luta que eu acho que é a luta de todas nós mulheres, é uma reivindicação de nós mulheres, mas também, acima de tudo, uma forma de prevenir essa sociedade que está virando uma sociedade tão intolerante, onde as mulheres são acusadas porque têm filhos para isso; em que vale olho por olho, dente por dente, se matou um vamos matar dois; e é uma cultura de paz que nós precisamos nesse país, e V. Ex^a eu acho que aqui mostra claramente que tem todo interesse, boa vontade, determinação em fazer isso.

Então, eu quero agradecer a V. Ex^a, e colocar à disposição, e pedir desculpa porque tomei a palavra de V. Ex^a agora, mas, enfim, que possa ficar à vontade para responder todos os questionamentos e sugestões que lhe foram dadas.

Muito obrigada.

SR. MINISTRO NELSON MACHADO – Obrigada, Presidente.

Primeiro, eu quero agradecer as palavras carinhosas dos senadores e senadoras, dizer que com um conjunto de colocações que vocês fizeram eu tenho outra palestra, vocês vão ter que agüentar. (Risos.) Mas eu vou procurar ser breve aqui.

Dentro das várias questões, eu vou começar, para não ocorrer o risco de esquecer pela questão que o Senador Mesquita levanta.

Senador, veja, a questão do senso é uma questão que nós temos acompanhado no dia-a-dia com lupa. O modelo foi montado com uma ampla discussão no Conselho Nacional da Previdência Social, com um conselho permanente que reúne os trabalhadores, as centrais, os empresários das federações e o Governo.

Esse modelo depois foi conversado, eu tive aqui na época, aqui no Senado, eu conversei com os Senadores, conversei na Câmara, conversei no Tribunal, conversei no Ministério Público, conversei no Superior Tribunal de Justiça, no Supremo Tribunal Federal, por quê? Porque o meu maior temor era que, de repente, entrasse alguma coisa e derrubasse o modelo. A minha preocupação era com o modelo, e o modelo passou no teste, e esse modelo é um modelo que tem um conjunto de passos que talvez eu não tenha conseguido na passada rápida que eu falei do sendo,

deixado claro, mas ele funciona assim: o primeiro passo é uma convocação para que o segurado faça o seu senso no banco, da forma como o senhor descreveu, daquela forma.

Então, durante três meses aparece no terminal, o senhor tem o final nº 1, “o senhor tem que fazer o senso este mês”, aí ele não faz. Aí aparece de novo: “olha, o senhor tem que fazer o senso”, aí não faz. Aparece de novo: “olha, o senhor tem que fazer o senso”. Então, durante três vezes, três meses e três vezes que ele vai até o caixa para receber apareceu a mensagem. Mas nós sabemos que nós trabalhamos com uma clientela que tem dificuldade, às vezes ele não entende, às vezes não leu, às vezes levou a netinha, e a netinha não ler, enfim, tudo bem.

Então, depois dos três meses nós temos um outro processo. Qual é o processo? É fazer uma carta, ou um edital quando a gente não tem endereço. Se a gente tiver endereço a gente manda a carta. Agora, se o endereço não é válido, não tem CEP, não tem número, enfim, porque o nosso problema é de cadastro. Vamos lembrar, estamos fazendo um cadastro, porque nós não temos um bom cadastro. Então, aí é feita a carta e caso não haja o edital, porque aí é uma exigência da lei, a lei diz: “Se você não tiver como comunicar põe um edital” que, aliás, nós precisamos até renovar esse negócio por na internet, que acho que é muito mais fácil do que botar no **Diário Oficial**, porque ninguém lê, internet hoje é mais fácil, nós temos que mudar a lei desse negócio aí. Porque botar no **Diário** era lá em 1810 quando o **Diário** era uma página, botava na porta e ficava fácil, agora não pode mais. Então, também tem que mudar isso aí. Obrigar a por na internet.

Feito isso o benefício é suspenso, feita a suspensão ele, na realidade, ele é suspenso, mas, na realidade, nós rodamos a folha, mandamos o benefício para o banco, mas só que ele vai marcado, “está aqui o dinheiro, mas não pague”. Por que é que não pague? Porque ele não cumpriu nenhuma das etapas até agora. Então, na hora que ele vai ao caixa é que ele percebe que ele não tem dinheiro, aí que ele descobre que ele tem que fazer o senso, porque ele não leu nada, durante cinco avisos ele não leu, “aí meu Deus, tenho que fazer o senso.” Aí ele vai ao balcão do lado, faz o senso, rapidamente, apresenta os dados e está resolvido, volta ao guichê, os grandes bancos pagam na hora, os bancos menores precisam quatro, cinco dias para processar, está no modelo, o modelo, na verdade, era onze dias, doze dias; mas estão fazendo o máximo com quatro, cinco dias. Isso resolve, Isso é a questão normal.

Agora, o que eu me referi é uma questão especial que é o quê? No momento em que o segurado tinha

que fazer o senso, ele está acamado, ele está imobilizado, ele não pode se locomover. Então, para evitar qualquer problema nós definimos no modelo que o procurador podia fazer o senso para ele. Só que, Senador, nós estamos trabalhando com recenseamento aonde a gente também busca eliminar possível fraudes, e uma das fraudes é o beneficiário ter desaparecido e o benefício continuar sendo pago. Então, nós precisamos ter clareza disso.

Então, feito o senso pelo procurador nós vamos garantir que realmente aquele procurador é procurador do beneficiário que está existindo, que ainda está vivo, e tem direito. Então, o modelo previa, feito pelo programa o senso só se completa depois da visita. Como vimos, nós temos dos 17 milhões que já foram feitos, então 17 milhões já estão resolvidos, 600 mil foram feitos pelos procuradores, desses 600 mil, 300 mil nós já fizemos a visita, dos 300 mil, 30 mil não foram encontrados. Pode ter acontecido qualquer negócio, pode ser que o segurado mudou, ele pode mudar, o mês que ele levou, deu a declaração e três, quatro, cinco meses depois que foi feito a visita, ele mudou, ele pode estar em outro endereço, ele pode ter mudado de asilo, ou ele pode ter morrido mesmo, ou ele pode nem ter existido; tudo pode, ou o nosso funcionário errou, foi no lugar errado, o erro é humano, ele pode ter errado. Agora, neste momento o que eu posso fazer? O que o Ministério pode fazer? Uma forma covarde seria: “esquece esse negócio aqui e vamos embora, vamos para frente, larga para lá”, porque são 30 mil possibilidades de problema, é verdade, eu tenho 30 mil possibilidades de problema, é verdade. Eu tenho 30 mil possibilidades de problema em 17 milhões, mas 30 mil é possibilidade de problema. Mas nós temos que enfrentar com coragem e com bom senso?

Então, o que é que nós preparamos? O mesmo modelo de sempre. Eu não tenho como encontrar essa pessoa, porque essa pessoa continua recebendo, ele acha que está tudo certo, inclusive, o que está certo e o que é fraude, porque eu não sei diferenciar o que é um do outro e nem a proporção deles, pode se revelar que não tem nenhuma fraude e todos eles existem. Então, a única maneira da gente poder conversar com ele é mandar o edital. Claro que pouquíssimas pessoas vão ler o edital, eu sei disso, mas é uma obrigação legal.

E aí o que é que vai acontecer? Nós vamos no dia, abril, vai acontecer isso, o procurador vai lá receber e não vai ter dinheiro, isso é um fato, não vai ter dinheiro. Mas qual é o prejuízo que vai ter para esse que existe? Que não existe, vai ser lucro do Estado, vai ser lucro dos trabalhadores. Mas por que existe? Qual é o prejuízo que ele tem? É um prejuízo de cinco, dez dias no máximo por quê? Porque está bloque-

ado o recurso. Ele vai ser direcionado a ir à agência da Previdência, só esse, vai até à agência porque os outros faziam no banco, agora nós estamos numa fase, eu não posso dizer: “faz no banco que está...”. Não pode porque senão o sujeito continua fazendo o que sempre fez.

A SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB – CE) – O senhor pode colocar, por exemplo, na véspera na televisão, nos rádios anúncios dizendo quem não fez o cadastro?

SR. MINISTRO NELSON MACHADO – É que eu estou preparando uma coletiva mais próxima para separar, porque nós temos que separar muito bem os que tão sendo bloqueados, mas que podem desbloquear no próprio banco porque ainda está no processo, normal, ele pode bloquear, daqueles que foram feito por procurador o beneficiário não foi encontrado e, portanto, agora ele vai ser bloqueado, e esse bloqueio ele só desbloqueia com a ida na agência. Esse é o único caso em que o procurador, não é o velhinho com a maca e o soro, não é isso, não é o velhinho com a maca e o soro indo à agência, é o procurador indo à agência, é isso que nós estamos falando. O edital diz isso, a divulgação é essa e nós vamos fazer campanha para isso.

Pois não, Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Ministro, eu só não me arrependo de ter tocado no assunto e ter provocado a discussão, porque com isso a gente criou mais uma

oportunidade de o senhor ser explícito, como está sendo, e explicar detalhadamente o mecanismo do senso. E eu digo mais a V. Ex^a, depois dessa sua abordagem e explanação sobre a metodologia utilizada, que eu confesso a minha ignorância, eu desconhecia em parte. Eu garanto a V. Ex^a se alguém ousar atribuir a V. Ex^a o troféu Berzoini, eu vou chamar para briga.

(risos)

SR. MINISTRO NELSON MACHADO – Obrigado, Senador. E só finalizando então. Quem deve ir à agência é o procurador, não é o velhinho com a maca e com o soro na veia, não é isso. Ele vai até a agência, dá o novo endereço. E como agora o volume é pequeno, porque agora nós estamos tratando de 30 mil. Em São Paulo o Estado inteiro são 4 mil, na cidade de São Paulo são 2 mil. Então, são volumes agora que a gente quase que de olho dá para controlar. Então, vai o procurador, dá o endereço e nós vamos lá. Se tiver ótimo. Agora se não tiver, pelo amor de Deus, porque senão... Eu acredito que uma parcela disso o cara acreditou que a gente não ia até o fim. Eu acho que uma parcela acreditou que a gente não iria... Ele não vai, ele nunca foi até o fim, então não vai, mas nós

vamos até fim e nós vamos talvez enfrentar algum problema, mas eu acho que com o esclarecimento e com essa disposição e apoio da Casa a gente vai conseguir chegar até o fim do processo do senso, que eu acho que é fundamental, porque feito o primeiro os próximos serão muitos mais fáceis.

Essa então é com essa relação.

Com a questão, Paim, meu querido Senador. Questão de idade mínima, fator previdenciário, como já disse várias vezes, nós no Fórum não teremos tema tabu. Seguramente isso vai ser discutido à luz das informações demográficas que a gente tem, mercado de trabalho, cenários de finanças, como é que vai ser a questão do pagamento, e vamos discutir, o fator previdenciário, realmente, você tem razão, ele tem algumas disfunções, não tenha dúvida nenhuma, tem disfunções. E a maior preocupação que eu tenho com o fator previdenciário é que num primeiro momento ele não traz ônus para o trabalhador, Essa para mim é a maior preocupação que no primeiro momento ele não traz ônus, por quê? O trabalhador com 53 anos, com 54 anos, dependendo, inclusive, do setor em que ele trabalha, ele tem força, tem saúde, tem condição, tem mercados, ainda mais se ele tiver uma boa formação, tem mercado e, portanto, ele aposenta, garante uma renda que pode ser 60, 50, 70, sei lá, do salário que ele tinha, na média, tranquilamente e volta para o mercado. E aquilo ali fica só um complemento de renda. Portanto, isso é uma disfunção. Por que é que é uma disfunção? Porque a Previdência é para garantir renda quando o trabalhador não puder mais trabalhar. Porque senão a seguridade não agüenta pagar. O meu avô parou de trabalhar quando foi para a cova. Todo mundo trabalha até o fim da vida, até quando agüenta e o quanto agüenta. Isso é um dever social, trabalhar não é pecado, trabalhar é um dever. Então, nesse momento ele tem um ganho.

Agora, qual é a preocupação, Paim? A preocupação, Senador, é que quando ele chega lá com 70, 75 e aí ele não puder mais trabalhar mesmo, a aposentaria dele cai lá em baixo, porque se ele foi previdente, guardou, fez outro tipo de aplicação e etc., e mesmo tendo sido previdente, se ele apostou no cavalo certo, porque o meu avô apostou no cavalo errado, ele fazia uma poupançazinha e fazia a casinha de aluguel, aí veio a lei do inquilinato e acabou, estou trabalhando até hoje. Então, precisa apostar no cavalo certo ainda. Ser previdente. Então, daí a preocupação da gente encontrar um mecanismo para garantir um salário adequado, uma renda adequada como não puder mais trabalhar. Portanto, não tem tema tabu, vamos discutir isso com profundidade no Fórum.

Com relação à questão dos estados e municípios, eu queria aproveitar para falar no Nery e do Senador Valadares. Veja, os municípios podem optar em fazer o fundo próprio ou podem fazer a contribuição na Previdência Social. Quando contribuiu para a Previdência Social, para o INSS nós temos dificuldades com as prefeituras em função da descontinuidade administrativa que muitos deixam de recolher, o sujeito não recolhe, vai embora e tal. Mas isso não tem como a Previdência resolver, isso aí nós temos que resolver é com a lei de (inaudível) fiscal punindo os maus administradores que deixam de pagar qualquer tipo de contribuição ou tributo que ele tenha que fazer. Aí é responsabilidade do administrador municipal fazer uma boa gestão, ele não pode simplesmente deixar como herança para sempre. Então, não há muito como a gente mexer nessa questão.

Eu acho que tem que talvez aprofundar a lei de responsabilidade, aprofundar a capacitação dos dirigentes municipais, enfim, criar responsabilização, porque senão não tem jeito. E do lado do regime próprio a mesma coisa. A lei criou a possibilidade de qualquer ente federativo ter um fundo previdenciário para os seus trabalhadores, para os seus servidores. Esse é um direito constitucional, eles podem fazê-lo. E o que ocorreu em algumas regiões é um certo planejamento tributário. O sujeito faz a conta, "Quanto é que custa pagar 20% da folha?" Custa tanto. Se eu fizer um fundinho aqui eu pago só 10, 8, 9, 7, sei lá o quê. Então, como forma de planejamento tributário ele deixa de pagar a Previdência Social e cria o fundo, só que o fundo, às vezes, não tem tamanho para poder administrar, não tem pessoal suficiente.

Então, eu acho que essa questão dos regimes próprios que nós fiscalizamos, a Previdência Social fiscaliza, eu acho que talvez a gente precise fazer um debate para melhorar o grau de governança desses fundos para que a gente possa, efetivamente, ter uma fiscalização mais forte. E, do outro lado, também os municípios poderem fazer uma opção mais clara entre contribuir para o INSS ou fazer os fundos.

Já que eu estou falando de fundo, eu quero falar um pouquinho do fundo complementar dos servidores públicos que o Senador Valadares havia solicitado. Veja, a legislação, a Reforma 2003 definiu já o modelo previdenciário do setor público. Nós temos para aqueles que são os novos entrantes, de acordo com a PEC paralela, inclusive, os novos entrantes, eles podem entrar depois de regulamentado, e vai ser regulamentado por esse projeto de lei, pode entrar no fundo complementar. Então, a Previdência pública, com isso, começa a se encaminhar para ter o mesmo padrão do regime geral. Por que qual é o padrão do regime geral? Eu tenho

a previdência pública básica solidária que vai do piso previdenciário que é salário mínimo até o teto, 2.800. Acima disso é complementar e é por capitalização. Veja que esses dois sistemas são muitos distintos e é importante a gente ter clareza disso. O primeiro básico solidário público é solidário, é repartição simples, todo mundo é responsável, tem de haver solidariedade entre as gerações e dentro das gerações.

Agora, a outra parte dali para cima é privado, é capitalização, quem põe mais tira mais, quem põe menos tira menos, quem teve mais felicidade de ter estudado mais, etc. e etc., tem um bom salário, ele pode contribuir mais, está ótimo, tudo bem, vai ter uma aposentaria maior, quem não, fica embaixo. Mas aí também a gestão e o risco é privado.

No lado do setor público o fundo também vai ter essa mesma característica, até para os novos, para os entrantes, até 2.800 é pago de maneira do Estado pagar normalmente, não tem problema nenhum. Dali para cima ele vai pagar com fundo complementar, ele vai contribuir com 7,5% que é a proposta que o Executivo está ultimando e o Executivo como empregador vai botar, o Legislativo e o Judiciário vai botar os 7,5% também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ministro, e a unificação dos fundos?

SR. MINISTRO NELSON MACHADO – Deixa-me falar disso, Senador, na realidade o que nós estamos falando é cada ente federativo tem um único fundo, é para cada ente, ou seja, a

União terá um fundo complementar para os novos entrantes, os estados, cada um deles terá o fundo e os municípios também. Então, não é um único fundo para todos os entes, estados, União, municípios e etc., não, não é isso, cada ente federativo tem o seu fundo.

A discussão que nós estamos tendo hoje é se no âmbito da União nós teremos um único fundo ou teremos mais de um fundo, um fundo para cada um dos poderes, para o Executivo, para o Judiciário e para o Legislativo, essa é a discussão. A minha posição, Senador, é simples, o Governo não pode mandar para o Congresso uma regulamentação propondo um fundo para cada poder, por quê? Porque a lei fala num fundo só. Se tiver que negociar e fazer alguma alteração, nós temos que alterar a lei também que diz que é um só, é um por poder.

Então, o Executivo não pode mandar uma regulamentação que não esteja baseada na Constituição, então estamos unidos(F) a ela, estamos amarrados à Constituição. Então, ele vem com um fundo só. Esse é um ponto. Tem que vir assim. Agora, evidente que o Governo vai discutir, vai debater e vamos negociar aqui, com certeza, aqui no Congresso se faz um, se

faz dois, se faz três, enfim, se vai estar no processo de negociação. Do ponto de vista técnico tem vantagens e desvantagens nas duas posições. Quando nós temos um fundo maior o que acontece? Esse Fundo bem administrado, obviamente, tem mais poder de barganha na aplicação dos seus ativos e as despesas administrativas se diluem no volume de recurso maior.

Então, você tem menos despesa administrativa **per capita**. É a lei da economia da escala. Se nós temos três fundos repartidos a despesa administrativa vai ser maior, podemos perder competitividade ou não, porque também em economia os estudos falam que temos economias de escala, mas depois de um certo tamanho também você tem que ter economia de escala.

Então, está em aberto o debate. Eu acho que podemos pensar outras alternativas, vamos ter uma única entidade com três planos separados porque há diversas questões que estão em jogo, o poder político de cada um das corporações dos funcionários de cada uma das áreas, como é que vai se colocar isso. Então, eu acho que tem um longo debate pela frente e o Governo estará aberto a debate. Eu acho que isso não é um problema.

Adão, só para finalizar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ministro, desculpe interrompê-lo, já aproveitando a embalagem, já que o senhor está respondendo algumas perguntas que eu fiz, o senhor poderia falar sobre esse endividamento dos municípios, porque realmente tem sido preocupante.

SR. MINISTRO NELSON MACHADO – Eu já tinha falado um pouquinho, mas volto a fazê-lo. A questão dos municípios, eu acho que a dificuldade maior não se relaciona com a Previdência, o senhor mesmo apontou o diagnóstico, é um problema de gestão. O gestor municipal, muitas vezes, ele não cuida das questões financeiras, administrativas de forma adequada, desrespeita a lei de responsabilidade fiscal e depois, ao fim e ao cabo termina o mandato ele cruza o braço, vai embora, e larga a bomba na mão do outro que chegou. Eu recebi inúmeros prefeitos que chegam: “Pelo amor de Deus, Ministro, eu cheguei agora, não tem nada com isso”, mas não há o que fazer, não há o que fazer do ponto de vista da Previdência para resolver um problema de má gestão do outro e, aliás, temos que tomar cuidado, com qualquer maneira quando a gente vai tentar resolver o problema, porque senão nós vamos estar incentivando má gestão, a má administração. Então, eu acho que aí comporta um debate, eu falava para o Senador Nery sobre a questão dos fundos previdenciários próprios, um debate com a questão dos municípios, como é que a gente vai trabalhar a questão

da Previdência dos municípios e a gestão municipal. Eu acho que há uma preocupação.

Quando o senhor coloca a questão do limite dos 13%, esse limite foi da renegociação da dívida dos estados que tinham dívidas mobiliárias, dívidas em título e tal que aí foi feita uma consolidação e foi feita uma aprovação de uma lei.

Para os municípios foi feita recentemente uma proposta, e foi aprovada aqui no Congresso a possibilidade de fazer um parcelamento em melhores condições e tal. Eu esperava que com esse parcelamento esses problemas tivessem diminuído. Agora, se não diminuiu nós temos que pensar nas causas, Senador. A minha sugestão é que a gente pudesse pensar nas causas, por que é que acontece isso, por que os municípios chegam a essa condição? Antes da gente tentar resolver os efeitos.

DEPUTADO ADÃO PREITO (PT – RS) – Uma das causas é que houve dívida remanescente que foi somada à nova negociação. Então, se um prefeito devia anteriormente na negociação anterior, 50 mil por mês, e agora resolveu parcelar em 240 meses, essa dívida total passou de 50 mil, digamos, para 100, 120 mil reais, quer dizer, não resolveu, agravou.

SR. MINISTRO NELSON MACHADO – Aí não está na minha alçada aqui, Senador, não tenho como resolver isso.

Só para finalizar, então. Eu queria dizer para o Adão que de forma alguma o Presidente disse que foi um equívoco colocar os trabalhadores rurais como (inaudível), o Presidente não disse isso, pelo contrário, o Presidente disse que todo mundo sabia na Constituição de 1988 quando definiu que os trabalhadores rurais teriam direito ao direito previdenciário, criaria recurso para fazê-lo. Então, o Presidente nunca disse que foi um equívoco, pelo contrário, o Presidente sempre defendeu que a previdência rural é o direito previdenciário e que nós vamos trabalhar com isso. E o fato de nós estarmos colocando com clareza aonde é que estão os valores é para gente ter um debate claro, profundo e arrumar aonde tem que arrumar com os atores que tem que arrumar. Em forma nenhuma, em nenhum momento o Presidente disse que isso era o equívoco, pelo contrário.

E eu quero só dizer para a Senadora Patrícia que nós vamos estudar essa questão, vou fazer o estudo que ela solicitou com relação à licença maternidade, e eu gostei de receber a proposta original para a gente poder calcular.

Está ok? Obrigado.

(Troca de Presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT

– RS) – Senadora Ideli.

A A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI (PT

– SC) – Presidente Paim, eu estava aqui atendendo o telefone, levantei os olhos e achei que a Senadora Patrícia...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT

– RS) – Ficou preta?

(risos)

A A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI (PT

– SC) – ... Até comentei com o Senador Nery aqui do lado.

Mas, em primeiro lugar, eu queria cumprimentar o nosso querido Ministro Nelson Machado, o ministro dos nossos sonhos, não é Senador Paim? O Ministro dos nossos sonhos, porque o debate a respeito da Previdência tem sido muito bom, a gente tem tido a oportunidade, inclusive, de ir à tribuna reiterar as posições que acho que tem sido muito corajosa do ministro, de fazer, inclusive, essa história de refazer a conta da Previdência, tem gente que diz: “Mas é só uma questão aritmética”. Não é. Refazer a conta é colocar o endereço em quem paga a conta.

Então, é uma questão fundamental a gente poder saber bem claro o que é que é, efetivamente, previdência, o que é inclusão social e poder distribuir entre a questão dos públicos, da iniciativa privada para saber aonde é que nós temos os problemas para que eles possam ser atacados, portanto, essa história de refazer a conta tem sido ótima. Nós temos aqui comemorado de forma efetiva a coragem do Ministro de colocar e a própria posição do Presidente Lula quando os derrotados da eleição ainda continuam insistindo na história do déficit da Previdência, do rombo da Previdência.

E a minha pergunta, Ministro, é exatamente sobre o déficit da Previdência, mas não é sobre o déficit financeiro não, é do déficit dos milhões de brasileiros que estão fora da Previdência.

Porque é este o déficit da Previdência que, muitas vezes não se quer tratar quando se discute previdência. E como no dia da assinatura da constituição do Fórum para tratar da questão da Previdência, o Presidente também assinou aquele decreto para que o pessoal da informalidade, uma série de segmentos da sociedade possam ter a redução de 20 para 11% na contribuição.

Eu queria saber, Ministro, porque eu sei que o senhor já teve a oportunidade de se reportar ao efeito desse decreto.

Qual é a expectativa, ou seja, o que nós vamos poder aguardar de resultado positivo de reduzir o déficit da previdência dos que não têm previdência? Porque eu acho que esse é o déficit fundamental que a gente

tem que tratar. Então, se o senhor pudesse colocar um pouco para nós, qual é a expectativa do Ministério com relação ao resultado da implementação do decreto, eu acho que seria bastante positiva.

SR. MINISTRO NELSON MACHADO – Obrigado, Senadora. Vejam. Nós temos algumas informações que são realmente de estarrecer. Dentro do conjunto da população economicamente ativa, que nós temos cerca de 70 milhões de trabalhadores e trabalhadoras entre 16 e 59 anos no mercado. Nós temos cerca de 28 milhões que estão fora da previdência, Senadora, eles não têm direito previdenciário, não contribui e também não tem direito previdenciário. E o mais triste é que desses 28 milhões quase 50% ganham menos que o salário mínimo, então eles nem têm condição ainda de fazer parte da Previdência porque recebem abaixo do mínimo, segundo as informações do IBGE. Dos 14 milhões que estão acima nós fizemos alguns estudos e estudos prospectivos, não é nada de contabilidade ali que a gente sabe é aquilo e ponto. São prospecções. E a gente trabalha com a possibilidade de que nós teríamos cerca de 3 milhões, 3,5 milhões de trabalhadores e trabalhadoras que estão recebendo na faixa de um salário mínimo, um salário mínimo e pouco. E, portanto, são aqueles trabalhadores que potencialmente tem mais condição de aderir a este programa simplificado de inclusão previdenciária.

Nós estamos chamando de programa simplificado de inclusão previdenciária, por quê? A contribuição de 11% sobre o salário mínimo dará o direito a todos os benefícios previdenciários no valor de um salário mínimo, exceto a aposentaria por tempo de serviço.

Então, terá apenas a aposentaria por idade. É um valor que acaba sendo relativamente pequeno frente ao que seria 20%, para o nosso próximo salário mínimo que vai ser 380, para quem tiver no modelo tradicional, vai estar pagando então 76 reais. No modelo simplificado, esse programa simplificado de inclusão previdenciária, ele vai pagar R\$41,80. Então, eu acho que é um valor que é possível fazer esse seguro.

Eu estava um dia numa entrevista e até brincava com os repórteres. “Vocês devem dizer que esse é o programa de seguro social mais barato que tem, porque com 41 reais por mês ele pode garantir todos os benefícios que ele pode ter de acidente no trabalho, de doença, de salário maternidade e lá no final da sua vida laborai garantir a previdência.

Então, a nossa **(inaudível)** é que num primeiro momento nós possamos ter 3,5 milhões de pessoas que possam aderir a esse sistema. Agora, é evidente que nós vamos precisar fazer ainda um trabalho forte de esclarecimento para a população. E esse trabalho de esclarecimento, inclusive, tem que começar sabe, Senadora, mostrando que a Previdência não vai que-

brar, até porque se acostumou nos últimos anos dizer: “a Previdência vai quebrar”. E o pobre do sujeito lá que ganha o salário mínimo: “eu vou botar dinheiro nesse negócio? E eu sou doido?” Mas é claro, ele não vai botar dinheiro num negócio que vai quebrar. Então, tem que dizer claro e em bom som, a Previdência pública solidária básica não vai quebrar, jamais vai quebrar por quê? Porque ela só quebra o dia que o País quebrar, o dia que o País deixar de existir, o dia que o País não tiver mais PIB, não tiver mais trabalhador, aí quebra. Mas o dia que quebrar a Previdência Social pública, básica e solidária não tem nada que sobreviva. Portanto, a Previdência não vai quebrar.

Portanto, temos que dizer isso com clareza, porque as pessoas não vão contribuir se não tiverem segurança de que o sistema vai viger, e o que vai garantir é o nosso desenvolvimento, o que vai garantir a Previdência no futuro é o desenvolvimento, o desenvolvimento significa crescer com distribuição de renda, aí sim, nós temos um país forte, sustentável, politicamente sustentável e mais justo e solidário.

Então, obrigado pelas perguntas. Era isso. Obrigado Senador.

(Palmas.)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT – RS) – Ministro, eu quero agradecer em nome da Comissão de Direitos Humanos. A Senadora Patrícia, como sempre, com a gentileza pediu que eu agradecesse em nome também da Comissão de Assuntos Sociais e de todos os senadores e senadoras.

E dizer, Ministro, para V. Ex^a que eu sou simpático o princípio da Previdência universal, iguais para todos, todos, todos, todos com os mesmos direitos. Eu sei que é a sua visão também e que devemos caminhar para isso no futuro.

E para concluir, dizer também que sou muito simpático cada vez mais, sei que V. Ex^a trabalha um pouco nesse sentido, mas lá no Fórum Social a gente vai aprofundar o debate no momento que o Parlamento for também convidado, da gente chegar um dia nesse País que não tenhamos mais, claro que é para o debate, contribuição do empregador para a Previdência sobre a folha, e ficar sobre o faturamento, como forma de ampliar para todos, aí no meu entendimento, é no princípio universal e nós estaríamos diminuindo os encargos da folha de pagamento e ainda, Ministro, como diz a preocupação do Adão, é uma forma de todos serem responsáveis não só pela Previdência, mas também pela segurança social.

Encerro com a minha posição, com certeza, vamos continuar o debate.

Muito obrigado a todos. Obrigado, Ministro.

Sessão encerrada às 12h49

ATA DA 36ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA VINTE E TRÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E SETE, TERÇA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 3, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II

3ª Audiência Pública

Às nove horas e dez minutos do dia Vinte e três de agosto de dois mil e sete, na sala três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores Cícero Lucena, Flávio Arns, César Borges, Patrícia Saboya, Geraldo Mesquita Júnior e Sérgio Zambiasi. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atende ao Requerimento – CDH nº 38, de 2007, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, com a finalidade de instruir Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2005, que “Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal”. Convidados que compareceram: Elizabeth Saar – Gerente de Projeto da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, representando Nilcéa Freire – Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Marlene Libardone – Diretora Executiva da Agende (Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento); Myllena Calazans de Matos – Membro da equipe de Assessoria Parlamentar do CFEMEA, representando Guacira César de Oliveira – Diretora do CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria) e Maria Ednalva Bezerra de Lima – Secretária de Mulheres da CUT. O Senhor Presidente abre os trabalhos, com a solicitação da dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloca em votação e esta é aprovada antes de passar a palavra às convidadas. Em ato contínuo, passa a palavra às convidadas para procederem às suas explanações sobre o tema proposto. Encerradas as explanações das debatedoras, faz uso da palavra a Senadora Patrícia. Em seguida, ocorre uma pequena apresentação teatral que atenta para a importância da amamentação. O Presidente afirma ter parecer favorável a todas as emendas do referido Projeto de Lei e, em seguida, passa a presidência da audiência para a Senadora Patrícia Saboya que concede a palavra ao Senador Geraldo Mesquita. A Senadora Patrícia Saboya convida para compor a mesa o Doutor Dioclécio Campos Jr. – presidente da Sociedade Brasilei-

ra de Pediatria que expõe suas idéias. Encerradas as falas das senhoras convidadas, a Presidente faz suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dez horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT – RS) – Declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 15ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e coloco em votação. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. Está aprovada.

A presente reunião tem como objetivo nós debatermos como item único, nos termos do requerimento nº 38 de 2007, aprovado em 14 de junho de 2007, de autoria da Senadora Patrícia Saboya para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 281 de 2005 que cria o programa de empresa cidadã destinado à prorrogação da licença maternidade, a prorrogação da licença maternidade mediante concessão de incentivo fiscal.

Foram convidados para essa que já é a terceira audiência pública sobre esse tema, a Srª Elizabeth Saar, Gerente de projeto da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, representando a Ministra Nilcéia Freire, Ministra da Secretaria Especial de Política para as Mulheres. Convidada também a Srª Marlene Libardone, Diretora Executiva da Agenda, Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento. Convidado ainda a Srª Myllena Calasans de Matos (F), membro da equipe de assessoria parlamentar do CFEMEA, representando Guacira César de Oliveira, Diretora do CFEMEA, Centro Feminista de Estudos e Assessoria e ainda a Srª Maria Ednalva Bezerra de Lima, Secretária das Mulheres da Central Única dos Trabalhadores.

Eu, como Presidente dessa sessão e como relator do projeto da Senadora Patrícia Saboya, é com muita satisfação que hoje, Senadora Patrícia, estamos aqui para mais uma vez debatermos um tema tão importante para todos nós.

Esse tema que amplia a licença maternidade está sendo discutido graças a uma ampla mobilização feita pela Senadora Patrícia Saboya, praticamente, em todo o País. Eu, como relator da matéria, espero que depois desta audiência pública eu possa dar o parecer final que será construído, naturalmente, num amplo entendimento com a relatora. A relatora que tem se destacado no País em diversas áreas de atuação.

Mas eu diria, se me permitisse ela, Senador Mesquita Júnior, principalmente na defesa das crianças, adolescentes e da juventude brasileira. Então... o projeto da Senadora que está em debate no seu art. 1º diz que fica instituído programa de empresa cidadã destinado a prorrogar por 60 dias a duração da licença maternidade prevista no art. 7º, 18º da Constituição Federal e aí vão mais seis artigos que acaba regulamentando a intenção do art. 1º que é o eixo de todo esse debate, já com a presença do Senador Mesquita Júnior, Senador Zambiasi, eu... já assinaram também o livro o Senador Lucena e o Senador Flávio Arns que se encontram aqui na sala ao lado. Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Vou pedir licença para comparecer a Comissão de Ciência e Tecnologia onde o Ministro Gilberto Gil já se encontra presente e é um debate sobre um projeto do qual eu sou o relator, então é importante que eu acompanhe a discussão e ouça as opiniões dos técnicos e do Ministro que está presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT – RS) – V. Exª me represente lá porque eu sou relator aqui. *(risos)*.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT – RS) – A gauchada se entende.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Com a compreensão dos colegas, dirijo-me à Comissão de Ciência e Tecnologia. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT – RS) – Eu, de imediato, então, convido para assumirem aqui seus lugares na Mesa a Srª Elizabeth Saar. Está certo? É Sar(f)? A minha pronúncia é danada, mas eu faço força... Sar(f), Gerente de Projeto da Secretaria Especial de Política para as Mulheres representando a nossa Ministra Nilcéia. Convido também a Srª Marlene Libardone, Diretora Executiva de Agenda, Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento. Convido também a Srª Myllena Calazans de Matos, membro da equipe assessoria parlamentar, tinha lido antes, representando Guacira César de Oliveira, CFEMEA. E convido também a Srª Maria Ednalva Bezerra de Lima, representando a Secretaria das Mulheres da CUT. Eu, de imediato, passo a palavra à primeira convidada, a senhora Elizabeth. Nós vamos deixar à sua disposição 15 minutos, com mais cinco se necessário.

Srª Elizabeth Saar – Bom dia, bom dia a todas e todos aqui no auditório, Srs. Senadores, Senador Paulo Paim. A Ministra Nilcéia gostaria muito de estar presente, mas como vocês sabem, nós da Secretaria de Política para as Mulheres saímos de uma conferência na segunda-feira onde estavam presentes em

Brasília três mil mulheres, em torno de três mil mulheres representando outras 160 mil mulheres que participaram das conferências estaduais, municipais e chegaram à conferência nacional. Por isso ela não pôde estar presente, mas ela pediu que eu trouxesse o abraço, o agradecimento pelo convite e os parabéns pela iniciativa, tanto da Senadora Patrícia, quanto do Relator, Senador Paim, pelo Projeto.

Nós, da Secretaria, bom... apoiamos, evidentemente, o Projeto porque acreditamos que esse período de seis meses para amamentação é fundamental. Ele é fundamental para as crianças, para as mães, para a relação entre mãe e filhos e filhas e acreditamos que isso vá refletir em todo o resto da vida das pessoas nesse período.

E acreditamos que isso deva ser um... um direito, um direito das mulheres, uma pena eu, pessoalmente na época que fui mãe, a gente só tinha 84 dias de licença e isso foi muito difícil, embora não tenha conseguido amamentar todo os três meses, quase três meses, mas foi

fundamental para mim, isso é um relato pessoal, foi fundamental para a minha relação com os meus filhos que hoje já são quase... já estão quase me dando netos. **(risos)**. Mas eu, bom... nós da Secretaria apoiamos, evidentemente, o Projeto porque acreditamos na importância dele e sabemos que o Projeto ainda não atende a todas as mulheres.

Eu acho que isso é uma ressalva importante da gente colocar, ele ainda é um projeto que limita algumas empresas, as empresas que tomarem a iniciativa. Mas já temos no Brasil algumas iniciativas em algumas empresas que estão por sua própria conta entendendo que esse direito é importante, não só para as mulheres, mas importante para a sociedade. Eu acho que é nesse sentido que quem trabalha com políticas públicas tem que estar voltado, voltado para... para... no que isso é importante para a sociedade, é a reprodução, a reprodução é importante para as pessoas, importante para os casais, importante para a sociedade. Então, nesse sentido as políticas têm que alcançar o maior número de pessoas e maior nesse caso, maior número de mulheres. Então, entendemos que isso deva ser uma política universal.

Não é ainda o proposto pelo projeto e o nosso apoio ao projeto é pela iniciativa que eu acho de grande... de grande poder, trazer essa discussão para a sociedade. Eu acho que um dos grandes méritos do projeto é que ele está lançando essa discussão. E eu me recordo quando o **lobbie** do batom, na época da Constituinte, lançou os quatro meses de licença, as empresas e camadas da sociedade diziam que isso iria atrapalhar a entrada das mulheres no mercado de

trabalho. Isso é um grande mito, na nossa opinião isso é um grande mito, porque não é isso que vai impedir que as mulheres estejam no mercado de trabalho. E como deve ser, inclusive, um grande argumento, eu imagino, toda vez que a gente quer estender limites, direitos, limites não, estender direitos, essa discussão, no caso das mulheres, ela reaparece. Então, eu... para nós da Secretaria isso é um grande mito, a luta pelos seis meses de licença maternidade é fundamental, inclusive, foi uma proposta que saiu dessa segunda conferência de política para as mulheres. As mulheres reunidas em plenário aprovaram, aprovaram essa proposta de extensão para todas as mulheres. E eu lanço aqui a expectativa de que essa possibilidade, essa extensão de direitos, ela possa alcançar os homens também. Acho que a licença paternidade é muito pouco discutida no Brasil, ela não é encarada como uma... como um direito ou como uma coisa fundamental para a relação também dos pais com os seus filhos e filhas. Então, essa é a palavra da Secretaria, gostaríamos muito que isso fosse bastante discutido como está sendo. Essa é a segunda, não sei, terceira audiência...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT – RS) – Terceira Aqui. A Patrícia já fez dezenas pelo País.

A SRA. ELIZABETH SAAR – Pois é. Eu... aqui no Senado, eu espero que isso seja bastante discutido, inclusive, com essa possibilidade, por que não a gente incluir os homens nessa relação que é tão falada e proclamada com as mulheres e a gente sabe da importância dos homens nesse momento também para as mulheres. Obrigada e eu gostaria muito de que me perguntassem, estou disponível para isso, está bom? Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT – RS) – Eu agradeço a fala da senhora Elizabeth e dizer que eu estava lá na Constituinte. Era exatamente o que a senhora aqui relatou. Todo o discurso é que aquele artigo que beneficiava as mulheres ia causar um desemprego em massa. Pelo contrário. Aumentou o número de mulheres nos postos de trabalho, no mercado de trabalho. Então, há uma concordância, de minha parte, quanto da sua sugestão, de inserir também os homens na licença paternidade que eu não tenho nada contra, mas a minha orientadora para o relatório vai ser a Senadora Patrícia. **(risos)**. A Senadora Patrícia que vai nos orientar no momento da conclusão dos trabalhos e claro que é uma sugestão positiva que chega e que os homens agradecem de forma muito tranquila.

Nós passamos a palavra nesse momento, só para dizer que eu recebi agora mesmo a Senadora Patrícia por parte do bloco de apoio ao Governo, uma posição

do Ministério da Saúde onde o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, deixa muito claro que apóia na íntegra o seu projeto, espera que a construção final atenda principalmente o objetivo de seu projeto e a verdadeira cruzada nacional que a Senadora Patrícia está fazendo a nível nacional e que só vai passar para mim qual deve ser o relatório final, que eu tenho o maior orgulho de fazer o relatório final exatamente nos moldes que V. Ex^a entender que deva ser feito.

A SRA. SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB – CE) – Eu queria só, Presidente, Senador Paulo Paim, dizer que o... inclusive o Ministro Temporão, ele tem ido além, ele tem dito que essa é uma questão de saúde pública, a questão da licença maternidade, seis meses da licença maternidade. Então, eu acho que o nosso projeto ganha uma força muito grande a partir do momento que eu tenho dito o Ministro que ele tem sido meio garoto propaganda do nosso projeto, porque ele, em todas as ocasiões, entrevistas, que ele tem dado, ele tem reforçado a necessidade desse projeto, como disse a Dr^a Elizabeth, que seria o ideal que nós pudéssemos logo, logo ter essa garantia de direitos que são fundamentais, tanto para as crianças, como para as mulheres, também garantido para todas as mulheres brasileiras.

Apenas o que nós temos tentado iniciar essa discussão como... a senhora falou, iniciar essa discussão, trazer essa discussão para a agenda do País e eu acho que um ano de debate pelo País inteiro, mais de 400 mil assinaturas recolhidas pela sociedade brasileira de pediatria que está aqui presente Dr. Dioclécio, que é Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria e, na verdade foi a sociedade que ofereceu esse projeto, que confiou no nosso trabalho, na disposição, na vontade, na garra de cada vez mais dar mais oportunidade as nossas crianças e por mim, então, um privilégio e eu quero mais uma vez, porque não deixo de agradecer publicamente a Sociedade Brasileira de Pediatria e meu querido amigo, Dr. Dioclécio, tanto pela sua presença, como pela sua idéia e o seu entusiasmo. E eu quero agradecer também ao Senador Paulo Paim que tem todo o direito de mexer e remexer nesse projeto, mas tem tido...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT – RS) – Com sua autorização.

A A SRA. SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB – CE) – Tem tido uma atitude de uma grandeza fora do comum que eu não tenho nem como agradecer, espera todos os momentos que a gente faça propostas e a gente tem recolhido essas propostas, Senador Paulo Paim, inclusive, nós já fizemos uma relação, tanto da consultoria, como de todas as audiências, as sugestões que foram dadas para que possa lhe ajudar no

seu relatório final com mais subsídios e com idéias e sugestões que vão só melhorar o nosso projeto.

O SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT – RS) – Eu quero só adiantar que em hipótese nenhuma eu apresentarei substitutivo. O projeto com as emendas da relatora, essa será meu parecer, aprovado o projeto com as emendas da relatora. Então, de imediato eu passo a palavra a Sr^a Myllena Calazans de Matos, membro da equipe de assessoria parlamentar da CFEMEA, representando a senhora Guacira César de Oliveira. V. Ex^a dispõe de 15 minutos, com mais cinco se necessário.

A A SRA. MYLLENA CALAZANS DE MATOS – Muito obrigado, Senador. Bom dia a todos aqui presentes, a todas, aos Senadores, as Senadoras, Senador Paim, a companheira Elizabeth Saar, representante da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer ao convite e ressaltar a importância desse debate e de estar presente numa audiência com os demais representantes do movimento de mulheres que não se fizeram presente, mas que demonstra a intenção do gabinete da Senadora e do Senador Paulo Paim estar discutindo essa proposta com o movimento de mulheres. O centro feminista de estudos e assessoria é uma Organização Não-Governamental sem fins lucrativos que trabalha pela cidadania das mulheres, pela igualdade de gênero. Ele existe há 18 anos, já maior de idade e todas as suas fundadoras trabalharam no período da Constituinte e depois disso se sentiram na obrigação de trabalhar pela regulamentação daqueles direitos conquistados no **lobbie** do batom durante o período da Constituinte que foram consagrados na Constituição de 88, entre eles a licença a maternidade.

O tema em questão é de fundamental importância para as mulheres e para as crianças recém-nascidas, mas essa discussão tem ressurgido após a apresentação do Projeto de Lei, nº 281, de 2005, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, e que tem o mérito já aqui já ressaltado, tanto pela Elizabeth Saar, quanto pela Senadora, mas que a gente precisa discutir algumas questões. Há toda uma discussão no interior do movimento de mulheres em relação a essa proposta da necessidade de encarar esse importante momento do cuidado do bebê, tanto para a mãe, quanto para os pais e familiares, como uma questão de reprodução social. Assim o bom desenvolvimento do bebê deve estar aliado ao bom exercício da maternidade, da paternidade, além de políticas de ações empresariais que dêem suporte ao pleno exercício desse direito, creche, segurança, estabilidade no emprego, dentre outras questões que pontuaremos a seguir.

O debate surgido após a apresentação do projeto é intenso. Nós temos acompanhado a discussão um pouco no **blog**, de olho nas eleições de Patrícia Galvão e em menos de quatro meses, foram 76 entradas de sugestões de mulheres querendo a aprovação do Projeto de Lei perguntando se esse projeto já tinha virado lei e do interesse dessa questão virar lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT – RS) – Eu estou apanhando por tabela por causa disso. (risos). É só uma brincadeira. Eu concordo que a pressão do relator é muito grande e eu respondo de forma equilibrada que eu estou esperando a orientação final da autora, daí o pessoal diz: “Ah, então está certo”.

A SRA. MYLLENA CALAZANS DE MATOS – Então, tem toda, toda uma discussão que nós acompanhamos nesse **blog**, com intervenções muito interessantes, questionamentos ao projeto, interesse de conhecer mais o projeto, eu acho que é algo que precisamos investir na divulgação do conteúdo do Projeto de Lei e da própria intenção do projeto que, cada vez mais, tem se estendido para acatar sugestões que o Senador, em seu relatório, deve acatá-las.

Então, o debate está posto e precisamos articulá-lo com as condições de trabalho das mulheres brasileiras, da necessidade do Estado, garantir equipamentos sociais, bem como da família, incluindo os homens, dividir a responsabilidade de cuidado com os filhos e filhas. E aqui eu aponto algumas questões que acho que já foram pontuadas aqui e que, certamente, também a Senadora Patrícia Saboya e o Senador Paulo Paim também estarão abertos para incluir isso no relatório se já não está consenso determinadas propostas. Então, perdão que posso estar me repetindo em algumas questões. Então, vamos às pontuações.

Para além da saúde do bebê, temos de pensar nas condições que as mulheres e famílias terão para garantir o melhor desenvolvimento da criança. É dever do Estado fornecer equipamentos e políticas públicas que dêem o suporte necessário para que as mães e pais tenham condições de exercer a maternidade e paternidade sem riscos para a saúde, sem medo de serem demitidos e sem sobrecarga de trabalho como lembra Sônia Corrêa no **blog** Mulheres de Olho, temos de estar atentas para alguns entraves. Em primeiro lugar a possibilidade que uma política voltada apenas para as mulheres acentue a responsabilização que já pesa sobre elas com relação a serviços na casa, sem retirar do assunto... “sem retirar do assunto sua relevância, uma política dessa natureza precisa ser entendida em sua complexidade para ter eficácia e para que não se converta em mais uma carga de

risco para as mulheres. O tema da divisão sexual do trabalho interno ao domicílio é importantíssimo, mas não temos lidado com ele através de políticas adequadas e essa proposta pode se articular com essas políticas”. E ainda ela completa. “Podemos não... não se pode esquecer também a realidade do trabalho informal”.

Todo e qualquer projeto de ampliação de direitos trabalhistas, entre os quais se insere a licença maternidade, precisa ser pensado face a realidade do mercado de trabalho. No Brasil predomina a informalidade onde as mulheres são maioria. A licença maternidade beneficia quem está no trabalho formal enquanto que a maioria não dispõe de nenhum recurso para lidar com a situação da pós-maternidade.

O exercício da maternidade é um direito de todas as mulheres e não apenas das mulheres trabalhadoras de empresas privadas. Assim sendo, este pode ser o primeiro ponto a ser questionado no Projeto de Lei em apreço, pois à tensão de mais dois meses de licença, passando assim para seis meses, será uma garantia apenas para uma parte das trabalhadoras, daí que nós apontamos a sugestão de ousarmos nisso e posteriormente estar discutindo a universalização da ampliação da licença maternidade.

Sabemos que as mulheres trabalhadoras recebem salários inferiores para trabalhos de igual valor quando comparada aos homens. Cerca de 30% de diferença a menos. Diferença essa que aumenta se agregarmos o quesito raça, cor. As mulheres negras chegam a ganhar 60% a menos que os homens brancos. Assim, o projeto poderia propor, além da extensão da licença maternidade, um plano de equidade de gênero e de raça para as empresas, isonomia salarial, acesso a cargos de chefia, garantia de creche para as mães e pais e não somente para mães, jornada flexível para trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares, isto é, além de estender essa licença de para dois meses, completando seis meses, poderia se colocar também essa sugestão da empresa adotar um plano de equidade onde se estaria colocando melhores condições de trabalho para as mulheres e também assegurando a divisão da tarefa do cuidado dos filhos com a discussão que seria uma sugestão posterior da ampliação da regulamentação da licença da paternidade.

Vale lembrar que acabamos de passar pela realização da 2ª Conferência Nacional de políticas para as mulheres onde isso foi discutido e essa proposta foi aprovada na conferência para estender para seis meses. E já temos também notícias que já foi pronunciada aqui, da intenção do relator Paulo Paim de incluir as servidoras públicas e a nossa sugestão é

que isso também se torne universal, Senador, essa proposta.

Nós chamamos a atenção a essa preocupação, por quê? Se não tivermos o cuidado, nós ainda temos as trabalhadoras informais e até as próprias trabalhadoras que são comissionadas aqui do Senado e da Câmara que não têm acesso à licença maternidade garantida, quer dizer, a licença de quatro meses. Também temos as trabalhadoras domésticas que somam mais de 6 milhões de trabalhadoras e que apenas 27% dessas mulheres têm carteira assinada. Então, também não tem esse acesso garantido à licença maternidade por não ter a carteira de trabalho assinada nessa regularização formalizada.

A A SRA. SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB – CE) – Senhora Myllena, só fazer uma pergunta: Você falou que não... aqui no Senado que não tem? Você falou?

A SRA. MYLLENA CALAZANS DE MATOS – Na Câmara. Não caso da Câmara tem esse problema das trabalhadoras, quem tem cargo comissionado não ter esse acesso garantido da licença maternidade.

A A SRA. SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB – CE) – Mas mesmo com a lei de quatro meses?

A SRA. MYLLENA CALAZANS DE MATOS – Sim. Mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT – RS) – Pois é. O que ela levanta, o que ela levanta procede, inclusive a assessoria do Senador Suplicy está propondo e me encaminhou prontinho, porque essa relação do mundo do trabalho, que eu apresentasse uma Emenda Constitucional assegurando aos cargos de confiança, no caso os funcionários dos nossos gabinetes e da Câmara e do Senado, porque eles não têm direito a nada, não têm direito a aviso prévio, não têm direito a FGTS, não têm direito a nada. No momento que eles são demitidos... olha, você está demitido. Nem aviso prévio eles tem direito. Olha bem. Então, eu me propus a aceitar essa PEC e vou coletar a assinatura e aí você, procede o que ela está dizendo. Inclusive, esse é um dos artigos que está lá na PEC assegurando aos comissionados que não têm a carteira de trabalho os direitos mínimos como esses, por exemplo, isso que procede em tese a sua denúncia. (risos). Em tese.

A SRA. MYLLENA CALAZANS DE MATOS – E ainda temos o caso das trabalhadoras rurais que ainda tem que cumprir uma carência de dez meses ou então de comprovar o exercício da maternidade durante dez meses. Então, nós temos, digamos, quatro categorias... teremos agora com a ampliação da licença maternidade para seis meses, se ficar nas... para as trabalhadoras da iniciativa privada teremos

uma quarta categoria. Daí a necessidade de propor a universalização desse direito, o que eu acho também que já é quase um consenso nesse... nesse debate do Projeto de Lei. Além... e também o... da importância do projeto de lei que está... que traz toda uma discussão, não só do aumento da licença maternidade, como também da discussão da divisão sexual do trabalho, dos cuidados com os filhos, que eu acho que retoma com força esse debate, principalmente da licença paternidade que estava quase que esquecido dentro desta Casa e até mesmo dentro do próprio movimento das mulheres, para ter mais ênfase em estar propondo isso. Isso é um mérito já do projeto de levantar essa discussão. Mas seguindo algumas também, de pontos a serem colocados para fomentar o debate de contribuição, gostaria de lembrar que na questão do aumento do tempo de licença maternidade o projeto também deveria propor a ampliação da estabilidade gestante e isso porque como a licença, a estabilidade da gestante, ela é até aos cinco meses, depois que ela... do momento da confirmação da gravidez até cinco meses após o nascimento do bebê, no caso a mulher retornando com a licença de seis meses estaria desprotegida.

Daí a necessidade também de mexer na garantia da estabilidade à gestante, nesse prazo. E também nossa preocupação, Senadora, é quanto a questão de desobrigar as empresas a não fornecerem creches para as crianças nesse período que tiver da licença maternidade, da ampliação da licença maternidade. Aí eu acho que seria um ponto a ser discutido. no projeto. E essa questão das... essa questão da...

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB – CE) – É que o projeto não obriga o direito a creche de forma alguma.

A SRA. MYLLENA CALAZANS DE MATOS – Ele fala que não tem que manter na creche.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – A criança não poderá ser mantida em creche.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB – CE) – Se ela tiver com a licença ela terá porque o objetivo do projeto, na verdade, não trata só da amamentação, mas do fortalecimento dos laços afetivos.

A SRA. MYLLENA CALAZANS DE MATOS – Isso. Ah-hã.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB – CE) – Então, as mulheres que estiverem com seis meses da licença não deverão estar com a criança na creche porque senão perde o sentido do vínculo, do fortalecimento do vínculo afetivo. E diferente, por exemplo, do Rio, no Rio de Janeiro que tem o projeto da licença, eu acho que o Dr. Dioclécio sabe disso, mas que

é só para as mulheres que estiverem amamentando. Não é o caso do nosso projeto, por que não obriga a amamentação, ela deve vir com a licença, mas o principal, o eixo principal do projeto é justamente o fortalecimento dos laços afetivos. Por isso que nesse momento a criança não pode estar na creche, porque senão o projeto perde o sentido. (soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT – RS) – Não é que não possa ter creche. Tem que ter a creche. O projeto aponta que nesse momento a criança vai ficar com a mãe.

A SRA. MYLLENA CALAZANS DE MATOS – Isso. Mas a nossa preocupação é que isso causa, da própria empresa estar se desobrigando de oferecer a creche e a pré-escola nesse momento e também uma preocupação de restringir que a mulher exerça atividade remunerada durante esse período de licença.

Embora o projeto não fale que se essa atividade remunerada é no âmbito formal, mas digamos o seguinte, tem muitas mulheres, quer dizer, isso é comum, de que complementam sua renda com o trabalho informal, seja vendendo algum produto da Natura, ou da Avon, ou fazendo bordados, algum desses tipos de trabalho. Então nossa preocupação também é isso, as vezes ela faz esse... tem o trabalho formal e faz alguma outra atividade que complementa sua renda. Não sei se isso estaria incluído, eu espero que não, dentro da questão do que... claro que eu acho que o projeto se refere mais ao aspecto do trabalho, da atividade remunerada no trabalho formal.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT – RS) – Lá na carteira de trabalho.

A SRA. MYLLENA CALAZANS DE MATOS – Na carteira de trabalho assinada. Mas embora isso não deixe como trabalho remunerado e reconhecendo a ampliação de que o trabalho informal também é uma espécie de trabalho para não ter essa interpretação restritiva. E nós, ressaltamos também a importância no caso dessa... da creche porque é uma política, uma política pública que, tanto favorece a criança, quanto também que é um direito da criança, quanto também favorece a família, nesse caso as mulheres porque estão mais responsáveis pelo cuidado das crianças que a desobrigam e concede mais tempo para que ela possa exercer a atividade, ter aumento até de renda. Por isso a necessidade de articulação com essa política. E outra questão a regulamentação da licença paternidade que aqui já foi falado, eu também já toquei, de incluir isso na proposta e pensar no aumento dessa licença... da paternidade que até o momento não foi regulamentada.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB – CE) – A proposta é de quanto?

A SRA. MYLLENA CALAZANS DE MATOS

– Pensa no mínimo de um mês concedido. E como última sugestão, nós temos alguns pontos. Regulamentação e ampliação da licença paternidade, a garantia de fornecimento, pelas empresas, de equipamentos sociais como creches e pré-escolas, o aumento do prazo da estabilidade à gestante, a garantia de todas as mulheres e não apenas para as trabalhadoras das empresas privadas e servidoras públicas, o estabelecimento de um plano de equidade de gênero nas empresas que pode ser até um requisito para que, se ficar com a concessão da renúncia fiscal, que ela tenha isso como requisito, além da concessão dos dois meses, que esta empresa também apresente um plano de equidade de gênero e raça na sua empresa. Então, para que tenha a isonomia salarial, as mulheres também tenham acesso a cargos de chefia, que é hoje um dos problemas das mulheres.

Embora, as mulheres tenham hoje mais anos de estudos, estejam no mercado de trabalho, mas se tenha a presença do chamado teto de vidro que faz com que ela não alcance os cargos de chefia, ou que estejam em atividades mais classificadas como atividades femininas.

Também sugerimos que possa ser incluído que as empresas e também possam promover dentro do seu âmbito da sua esfera a questão das campanhas que promovam a com responsabilidade entre mães e pais sobre a criação do cuidado dos filhos e filhas, bem como da divisão das tarefas domésticas. E sugerimos que seja debatido no âmbito do aumento da licença para seis meses a proposta de alternância entre mãe e pai de uma parte dessa licença.

Caso sendo concedida essa licença de seis meses que se comece esse debate da proposta de alternância que eu cito o exemplo da Suécia onde a licença maternidade é longa, acho que uma realidade bem diferente da nossa, que pode chegar até um ano, mas, após três meses do início da licença o casal pode optar e definir quem deverá ter essa licença, se o pai ou a mãe, mesmo que a mãe ainda esteja amamentando.

Essa questão é bastante polêmica ainda dentro até mesmo, dentro do movimento de mulheres, mas que merece ser discutida. E para finalizar acho que essas são as nossas, as contribuições do Cfemea para o debate, gostaria de agradecer novamente o convite e aproveitar para falar que o Cfemea está a disposição para... (soa a campainha)

Para contribuir, para contribuir nesse debate bem como para divulgar a proposta para o movimento de mulheres feministas e para toda a sociedade com seus meios de comunicação.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT – RS) – A partir desse momento a gente vai abrir o debate com o Plenário. De imediato eu passo a palavra ao Senador Mesquita Júnior e, logo em seguida, Senador Mesquita Júnior, infelizmente, quinze para as dez eu vou ter que sair devido um processo que a Senadora está acompanhando e o senhor também que meu filho fez uma operação, ficou 35 dias na UTI, eu estava previsto viajar, inclusive, com o presidente, que vai para o Rio Grande do Sul amanhã, mas vou ter que ir hoje. É mais para falar com os médicos, não é o que o quadro se agravou, já que eu sei que todos acompanharam o caso.

Então, quinze para as dez eu tenho que sair.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Por que o senhor não faz logo a sua intervenção?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT – RS) – Não, mas a minha intervenção está dentro do previsto aqui. Eu vou ficar para ouvir V. Ex^a e o teatro V. Ex^a, na Presidência coordena, o teatro. Prefere agora o teatro? Eu até gostaria de assistir. Então, vamos permitir que.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – É porque elas vieram, na verdade, fazer um apoio ao projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT – RS) – Depois a gente abre o debate com o Plenário.

A A SRA. SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB – CE) – Então, se o Senador puder aguardar...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT – RS) – Eu posso ficar até às 10, só para assistir.

A A SRA. SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB – CE) – Está bom. Muito obrigado. Então, elas já estão podendo entrar. Você pode anunciar a chamada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT – RS) – E quanto a minha opinião, o meu relatório vai ser o relatório da Patrícia. *(Risos.)*

A A SRA. SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB – CE) – Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT – RS) – Então, não tem problema.

A A SRA. SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB – CE) – Então, pode convidá-las. Elas estão esperando só o seu convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT – RS) – Eu gostaria de convidar, então, as mulheres, enfim, as atrizes que se encontram aqui para que venham ao plenário da Comissão de Direitos Humanos para fazer uma apresentação em defesa do projeto da Senadora Patrícia que amplia de quatro para seis meses a licença maternidade. E só

peço aqui a nossos painelistas que deixem por escrito, de preferência, todas as contribuições que vai servir para nós que vamos fazer o relatório juntos, eu, a Senadora e, com certeza, o Senador Mesquita Júnior também. *(Risos.)*

“Não tá bom... *(ininteligível)* *(risos)* *(aplausos)*

Lá, lá, lá, lá, lá...

Jesus mamava no colo de Maria... Jesus mamava no colo de Maria...

Dorme neném, mamãe tem que fazer... Lavar e engomar camisinha para você...

Dorme neném, seu sono sossegado... Mamãe tá costurando bem juntinho ao seu lado...

Dorme filhinho, papai foi trabalhar... Navega no barquinho onde o céu abraça o mar...

Dorme neném, estrelinha lá do céu... Menino Jesus, meu anjinho Gabriel... Menino Jesus, meu anjinho Gabriel... *(aplausos)*.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não esqueça das mães, hein, senadores, e dos bebês... *(Aplausos.)*

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Apoio a iniciativa, necessidade de dar ampliação a todas as mulheres trabalhadoras nesse País, aos funcionários públicos e a todos os segmentos da sociedade. Obrigado. *(Aplausos.)*

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT – RS) – Em nome da Comissão de Direitos Humanos eu queria agradecer muito, tanto a atriz, como as mães que vieram aqui fazer essa bela apresentação, que com certeza sensibiliza cada vez mais a todos nós. Meus parabéns, parabéns Senadora Patrícia pela forma e pela criatividade na divulgação desse projeto, enfim, de um tema que interessa a todos nós, porque é um tema que está em jogo a vida das nossas crianças, do nosso futuro, da nossa gente e do nosso País.

Nesse momento, por ter que viajar eu... mas com muita alegria eu passo a Presidência dos trabalhos à nossa autora, eu diria que co-relatora do projeto que amplia a licença maternidade para seis meses e com certeza eu deixo aqui meu ponto de vista que a Senadora já sabe, todos já sabem o meu parecer é favorável com todas as emendas que a Senadora assim entender que devam ser colocadas ao projeto.

Recebemos já dezenas de sugestões, mas naturalmente vamos fazer um estudo coletivo em harmonia com todos aqueles que trabalham nessa área para construirmos uma proposta que seja efetivamente

aprovada e aplicada pela sociedade brasileira, porque desde o primeiro momento quando eu dizia para a Senadora Patrícia que eu era totalmente favorável de imediato, darei o parecer favorável, ela me dizia: Muito obrigado, Senador Paim, pela disposição de imediato dar um parecer. Mas eu quero fazer um debate com a sociedade para ganhar a sociedade, para aplicar a lei e não somente aprovar a lei. Por isso, mais uma vez, parabéns, a presidência está com V. Ex^a, uma salva de palmas à nossa Senadora aqui. *(Aplausos.)*

(Troca de Presidência.)

A SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOTA (PSB – CE) – Eu queria, mais uma vez, agradecer as palavras tão gentis do Senador Paulo Paim, que tem sido um verdadeiro pai (**risos**) aqui, um pai muito carinhoso, um Paim, Paim, painho mesmo, muito carinhoso com esse projeto, tem cuidado dele com muito zelo, tem, a toda hora me pergunta, me pede orientação de como encaminhar e eu realmente tenho pedido de que a gente não tivesse essa votação acontecendo ainda, porque nós queríamos discutir com toda a sociedade.

Nós gostaríamos de discutir com toda a sociedade, ouvir as críticas, as sugestões que possam melhorar o nosso projeto. Essa é só a nossa intenção. Então, qualquer sugestão ou qualquer crítica será muito bem-vinda para que a gente possa melhorar cada vez mais o projeto, dando oportunidade a tantas mulheres e a tantos homens. Eu vou... eu também gostaria de falar até para, talvez, alguns questionamentos, eu poder colocar no final da sessão, porque eu gostaria, primeiro, de ouvir o Senador Geraldo Mesquita, depois nós vamos ter outra oportunidade para que as debatedoras possam se manifestar novamente, claro, e eu passo, portanto, a palavra e antes de agradecer, Senador Geraldo Mesquita, mais uma vez a esse grupo, as mães que vieram até aqui, ao teatro que foi belíssimo, que nos apresentou e certamente nos alegrou, mas também nos emocionou muito. Muito obrigado a todos vocês que vieram aqui hoje. Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita, com muito prazer.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Obrigado, Senadora Patrícia. Quero cumprimentá-la com muito entusiasmo e alegria, às nossas convidadas também, Senador César Borges, às pessoas que estão aqui no auditório, que tenho certeza absoluta, todas muito preocupadas com o assunto. Por sinal queria iniciar dizendo que a Ministra Nilcéia perdeu uma grande oportunidade de estar aqui hoje, assistindo o nosso teatrinho, eu respeito a decisão da Ministra, mas não sei que assunto mais

importante seria esse para ela não estar aqui se aqui eu tenho a impressão que se nós estivéssemos discutindo CPMF, talvez esse auditório estivesse cheio, não é Patrícia, tanto de parlamentares, como de ministros. É um negócio que me deixa muito preocupado.

Uma das cenas que mais me impressionou, assim, na vida, Patrícia, foi, muitos anos atrás, uma colega que hoje tem mais ou menos a minha idade, eu fui visitá-la, ela já casada, com filhos, e a gente conversando na sala e de repente uma criança dela entrou já andando, quer dizer, já devia ter um ano, dois anos, sei lá, a Beth sentada, a criança sentou na cadeira, no braço da cadeira, puxou o vestido dela, pegou do seio e ficou mamando. Achei aquilo um negócio fantástico. Achei um negócio fantástico. E uma outra... e uma outra situação, não digo cena, mas situação que eu tomei contato com a situação dessa, assim, com uma frequência assustadora de mães que pela pressão do emprego, do trabalho, introduziram e se preocuparam em introduzir de imediato a mamadeira, porque pela pressão. Olha que coisa impressionante. Devia ser o contrário. E a carga social, o emprego, o trabalho pressionando para que essas mães substituíssem a amamentação natural pela mamadeira por uma questão de estética, por uma questão de tempo, por uma questão de várias razões que todas elas juntas, inclusive, jamais poderiam se sobrepor àquela razão inicial da amamentação do seu filho. Eu, eu... eu conversando há pouco aqui com a Senadora Patrícia e depois da saída dela eu refletia, inclusive, com relação a fala da Dr^a Myllena. Dr^a Myllena, eu acho! Seguinte, olha... são muitas as questões, são muitos os direitos que devem ser conquistados. Mas eu creio que nesse, em particular, nós devemos focá-lo com exclusividade. Se nós alterarmos esse projeto para introduzir novas, novas conquistas, novos direitos que eu não digo que não sejam trabalhados e buscados, mas eu creio que o ideal é que eles sejam feitos em apartado, em outro projeto, esse, em particular, deveria, deveríamos nos concentrar nessa conquista, porque nessas Casas Legislativas ocorre uma coisa muito... muito interessante.

Quando o assunto... e um assunto como esse de fundamental importância, a gente começa a agregar emendas, dispositivos, a gente está conduzindo esse processo para o cadafalso, para o insucesso. Entende? Porque aí a coisa começa a se misturar muito, a se complicar e eu... e eu defendo a tese, em particular, desse projeto aqui, Senadora Patrícia, de que a gente deve deixá-lo enxuto e exclusivamente tratando da licença maternidade, da extensão da licença maternidade de seis meses, da forma como está

formulado sob pena de a gente ver esse processo da sua aprovação atropelado.

Que façamos as considerações, as ponderações e os encaminhamentos necessários com vistas a obtenção de outros direitos, mas em apartado, em outros projetos para que a gente tenha a tramitação desse aqui célere e com vistas a obter o sucesso da sua aprovação. Eram essas as considerações que eu queria fazer, Senadora Patrícia.

Eu vou até dar um exemplo. Eu estava falando aqui no início da CPMF, se essa reunião tratasse de CPMF, isso aqui estava lotado de ministros, de parlamentares, de muita gente. Entende?

Olha a estratégia do Governo. O conjunto dos direitos que as mulheres e os trabalhadores de uma maneira em geral precisam obter e perseguir, ele é enorme. Entende, Senadora Patrícia?

Deixa eu fazer aqui um paralelo. O sistema tributário nacional é algo também vasto, extenso, complexo. Mas o Governo, hoje, por exemplo, trata da discussão pontual de uma questão que lhe interessa: CPMF. Se o Governo vem aqui discutir CPMF no bojo do sistema tributário nacional estaria fadado a um redundante fracasso. Entende? Eu estou me referindo exatamente a isso. Eu não sei se eu me fiz entender.

Com relação a esse projeto, se nós introduzirmos nele mediante emendas outras garantias, outros direitos, nós estamos conduzindo esse projeto à possibilidade de fracasso no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Portanto, eu advogo a necessidade da gente tratar com exclusividade essa matéria, eu diria, assim, preliminarmente até a questão da extensão do direito aos homens, eu acho que não deveria constar aqui. Não deveria constar aqui. Deveria ser tratado em outro contexto, em outro dispositivo para que a gente assegure com absoluto sucesso a aprovação desse projeto aqui no Senado quanto na Câmara dos Deputados. Eu estou, inclusive, Senadora Patrícia, absolutamente solidário a senhora e já declinando aqui publicamente o meu voto, meu voto e meu entusiasmo, meu aplauso à sua iniciativa e as pessoas, como bem citou V. Ex^a, que lhe inspiraram, que lhe trouxeram subsídios e informações e confiaram na sua sensibilidade, no seu trabalho, para encaminhar um projeto de tão grande importância para as mulheres desse País e para o País de uma maneira em geral.

A SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOTA (PSB – CE) – Bom, eu quero agradecer mais uma vez ao Senador Geraldo Mesquita que já havia, em outra oportunidade, também trazido essa manifestação de apoio em diversas ocasiões e isso, para nós, é de fundamental importância pela sua im-

portância, pelo trabalho que V. Ex^a tem realizado e é claro que é importante que numa audiência pública nós possamos recolher essas sugestões e buscar acolher dentro do possível, dentro do projeto, desde que não cause nenhum tipo de empecilho para aprovar o projeto. Então, dentro disso eu acho que o Senador Relator Paulo Paim vai saber

conduzir da melhor forma, porque são muitas sugestões que ele tem recebido, e eu procurei, achei que era de fundamental importância ampliar cada vez mais essas discussões para que a gente pudesse ter um projeto, como disse o Senador Paulo Paim, que na prática realmente desse essa condição às mulheres e às crianças.

A nossa intenção não era só votar e aprovar um projeto, mas fazer com que, na prática, ele pudesse acontecer e de forma alguma fosse um empecilho ou atrapalhasse a condição da mulher já no mercado de trabalho que nós sabemos já é tão difícil. Por isso a importância desta audiência pública de hoje para ouvir justamente as entidades que representam os anseios das mulheres como um todo e ouvir das entidades aquilo que for necessário.

Eu quero aqui fazer a defesa da Ministra Nilcéia porque tem sido uma grande parceira, em outras ocasiões já esteve presente, já, inclusive, trouxe empresários do Brasil que têm essa prática e servem como exemplo, portanto, hoje ela não pôde estar aqui, mas ela tem, Senador Geraldo Mesquita, eu tenho aqui o dever de justiça de falar da Ministra Nilcéia, não sei qual foi o seu compromisso, mas eu sei que algo que lhe impediu, mas ela, ao longo do projeto, ela tem procurado nos ajudar, inclusive trazendo pessoas que possam agregar cada vez mais e demonstrando publicamente já esse seu interesse, o empenho, que o projeto possa ser aprovado, inclusive, contra a orientação da própria Secretaria da Fazenda, do Ministério da Fazenda, que tem uma orientação contrária ao projeto. Então, ela e o Ministro José Gomes Temporão, mesmo com essa orientação que é contrária da Fazenda, têm insistido de que essa é uma questão vital para o fortalecimento das relações entre pais e filhos.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senadora, eu reconheço que a Ministra Nilcéia é parceira.

A SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB – CE) – Eu sei.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Eu disse apenas que ela perdeu uma grande oportunidade de se fazer presente hoje aqui, inclusive, trazendo as mulheres que com ela estão discutindo lá outros assuntos, oportunidade, trazia todo

mundo para cá para essa audiência, enriqueceria a audiência e ela, talvez, saísse daqui hoje feliz da vida, por ver um assunto desse discutido tão...

A SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB – CE) – Eu tenho certeza disso, Senador. Eu entendo também a sua preocupação porque é a mesma minha. Geralmente quando a gente trata de questões que não estão relacionadas, vinculadas objetivamente à questão da economia, nós sempre temos dificuldade de agregar mais pessoas, mais parlamentares. Mas isso não vai impedir de forma alguma o nosso trabalho porque eu acho que quem está aqui hoje são pessoas bastante representativas, pessoas que têm um interesse em colaborar com esse nosso projeto.

Eu, antes de passar novamente a palavra... eu gostaria de convidar o Dr. Dioclécio, Presidente da sociedade brasileira de pediatria para também compor a Mesa, registrando aqui a presença da minha querida pediatra Raquel Disque(F) que também está aqui conosco, companheira de todas as horas, de todas as lutas. Dr. Dioclécio, prazer tê-lo aqui também mais uma vez. E eu fiz algumas anotações, e... eu queria fazer uma explicação para que todos pudessem entender qual foi, a princípio, a idéia de fazer um projeto que, na verdade, ele é voluntário.

Nós gostaríamos... nós tínhamos a intenção, e essa foi a intenção da sociedade brasileira de pediatria, de levantar essa questão no nosso País. A princípio nós sabíamos que podíamos ter algum tipo de resistência, como tivemos e conseguimos superar muitas dessas resistências. Mas por parte de alguns empresários, uns com boa-fé, outros com má-fé, que diziam que isso podia ser um retrocesso, no acesso da mulher ao mercado de trabalho. E foi justamente, essa foi uma das nossas preocupações. Portanto, o projeto, ele é voluntário, ele busca criar uma nova cultura no País, em primeiro lugar, de respeito às nossas crianças, de considerar os nossos filhos e as crianças brasileiras como principal e o maior patrimônio do nosso País.

Então, o projeto, ele não obriga a que as mulheres amamentem porque nós somos conscientes que algumas mulheres têm as vezes algum motivo, por algum motivo têm uma resistência ou uma questão psicológica ou mesmo algum tipo de problema, que não podem amamentar. Mas já está comprovado, e isso o Dr. Dioclécio pode falar muito melhor do que eu, eu apenas aprendi com ele ao longo de todo esse período, de que como é essencial e fundamental para o desenvolvimento físico, intelectual e emocional de uma criança os seis primeiros meses de vida que ela

esteja ao lado da sua mãe ou de quem cuida dessa criança.

É esse fortalecimento dos laços afetivos, é o contato, é o sussurro da mãe, as palavras de carinho de uma mãe, o carinho que uma mãe pode fazer, a voz de uma mãe, o tato que vai fazer com que essa criança possa ter esse desenvolvimento. Já está também comprovado cientificamente de que os seis primeiros meses de vida de uma criança é quando o seu cérebro se desenvolve com mais rapidez. Então, nós não podemos correr o risco de nesses seis primeiros meses de vida de uma criança estarmos longe dela, sabendo que isso vai ser vital para o seu desenvolvimento. Além do mais, evidentemente, o afeto que ali vai acontecer.

Eu ouvi já muitas declarações de muitas mulheres, recebi muitos **e-mails**, recebi cartas, telefonemas de apoios e me lembro quando a Maria Paula, nossa querida Maria Paula, madrinha do nosso projeto também que é a atriz que faz o Casseta e Planeta, que esteve também em todos os momentos. E ela falando assim. Eu não consigo compreender como é que algumas pessoas ainda pensam em números, em contas, porque quando você fala no impacto financeiro que o projeto dessa natureza pode causar que a nossa consultoria levanta, talvez, em torno de 500 milhões, se todas as empresas do Brasil, grandes, médias, pequenas e microempresas aderissem ao projeto, esse seria, mais ou menos, o que custaria aos cofres públicos, tendo uma visão ainda daqueles que trabalham apenas com números e se esquecem que atrás dos números existem pessoas, de que isso iria acarretar um problema muito grave para o Governo Federal, sendo que não se preocupam em se levantar um único dado que é fundamental, que é saber que o SUS gasta por ano em torno de 300 milhões de reais apenas em internações de crianças com doenças, por exemplo, doenças respiratórias e isso poderia ser completamente evitado se nós tivéssemos a licença maternidade de seis meses garantida a todas as mulheres.

A minha intenção, a minha vontade, o meu desejo é que todas as mulheres brasileiras pudessem ter esse direito já que nós estamos conscientes... (aplausos)... da importância... da importância disso para a vida das mulheres e das crianças. Mas, as vezes na política a gente precisa buscar conciliar para tentar trazer uma idéia e colocar essa idéia, pelo menos para ser debatida e discutida.

Se nós fôssemos fazer um projeto que colocasse, desse esse direito a todas as mulheres brasileiras e, num futuro muito próximo, se Deus quiser, nós estaremos chegando lá porque essa vai ser a minha

determinação, é a nossa orientação da sociedade brasileira de pediatria, mas nesse momento nós teríamos que apresentar uma emenda à Constituição e isso traria uma resistência muito grande, tanto por parte da iniciativa privada, como por parte também do Governo. Então, nós resolvemos, tomamos a decisão de fazer isso gradativamente.

Em primeiro lugar conquistando a sociedade brasileira para essa luta que deve ser de todos os homens e mulheres que acreditam na importância disso e como isso é fundamental para a vida, como um todo, como isso é precioso na vida de uma mulher, seja ela a mãe biológica ou a mãe adotiva, e nós não gostaríamos de ver simplesmente uma proposta dessa sendo vetada ou sendo desaprovada pelas duas Casas.

Por isso, o nosso entendimento de que nesse primeiro momento nós deveríamos conquistar parte da sociedade, pelo menos, em torno dessa questão que é um direito de todas as mulheres e num momento muito próximo poder, então, já com a sociedade preparada para isso e aguardando que isso possa acontecer, oferecer uma emenda à Constituição que realmente todas as mulheres brasileiras possam ver garantido esse seu direito. Mas eu devo ser muito franca, sincera e transparente, e isso passou pela nossa cabeça. Em alguns momentos quando eu via entusiasmados alguns defendendo o projeto, eu dizia: Puxa, Dr. Dioclécio, a gente devia ter feito logo uma emenda à Constituição. E com a sua inteligência ele sempre me disse: Calma Senadora, cada passo tem o seu momento. E esse, é esse o momento que nós vamos ganhar toda a sociedade brasileira e a partir de então, garantir que esse direito seja de todas as mulheres, enfim, para tentar aprovar o projeto.

Eu acho que o projeto não vai encontrar resistências aqui nessa Casa, no Senado, com todos os Senadores que já participaram das audiências, senadoras, com todos com quem eu tenho conversado, há uma simpatia muito grande. Nós já fizemos audiências onde trouxemos também as entidades empresariais onde alguns empresários, inclusive, já adotam essa licença de seis meses sem nenhum tipo até de incentivo do Governo, nós temos uma preocupação e é uma preocupação importante que é a questão das micro e pequenas empresas que hoje significam, acho que 65% dos empregos das brasileiras e dos brasileiros e nós sabemos que o tipo de incentivo que está colocado no projeto, ele não vai contemplar as micro e pequenas empresas porque são aquelas que mais empregam, mas como nós falamos de dedução do Imposto de Renda nos dois meses excedentes, quer dizer, nos dois meses até completar os seis meses,

isso pode atrair, deverá atrair as grandes empresas. Mas as pequenas e microempresas não. Portanto, nós... ontem estamos praticamente fechando uma nova proposta que é aquela que vai tentar atrair as pequenas através do Super Simples.

Isso está sendo ainda concluído pela consultoria, mas eu acho que se nós conseguirmos colocar mais, talvez, uma emenda que busque corrigir, talvez, essa falha, dentro do projeto, nós vamos conseguir no final das contas, até pelo exemplo que tem dado alguns empresários brasileiros, nós vamos conseguir atrair mais e mais empresas. A Fiesp esteve aqui, que é uma entidade representativa de empresários, não se contrapôs ao projeto, pelo contrário, nós tivemos aqui representantes da, acho que da Fecomercio, da Confederação do Comércio e não tivemos, então, resistência. Tivemos aqui o seu Pastori que, como consultor, colocou algumas dificuldades que ele encontrava dentro do projeto e algumas dessas dificuldades nós já estamos, inclusive, estudando como sugestões para o projeto. Mas ninguém até agora disse: Não, esse projeto é inviável, esse projeto não é bom ou esse projeto não presta. De forma alguma. A gente tem conseguido mobilizar mais e mais pessoas. Eu quero agradecer a Myllena, quero agradecer também a Elizabeth por terem vindo até aqui, aceitado esse convite de discutir, de trazer algumas sugestões ou até algumas críticas ao projeto que são legítimas e eu entendo todas elas e nós vamos procurar, dentro daquilo que eu disse, de não atrapalhar, mas de conseguir que o projeto seja aprovado da forma mais perfeita possível. Quanto àqueles que tratam da questão do problema da mulher no mercado de trabalho, do acesso a mulher ao mercado de trabalho, eu tenho dito que, talvez, esteja na hora da gente mudar a mentalidade do Brasil, talvez, tenha esse projeto uma forma de refleti também sobre isso, de se respeitar as mulheres brasileiras.

Tenho dito que não é uma frase minha que nós somos 52% da população e os outros 48% são nossos filhos. Então, tá na hora de se respeitar a mulher brasileira. Será que alguém que vive durante 75 anos, uma média de 80 anos, não tem o direito a ficar com seus filhos nos seis primeiros meses de vida dando aquilo que é tão importante e essencial para que ele tenha vida, para que ele seja feliz, para que ele possa crescer um cidadão com dignidade, com afeto, com carinho, no momento em que a gente luta por uma cultura de paz num mundo tão cheio, marcado de violência, onde os nossos filhos e as nossas crianças são as principais vítimas desta violência? Muitas vezes está no afeto a... a expulsão dessas crianças para a rua, para a batalha, para as drogas, para a ex-

ploração sexual, para o tráfico, para tantas e tantas outras coisas, pela falta de oportunidade, pelas faltas de oportunidades, tanto da infra-estrutura que tocou muito bem aqui a Myllena, quando busca na sua fala garantir os direitos que são fundamentais às nossas crianças e às mulheres.

Nas políticas sociais que eu tenho, aqui no Senado, buscado tratar dessa questão de forma muito veemente, até, muitas vezes de forma intransigente porque não consigo entender como é que um país que tem um patrimônio tão maravilhoso como os nossos filhos faz com que as políticas para as crianças sejam políticas tão pobres, políticas tão pequenas, políticas tão mesquinhas que não levam em conta os sonhos, que não levam em conta a energia, a adrenalina que tem na juventude, a vontade de conhecer o mundo, de abarcar o mundo com as pernas para poder ter a curiosidade de conhecer esse mundo e infelizmente as políticas sociais não entendem essas coisas, não entendem esses sentimentos, não entendem nada disso e passam ao largo de tudo e muitas vezes é o braço do crime organizado, é o braço do tráfico, é o braço da exploração sexual que chega muito mais rápido que a Política Social do Governo que poderia ajudar a libertar os nossos filhos e as nossas crianças.

Repito também uma mesma frase que ouvi aqui nessa mesma sala de um homem que eu tenho uma admiração muito grande que é o padre Renato Kiera(F) do Rio de Janeiro, que cuida de atender jovens envolvidos com drogas, com tráfico, com a violência muito grande e ele levantava aqui de uma forma muito emocionada ele dizia: "Que país é esse que a gente antigamente levantava as mãos para os céus e dizia que era uma bênção de Deus quando nascia uma criança e hoje a gente chora ou lamenta dizer que é mais uma criança que vai sofrer, ou que vai ser violentada, ou que vai praticar algum tipo de violência". Então, eu acho que está na hora de todos nós refletirmos sobre isso.

Esse projeto é um projeto que tem me mobilizado pessoalmente muito, eu sou muito grata a sociedade brasileira de pediatria por ter confiado em mim essa tarefa que tem ajudado ao meu mandato, que tem destacado cada vez mais essa vontade, esse desejo de continuar lutando pelas crianças por um mundo melhor porque eu estou convencida de que isso não é só uma bandeira simpática, mas deve ser uma causa e uma missão de todos os homens e mulheres de boa-fé que acreditam nesse País, que acreditam no futuro do nosso País.

Então, tenham certeza de que nós vamos nos dedicar muito até a votação desse projeto para tentar juntar aquilo que mais puder nesse momento, nes-

se momento e eu gosto de ser muito franca em tudo aquilo que eu estou dizendo, que for possível, desde que isso não protele ou não nos faça perder uma conquista que vai ser tão importante, pelo menos para parte das mulheres.

Num País como o nosso, às vezes, essas mudanças não são tão rápidas como a gente sonha, como a gente deseja. Talvez, eu que batalhe tanto, que lute tanto por essa área, talvez, seja aqui dentro uma pessoa que mais deseja ver todas as mulheres, com seus filhos, amamentando, felizes, vendo seus direitos respeitados. Mas eu devo ter a paciência e para ver, pelo menos, parte disso aprovado para que isso ganhe uma força ainda maior e muito em breve a gente possa ter isso como realidade para todas as mulheres brasileiras.

Eu vou... (aplausos) obrigado. Eu vou passar agora a palavra a Elizabeth Saar que é Gerente do projeto da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e em seguida eu vou passar também para a Myllena, que é aqui membro da equipe de assessoria parlamentar do CFEMEA e depois se... desculpa. Eu queria, só antes, Elizabeth, se me permite, passar a palavra ao Dr. Dioclécio para que ele pudesse também fazer os seus comentários.

SR. DIOCLÉCIO – Ilustre Senadora Patrícia Saboya, que preside os trabalhos dessa audiência, a saudação da sociedade brasileira de pediatria, os ilustres senadores aqui na figura do Senador Geraldo Mesquita, saudação ao ilustre Vereador de Bagé, autor do projeto de prorrogação da licença maternidade naquele município, as mães que aqui compareceram, as ilustres representantes, a Elizabeth, Gerente do projeto da Secretaria de Projetos, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e Myllena, assessora parlamentar do CFEMEA, eu quero inicialmente agradecer a honra do convite de estar nesta Mesa, nesta audiência que trata da prorrogação da licença maternidade para seis meses no Brasil.

E ao fazê-lo não poderia deixar de destacar o que representou e representa para a pediatria brasileira a figura da Senadora Patrícia Saboya. Para nós, pediatras desse País, inegavelmente um verdadeiro oceano de sensibilidade humana e compromisso social que permitiu levar adiante a idéia que surgiu como um sonho e que progressivamente se converte em realidade.

Essa audiência foi marcada para ouvir as representações legítimas do movimento das mulheres brasileiras. Para ouvir a manifestação de um dos segmentos mais importantes, essenciais, envolvidos no Projeto de Lei, mas também terminou sendo, Senadora, uma audiência que reuniu um segmento, o

segmento central do direito assegurado pela prorrogação da licença maternidade. O lactente que aqui esteve e que fico imaginando o que diria se lhe fosse passado o microfone. O que diriam os recém-nascidos e lactentes que integram esse segmento central do projeto? Creio que poderíamos fazer um exercício de imaginação verdadeira.

Seguramente estariam aqui falando para agradecer uma iniciativa que começa a retirar da maternidade o verdadeiro estigma, a maldição que lhe foi imposta por uma evolução equivocada da sociedade brasileira e transformá-la na manifestação mais genuína do sinal de vida na sociedade. Também se manifestariam orgulhosos os recém-nascidos, se aqui pudessem falar, por verem o reconhecimento no Congresso Nacional da sua condição de sujeitos de direitos, porque a licença maternidade é seguramente um direito fundamental da criança, do recém-nascido, do lactente.

Um direito que precisa ser assegurado, uma vez que o seu destinatário não tem como manifestar-se, por toda a sociedade brasileira, por todas as instituições, entidades, a fim de que, de fato, o direito seja assegurado. Mas também aqui estaria o recém-nascido falando, claro que com a sua linguagem, que é o choro, e também o sorriso, para agradecer a possibilidade de tantas sinapses de qualidade que se estão estabelecendo no seu cérebro em formação a fim de que possa estruturar a base de formação da sua inteligência, do seu desenvolvimento mental, da sua personalidade, do seu equilíbrio afetivo, da sua condição plena de evoluir para cidadão, sereno, saudável, pacífico, equilibrado, no País. E seguramente também estaria aqui agradecendo o representante do segmento dos recém-nascidos e lactentes a oportunidade de acesso a amamentação como fonte incomparável de suprimento de nutrientes de qualidade, mas também de um número ilimitado de componentes que o protegem das infecções nos primeiros tempos da sua existência, assim como de doenças que vão se manifestar mais tardiamente quando não tem acesso a esse direito. Mas certamente também aqui estariam recém-nascidos de famílias adotivas para agradecer a acolhida, o ninho inicial dos seis primeiros meses de vida que transborda proteção, que transborda segurança para que o ser humano possa de fato inscrever-se no novo ambiente onde se inicia, de fato, a consolidação do seu potencial de ser humano ao nascer. E finalmente o recém-nascido aqui estaria falando, não chorando, mas sorrindo, com olhares de plena vivacidade para comemorar o avanço da idéia, antes mesmo da aprovação do projeto pelo Senado Federal, o avanço da idéia, produto desta verdadeira maratona cívica que

a senadora empreendeu e vai empreender ainda pelo País, defendendo a idéia, levantando a discussão, os lactentes estariam comemorando.

O fato, (pigarro), perdão, de que a sociedade civil já se apropriou do projeto, já se sente também autora do projeto e passa a implantá-lo em todos os pontos do Território Nacional. São hoje 53 municípios onde a licença maternidade de seis meses já é uma lei em pleno vigor. São cinco Estados da Federação onde o Projeto de Lei foi aprovado, está em vigor e é licença maternidade, não é licença amamentação. Porque a licença amamentação, com todos os benefícios que traz ao assegurar o aleitamento materno, não assegura o acesso pleno à estimulação indispensável dos primeiros seis meses de vida e, além do mais, submete a mulher ao constrangimento de ter de provar aos gestores do sistema de saúde que de fato está amamentando a sua criança.

Por tudo isso, registro em nome da sociedade brasileira de pediatria e de todos os pediatras brasileiros que cuidam de todas as crianças do País, que têm relação estreita com as mães, com os pais, com as famílias, registramos a imensa satisfação de participarmos de mais esta audiência e de percebermos, e de termos a certeza da aprovação do projeto que, imaginávamos, devesse ser feita logo após a primeira audiência, mas a senadora nos alertou: “Não, precisamos discutir ainda, e muito, o projeto”. E a discussão foi feita, foi desencadeada e aprendi que é verdadeira a frase de uma das canções imortalizadas por Elis Regina quando ela diz que “viver é melhor que sonhar”, porque viver nos permite conhecer tantas opiniões, tantos conceitos verdadeiros aqui trazidos de representantes dos distintos segmentos da sociedade, tantas evidências da realidade brasileira que, às vezes nos escapam, e que nos permitem, ao final, amadurecer o projeto e lhe dar, no momento da aprovação, a versão mais ajustada à realidade brasileira, a versão que assegura a aprovação e que mantém essa caminhada cívica, patriótica, humana para assegurar ao longo de sua duração todos os demais direitos aqui sugeridos que são inegáveis, incontestáveis e que serão certamente conquistados etapa por etapa, ajustados plenamente a evolução da nossa própria realidade. Muito obrigado. (aplausos).

A SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB – CE) – Quero agradecer mais uma vez a presença e as palavras que são sempre muito bom de poder escutar do Dr. Dioclécio, que cada vez estimulam mais a gente e ganha mais força aqui por tudo o que ele fala.

Eu quero passar a palavra agora então a Dr^a Elizabeth e em seguida a Dr^a Myllena e se alguém

desejar se manifestar, nós também estaremos aqui. Quero agradecer ao Senador Geraldo Mesquita que está aqui acompanhando desde o início essa nossa audiência, mais uma vez, muito obrigado. Quero também cumprimentar o Vereador Dudu Colombo que está aqui, que também é autor em Bagé, é o primeiro projeto no caso do Estado. Não é isso? Então, agradeço muito, é uma força enorme e seja muito bem-vindo à nossa Comissão. Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senadora, era só para registrar. A assessoria preparou aqui um material e a gente, eu confesso que não abri de imediato, mas ela gentilmente veio nos mostrar aqui os municípios onde essa proposta já virou lei. Eu agradeço aqui. E eu queria destacar aqui que o Estado do Ceará e o Estado do Espírito Santo são campeões. O Estado do Ceará e o Estado do Espírito Santo com o terceiro lugar aqui para o Estado do Paraná, viva! São muitos municípios, são cerca de 50 municípios que já adotam essa norma e outros mais aqui em vias de tramitação e aprovação. Era só para fazer o registro.

A SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB – CE) – Eu queria falar, Senador Geraldo Mesquita, que isso aí eu e o Dr. Dioclécio ficamos ligando para os governadores, ligando para Prefeitos, já tem a licença maternidade? Já tem isso? Já tem aquilo? Nilcéia também tem nos ajudado nisso. Então, eu acho que cada vez mais eu acho que nós temos um papel importante, até como senadores representando o nosso Estado, de buscar estimular dentro dos nossos Estados, nossos municípios, que mais e mais municípios possam aderir aos seis meses de licença maternidade. E aí, quem sabe, daqui a pouco nós teremos isso como... como uma meta também para vários... É... diria... não sê-lo, porque não posso dizer, não posso me antecipar a isso, mas isso como uma garantia fundamental e uma responsabilidade de todos os gestores municipais e estaduais e do Governo Federal que a gente possa ter isso como uma garantia a todas as mulheres. A palavra a Dr^a Elizabeth Saar.

A SRA. ELIZABETH SAAR – Eu...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senadora Patrícia, só um minuto. Eu sou missionária, vivo em Recife fazendo um trabalho (ininteligível) entregar umas cartas para os Exm^{os} Senadores, porque eles estão querendo uma lei agora para tirar a Bíblia Sagrada que fala da palavra de Deus que diz que é pecado...

A SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB – CE) – Deixa eu só lhe falar uma coisinha... É porque agora a gente está na audiência, você só deixa aqui...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, eu só vou deixar para vocês...

A SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB – CE) – Porque como é outro assunto, a gente trata depois, eu lhe dou a palavra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas é parecido também, porque isso aí é a defesa da família.

A SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB – CE) – Tá bom. Com a palavra a Dr^a Elizabeth Saar...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Aí eu vou agora deixar...

A SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB – CE) – Só pode deixar, mas tem que fazer silêncio porque a Dr^a Elizabeth agora vai falar. Com a palavra a Dr^a Elizabeth. A senhora pode se sentar.

A SRA. ELIZABETH SAAR – Obrigada. Eu gostaria só de nesse mesmo exercício que o Dr. Dioclécio estava fazendo dos agradecimentos dos bebês, eu tenho certeza que eles também agradeceriam às mulheres do País, porque são elas que sempre lutaram para que a licença maternidade fosse crescente e são elas que fizeram e garantem na nossa Constituição hoje o que temos, na nossa CLT. Acho que a gente não pode esquecer, também, que as mulheres sempre lutaram por isso.

As mães e as não mães sempre entenderam que a importância da amamentação e a gente falou muito aqui também hoje da licença paternidade, eu acho que a gente devia falar disso por que... eu estou falando do lado do campo da Secretaria de Políticas para as Mulheres em que a gente fala de políticas para as mulheres, mas são políticas para a sociedade e que a gente inclui, pensa uma sociedade diferente porque pensam homens diferentes. Então, é importante a gente sempre lembrar, e eu acredito, Senadora Patrícia, que todo esse esforço do Senado, de garantir essa discussão de extrema importância. Sem discussão a gente não avança na sociedade.

E eu queria lembrar como a Myllena levantou a possibilidade de um projeto de equidade, um plano de equidade das empresas, eu queria lembrar que a Secretaria de Políticas para as Mulheres têm um programa de, um selo de equidade para as empresas que já está no seu segundo momento, que começou, é um plano de equidade de gênero para o seu primeiro ano, para as empresas estatais em que o comitê de equidade levantava todas essas questões que foram levantadas aqui como uma implantação dentro das empresas.

Hoje, o projeto da Secretaria, ele está no seu segundo momento que, além das estatais, ela já está

chegando a empresas privadas. Então, eu acho importante a gente também divulgar isso e quem sabe até poder incorporar essa sugestão da licença maternidade às empresas que estão trabalhando nesse pró-equidade ou ligar a possibilidade da implantação dessa licença de seis meses e, ao mesmo tempo, levantar toda a questão da pró-equidade que é extremamente importante que visa modificar, não só o ambiente de trabalho, mas a vida das pessoas dentro das empresas, dentro do possível, evidentemente.

Queria agradecer à Senadora, aos Senadores, infelizmente a Ministra não pôde vir, realmente eu acho que ela sempre prestou, ela esteve presente nas audiências em que foi chamada, são poucas as situações, mas elas existem, em que ela não pode estar presente e ela já prestou apoio ao projeto pessoalmente à Senadora Patrícia e me pediu que viesse aqui e falasse do apoio que ela dá ao projeto e não é só nessa situação, nessa ocasião, mas em todas as outras ocasiões em que ela tem a oportunidade ela fala, ela fala do projeto e essa é uma proposta da Secretaria de ampliação da licença maternidade, ainda mais agora depois que 3 mil mulheres se reuniram e pediram, aprovaram essa proposta. Então, eu só queria dizer que a Ministra não está aqui por uma incapacidade...não possibilidade por ter outros compromissos, mas que ela apóia o projeto e está à disposição para outros momentos, a Secretaria está presente. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB – CE) – Obrigada também. (aplausos).

Passo a palavra agora à Myllena que é membro do CFEMEA, fazer suas considerações finais.

A SRA. MYLLENA CALAZANS DE MATOS – Gostaria aqui de registrar que nós mulheres, as mulheres organizadas sonham e sonham alto, porque se não sonhássemos muitos dos direitos não estariam aqui garantidos. Desde as campanhas pela creche na década de 70, início de 80, das mulheres trabalhadoras que iam às ruas pedir essa, pedir a creche, num primeiro momento ainda como direito da mulher, mas que também tem avançado na concepção de que a creche é um direito da criança e um direito que garante a autonomia das mulheres para o mundo do trabalho. Então, são dentro, assim, desses avanços que colocam enquanto direito da criança e direito da mulher. E é por isso que nós colocamos essas sugestões que são amplas, que algumas delas podem ser incluídas no projeto, mas outras, até mesmo pela questão do âmbito formal que demanda um outro tipo de proposição, ou PEC, ou Projeto de Lei Complementar que necessitaria de uma mudança no próprio projeto, nesse âmbito formal, mas tenho

certeza que isso também pontuamos como necessidade de incluir no debate da preocupação, por exemplo, se garante a extensão da licença maternidade. Mas vamos também já fomentar uma discussão para que essa questão dessa preocupação da empresa não se estenda, não fique na concessão da licença maternidade, que tenha a garantia das creches, que articule a fomentação das creches, de campanhas para divisão sexual do trabalho.

Recentemente o PNUD divulgou uma pesquisa que 90% das mulheres se dedicam ao trabalho doméstico, trabalho doméstico não remunerado que não é contabilizado para as finanças públicas ainda, mas que se fossem, corresponderia quase 12% do PIB nacional, enquanto que os homens, a contribuição dos homens para o trabalho doméstico ainda está em 10% que faz esse tipo de trabalho. E já apontando a preocupação dessa pesquisa que as mulheres podem ter uma terceira jornada de trabalho que hoje é o trabalho fora de casa, junto com o trabalho dentro de casa, cuidado da criança e posteriormente com o envelhecimento da população que é o cenário que está sendo traçado vai ter essa jornada com o cuidado dos idosos.

Então são questões que a gente aponta, sugere, Senadora, para que sejam colocadas também já com essa preocupação da divisão do cuidado entre os pais, daí a importância da licença a paternidade, da preocupação também de associar essa idéia da empresa cidadã que também se garanta essas outras...esses outros direitos que as mulheres até agora, embora tenham conquistado formalmente, mas que precisa se materializar. Então, nós, digamos...há várias discussões, há Projetos de Leis já na Casa com a questão que propõe uma proposta de Emenda Constitucional, que está na Câmara, que propõe a extensão da licença maternidade e acreditamos, assim, do mérito mesmo do projeto que já levanta essa discussão política que já fomenta isso e podemos fazer esse pacote de projetos para que tenhamos esse direito garantido, de discutir com o Executivo, no âmbito que está tendo agora da discussão da Previdência Social, do fórum de Reforma da Previdência Social, o movimento de mulheres todo está acompanhando essa discussão, está fazendo propostas para incluir novas garantias, novos benefícios, mas também para assegurar, inclusive, a questão da licença maternidade que não seja diminuída, da diferença de 5 anos que tudo isso se soma e proporciona também uma tranquilidade para a mulher, para a família e principalmente para a criança, para que se mantenha esse laço afetivo e o desenvolvimento saudável da criança nos seus primeiros meses de vida.

Então, são essas as nossas sugestões que temos. Colocamo-nos à disposição para divulgação do projeto, para que ele seja debatido e registro ainda aqui da nossa preocupação, Senadora, de que há necessidade dele vir acompanhado com essas outras medidas para equiparar e universalizar a proposta e também a gente tem uma meta de nivelar o acesso das mulheres para a licença maternidade, para que não haja mulheres sem licença...sem licença, com licença, que depende de carência e aquelas que têm licença passarão a ter licença de seis meses. Então, é isso e muito obrigada. (aplausos).

A SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB – CE) – Quero agradecer a presença de todas, de todos, quero agradecer a presença da Myllena, agradecer a presença da Elizabeth, do Dr. Dioclécio como Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, a todas as mulheres grávidas que vieram aqui nesse momento de tanta beleza à nossa audiência, o carinho, a dedicação, a representação do teatro que aqui foi feito que certamente emocionou a todos nós, a todos os técnicos, ao Vereador Dudu, que também está aqui conosco, enfim, a Dr^a Raquel, a todos os convidados, agradecer pelas contribuições. Tenham certeza que nós iremos buscar o máximo, aproveitar todas elas porque são todas elas proposições muito sérias, são proposições certas, são proposições que levam a um caminho de uma vida melhor, de mais justiça e da garantia dos direitos fundamentais das crianças e das mulheres. Portanto, eu agradeço a todos e declaro encerrada a presente sessão. Muito obrigado. (aplausos)

Sessão encerrada às 10h51.

PARECER Nº 1.052, DE 2007

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2007, de autoria do Senador César Borges, acrescenta inciso ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir atendimento presencial aos usuários de serviços de telecomunicações.

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 502, de 2007, que altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para tornar obrigatório o atendimento presencial aos usuários de serviços de telecomunicações.

De autoria do Senador César Borges, o projeto busca aprimorar o relacionamento entre usuários e

prestadores de serviços, que, segundo afirma, não acompanhou o progresso técnico experimentado no setor de telecomunicações nos últimos anos. De forma especial, menciona o autor a situação das concessionárias de telefonia fixa que, mesmo diante da imposição de pesadas multas, não implantaram os postos de atendimento exigidos pela regulamentação.

A alteração legislativa ora proposta se dá mediante acréscimo de inciso ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 1997, que menciona os direitos dos usuários de serviços de telecomunicações.

Por derradeiro, cumpre observar que não foram apresentadas emendas à proposição.

II – Análise

De modo preliminar, constata-se que a matéria tratada no projeto em tela situa-se nos limites da competência legislativa da União e das atribuições do Congresso Nacional, conforme dispõem, respectivamente, os arts. 22, incisos I e IV, e 48, **caput** e inciso XII da Constituição Federal. Da mesma forma, não invade a iniciativa reservada ao Presidente da República. Não há, portanto, vício de constitucionalidade formal a inquirir a proposição.

Observa-se também que o projeto foi redigido de acordo com as boas normas de técnica legislativa estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No que tange ao mérito da proposta, deve-se reconhecer sua conveniência e oportunidade. De fato, proliferam os abusos cometidos pelas operadoras de serviços de telecomunicações por meio de suas centrais de atendimento telefônico. Na maioria dos casos, os usuários são remetidos a diversos atendentes, sempre precedidos de longos períodos de espera, que, ao final do procedimento, indeferem ou sequer se pronunciam definitivamente sobre o pleito do consumidor.

Não deixa de surpreender também o fato de que, mesmo diante de exigência regulamentar, muitas operadoras ainda não tenham implantado seus postos de atendimento presencial. A promulgação de lei sobre o assunto, nesse sentido, poderá dar maior segurança jurídica à Agência Nacional de Telecomunicações na aplicação de penalidades a essas empresas.

Em face dessas considerações, que apontam para a constitucionalidade, boa técnica legislativa e conveniência da proposição, entendemos que este colegiado deve manifestar-se por sua aprovação.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2007.

Sala da Comissão, 17 de outubro de 2007.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ASSINAM AO PARECER AO PLS Nº 502/2007 NA REUNIÃO DE 17/10/2007
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

(Senador Wellington Salgado de Oliveira)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA

1. EXPEDITO JÚNIOR

AUGUSTO BOTELHO

2. FLÁVIO ARNS

RENATO CASAGRANDE

3. JOÃO RIBEIRO

SÉRGIO ZAMBIASI

4. FRANCISCO DORNELLES

RELATOR

IDELI SALVATTI

5. FÁTIMA CLEIDE

PMDB

VALDIR RAUPP

1. ROMERO JUCÁ

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

2. GARIBALDI ALVES FILHO

GILVAM BORGES

3. MÃO SANTA

VALTER PEREIRA

4. LEOMAR QUINTANILHA

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1. ELISEU RESENDE

ROMEU TUMA

2. HERÁCLITO FORTES

MARIA DO CARMO ALVES

3. MARCO MACIEL

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

4. ROSALBA CIARLINI

JOÃO TENÓRIO

5. FLEXA RIBEIRO

EDUARDO AZEREDO

6. MARCONI PERILLO

CÍCERO LUCENA

7. PAPALÉO PAES

PDT

VAGO

1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS

502 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO	X				FLAVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO				
SERGIO ZAMBIASI	X				FRANCISCO DORNELLES				
IDELI SALVATTI					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP					ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GARIBALDI ALVES FILHO				
GILVAM BORGES	X				MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA					HERÁCLITO FORTES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				MARCO MACIEL				
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO	X				MARCONI PERILLO				
CÍCERO LUCENA	X				PAPALÉO PAES				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)					(VAGO)				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 17 / 10 / 2007

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....
I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....
IV – águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

.....
Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....
XII – telecomunicações e radiodifusão;

.....
LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB – MA) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, Ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

- Ofício do Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 281/2007, de 18 de outubro último,
- Ofício do Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática Nº 160/2007, de 17 de outubro último

Of. CDH PLS nº 281-5

Brasília, 18 de outubro de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição Federal, combinado com o § 2º, do artigo 91 do Re-

gimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão aprovou com as Emendas de nº 1-CDH a 5-CDH, o Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2005, que “Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença maternidade mediante concessão de incentivo fiscal”.
– Senador **Paulo Paim**.

Of. nº 160/2007 – CCT

Brasília, 17 de outubro de 2007

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, o Projeto Lei do Senado nº 502 de 2007.

Atenciosamente, Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB – MA)

– Com referência aos expedientes que acabam de ser lidos, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3ª a 5ª, do regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 281, de 2005 e 502, de 2007, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB

– RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, Srªs e Srs. Senadores, quero também me dirigir aos telespectadores da *TV Senado*, que nos assistem em todo o Brasil, e aos ouvintes da Rádio Senado, começando o meu pronunciamento de hoje sobre a Funasa, Fundação Nacional de saúde, gostaria de, primeiro, tranquilizar os servidores da Funasa de todo o País com relação ao pronunciamento que fiz aqui, na semana passada, a respeito de uma operação da Polícia Federal, obviamente por mandado judicial e por denúncia do Ministério Público, na Funasa do meu Estado de Roraima, quando foi preso não só o seu dirigente, como alguns funcionários de diversos setores.

Naquela ocasião, eu disse que, desde de 2004, venho pedindo ao Tribunal de Contas da União, à Procuradoria-Geral da República e à Controladoria-Geral

da União, CGU, que investiguem denúncias que sucessivamente vêm ocorrendo em relação ao trabalho da Funasa no Estado.

Como médico, Sr. Presidente, tenho até a obrigação de estar preocupado com o setor saúde, pela nossa formação, Senador Mão Santa. Ora, a coisa mais sublime, mais importante que o ser humano tem é a vida. E a vida não existe sem saúde. E a saúde da população pobre depende, essencialmente, dos recursos públicos, que são oriundos de impostos que todo brasileiro paga.

E disse, naquela ocasião, que roubar não tem explicação em nenhuma área, mas, na área da saúde, tirar dinheiro do doente que está precisando, eu considerava um crime hediondo.

Justamente por conhecer as falcaturas que vêm sendo feitas na Funasa, não só no meu Estado... Diria que o meu Estado é apenas uma amostra. E, para usar um termo médico, uma amostra grátis desse problema que há na Funasa em todos os Estados. Principalmente por quê?

Quero deixar bem claro e ressaltar para os servidores honestos, de carreira, da Funasa que propus duas saídas para esse órgão. Este modelo não pode permanecer: um faz-de-conta, uma intervenção federal numa área que não é da competência do Governo Federal, que cuida da saúde das pessoas que vivem nos Municípios e nas comunidades indígenas e de outros setores, como a construção de postos de saúde, e fazer de conta que combate o mosquito da dengue, que só aumenta. Como a Funasa não tem estrutura médica nem de pessoal da saúde de um modo geral, seja agentes ou atendentes da área da saúde, o que acontece? O que a Funasa faz? Contrata ONGs, contrata as instituições as mais diversas que não têm especialização e nem pessoal para fazer o serviço. E contrata de propósito, para poder roubar, mancomunada com seus maus dirigentes em diversos lugares do País e com políticos que indicam esses dirigentes.

Então, é preciso, sim, extirpar esse câncer que é o modelo da Funasa no País. Tanto é que, por coincidência, o nome da operação é "Metástase". Metástase ocorre justamente quando um tumor se espalha para outros lugares do organismo. E o que acontece? A Funasa, aqui em Brasília, é o grande câncer que está com metástase para todo o País.

Esse modelo da Funasa tem de ser revogado, precisa acabar.

Quais são as saídas? Primeiro, manter a Funasa como órgão fiscalizador e coordenador das ações

da Política Nacional de Saúde. Para isso não é preciso haver recursos para repassar para ONG (Organizações Não-Governamentais), para instituições ditas de caridade, para entidades religiosas. Para se executar a ação, por exemplo, de atendimento aos indígenas, que deve ser um encargo federal, pode-se fazer convênio com as Forças Armadas, Senador Edison Lobão. Em todo lugar do País, no interior mais distante da Amazônia, as Forças Armadas estão presentes, com médicos, enfermeiros, odontólogos, bioquímicos, portanto, um pessoal capaz de prestar essa assistência.

Em relação aos não-indígenas, quem presta assistência, na verdade, são os Municípios e os Estados – aliás, até aos indígenas. Hoje, por exemplo, ocorre em qualquer Estado, mas tenho conhecimento de que, em Roraima, se o Governo do Estado retirasse das comunidades indígenas os postos de saúde, as escolas e as missões que prestam assistência periódica, volante, de médicos, inclusive oftalmologistas, os índios estariam entregues ao deus-dará, ao léu. Assim estão os ianomâmis em meu Estado, onde reservaram uma área de quatro milhões de hectares para cerca de quatro ou seis mil índios. Eles estão se acabando com uma doença endêmica, permanente, um cocercose, que leva à cegueira precocemente e a outras distrofias. E a Funasa está cuidando.

Neste jornal, um líder ianomâmi está dizendo que, nesses últimos quatro anos, a saúde só piorou. Aliás, desde 2004 a saúde dos ianomâmis só piorou: malária, tuberculose, oncorceose. Estão matando os nossos índios e roubando o dinheiro que era para aplicar na saúde deles. Então, tenho que ser contra esse modelo da Funasa, mas quero dizer aos seus servidores que a extinção da Funasa, eu só prego em último caso, porque, como na Medicina, se a pessoa chega com uma perna ou um pé infectado temos que amputar, senão morre o paciente. O que é pior? Perder uma perna ou perder o paciente todo?

Então, defendo que se mude esse modelo. Agora, não podendo mudar é melhor extinguir e fazer o que manda a Constituição: passar para os Municípios e para os Estados a responsabilidade de fazer saúde. Onde é que está o doente, Senador Edison Lobão? É, por acaso, no Governo Federal? Não, o doente está no Município, na rua, na casa dele. Onde fica? Em um Município, em uma cidade ou em um interior qualquer.

Vejam o jornal O Estado de S. Paulo do dia 5 deste mês: “Fraudes na saúde dão prejuízo de R\$613 milhões”. Isso de um modo em geral, mas na Funasa as coisas vêm se repetindo de forma alarmante. E o Tribunal de Contas da União e a própria CGU já mostraram claramente. O Governo faz convênios com essas organizações não-governamentais, as ONG, como são conhecidas, de maneira absurda, sem nenhum critério. Há uma ONG no meu Estado, chamada Urihi, que foi constituída e, oito dias depois, fez um convênio milionário com a Funasa. Parece que, ao todo, tenha dado um prejuízo de R\$30 milhões. E logo depois deixou de existir.

Há outras entidades lá em Roraima, como o Conselho Indígena de Roraima, que prestam assistência aos índios e só servem para roubar o dinheiro da saúde que era para evitar a doença dos índios.

Olhe o que diz a manchete de um jornal de 2005, Senador Geraldo Mesquita: “Em 34 distritos indígenas da Funasa, MS, onde 11 crianças morreram por desnutrição em 2005, é o 15º no ranking de mortalidade infantil de 2004”, “Mortalidade supera em 70% de áreas”. Isso em 2004. Depois, “Presidente da Funai diz que – vejam bem, é sempre a mesma preocupação – a falta de terra, a expansão (...) contribui para as mortes”.

Ora, Senador Geraldo Mesquita, é sofismar com a vida dessas pessoas. Então, os ianomâmis não deveriam mais morrer, porque eles têm 4,5 milhões hectares só meu Estado, mas têm quase outro tanto no Amazonas. No entanto, eles continuam morrendo, e muito.

Diz aqui que a Funasa reduziu – em 2005 também – 19% do repasse às entidades. “Aumentam os casos de tuberculose entre os índios”, diz o *Correio Brasileiro*, de 4 de novembro de 2007. *Folha de S. Paulo*: “ONG são suspeitas de desviar verba de saúde”. Isso em Rondônia.

Presidi a primeira CPI das ONG aqui e, só em Rondônia, duas entidades que assistiam os índios, Cunpir e Paca, desviaram milhões dos índios, pior, da saúde dos índios.

Aqui eu tenho, Sr. Presidente, todo um conjunto de denúncias que fiz desde 2004. E também diversas correspondências do Tribunal de Contas da União, informando sobre as providências tomadas. Vou requerer que a CPI das ONGs instalada aqui – e o Senador Alvaro Dias já pediu informações sobre a ONG Ourique, que atua lá no Estado de Roraima – aprofunde a investigação sobre todas as entidades que recebiam recursos da Funasa no meu Estado e que passe um

penete fino em todo o Brasil. Porque a Funasa é um antro montado para roubar dinheiro. E roubar dinheiro de quê? Da saúde das pessoas.

A dengue ataca o Brasil todo. E nós sabemos que é tão fácil combater o mosquito da dengue.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mozarildo?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Vou, em seguida, com muito prazer, conceder o aparte a V. Ex^a

E aí o Governo passa a imagem de que o responsável é o cidadão: “Cuide da sua latinha”, “Não deixe água parada” e não sei o quê. Não faz o combate ao mosquito através do fumacê, que todo o mundo conhece. Não faz. E eu estou falando aqui como médico. Realmente, é uma imoralidade o que se faz com a saúde. E está aí, repito – e não estou falando de outro Estado, mas do meu Estado: na Funasa lá, à primeira vista, há um rombo de R\$34 milhões. Mas é muito maior. Se for investigar direitinho o que essas ONGs fazem com os recursos que recebem para prestar assistência de saúde aos índios e combater endemias de modo geral, o rombo é maior.

Mas, Senador Mão Santa, ouço V. Ex^a, com muito prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mozarildo Cavalcanti, aqui nós trabalhamos muito; nós fazemos a grandeza deste País e do Senado. E o Senado...Ó que só estamos nós cinco aqui, mas podemos dizer que aqui tem a qualidade do Senado, do Congresso brasileiro.

Quero elogiá-lo pelo pronunciamento de ontem. Sei que todos foram extraordinários, mas é que eu estava com fome mesmo e fui tomar um cafezinho porque não almocei e eu o vi ali na televisão. Aliás, V. Ex^a fica até bacana. Olha, sobre aquela da maçonaria, que não me surpreende porque maçonaria para mim é Gonçalves Ledo, que fez a Independência, é José Bonifácio, é meu tio Francisco Corrêa, que é patrono de uma lá na minha Cidade de Parnaíba. E V. Ex^a, vou dizer, a Igreja Católica tem um Papa, acho que está na hora de V. Ex^a ser esse papa do Brasil da maçonaria. E eu queria convidá-lo – a maçonaria no Piauí é muito forte, tanto em Teresina quanto em Parnaíba: tem uma loja com esse meu familiar e tem outra – para ir a minha cidade natal fazer uma palestra, a que V. Ex^a proferiu ontem contra a corrupção. Que beleza! Que campanha! E está ligado ao PMDB. O PMDB, Geraldo Mesquita, posso dizer quase como Luiz XIV, *L'État c'est moi*, o PMDB sou eu e da História. Não é assim não. Não se fecha questão em PMDB. Ulysses Guimarães veio aqui – ô Edison Lobão, V. Ex^a é um estadista e quis Deus

– para se candidatar, como Sobral Pinto. Dezesete não votaram nele, acharam que ele não devia comparecer no dia. São os autênticos. Entre eles está Jarbas. Não se fecha questão. É PMDB. Eu sou o PMDB. Antes do Ulysses, eu já lutava. O PMDB é o povo e é a Pátria. O PMDB tem Presidente. É Michel Temer.. Esses que querem dar nó... derrotaram. Botaram um macacão candidato e ele nem compareceu. Fracassado... Então, vamos ver as coisas. Luís XIV: “*L’État c’est moi*”; o PMDB sou eu. Mas eu quero... É... Pode olhar, Geraldo Mesquita. E, principalmente, quando se fala em Medicina. Aí, quis Deus, Edison Lobão, estadista... Olha, Franklin Delano Roosevelt, disse (quatro vezes Presidente dos Estados Unidos) – “Toda pessoa que eu vejo é superior a mim em determinado assunto”. Eu procuro... Em Medicina, logo... Eu segui números de Wellington Salgado, de Roseana Sarney. Roseana devia estar defendendo a maior obra de Sarney que são as ZPE. E estão tirando da minha cidade de Parnaíba... ZPE que salvarão este País. Presidente Sarney deveria levantar a bandeira, exigindo do PMDB... Essa, sim, era uma bandeira; e não a mentira da CPMF. Mentira na sua origem, mentira no seu conteúdo e mentira na sua continuação. E essas são as razões. A bandeira... V. Ex^a que é o melhor discípulo... Aliás, eu conheço a história do Maranhão. A bandeira do Presidente Sarney, eu aqui posso dizer qual é: São as ZPE. Está aí a China. Tinha pouquinho... A visão do futuro, a realização, a riqueza. Estão acabando com a de Parnaíba. Eu vou fazer um pronunciamento sobre isso. Então é isso! Agora... Ô, Mozarildo, eu segui números de Wellington Salgado de saúde! Eu vou fazer; não sei se V. Ex^a. Eu sei que V. Ex^a tem mais mérito... Mas eu vou fazer no dia 16 de dezembro 41 anos de médico. Eu sou... Eu é que tenho de ser ouvido... Em ZPEs... Mozarildo, aí está denunciando. Por isso é que eu estou participando. Eu quero é colaborar... Está perfeito!

Quanto à saúde, voltou a tuberculose nos índios. E eu denunciei! Eu já denunciei isso aqui: estava aumentando. Citei até quando eu prestei vestibular. O Governo tomou conta de mim, e eu estou aqui. Nós tínhamos até um problema... Mas eu queria lhe acrescentar... Um pouquinho só... Geraldo Mesquita, aqui atento, me disse: “Acabei de ler no jornal que um índio, em Dourado, estava morrendo de inanição”. Quede as ONG? Nós não temos ONG, mas nós temos um Senador grandioso e de moral que é Mozarildo Cavalcanti. Quando V. Ex^a for o papa dos Maçons – eu estou fazendo analogia, porque eu sou católico – aí eu quero me inscrever nessa maçonaria.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Senador Mão Santa, antes de falar do assunto da saúde, quero dizer que, na Maçonaria, não tem

papa. Felizmente, na Maçonaria existe – digamos – um presidente que é eleito por todos os Maçons. Não há fumacinha branca e não há eleição só por cardeais. Então, na Maçonaria não tem papa, felizmente.

Quero dizer que muito me honra ser Maçom e, por isso mesmo, fiz aquele pronunciamento de ontem, chamando atenção da iniciativa da Maçonaria no combate à corrupção. Porque muita gente pensa que a Maçonaria é secreta; que a Maçonaria é cheia de segredos, e não o é! A Maçonaria não tem segredos; a Maçonaria é discreta. A Maçonaria sempre participou de todos os eventos da História do Brasil e do Mundo. Quanto ao Brasil, só para dizer: a Independência do Brasil, a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República e, agora, faz um trabalho social imenso. Aí, sim, sigilosamente, porque nós temos uma filosofia de que dar com uma mão sem que a outra perceba.

Mas, voltando – e para encerrar meu pronunciamento, Senador Edison Lobão –, eu quero, primeiro, ratificar todas as denúncias que fiz contra a Funasa e pedir a V. Ex^a que esses documentos sejam transcritos na íntegra, como parte do meu pronunciamento, para que fique nos Anais da Casa o meu posicionamento como médico, como Senador, como cidadão, de que não posso compactuar ou ficar calado com relação a essa roubalheira especialmente no setor de saúde.

Segundo, devo dizer aos funcionários honestos e de carreira da Funasa que não proponho como única saída a extinção do órgão, mas espero que colaborem e denunciem o que sabem estar acontecendo na Funasa nos diversos Estados. Podem até fazê-lo anonimamente para não se prejudicarem, mas denunciem ao Ministério Público, à Polícia Federal. Funcionários da Funasa do meu Estado, colaborem agora! A Polícia Federal está investigando. Denunciem, mostrem as falcaturas. Às vezes, são obrigados a ficar calados porque os chefes os obrigam a fazer determinadas coisas.

É hora de passar a limpo uma área importante da saúde: a Funasa. Estamos discutindo a CPMF, falando que é dinheiro destinado à saúde. Para roubar? Não. Como médico, penso que é melhor ter menos dinheiro e aplicar bem do que dar mais dinheiro para roubar. Vamos realmente passar a limpo a Funasa.

Peço ao Ministro Temporão – e espero que ele não seja temporão na sua chegada ao Ministério da Saúde – que realmente faça uma investigação profunda. Não estou satisfeito com a história de a Funasa sofrer uma intervenção e com a investigação feita por funcionários do próprio órgão. Fico preocupado com isso.

Chamo a atenção do Ministério Público Federal para o fato, porque a roubalheira não começa na ponta, mas aqui em cima, onde fazem os acertos. É preciso investigar tudo na Funasa, desde a Presidência até a

ponta, porque quem sabe quem é honesto nessa história são os funcionários da carreira, os funcionários simples, esses que estão trabalhando para ganhar, com o suor de cada dia, o seu salário. Portanto, quero dizer a esses funcionários que se tranquilizem. Se depender de mim, não haverá extinção pura e simples. E se houver, aqueles funcionários concursados, de carreira, continuarão no Ministério da Saúde, nos órgãos do Ministério da Saúde. O que não pode é mantermos um órgão que tenha a finalidade de aliviar a dor, curar as doenças, salvar vidas sendo usado para encher o bolso de corruptos.

Quero, portanto, ratificar as minhas denúncias e pedir providências do Ministro da Saúde, que creio que não tem envolvimento com essa história, mas que faça uma devassa na Funasa, de cima até embaixo. Não adianta só ficar com o Estado de Roraima, ou só com o Estado de Rondônia e achar que resolveu o problema, não. O câncer é aqui; lá, são as metástases.

V. Ex^a ainda deseja acrescentar alguma coisa?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Aproveitando a sensibilidade, o espírito de Montesquieu de Edison Lobão, que é jurista, que levou esta Casa no momento mais difícil, queria acrescentar só isto: o Luiz Inácio, gosto dele, votei nele a primeira vez. Acho a D. Marisa uma primeira-dama encantadora, parece até com a Marta Rocha. Estamos orgulhosos. Mas ele está rodeado de aloprados. Luiz Inácio, este País foi organizado. Não vou citar todos, mas Getúlio foi um estadista. Olha, o Getúlio Vargas criou o DASP, o Departamento de Assessoria de Serviço Público. Tem um livro de Wagner Estelista: Chefia, Liderança e Critérios de Promoções. Mas, Luiz Inácio, permita-me, e o Mozarildo, que é autoridade médica, só foi perfeito o discurso de V. Ex^a e empata com o de ontem, mas queria acrescentar que o Luiz Inácio está rodeado de aloprados. Estou a favor do Brasil, dele, pessoa boa, mas, atentai bem ao que vou dizer: isso nasceu do FSESP. Eu não servi o FSESP, mas sou médico há 40 anos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Fundação de Serviço Especial para Saúde Pública.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Eu dei a sigla e o Mozarildo, o nome completo. Edison Lobão, a organização mais perfeita de saúde pública desse Brasil. Os médicos eram exclusivos. Tinham salários compatíveis. Não tinham clínicas nem nada. Nas missas, víamos os padres fazerem campanhas de vacinas. Colegas meus de turma, Dr. Valdir Aragão, Almir Rebelo, um lume, Dr. Hilton, essas pessoas faziam o FSESP, a saúde pública. Nasceu daí. Mudou o FSESP, que era o símbolo do respeito à saúde pública, à medicina, à imagem de Oswaldo Cruz. O nosso Morazildo denuncia

que se transformou. Mudou o nome e também a ética. Passou a ser um paraíso de corrupção.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Senador Edison Lobão, apenas um minuto para concluir, já que o Senador Mão Santa me trouxe à lembrança que meu pai era funcionário, técnico de enfermagem, da Fundação de Serviço Especial de Saúde Pública. Ele foi para Roraima para ser o chamado mata-mosquito. Nasci lá porque meu pai foi do Ceará para Roraima. Naquela época, ele foi para isso mesmo: catar mosquitos e identificar os transmissores da malária, da dengue e de outras doenças. Até em homenagem a meu pai, espero que a Funasa seja realmente uma fundação nacional da saúde, e não o que está se dizendo hoje, fundação nacional da safadeza.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU
DISCURSO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Ofício nº 825/2004/GSMCAV

Brasília, 30 de novembro de 2004

Senhor Presidente,

Cumprimento-o cordialmente, ao tempo levo ao conhecimento de Vossa Excelência cópia do material, em anexo, recebido em meu Gabinete, em que constam graves denúncias atribuídas a Dirigentes da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.

Sendo assim, Senhor Presidente, diante das graves denúncias reveladas e a fim de se preservar o Princípio da Moralidade que norteia a Administração Pública, solicito a especial atenção de Vossa Excelência no exame do material em questão, bem como na adoção das providências cabíveis.

Sem mais para o momento, reitero a Vossa Excelência protestos de respeito e consideração, colocando-me à disposição,

Atenciosamente, – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

Aviso nº 1.209-SGS-TCU-Plenário

Senhor Senador,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 020.567/2004-7, examinado pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 19-7-2006, bem como do Acórdão 1.593/2005-Plenário, do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Atenciosamente, – **Adilson Motta**, Presidente.

ACÓRDÃO Nº 1.195/2006-TCU-PLENÁRIO

1. Processo nº TC – 020.567/2004-7
2. Grupo I, Classe de Assunto VII – Representação
3. Órgão: Fundação Nacional de Saúde – FUNASA
4. Responsável: Paulo de Tarso Lustosa da Costa
 - 4.1. Interessado: Mozarildo Cavalcanti – Senador da República
5. Relator: Ministro Marcos Vinícios Vilaça
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade técnica: 4ª Secex
8. Advogado constituído nos autos: não há
9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pelo Senador da República Mozarildo Cavalcanti, em função de denúncias sobre atos praticados por dirigentes da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.

Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 237 e 250 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer desta representação, para no mérito considerá-la procedente;

9.2. determinar à Funasa que adote providências, inclusive normativas, no sentido de evitar a contratação de terceirizados e consultores que tenham grau de parentesco com seus servidores;

9.3. informar ao Senador Mozarildo Cavalcanti que:

9.3.1. em 2005, no âmbito do TC nº 012.472/2005-5, foi realizada auditoria de alcance nacional em Organizações Não-Governamentais – ONG e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPS ligadas à reforma agrária, que serviu de preparação para a Fiscalização de Orientação Centralizada – FOC em recursos federais repassados para ONG e Oscips, com o intuito de avaliar a gestão dos recursos públicos federais por parte dessas entidades (TC nº 015.568/2005-1);

9.3.2. encontra-se em fase de apreciação por este Tribunal relatório de auditoria (TC nº 012.718/2004-9), que avaliou a atuação da Fundação Nacional de Saúde em relação à saúde indígena, além de outras questões referentes ao tema;

9.3.3. por ocasião das decisões que vierem a ser proferidas no âmbito dos TC nºs 012.718/2004-9 e 015.568/2005-1, ser-lhe-ão

encaminhadas cópias dos respectivos relatórios, votos e acórdãos;

9.4. encaminhar ao Senador Mozarildo Cavalcanti cópia do relatório, voto e acórdão proferidos nestes autos, bem como cópia do Acórdão nº 1.593/2005-P;

9.5. comunicar à Unesco, para as providências que julgar necessárias, que, não obstante a previsão assinalada no item g, do Anexo de Retificação e Ratificação de artigos, incisos, itens e subitens ou condições do “Contrato de Serviço” nº SHS27231/2004, firmado entre a Unesco e a Sra. Telma de Cássia dos Santos Nery, a contratada é irmã do Sr. Tito César Santos Nery, Coordenador Regional do MS/FUNASA/CORE-SP;

9.6. determinar à Secretaria Federal de Controle Interno – SFC que, por ocasião da elaboração do relatório de auditoria da Prestação de Contas da Funasa relativa ao próximo exercício:

9.6.1. avalie as concessões de diárias e passagens na Coordenação Regional do Estado de São Paulo – CORE/SP;

9.6.2. acompanhe a evolução do quantitativo e a motivação da contratação de consultores e de terceirizados, bem como as providências adotadas em relação ao item 9.2;

9.7. determinar à 4ª Secretaria de Controle Externo que realize, em 90 (noventa) dias, levantamento com vistas a subsidiar a realização de uma auditoria nos recursos repassados pelo Ministério da Saúde às Organizações Não-Governamentais – ONG e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPS, a ser submetido a este Relator.

9.8. arquivar o presente processo.

10. Ata nº 29/2006 – Plenário

11. Data da Sessão: 19-7-2006 – Ordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1.195-29/06-P

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Adylson Motta (Presidente), Marcos Vinícios Vilaça (Relator), Walton Alencar Rodrigues e Benjamin Zymler.

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

– **Adylson Motta**, Presidente; **Marcos Vinícios Vilaça**, Relator; **Lucas Rocha Furtado**, Procurador-Geral.

GRUPO I – CLASSE VII – PLENÁRIO

TC nº 020.567/2004-7

Natureza: Representação

Órgão: Fundação Nacional de Saúde – FUNASA

Responsável: Paulo de Tarso Lustosa da Costa

Interessado: Mozarildo Cavalcanti – Senador da República

Sumário:

Representação. Organizações não-governamentais. Desvio de recursos públicos. Atividades contrárias ao interesse nacional. Contratação de serviços de consultoria por meio de organismos internacionais e nacionais. Concessões de diárias e passagens. Indícios de favorecimento a familiar na contratação de consultores. Determinação.

É ilegítimo o favorecimento a familiar na contratação de serviços de consultoria, por afronta aos princípios da moralidade e impessoalidade.

Relatório

1. Trata-se de representação formulada pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, por intermédio do Ofício nº 825/2004/GSMCAV, baseada em material, recebido em seu gabinete, contendo denúncias sobre atos praticados por dirigentes da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA (fls. 2/21).

2. Após o recebimento do referido Ofício, o gabinete do Ministro Lincoln Magalhães da Rocha, em 7-12-2004 (fl. 1), procedeu à sua atuação como representação, tendo em vista o atendimento aos requisitos de admissibilidade constantes do art. 237, inciso III e parágrafo único do RIJTCU c/c os arts. 68 e 69, §§ 2º e 3º, da Resolução nº 136/2000, e ao seu encaminhamento à unidade técnica para instrução.

3. A documentação apresentada pelo representante é composta por:

a) relação com o nome de pessoas e lugares para onde, aparentemente, foram encaminhadas cópias do material que subsidiou a representação (fl. 3);

b) fragmento de correspondência endereçada, supostamente, ao representante da Unesco no Brasil (fl. 4);

c) cópias de reportagens extraídas da internet (fls. 5/7);

d) parte de discurso proferido pelo representante em defesa de projeto de normatização da atuação no País de Organizações Não-Governamentais – ONG (fls. 8/12);

e) cópia de documentação que parece ser parte de contratos entre a Funasa, o Sr. Ricardo Luiz Chagas e a Sra. Berenice da Silva Santos, visando à execução de projetos (fls. 13/18);

f) cópia de memorando da Coordenação Regional de São Paulo da Funasa, que trata da renovação de contratos de consultores (fl. 19);

g) cópias de documentos de Solicitação de Passagens e Diárias – SPD no âmbito do projeto Unesco/Funasa (fls. 20/21).

4. A unidade técnica, fl. 29, ressaltou que o material encaminhado não tratava de fato determinado, mas de uma série de ocorrências que tinha por elo a atuação de Organizações Não-Governamentais – ONG e sua relação com entidades governamentais, com especial ênfase na atuação daquelas Organizações Não-Governamentais – ONG que tratam da saúde indígena a partir de convênios celebrados com a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.

5. Frente à diversidade do material apresentado, a unidade técnica utilizou o discurso do Senador (fls. 8/12) a fim de direcionar a análise da representação. No discurso, o Senador cita diversas Organizações Não-Governamentais – ONG que teriam desviado recursos públicos, menciona a falta de controles e lista vários outros problemas relacionados à atuação dessas entidades. Do discurso, a unidade técnica depreendeu que os objetos centrais da presente representação são:

a) fragilidades no controle das Organizações Não-Governamentais – ONG que se utilizam predominantemente de recursos públicos e substituem a atuação do Estado;

b) desvios de recursos públicos por Organizações Não-Governamentais – ONGs encarregadas de atuar na área de saúde indígena; e

c) envolvimento dessas entidades com atividades que contrariam o interesse nacional.

6. No que se refere ao tópico “a” do parágrafo acima, a unidade técnica afirmou que o Tribunal já realizou uma auditoria de alcance nacional em Organizações Não-Governamentais – ONGs e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscips ligadas à reforma agrária (TC nº 012.472/2005-5), que serviu de preparação para a realização, no segundo semestre de 2005, da Fiscalização de Orientação Centralizada – FOC em recursos federais repassados para ONGs e Oscips, com o intuito de avaliar a atuação dessas organizações na gestão de recursos públicos federais (TC nº 015.568/2005-1).

7. Quanto ao desvio de recursos nas ONGs que atuam na área de saúde indígena, tópico “b” do parágrafo 5, a unidade técnica informou que existem diversos trabalhos do TCU, já realizados ou em curso, que cuidam do assunto. O TC nº 012.718/2004-9 trata de auditoria na Funasa com vistas a apurar denúncias de irregularidades em convênios na área de saúde indígena celebrados com ONGs e outras instituições. O TC nº 005.033/2005-5, que trata de representação encaminhada pelo Deputado Antonio Carlos Pannunzio, refere-se a gastos irregulares da Funasa na área da saúde indígena no Estado do Mato Grosso do Sul. Todos esses relatórios estão em fase de apreciação pelo TCU.

8. Tratando do envolvimento de ONGs em atividades que contrariam o interesse nacional, tópico “c”, do parágrafo 5, a unidade técnica assevera que não há muito que este Tribunal possa fazer caso essas organizações não recebam recursos públicos federais e, mesmo nesses casos, o controle da atuação finalística das ONGs deve ser feito pelo órgão ou entidade responsável pelo repasse, pois a elaboração do plano de trabalho que conduz à ação da organização precisa ser aprovado pelo repassador. Assim, o campo mais propício para o embate sobre os aspectos finalísticos das políticas públicas seria o próprio Congresso Nacional.

9. Em seguida, a unidade técnica, fls. 84/91, tratou da análise dos itens abordados na documentação encaminhada pelo representante, na ordem apresentada no parágrafo 3 acima, conforme a seguir transcrito:

“a) relação com o nome de pessoas e lugares para onde, aparentemente, foram encaminhadas cópias do material que substanciou a representação.

.....
16. Trata de relação dos responsáveis pelo Unesco no Brasil; Controladoria Geral da União; **Diário de Pernambuco**; **Correio Brasileiro**; **Jornal do Brasil**; **Folha de S. Paulo**; Revista **Veja**; Revista **IstoÉ**, além dos parlamentares Senador Mozarildo Cavalcanti e Deputado Eduardo Valverde.

b) fragmento de correspondência endereçada supostamente ao representante da Unesco no Brasil.

17. Desse fragmento de correspondência sem identificação do denunciante e sem comprovação factual e temporal das afirmações contidas, extraíram-se cinco pontos que serão tratados nos subitens a seguir.

17.1 Mais de 400 consultores e de 200 terceirizados foram contratados sem concurso público, usando recursos do Tesouro Nacional e de organismos internacionais.

Análise

É preciso saber se o representante refere-se a pessoal contratado temporariamente pela Fundação. Nesse caso, o TCU proferiu o Acórdão nº 823/2004-0 que, levando em conta as circunstâncias estruturais da Funasa, em especial o seu quadro de pessoal, e o risco social decorrente da descontinuidade dos serviços prestados, excepcionou a Funasa a contratar temporariamente, com fundamento no inciso II do art. 2º da Lei nº 8.745/1993, os profissionais que se fizerem necessários, nos quantitativos e categorias estritamente indispensáveis, observando o prazo máximo de seis meses estabelecido no inciso I do art. 4º daquela Lei, assim como as demais normas que tratam do assunto. Nesse contexto de excepcionalidade, também poderá realizar contratação temporária com fulcro no inciso I do art. 2º da Lei nº 8.745/1993 quando atendidas as demais condições estabelecidas no Decreto nº 895/1993, alterado em 2004 pelo Decreto nº 4.980 e em 2005 pelo Decreto nº 5.376.

Caso a intenção do representante seja efetivamente de apontar desvios na contratação de consultores e terceirizados, importa informar que não foram observados, nas contas da Fundação referentes aos exercícios de 2002 e 2003, problemas relativos à contratação de consultores ou de excesso de pessoal terceirizado. No caso dos funcionários terceirizados, o quantitativo de 200 é reduzido frente ao total de mais de 40.000 servidores ativos ao final de 2003, bem como não cabe a exigência de concurso público para o exercício de atividade terceirizada, sendo da empresa contratada pela Funasa para a prestação do serviço a responsabilidade pela seleção.

A despeito de também não se exigir concurso público para a contratação de consultores, coube solicitar à Funasa maiores informações sobre o tema, a fim de que se pudesse dar o correto tratamento à denúncia apresentada pelo requerente. Assim, coube diligenciar à Funasa para que informasse sobre o atual número de consultores contratados por meio de organismos nacionais e internacionais, esclarecendo a pertinência da contratação e a perspectiva quanto ao que seria o número razoável desses consultores.

Resposta à diligência:

Em resposta, o responsável afirmou que:

– em relação ao número de consultores contratados, o total é de 489 (quatrocentos e oitenta e nove), sendo que 360 (trezentos e sessenta) prestam serviços à Funasa e 129 (cento e vinte e nove) à Secretaria de Vigilância em Saúde/SVS do Ministério da Saúde;

– quanto à pertinência da contratação e a perspectiva sobre qual seria o número razoável de consultores, a entidade se pronunciou que as contratações são aquelas previstas no Documento do Projeto PRODOC, do Acordo de Cooperação Técnica com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/Unesco.

Análise da resposta à diligência:

Cabe iniciar essa análise esclarecendo que o PRODOC é o documento aprovado e assinado pelo Banco Mundial que dá respaldo à contratação de consultorias.

Em função do exposto pela entidade, não se vislumbra inconsistência no número de contratações de consultores e terceirizados, tendo a entidade efetuada as contratações baseadas no referido Acordo de Cooperação Técnica, cabendo reiterar aqui o fato de que não foram observados, nas contas da Fundação referentes aos exercícios de 2002 e 2003, problemas relativos à contratação de consultores ou de excesso de pessoal terceirizado. A realização das mencionadas contratações encontra, de fato, amparo no Acordo com a Unesco. Sendo assim, entendemos desnecessária a adoção de providências para o assunto, sem prejuízo de se determinar à SFC que a matéria seta objeto de acompanhamento nas próximas contas anuais da entidade.

17.2. Verbas para ações de saneamento básico e assistência aos índios foram usadas para: reforma do prédio da Funasa, promoção de eventos, pagamentos de diárias e viagens nacionais e internacionais, bem como para ajudar na campanha eleitoral de candidatos a prefeito e vereador.

Análise:

Conforme já informado anteriormente, o TCU desenvolveu e continua desenvolvendo um extenso trabalho na fiscalização da saúde indígena que certamente tratará dos pontos levantados. Os processos de contas da Funasa relativos ao exercício de 2002 e 2003, TCs nºs 011.475/2003-6, e 009.666/2004-9, respectivamente, que se encontram em fase de instrução, já trazem o relato dos problemas de diárias e passagens pela Secretaria Federal de Controle Interno – SFC, devendo resultar em providências para a solução ou atenuação de irregularidades na área quando da sua apreciação.

Além da atuação específica na área de saúde indígena, este Tribunal também desenvolveu trabalho mais amplo de verificar a ação da Funasa na área de saneamento, conforme se constata na elaboração de

auditoria operacional, TC nº 005.084/2002-0, com o objetivo de avaliar o desempenho do Programa de Saneamento Básico na Funasa. Além desse trabalho específico no Saneamento Básico, a Secretaria Federal de Controle Interno também tem acompanhado as transferências de recursos para os municípios quando da elaboração das contas da Funasa, como se pode verificar na análise das contas da Fundação.

Quanto aos problemas de alocação de recursos destinados à saúde indígena para outros fins, tais como reforma de prédios e postos de saúde e para campanhas eleitorais de candidatos a prefeito e vereador, a denúncia não traz elementos sobre a ocorrência, não delimitando o tempo nem o local onde o evento tenha ocorrido, prejudicando, conseqüentemente, possível investigação. De qualquer forma, a auditoria descrita anteriormente (TC nº 012.718/2004-9) tem como escopo avaliar a atuação da Funasa em relação à saúde indígena, orientando a Fundação de maneira a garantir a correta alocação de recursos na área, evitando ou reduzindo consideravelmente novos problemas do tipo dos denunciados.

17.3. Contratação do Sr. Ricardo Luiz Chagas como consultor, por meio de indicação do Presidente da Funasa, recebendo R\$12.000,00, após ser demitido em junho de 2004 do Departamento de Saúde Indígena – DESAL por desvios de mais de 40 milhões nas verbas das ONGs dos índios.

Análise:

Para melhor elucidação do assunto, optou-se por tratar esse item juntamente com a análise do item e, que será feita adiante.

17.4. Substituição do Auditor Interno para que seu substituto ignore os desvios grosseiros de verbas e as contratações de parentes com salários entre dois e cinco mil reais, incluindo uma esposa de ministro.

Análise:

Sobre a substituição do Auditor Interno, por ser um cargo de confiança da presidência da entidade e que tem como missão controlar e fiscalizar a aplicação de recursos orçamentários e financeiros da Fundação, bem como acompanhar a execução dos seus programas, tendo como uma de suas atribuições a produção de informações gerenciais que visem possibilitar à presidência a tomada de decisões, não existe óbice em tal decisão. Posteriormente, caberá aos controles interno e externo a análise do gerenciamento da entidade, responsabilizando a administração no caso da identificação de desvios e irregularidades.

A generalidade das alegações desta parte da denúncia não permite a ação fiscalizatória do Tribunal, pois não existe indicação de onde e quando isso tenha ocorrido. No entanto, cabe esclarecer que esses assuntos são objeto de fiscalização por meio da elaboração e análise das contas da entidade pelos controles externo e interno.

17.5. Demissão da Sra. Berenice Santos, que denunciou a 'conexão Ricardo Chagas, e de consultores técnicos de Pernambuco, São Paulo, Goiás, Mato Grosso e outros, que foram substituídos por motivo de interesses políticos locais.

Análise:

Para melhor elucidação do assunto, optou-se por tratar esse item juntamente com a análise do item e, que será feita adiante.

c) cópias de reportagens extraídas da internet; e

d) parte de discurso proferido pelo próprio representante.

18. Nas cópias de reportagem e no discurso do representante apresentaram-se o nome de diversas ONGs, supostamente envolvidas em irregularidades, quais sejam:

- CUMPIR (Coordenação da União do Povos Indígenas de Rondônia, Sul do Amazonas e Norte do Mato Grosso);
- PACA (Proteção Ambiental Cacoalense);
- SDC (Sociedade na Defesa da Cidadania);
- Pró-Vida (Instituto de Cooperação Pró-Vida);
- COOPERÍNDIO (Cooperativa de Produção dos Índios do Alto Rio Negro);
- Agora;
- Flor do Amanhã;
- Focus on Sabatical.

Análise:

O discurso do Exmº Senador já foi tratado anteriormente e, em seu sentido amplo, respondido no capítulo anterior desta instrução. Neste item serão apenas tratadas as referências específicas às ONGs citadas no discurso.

As ONGs Cumpir, Paca, SDC e Pró-Vida já estão sendo objeto da auditoria tratada no TC nº 012.718/2004-9, descrita anteriormente, atualmente em fase de análise do extenso relatório elaborado, onde se examina, dentre outras coisas, a formalização,

acompanhamento e análise da prestação de contas de convênios na área de saúde indígena.

A denúncia que trata da ONG Cooperíndio, de que 'vice-presidente pego com contrabando pela PF', não está relacionada diretamente com a prestação de serviços à Funasa nem com a esfera de jurisdição do Tribunal, uma vez que não envolve recursos públicos. Ainda assim, por se tratar de instituição ligada à questão indígena, cabe acrescentar que na mesma auditoria, citada no item anterior, estão sendo avaliados o comportamento e o procedimento da Funasa para formalizar, acompanhar e analisar a prestação de contas dos convênios firmados com ONGs. Assim, as decisões emanadas serão direcionadas à Funasa e deverão ajudar a prevenção da contratação de organizações que não estejam capacitadas para prestar serviços de saúde aos povos indígenas.

Em relação às referências às ONGs Flor do Amanhã, de que TCU condena a devolução de recursos recebidos em convênio com a LBA e ex-presidente da Funai, Mércio Gomes, é participante dessa ONG; e Focus on Sabatical de que 'veio ao Brasil para convencer os produtores a não plantarem soja uma vez que essas ONGs não tratam especificamente de organização que presta serviços de saúde diretamente aos indígenas, não vemos razão para prosseguir no aprofundamento da análise, sendo que a primeira já foi condenada pelo TCU e a segunda não possui objeto adstrito a essa Corte.

A respeito da ONG Agora, o TCU já se pronunciou sobre a atuação dessa ONG nos processos TCs nºs 010.877/2004-6, 005.996/2004-6 e 013.168/2004-2.

Ademais do exposto nos itens anteriores da análise, cabe acrescentar que tramitam neste Tribunal diversos TCs a respeito da saúde indígena, quais sejam: TC 004.844/2004-0, sigiloso, decorrente de denúncia acerca de desvio de recursos públicos repassados a organizações não governamentais com vistas à prestação de assistência à saúde indígena; TC 010.389/2003-1 que trata de solicitação do Procurador da República do Estado de Rondônia com o fim de examinar a prestação de contas do Convênio 36/2002 celebrado entre a ONG Cunpir e a Funasa; TC 004.199/2004-0 que versa sobre a viabilidade da continuação dos convênios e termos de parceria para a contratação de pessoal; TC 006.555/2004-6, sigiloso, que deu origem à auditoria de que trata o TC 012.718/2004-9.

e) cópia de documento do que aparenta ser parte de contratos entre a Funasa e o Sr. Ricardo Luiz Chagas e a Sra. Berenice da Silva Santos, objetivando a execução de projetos

19. No que diz respeito às fls. 13 e 14, são cópias de duas folhas das onze que integram o contrato do Sr. Ricardo Luiz Chagas no âmbito do projeto 914BRA 1015-FUNASA PRODOC, para o período de 14-9-2004 a 30-11-2004, no valor global de R\$12.000,00.

Análise:

Consultando o SIAFI, constata-se que o mesmo não tem recebido recursos federais, tendo sido exonerado do cargo que ocupava em 20 de maio de 2004. Quanto à acusação de desvio de recursos públicos pelo antigo funcionário do Departamento de Saúde Indígena da Funasa – DESAI, a matéria está sendo tratada no TC 012.718/2004-9, onde a Funasa informa a existência do processo de sindicância administrativo n.º 25100.010.567/2004-29, cujo objetivo seria o de averiguar a existência de laços familiares entre funcionários do Desai e dirigentes das ONG Sociedade em Defesa da Cidadania – SDC e Instituto de Cooperação Pró-Vida.

20. Do mesmo modo, às fls. 15 a 18, constam cópias de quatro folhas das seis que integram o contrato da Srª Berenice da Silva Santos no âmbito do projeto 914BRA1015-Funasa Prodoc, para o período de 6-9-2003 a 27-8-2004, no valor global de R\$48.000,00. Às fls. 17, consta a informação que ela foi servidora pública de 1º-4-1980 a 7-4-1998 quando aposentou-se no cargo de assessora na Fundação Hospitalar do Distrito Federal (fl. 18).

Análise:

Considerando que os documentos acostados aos autos expressem a verdade, a contratação por organismos internacionais não afronta a lei que veda a acumulação de cargos por parte do Sr. Ricardo Luiz Chagas e da Sra. Berenice da Silva Santos, devendo a verificação da correta execução dos projetos a que se referem ser objeto de análise pela Secretaria Federal de Controle Interno – SFC, quando da elaboração das contas da Funasa.

f) cópia de memorando da Coordenação Regional de São Paulo da Funasa que trata da renovação de contrato de consultores

21. Memorando n.º 019/GAB/CORE-SP/Funasa do Coordenador Regional da Funasa em São Paulo, Sr. Tito César dos Santos Nery, de 26-10-2004, que informa sobre a renovação do contrato de consultores.

g) cópias de documentos de solicitação de passagens e diárias-SPD no âmbito do projeto Unesco/Funasa

22. Cópias de SPD envolvendo viagens de Telma de Cássia dos Santos Nery e de Carlos Vitor Alves Martins, de números 12.134 e 20.513, respectivamente.

Análise:

Depreende-se, pela análise em conjunto do memorando e das SPD, que o representante está denunciando vínculo de parentesco entre o Coordenador Regional da Funasa em São Paulo, Sr. Tito César dos Santos Nery, autorizador do SPD n.º 12.134, e a beneficiária, Telma de Cássia dos Santos Nery. Da mesma forma, a SPD n.º 20.513 trata da viagem do Sr. Carlos Vitor Alves Martins e é autorizada pelo Diretor do Departamento de Administração, Wilmar Alves Martins.

Consultando o CPF dos envolvidos, pode-se constatar que o Sr. Tito César dos Santos Nery e a Sra. Telma de Cássia dos Santos Nery são irmãos, pois conforme vê-se à fl. 26 possuem a mesma genitora.

Quanto aos Srs. Carlos Vitor Alves Martins e Wilmar Alves Martins, não foi possível certificar-se do grau de parentesco, uma vez que, no sistema CPF, só consta o nome da mãe, e elas são distintas. (17. 27)

Parece existir indício de afronta ao princípio da impessoalidade, uma vez que há coincidência dos sobrenomes entre gestores e beneficiários de viagens. Da mesma maneira, depreende-se que os beneficiários das viagens sejam também contratados no âmbito do Projeto Unesco/Funasa.

Assim, coube diligência à Funasa para que apresentasse justificativas para as Solicitações de Diárias e Passagens n.º 12.134 de 2003, Telma de Cássia dos Santos Nery, e n.º 20.513 de 2004,

Carlos Vitor Alves Martins, juntamente com as devidas comprovações, bem como esclarecimentos das posições ocupadas pela Sra. Telma de Cássia dos Santos Nery e do Sr. Carlos Vitor Alves Martins no Projeto Unesco/Funasa, encaminhando cópia de suas contratações, o escopo do trabalho por eles realizado e informando a presente situação em que se encontram.

Resposta à diligência:

Em atenção ao questionamento justificativas para as Solicitações de Diárias e Passagens n.º 12.134 de 2003, Telma de Cássia dos Santos Nery, e n.º 20.513 de 2004, Carlos Vitor Alves Martins, juntamente com as devidas comprovações, a Funasa respondeu que:

– em relação à Solicitação de Passagens e Diárias – SPD de n.º 12.134 de 2003, da Sra. Telma de Cássia dos Santos Nery, não consta nos registros do Projeto Funasa/Pronasa/Depin daquela Fundação;

– quanto à Solicitação de Passagens e Diárias – SPD de n.º 20.513 de 2004, do Sr. Carlos Vitor Alves Martins, a justificativa para a missão foi ‘vistoria técnica de fiscalização da obra de construção do sistema de abastecimento de

água – Processo n. 25190.000.147/01-18', no período de 20 a 22-10-2004, em Itaramandiba/MG, conforme o comprovante da referida concessão anexado.

Análise da resposta à diligência:

Analisando o relatório de viagem do Sr. Carlos Vitor Alves Martins considerou-se atendida a diligência, não restando mais questionamentos.

Quanto à ausência da SPD da Sra. Telma de Cássia dos Santos Nery nos arquivos da entidade, é um indício de que existem problemas no controle da concessão de diárias e passagens na CORE/SP, o que não foi constatado na CORE/MG. Em função do exposto, propõe-se determinar à SFC que, por ocasião da elaboração do relatório de auditoria das Contas da Funasa relativas ao próximo exercício, avalie as concessões de diárias e passagens na CORE/SP.

Resposta à diligência:

Em atenção ao questionamento 'esclarecimentos das posições ocupadas pela Sr^a Telma de Cássia dos Santos Nery e do Sr. Carlos Vitor Alves Martins no Projeto Unesco/Funasa, encaminhando cópia de suas contratações, o escopo do trabalho por eles realizado e informando a presente situação em que se encontram', a Funasa respondeu que:

a Sr^a Telma de Cássia dos Santos Nery é consultora, na modalidade Permanente', cuja contratação se deu em 17-6-2003 e tem como término de vigência a data de 30-11-2005. O Sr. Carlos Vitor Alves Martins era consultor na modalidade Produto' e seu contrato foi celebrado em 29-8-2003, com vigência até o dia 9-9-2005.

Análise da resposta à diligência:

Verificando os documentos apresentados nas respostas às diligências, constata-se que tanto a Sra. Telma quanto o Sr. Carlos possuem habilitação para ocuparem o cargo. Porém, o motivo que suscitou diligenciar os dois contratos foi a denúncia de favorecimento a familiar.

Ainda que não exista lei, em nosso ordenamento legal, que proíba esse tipo de favorecimento, acrescido do fato que a Funasa também não tem normativo que trate desse assunto, no Contrato firmado com a Unesco existe um item que trata de 'Laços Familiares e é amparada por esse item que se baseia a presente análise.

Não obstante, é importante salientar que esse favorecimento pode não ser ilegal, visto não haver lei que o proíba, mas é ilegítimo, por afrontar os princípios da moralidade e da impessoalidade. E está dentro da competência deste Tribunal fiscalizar os atos

ilegítimos conforme dispõe o artigo da 70 de nossa Constituição Federal.

Em relação à Sra. Telma de Cássia dos Santos Nery, em consulta ao Sistema CPF, pôde-se verificar que é irmã do Sr. Tito César Santos Nery, Coordenador Regional do MS/FUNASA/CORESP (fl. 26), uma vez que os dois possuem a mesma genitora.

No contrato firmado entre a Sr^a Telma e a Unesco, o item 'Laços Familiares' traz o(a) Contratado(a) atesta não ser cônjuge/parceiro em união estável, pai/mãe, filho/filha ou irmão/irmã de membro do pessoal da Unesco, ... O(a) Contratado(a) atesta, ainda, não ser cônjuge/parceiro em união estável, pai/mãe, filho/filha ou irmão/irmã (grifo nosso) de um membro do pessoal que trabalhe no setor/divisão/escritório/secretaria para qual o(a) contratado(a) irá trabalhar (11.55).

Apesar do fato incontestável da contratada ser irmã do Coordenador Regional da Funasa em São Paulo, a mesma firmou contrato com a Unesco atestando não possuir vínculo de parentesco com membro do pessoal da entidade.

Já em relação ao Sr. Carlos Vitor Alves Martins, não é conclusivo se há parentesco com o Sr. Wilmar Alves Marfins, pois a consulta ao Sistema CPF (fl. 27) traz apenas o nome das mães e elas não são as mesmas. Ainda que exista a possibilidade do Sr. Carlos Vitor ser filho/primo/irmão por parte de pai do Sr. Wilmar, em função do sobrenome, não é o caso de se buscar maiores esclarecimentos sobre o assunto uma vez que o Contrato de Honorários celebrado com a Unesco não especifica proibição para esse grau de parentesco conforme pode-se ver no item que trata de 'Laços Familiares na qual 'O(a) Contratado(a) atesta não ser pai/mãe, filho/filha ou irmão/irmã de algum membro do quadro de pessoal da Unesco, O(a) Contratado(a) também atesta que ela/ele não é cônjuge de um membro do quadro de pessoal ou de um funcionário de serviços auxiliares que pertença ao setor/escritório/seção para qual o(a) contratado(a) irá trabalhar' (fl. 66). O possível grau de parentesco que possa existir entre eles não se enquadra nessas proibições. O que existe não é uma ilegalidade, mas sim uma infração aos princípios da moralidade e da impessoalidade.

Portanto, apesar da inexistência de impedimento legal para contratar parentes, mas com base nos princípios da moralidade e da impessoalidade, aliados ainda à Cláusula 'Laços Familiares' dos Contratos da Unesco, propõe-se determinar à Funasa que adote providências, inclusive normativas, no sentido de evitar a contratação de terceirizados e consultores que tenham grau de parentesco com seu quadro de servidores.

Uma vez que tais contratos foram firmados com a Unesco, propõe-se encaminhar ao organismo internacional comunicação que, não obstante, no ‘anexo de retificação e ratificação de artigos, incisos e subitens ou condições do contrato de serviço nº SHS527231/2004’ firmado entre a Sra. Telma de Cássia dos Santos Nery e a Unesco, o item **g**). XII traga explicitamente o atestado de não ser irmão/irmã de membro do pessoal que trabalhe no setor/divisão/escritório/secretaria para qual o(a) contratado(a) irá trabalhar’, a mesma é irmã do Sr. Tito César Santos Nery, Coordenador Regional do MS/FUNASA/CORE-SP. conforme pôde-se verificar que, em consulta ao Sistema PF, os dois possuem a mesma genitora.

Conclusão

Considerando que a matéria apresenta os requisitos de admissibilidade previstos no artigo 237, inciso II e parágrafo único do RITCU c/c os artigos. 68 e 69, parágrafos 2º e 3º, da Resolução nº 136/2000; considerando que a entidade respondeu aos itens diligenciados; considerando ainda que os fatos trazidos nesta representação já estão, em grande parte, sendo acompanhados por este Tribunal, propõe-se que seja conhecida como Representação, ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade, sem prejuízo de que sejam tomadas as providências propostas no item a seguir.

Proposta de Encaminhamento

Tendo em vista os fatos analisados anteriormente, propõe-se:

a – conhecer da presente Representação, ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade, previstos no artigo 237, inciso III e parágrafo único do RITCU c/c os arts. 68 e 69, parágrafos 2º e 3º, da Resolução nº 136/2000, para, no mérito, considerá-la procedente;

b – determinar à Funasa que adote providências, inclusive normativas, no sentido de evitar a contratação de terceirizados e consultores que tenham grau de parentesco com seus servidores;

c – informar o Exmo. Senador Mozarildo Cavalcanti que:

c1 – já foi realizada uma auditoria de alcance nacional em ONG e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscips ligadas à reforma agrária (TC 012.472/2005-5), e que essa auditoria serviu de preparação para auditoria nacional (TC 015.568/2005-I), já iniciada, com objetivo de realizar Fiscalização de Orientação Centralizada – FOC em recursos

federais repassados para ONGs e OSCIPS no segundo semestre de 2005, avaliando a atuação dessas organizações na gestão de recursos públicos federais, principalmente aqueles oriundos de convênios;

c2 – já existe autuada neste Tribunal auditoria (TC 012.718/2004-9) destinada a avaliar a atuação da Fundação Nacional da Saúde em relação à saúde indígena, além de diversos outros trabalhos referentes ao tema;

c3 – por ocasião da decisão que vier a ser proferida no TC 012.718/2004-9, lhe será encaminhada cópia do referido Acórdão;

d – encaminhar ao Exmo. Senador Mozarildo Cavalcanti cópia do relatório, voto e Acórdão que será proferido nestes autos, bem como cópia do Acórdão nº 1.593/2005-P;

e – encaminhar à Unesco, para as providências que julgar necessárias, comunicação que, não obstante a previsão assinalada no item g). XII do ‘anexo de retificação e ratificação de artigos, incisos e subitens ou condições do contrato de serviço nº SHS27231/2004’, firmado entre a Sra. Telma de Cássia dos Santos Nery e a Unesco, a mesma é irmã do Sr. Tito César Santos Nery, Coordenador Regional do MS/FUNASA/CORE-SP;

f) determinar à Secretaria Federal de Controle Interno – SFC que, por ocasião da elaboração do relatório de auditoria das contas da Funasa relativas ao próximo exercício:

f1) avalie as concessões de diárias e passagens na Coordenação Regional do estado de São Paulo – CORE/SP;

f2) acompanhe a evolução do quantitativo e a motivação da contratação de consultores e de terceirizados, bem como as providências adotadas em relação ao item **b** desta proposta de encaminhamento.”

É o relatório.

Voto

1. Registro, inicialmente, que atuo com base na Resolução TCU nº 190/2006, sendo este processo da antiga relatoria do Ministro Iram Saraiva.

2. Esta representação, apresentada pelo Senador da República Mozarildo Cavalcanti, apontou graves denúncias sobre a atuação das Organizações Não-Governamentais – ONG que tratam da saúde indígena a partir de convênios celebrados com a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA. Foram indicados desvios de recursos públicos, falhas nos controles da atuação

dessas entidades e, ainda, seu envolvimento com atividades que contrariam o interesse nacional.

3. Antes de tratar especificamente das irregularidades apontadas pela representação, gostaria de rememorar que o tema Organizações Não-Governamentais – ONG e sua atuação por meio de recursos financeiros repassados por entes públicos foi tratado, anteriormente, no âmbito do TC nº 008.011/2003-5, de minha relatoria, que resultou no Acórdão nº 1.777/2005-Plenário.

4. Naquela feita, expressei minha preocupação com o fato de as ONGs receberem recursos governamentais sem, contudo, devolvê-los à sociedade sob a forma de ações voltadas ao interesse público, sendo que algumas dessas entidades acabam por viver, exclusivamente, do Estado, sugando seus já limitados recursos.

5. Manifestei-me, igualmente, pela necessidade de tomar efetivos os controles já existentes aos recursos repassados a essas entidades. É que, ao receber recursos públicos, por meio de convênio, as organizações não-governamentais tornam-se obrigadas a prestar contas e os órgãos transferidores a proceder à análise das contas apresentadas.

6. O próprio Congresso Nacional, por meio da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONG, examinou a proliferação dessas entidades, concluindo pela ausência de mecanismos de controle adequados que conduzam a uma eficaz, eficiente e regular aplicação dos recursos públicos repassados.

7. Como resultado dos trabalhos da CPMI das ONG, foi elaborado projeto de lei, em tramitação na Câmara dos Deputados, que prevê a prestação de contas anual ao Ministério Público das organizações não-governamentais que recebam recursos públicos, independentemente da prestação de contas aos respectivos repassadores.

8. A proposta me chamou a atenção por derivar da conclusão de que os sistemas de controle não cumprem seu papel a contento.

9. Apesar de o relatório final da CPMI das ONG ter apontado o sistema de controle interno como o elo fraco da cadeia de controle às organizações não-governamentais, penso que o Tribunal não deve se acomodar, mas enfrentar essa questão de controle, que se reveste da maior relevância para a administração pública, tendo em vista o modelo de atuação adotado pelo Estado na última década e o crescente volume de recursos públicos transferidos às organizações não-governamentais.

10. A fim de delinear a influência da atuação das organizações não-governamentais no atual modelo jurídico-administrativo de prestação de serviços

de relevância pública à população brasileira, extraio o seguinte fragmento de artigo do Prof. Paulo Modesto, que trata especificamente do papel desempenhado por essas entidades no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS:

“Como se sabe, a Constituição brasileira assegura que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado (art. 196). Ao prever tratar-se de um dever do Estado obriga o estatuto maior a que o Estado garanta o direito à saúde e não que ofereça diretamente e de forma exclusiva o atendimento a todos os brasileiros. Por isso, logo adiante, a lei fundamental enuncia que ‘são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre a regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado’ (art. 197). A assistência à saúde é declarada expressamente atividade livre à iniciativa privada (art. 199, **caput**).

As ações e serviços públicos de saúde, integrados em termos nacionais, recebem a denominação de Sistema Único de Saúde (SUS) (art. 198). No entanto, mesmo o Sistema Único de Saúde não repele a ação privada na execução de ações e serviços, prevendo, expressamente, a participação da iniciativa privada, em caráter complementar, com preferência para as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos (art. 199, § 1º, da Constituição; art. 4º, § 2º, da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990).

A participação da comunidade é também princípio expresso do Sistema Único de Saúde (art. 198 da Constituição; art. 7º, VIII, da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990). Essa participação privada, porém, não pode dizer respeito a formas de parceria exercidas mediante concessão ou permissão de serviço público, por duas razões já mencionadas. Em primeiro lugar, porque as ações e serviços de assistência à saúde são livres à iniciativa privada (art. 199, **caput**, da Constituição da República), não constituindo atividade exclusiva de Estado, passível de delegação executiva em sentido próprio. Em segundo lugar, porque a concessão e permissão de serviço incidem sobre atividades econômicas, onerosas, financiadas pelos próprios particulares-usuários mediante tarifas (art. 175 da Constituição). No Sistema Único de Saúde as ações e serviços

não apresentam natureza econômica e são oferecidos de forma universal e gratuita.

Ora, a Constituição Federal prevê que 'as instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos'. (...)

As organizações sociais representam uma nova estratégia de estimular parcerias de entidades privadas sem fins lucrativos com o Poder Público em serviços sociais livres à ação privada, fomentando a participação cidadã voluntária na esfera pública. Não podem ser superestimadas nem subestimadas como respostas conseqüentes à crise do aparelho do Estado no âmbito da prestação dos serviços sociais. O Estado com elas não se despede da responsabilidade de assegurar e garantir os direitos sociais básicos. O Estado continuará regulador e promotor de serviços sociais, contando porém com mecanismos de parceria renovados, ampliando a sua capacidade de direta ou indiretamente assegurar a fruição dos direitos sociais fundamentais." (MODESTO, Paulo. Reforma administrativa e marco legal das organizações sociais no Brasil – as dúvidas dos juristas sobre o modelo das organizações sociais. **Revista de Direito Administrativo**, nº 210, p. 195 a 212, out/dez 1997).

11. A necessidade de fiscalização e controle dos recursos públicos transferidos às organizações não-governamentais torna-se mais premente, indo além do desiderato de aplicação eficaz e eficiente dos recursos públicos para atendimento das necessidades da população, quando se constata, conforme apurado no relatório e pareceres prévios sobre as Contas do Governo da República – Exercício 2005, de relatoria do Ministro Valmir Campelo, que o número de convênios e termos de parceria, com prazo final de vigência expirado em 31-12-2004, mas com prestações de contas pendentes de aprovação por parte do órgão transferidor, é de 36.824, representando R\$9,2 bilhões em valores nominais.

12. Registro que o Ministério da Saúde encabeça a lista de órgãos com estoque de convênios e termos de parceria pendentes de aprovação, pelo critério monetário, com R\$2,02 bilhões a aprovar. Sob um enfoque de controle e fiscalização, comungo com a inquietação expressa no relatório sobre as contas do Governo, do qual extraio o seguinte trecho:

"É preocupante o fato de que muitos entes da Federação e organizações não-governamentais continuem recebendo recursos federais sem que tenham prestado contas ou tenham tido suas contas analisadas, especialmente ao se considerar que a inexistência de registro em inadimplência permite a realização de novas transferências."

13. Lembro, ainda, que a incursão das Organizações Não-Governamentais – ONG e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPS nas áreas de serviços, mediante repasse de recursos públicos, justifica-se pela expectativa de prestação eficiente e eficaz dos serviços, tendo como base metas e objetivos previamente negociados entre as partes. Entretanto, a materialização dessa expectativa passa, necessariamente, pela implantação de mecanismos de monitoramento e avaliação dos projetos, conforme bem assinala a Exposição de Motivos da Lei nº 9.790/99, que regulamenta a atuação das Oscips.

14. De fato, somente ações de monitoramento e avaliação de desempenho global dos projetos em relação aos benefícios esperados para a população-alvo podem conferir razoável segurança de que os objetivos previamente definidos entre o repassador de recursos públicos e a entidade não-governamental estão sendo perseguidos e alcançados.

15. Todavia, pelas evidências sugeridas pelo número de denúncias trazidas a esta Corte e, ainda, pelos números apresentados no Relatório e Pareceres Prévios sobre as Contas do Governo da República – Exercício de 2005, é procedente concluir pela fragilidade dos controles da atuação das entidades não-governamentais na área da saúde.

16. Dessa forma, entendo que o Tribunal deve realizar, com a maior brevidade possível, auditoria dos recursos repassados pelo Ministério da Saúde às Organizações Não-Governamentais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

17. Retornando às questões trazidas pela Apresentação sob discussão, especificamente as referentes a desvios de recursos públicos e falhas nos controles da atuação das Oscips e ONG, registro que, em 2005, no âmbito do TC nº 012.472/2005-5, foi realizada auditoria de alcance nacional em Organizações Não-Governamentais – ONG e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscips ligadas à reforma agrária. Essa auditoria serviu de preparação para a Fiscalização de Orientação Centralizada – FOC em recursos federais repassados para ONG e Oscips, com o intuito de avaliar a gestão dos recursos

públicos federais por parte dessas entidades (TC nº 015.568/2005-1).

18. Ademais, o TC nº 012.718/2004-9 cuidou especificamente de auditoria na Funasa com o objetivo de apurar denúncias de irregularidades em convênios na área de saúde indígena celebrados com ONG e outras entidades, enquanto que o TC nº 005.033/2005-5 tratou de apuração de gastos irregulares da Funasa na área da saúde indígena no estado do Mato Grosso do Sul. Todos esses relatórios, tão logo apreciados pelo Tribunal, devem ser encaminhados ao representante para conhecimento.

19. Em relação ao envolvimento das ONG em atividades que afrontam o interesse nacional, compartilho do entendimento esposado pela Unidade técnica de que a atuação do TCU restringe-se àquelas ONG que recebem recursos públicos federais e não alcança o controle da sua atuação finalística, pois que o plano de trabalho que governará a ação da entidade carece de aprovação do órgão repassador dos recursos. Assim, entendo que o fórum adequado à discussão do enquadramento da atuação das ONG aos interesses nacionais é o Congresso Nacional.

20. Sobre a denúncia de contratações de grande número de consultores e terceirizados sem a realização de concurso público, restou demonstrado pela Funasa que o quantitativo de servidores terceirizados e consultores é baixo relativamente ao número total de servidores ativos e, ainda, que o processo de contratação, em ambos os casos, obedeceu aos preceitos legais aplicáveis.

21. A contratação do Sr. Ricardo Luiz Chagas como consultor, por meio de indicação do presidente da Funasa, no período de 14-9-2004 a 30-11-2004, de **per si**, não constituiu irregularidade haja vista que não ficou caracterizada acumulação de cargos e que sua qualificação profissional era compatível com as exigências do cargo de consultor. A acusação de desvios de recursos públicos contra o Sr. Ricardo Luiz Chagas, tratada no âmbito do TC nº 012.718/2004-9, não se afigura suficiente como óbice à sua contratação, uma vez que ainda não foi apreciada no mérito por este Tribunal.

22. Da mesma forma, a contratação da Sra. Benice da Silva Santos como consultora, no período de 6-9-2003 a 17-8-2004, não afronta a lei porque não ocorreu acumulação de cargos e suas qualificações profissionais eram compatíveis com as exigências do cargo.

23. No que concerne à substituição do Auditor Interno a fim de que fossem encobertos desvios de verbas e contratações de parentes, assinalo, inicialmente, que a função é de confiança da presidência da

Funasa e, dessa forma, demissível **ad nutum**. Outrossim, as alegações apresentadas pelo representante para a demissão do Auditor Interno não são suficientemente precisas para permitir uma ação fiscalizatória do Tribunal, pois que não indicam o período e o local de ocorrência dos fatos.

24. No entanto, esclareço que os assuntos suscitados pelo representante constituem objeto de averiguação recorrente por parte dos controles interno e externo quando da elaboração e análise dos processos de prestação de contas da Funasa.

25. Concorro, igualmente, com a proposta de determinação à Funasa para que adote providências, inclusive normativas, tendentes a evitar a contratação de terceirizados e consultores que sejam parentes de seus servidores. O Tribunal tem adotado o posicionamento de considerar irregular a contratação de terceirizados que tenham relação de parentesco com servidores do órgão, conforme os Acórdãos nºs 926/2003 – Plenário e 2.961/2004 – Primeira Câmara.

26. No caso em apreciação, ficou comprovado que o Sr. Tito César dos Santos Nery, Coordenador Regional da Funasa em São Paulo, e a Sra. Telma de Cássia dos Santos Nery, consultora contratada pela Unesco, são irmãos. É de ressaltar que a Sra. Telma de Cássia dos Santos Nery, ao assinar o contrato de serviço, incorreu em falsidade ideológica, pois que, do acordo, constava cláusula atestatória de inexistência de parentesco com servidores do órgão para o qual iria trabalhar.

27. Embora, em nosso ordenamento jurídico, exista lei que obste a contratação de parentes na qualidade de consultores, tal prática ofende os princípios da moralidade e impessoalidade e, assim, deve ser evitada. Como o contrato da Sra. Telma de Cássia Santos Nery já expirou, resta apenas a opção pela determinação para que se evitem novas ocorrências.

28. Por fim, cumpre destacar que, no processo de apuração da denúncia de vínculo de parentesco entre o servidor e a consultora, revelaram-se fragilidades nos procedimentos de controles internos das concessões de diárias e passagens na Coordenadoria Regional da Funasa em São Paulo – CORE-SP, razão pela qual comungo com a proposta alvitada pela Unidade Técnica, no sentido de determinar à Secretaria Federal de Controle Interno – SFC que avalie as concessões de diárias e passagens na CORE-SP.

Diante do exposto, acolho a proposta da unidade técnica, com algumas adequações, e voto por que o Tribunal adote o acórdão que ora submeto ao Plenário.

TCU, Sala das Sessões, 19 de julho de 2006.
– **Marcos Vinícios Vilaça**, Ministro-Relator.

Grupo I / Classe VII / Plenário

TC-nº 7.572/2005-0

Natureza: Representação

Entidade: Fundação Nacional de Saúde – Funasa

Interessados: Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a averiguar **in loco** a morte de crianças indígenas por desnutrição no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul e Deputados Federais Antônio Carlos Pannunzio e Geraldo Resende.

Sumário:

Representação formulada pela Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a averiguar **in loco** a morte de crianças indígenas por desnutrição no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, versando sobre possíveis irregularidades na utilização de recursos públicos federais alocados pela Fundação Nacional de Saúde ? Funasa para o desenvolvimento de ações relacionadas com a saúde dos povos indígenas, Conhecimento, Determinações, Ciência aos interessados, Arquivamento dos autos.

RELATÓRIO

Cuidam os autos de expediente enviado ao Tribunal pela Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a averiguar **in loco** a morte de crianças indígenas por desnutrição em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, na pessoa de seu Coordenador, o Deputado Federal Geraldo Resende, mediante o Ofício n.º 100/05-Pres., de 17-05-2005, encaminhando o Relatório Final daquele colegiado especial.

2. Adoto como parte essencial deste Relatório trecho da instrução da Analista de Controle Externo Alessandra Vieira Magalhães, da 4ª Secex (fls. 05/14, v. p.), assim transcrito:

“Por meio do referido Relatório Final foram efetuadas as seguintes sugestões, direcionadas ao Tribunal de Contas da União, objetivando melhorar o quadro sanitário das populações indígenas e evitar a ocorrência de óbitos por desnutrição em crianças (fls. 92 daquele relatório – Vol.

a) Realizar auditoria nos recursos da Funasa e Funal destinados ao atendimento das necessidades básicas e saúde dos povos indígenas do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, considerando as destinações dos convênios realizados com os entes estaduais e municipais e o agravamento da desnutrição nas áreas indígenas;

b) Realizar auditoria nos recursos do Sistema Único de Saúde repassados às pre-

feitas que constam na sua circunscrição áreas indígenas, objetivando averiguar se o percentual destinado à saúde indígena tem aplicação condizente;

c) Promover análise dos convênios pelo Governo Federal, para a realização de ações estruturantes, assistencialistas e de saúde nas aldeias indígenas dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, firmados com os respectivos estados e/ou com as prefeituras municipais, especificamente quanto à devida aplicação dos recursos pertinentes, sua liberação e respectivos empenhos e liquidações.

II – Das Ações Empreendidas no Âmbito do TCU

4. Com relação à auditoria sugerida nos recursos da Funasa, cumpre informar que houve a realização de auditoria de conformidade, realizada por esta 4ª Secretaria de Controle Externo, em convênios celebrados entre a Fundação Nacional de Saúde e diversas Organizações Não-Governamentais – ONG's, destinados à prestação de assistência à saúde dos povos indígenas residentes no Território Nacional. Esta fiscalização, autuada no processo TC nº 012.718/2004-9, teve por objetivo analisar a formalização, acompanhamento e análise da prestação de contas de convênios na área de saúde indígena, envolvendo inclusive a apuração de fatos noticiados mediante denúncia, bem como as providências adotadas a respeito pela Fundação, em cumprimento aos Acórdãos nºs 853/2004 e 856/2004, ambos do Plenário.

5. A referida auditoria teve origem no TC nº 006.555/2004-6, que trata de denúncia acerca de irregularidades que teriam ocorrido na qualificação/atuação das ONG's que prestam serviços de assistência à saúde indígena. Ao apreciar os fatos trazidos aos autos, o Exmº Sr. Ministro-Relator Lincoln Magalhães da Rocha, aquiesceu com a proposta da Unidade Técnica, de 17-05-04, no sentido de ser realizada auditoria junto à FUNASA (Acórdão 853/2004 -Plenário). Além do TC 006.555/2004-6, cabe mencionar, ainda, os seguintes processos relacionados ao tema em comento:

5.1. TC 4.844/2004-0 – denúncia referente a matérias publicadas pelos Jornais **A Crítica** de Manaus/AM, e **Correio Braziliense**, de Brasília/DF, quanto à ocorrência de desvio de recursos públicos repassados a ONG's, com vistas à prestação de assistência à saúde indígena.

Deliberação: mediante Despacho, do Exmº Sr. Ministro-Relator Lincoln Magalhães da Rocha, de 17-6-04, foi apensado ao TC nº 6.555/2004-6;

5.2. TC nº 4.199/2004-0 – consulta sobre a viabilidade de continuação dos convênios e termos de parceria firmados com municípios, ONG's e OSCIP's para prestação das ações de assistência à saúde dos povos indígenas, bem como acerca da possibilidade de utilização, devidamente motivada, da Lei nº 8.745/1993, para a contratação temporária de pessoal.

Deliberação: Acórdão 823/2004 – Plenário, preferido em Sessão de 30-6-04, Ata nº 23/04, o qual transcrevemos a seguir:

Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fulcro no art. 1º, inciso XVII, da Lei nº 8.443/1992, em conhecer da presente consulta, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 264 e 265 do Regimento Interno, respondendo ao consulente:

9.1. que, nos termos da Lei nº 9.836/1999, regulamentada pelo Decreto nº 3.156/1999 e pela Portaria MS nº 1163/GM, de 14-9-1999, e das Portarias MS nº 254/GM, de 31-1-2002, e nº 70/GM, de 20-1-2004, compete à Fundação Nacional de Saúde – Funasa a execução das ações de atenção à saúde indígena, englobando a promoção, proteção e recuperação da saúde do índio, podendo, todavia, os Estados, Municípios, outras instituições governamentais e não-governamentais atuar, em caráter complementar, em consonância com as disposições dos artigos 19-E, 24 e 25 da Lei nº 8.080/1990, alterada pela Lei nº 9.836/1999, na execução dessas ações, à exceção das seguintes atividades, que devem permanecer sob a responsabilidade daquela Fundação:

9.1.1. as que devem ser precedidas de adequado e tempestivo planejamento – de sorte a evitar solução de continuidade na prestação da atenção à saúde indígena – e do pertinente processo licitatório, tais como:

9.1.1.1. realização de obras e reformas na rede de serviços dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEI;

9.1.1.2. aquisição de bens permanentes, os quais devem ser integrados ao patrimônio da Funasa;

9.1.1.3. compra de medicamentos, combustíveis e demais insumos em que as aquisições em escala nacional pela Funasa sejam mais vantajosas para os cofres públicos, excetuando-se, nos casos de emergência devi-

damente comprovados, a aquisição de medicamentos;

9.1.1.4. transporte de pacientes e das equipes multidisciplinares, incluindo o transporte aéreo em áreas de difícil acesso;

9.1.2. o gerenciamento dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas -DSEI, bem como das Casas do Índio – CASAI, haja vista o disposto no art. 8º do Decreto nº 3.156/1999, c/c o art. 1º do Decreto nº 4.615/2003;

9.1.3. a meticulosa seleção das entidades com as quais serão celebrados os convênios ou termos de parceria, reduzindo ao mínimo possível a ocorrência de futuras irregularidades;

9.1.4. a realização de efetiva fiscalização e do pertinente acompanhamento das ações desenvolvidas em caráter complementar, garantindo a qualidade dos serviços prestados e o cumprimento dos objetivos e metas pactuados;

9.2. que, tendo presente o princípio constitucional da legalidade, a Funasa, como qualquer outro órgão público, somente poderá realizar contratação temporária com fulcro no inciso I do art. 2º da Lei nº 8.745/1993 quando atendidas as demais condições estabelecidas no Decreto nº 895/1993, alterado pelo Decreto nº 4.980/2004;

9.3. que, na hipótese de iminente surto endêmico no âmbito dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas ou mesmo no caso de o surto ser apenas previsível se não tomadas as tempestivas medidas saneadoras, a Funasa pode adotar as providências a seu cargo para dar-lhe o devido combate, inclusive contratando temporariamente, com fundamento no inciso II do art. 2º da Lei nº 8.745/1993, os profissionais que se fizerem necessários, nos quantitativos e categorias estritamente indispensáveis, observado o prazo máximo de seis meses estabelecido no inciso I do art. 4º daquela Lei, assim como as demais normas que tratam do assunto,

9.4. remeter cópia desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, à Funasa e ao Ministério da Saúde;

9.5. arquivar os presentes autos.

5.3. TC 014.379/2001-7 – Relatório de Auditoria convertido em Tomada de Contas Especial quanto ao Convênio firmado entre a FUNASA e a Associação Estadual dos Rondonistas do Estado de Santa Catarina.

Deliberação: Acórdão 235/2003 – Plenário, proferido em Sessão Ordinária, de 19/03/03, Ata nº 08/2003, o qual reproduzimos abaixo:

Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 18 e 23, inciso II, da mesma Lei, e com os arts. 208, e 214, inciso II do Regimento Interno, em:

9.1. julgar as presentes contas regulares, com ressalvas, dando-se quitação aos responsáveis indicados no item 3 supra;

9.2. determinar à FUNASA que:

9.2.1. analise a oportunidade e a conveniência de celebrar termo de parceria com a Associação Estadual dos Rondonistas de Santa Catarina ou outra entidade que cumpra os requisitos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, ao final do prazo do convênio em vigor, que expirará em 31-05-2003;

9.2.2. encaminhe à SECEX/SC, no prazo de trinta dias, a contar da ciência da deliberação, informações sobre as providências adotadas para o cumprimento da determinação constante do item anterior;

9.2.3. ao celebrar futuros convênios, verifique a real capacidade instalada da conveniente, entendendo-se como tal os recursos humanos devidamente qualificados, instalações, recursos materiais e financeiros necessários à fiel execução do objeto conveniado.

6. Durante os trabalhos dessa auditoria nos recursos destinados à prestação de assistência à saúde dos povos indígenas foram analisados convênios a partir de extração de amostra selecionada da relação de convênios disponibilizada pela Funasa, utilizando, para esse fim, os seguintes critérios:

a) inclusão de convênios celebrados com ONG que foram objeto das denúncias formuladas no TC nº 006.555/2004-6 e TC nº 0004.844/2004-0, os quais encontram-se mencionados no Relatório Final nº 2/2002, da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída para apurar as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de ONG (Coordenação da União dos Povos Indígenas de Rondônia – CUNPIR, Conselho Indígena de Roraima – CIR, URIHI – Saúde Yanomami, Proteção Ambiental Cacoalense – PACA, Instituto Millennium);

b) inclusão de convênios celebrados com ONG relacionadas a diversas irregularidades

envolvendo servidores da Funasa (Sociedade em Defesa da Cidadania – SDC, Instituto de Cooperação Pró-Vida);

c) inclusão do convênio mencionado na consulta objeto do TC nº 004.199/2004-0, que teria precipitado as alterações promovidas na saúde indígena, mediante a Portaria GM nº 70, de 20-1-04 (Conselho Indígena do Vale do Javari – CIVAJA);

d) inclusão de convênios celebrados nos novos moldes estabelecidos pela Portaria GM nº 70, de 20-1-04 (Fundação Universidade de Brasília e Conselho Indígena de Roraima – CIR);

e) inclusão de convênios envolvendo valores elevados (Conselho Geral da Tribo Tikuna);

f) exclusão dos convênios para os quais já existisse TCE instaurada.

7. Também verificou-se que foram realizadas diversas fiscalizações pela Auditoria Interna da Funasa, em atendimento às determinações da CPI do Senado Federal constituída para apurar as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de ONG, constante do Relatório Final nº 2, de 2002, e às denúncias recebidas, junto aos convênios:

a) nº 509/02 – Sociedade em Defesa da Cidadania;

b) nº 364/02 – União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas – UNI/AC;

c) nº 36/02 – Sociedade em Defesa da Cidadania;

d) nº 127/02 – Associação de Saúde das Sociedades Indígenas de Grajaú-MA – ASSINGRA;

e) nº 145/02 – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB;

f) nº 34/02 – Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque – APIO;

g) nº 368/02 – Instituto de Cooperação Pró-Vida-MA;

h) nº 45/02 – URIHI – Saúde Yanomami;

i) nº 49/02 – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN;

j) nº 32/02 – Conselho Indígena de Roraima;

k) nºs 37/02 e 1.233/02 – Proteção Ambiental Cacoalense – PACA;

I) nºs 47/01 e 369/02 – Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas – CUNPIR.

7.1. Destaque-se que as irregularidades apontadas nesses relatórios coincidem, em grande parte, com os achados já detectados em trabalhos realizados por esta Secretaria, mencionados anteriormente, notadamente quanto à ausência de planejamento das aquisições realizadas sem procedimento licitatório (análogo ou não), realização de despesas não previstas no Plano de Trabalho, pagamento de despesas de convênios anteriores firmados com a mesma ONG, ausência de informações gerenciais sobre as atividades desenvolvidas e os dados epidemiológicos, ausência de acompanhamento financeiro e físico dos convênios, entre outros.

.....
.....

8. Em face dos fatos aqui resumidos, que serão pormenorizadamente analisados ao longo do Relatório de Auditoria do TC nº 012.718/2004-9, podemos, desde já, concluir que resta necessária a adoção de urgentes medidas com vistas à solução das impropriedades e irregularidades detectadas, que trazem prejuízos não apenas financeiros, mas, principalmente, quanto à qualidade dos serviços prestados às comunidades beneficiadas pelo programa. Mudanças imprescindíveis são requeridas, de forma a possibilitar a adequada execução das ações de assistência à saúde indígena, em benefício da população atendida, e o efetivo controle, seja sob o aspecto financeiro, seja sob o aspecto técnico, das atividades desenvolvidas.

9. Importa citar, ainda, por relevante, que em relação ao tema, além do processo referente à auditoria mencionada, também foi objeto de análise nesta Secretaria o TC nº 005.033/2005-5 que trata de Representação autuada com base em expediente enviado ao Tribunal pelo Sr. Antônio Carlos Pannunzio, Deputado Federal. Por meio do citado documento, o Deputado Federal encaminhou reportagens de jornais de circulação nacional a respeito dos gastos irregulares realizados neste ano pela Fundação Nacional de Saúde – FUNASA no âmbito da ação governamental de Atenção à Saúde aos Povos Indígenas e das sucessivas mortes de crianças desnutridas nas aldeias do Mato Grosso do Sul, solicitando providências deste Tribunal para abertura de Tomada de Contas Especial e realização de Auditoria Operacional na Funasa.

10. Desse modo, foi proposto ao Tribunal, no âmbito do TC nº 005.033/2005-5, considerando a gravidade da situação das mortes das crianças indígenas no

Estado do Mato Grosso do Sul, em Dourados, determinação direcionada à Segecex para que avaliasse a conveniência e a oportunidade de a Secex-MS realizar auditoria de conformidade para verificar a regularidade da aplicação dos recursos federais disponibilizados pela Funasa ao Estado do Mato Grosso do Sul no âmbito da Ação nº 6.501 – Atenção à Saúde dos Povos Indígenas a partir de janeiro do presente ano.

11. Também consta proposta adicional, no âmbito do TC nº 005.033/2005-5, para realização, por parte da Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas – SEPROG, de estudo de viabilidade visando uma Auditoria de Natureza Operacional na Ação Governamental nº 6.501 – Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, tendo em vista que, para melhor aferição dos resultados das ações no âmbito da saúde indígena, o Tribunal possui essa ferramenta, que consiste na avaliação sistemática dos programas, projetos, atividades e sistemas governamentais, mensurando os aspectos da economicidade, eficiência e eficácia (auditoria de desempenho operacional) e a efetividade (avaliação de programa).

12. Importa salientar, ainda, que está prevista, para o 2º semestre de 2005, a realização de auditoria no Programa Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas com o objetivo de avaliar as ações referentes à concessão de autorização e de controle sobre a atuação de colaboradores, pesquisadores, ONG, missões evangélicas e outros agentes em contato com as populações indígenas.

III – Demais sugestões, direcionadas ao Tribunal de Contas da União, propostas no Relatório Final da Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a averiguar **in loco** a morte de crianças indígenas por desnutrição em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul Representação.

13. Quanto à análise dos convênios destinados à realização de ações estruturantes, assistencialistas e de saúde nas aldeias indígenas dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, pelo Governo Federal, firmados com os respectivos estados e/ou com as prefeituras municipais, especificamente quanto à devida aplicação dos recursos pertinentes, sua liberação e respectivos empenhos e liquidações, entendemos que já foi efetuada proposta nesse sentido, conforme mencionado no item 10 da presente instrução.

14. Não obstante, entendemos pertinente a juntada dos presentes autos ao TC nº 005.033/2005-5, bem como a determinação à Segecex para que, uma vez considerada a proposta de realização de auditoria de conformidade pela Secex-MS, para verificar a

regularidade da aplicação dos recursos federais disponibilizados pela Funasa ao Estado do Mato Grosso do Sul no âmbito da Ação nº 6.501 – Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, observe a sugestão encaminhada pela Comissão Externa da Câmara dos Deputados, para definição do escopo da auditoria a ser realizada, de forma a abranger ações estruturantes, assistenciais e de saúde.

15. Cabe, ainda, determinar à Segecex que avalie a realização de auditoria, nos mesmos moldes propostos para a Secex-MS no TC nº 005.033/2005-5, pela Secex-MT, tendo em vista a sugestão constante da fl. 92 do Relatório Final da Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a averiguar **in loco** a morte de crianças indígenas por desnutrição em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul Representação.

16. No que diz respeito à sugestão de realização de auditoria nos recursos do Sistema Único de Saúde repassados às prefeituras que constam na sua circunscrição áreas indígenas, objetivando averiguar se o percentual destinado à saúde indígena tem aplicação condizente, propomos que seja incluída tal averiguação em auditoria de natureza operacional no Programa “Saúde Indígena”, caso seja viabilizada, após o estudo de viabilidade proposto no âmbito do TC nº 005.033/2005-5, a inclusão de auditoria dessa natureza, no Plano de Auditoria do 1º semestre/2006, que venha a traçar um perfil atualizado do Subsistema de Saúde Indígena, frente às diretrizes da Portaria GM nº 70/04.

17. Por fim, convém determinar à Segecex que avalie a conveniência e oportunidade de a 6ª Secex realizar auditoria a fim de verificar a regularidade da aplicação dos recursos federais pela Funai destinados ao atendimento das necessidades básicas dos povos indígenas nos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

3. Com base nessas considerações, a ACE propõe seja determinado à Segecex que adote providências voltadas à realização dos mencionados procedimentos fiscalizatórios, dando-se ciência ao autor da representação (fls. 13/14, v. p.). Após a instrução do feito, foram encaminhados para juntada aos autos, pela Secex/MS, documentos recebidos da Coordenação Regional da Funasa em Mato Grosso do Sul (Ofício nº 621/GAB/COREMS/FUNASA, de 14-7-2005), dando conta da realização de licitação em caráter emergencial para as obras de ampliação do sistema de abastecimento de águas das Aldeias Jaguapiru e Bororó, em Dourados/MS, acompanhada do respectivo processo (fls. 15/16, v. p. e anexo 1 destes autos). Por conseguinte, o Diretor da 3ª DT da 4ª Secex proferiu o despacho a seguir transcrito:

“Venho, pelo presente, acrescentar à instrução apostada às fls. 5/14 a análise dos processos TC nº 006.823/2005-7 e TC nº 005.033/2005-0, apensados aos autos, e da documentação anexada às fls. 15/16, todos incorporados após a formação da proposta pela analista.

2. O processo TC nº 006.823/2005-7 teve origem em representação formulada pelo Deputado Federal Geraldo Resende com o objetivo de apurar possíveis irregularidades praticadas no âmbito de convênio entre o então Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – MESA e o Estado do Mato Grosso do Sul, bem como ações da Fundação Nacional da Saúde – FUNASA, sendo todas relacionadas com a prestação de serviços de saúde e assistenciais à população indígena. A Secex-MS acrescentou ao processo informações obtidas por meio de diligência à Funasa local e à Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária de Mato Grosso do Sul. Além do material coletado nas diligências, a unidade técnica anexou materiais de periódicos locais que abordam o mau uso de recursos públicos pela Funasa do estado.

3. As informações colhidas nas diligências tiveram o objetivo de subsidiar uma possível fiscalização nas ações voltadas para a assistência e saúde da população indígena no estado. No entanto, com a autuação do presente processo, a partir do encaminhamento para esta unidade técnica do relatório final da Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a averiguar **in loco** a morte de crianças indígenas por desnutrição em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a Secex-MS propôs, com o fim de precisar melhor o objeto da fiscalização proposta pelo Deputado Geraldo Resende, o apensamento daqueles autos a este processo.

4. Já o processo TC nº 005.033/2005-0 trata de representação encaminhada pelo Deputado Federal Antonio Carlos Pannunzio a partir de denúncia sobre a má utilização de recursos referentes ao programa de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas pela Funasa no estado do Mato Grosso do Sul.

5. Por fim, no que tange à documentação anexada às fls. 15/16 destes autos, trata de comunicação da licitação das obras de ampliação dos sistemas de abastecimento de água das Aldeias Jaguapiru e Bororó no Município de Dourados/MS enviada pelo Coordenador Regional da Funasa no Mato Grosso do Sul.

6. De plano, ressalto que as novas informações acostadas aos autos interferem parcialmente no mérito da proposta elaborada às fls. 13/14. Isso ocorre, porque, no caso específico do TC 005.033/2005-0, que antecedeu ao presente, as propostas são complementares, tanto que a analista faz diversas referências, em sua proposta, ao processo. Quanto ao TC 006.823/2005-7, juntado a este processo, este guarda mais relação com o TC 005.033/2005-5, pois ambos tiveram origem em representações de parlamentares da Câmara dos Deputados e tratam de ocorrências relacionadas à prestação de serviços de saúde e assistenciais aos povos indígenas do estado do Mato Grosso do Sul.
7. O presente processo trata das conclusões da Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a averiguar **in loco** a morte de crianças indígenas por desnutrição em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Essas conclusões foram ao encontro da proposta elaborada previamente no âmbito do TC 005.033/2005-5 (item 50.1, fls. 22/23 do TC 005.033/2005-5), que previa a realização de auditoria com vistas a verificar a regularidade da aplicação dos recursos federais disponibilizados pela Funasa ao estado do Mato Grosso do Sul no âmbito da ação Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. A diferir, apenas o entendimento da Comissão da necessidade de envolver um escopo maior nos trabalhos de fiscalização dos recursos destinados à população indígena, abarcando também, além do estado do Mato Grosso do Sul, o estado do Mato Grosso e averiguando, além daquelas relacionadas à saúde, as ações estruturantes e assistenciais. A fim de cobrir esse maior escopo, a analista elaborou a proposta às fls. 13/14.
8. Assim, vale alertar para a necessidade de sincronizar os trabalhos de fiscalização propostos à Secex-MS, no âmbito do TC 005.033/2005-5, e à Secex-MT, no âmbito destes autos, a fim de ambas compartilharem as informações levantadas pela Comissão do Congresso Nacional e anexadas ao presente nos Volumes 1 e 2, bem como dividirem metodologias e alinharem seus achados e conclusões.
9. Destarte, lembro que não foram tratadas, no âmbito do TC 006.823/2005-7, as questões específicas levantadas pela unidade técnica do Mato Grosso do Sul em relação à representação local da Funasa e em relação aos serviços prestados à população indígena, quais sejam (fl. 384, Volume 1 do TC 006.823/2005-7) –
- a) licitação aberta pela Funasa do Mato Grosso do Sul para demolição de prédio já demolido;
 - b) contratação de manutenção de veículos com preços superfaturados;
 - c) celebração dos Convênios nºs 1.333/04 e 1.340/04, entre a missão Caiuá (ONG sediada em Dourados/MS) e a Funasa com o objetivo de atender à aldeias dos estados de Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo;
 - d) estratégia de distribuição de cestas básicas do Programa Fome Zero.
10. Concluindo, permanecem válidas as propostas da analista às fls. 13/14, devendo apenas ser acrescida/complementada da proposta ofertada no âmbito do TC 005.033/2005-5, sem prejuízo de também serem averiguadas as questões específicas levantadas no âmbito do TC 006.823/2005-7.
11. Feitas as considerações acima e acrescentando à proposta da analista os itens relativos ao TC 005.033/2005-5, bem como aqueles relativos ao TC 006.823/2005-7, encaminho os presentes autos à consideração superior, propondo:
- 11.1. seja determinado à Segecex:
 - 11.1.1. que avalie a oportunidade e conveniência da realização de auditoria de conformidade quanto a regularidade da aplicação dos recursos federais aos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul relativos às ações assistenciais e de saúde dos povos indígenas;
 - 11.1.2. realização de estudo de viabilidade de auditoria de natureza operacional no âmbito da Ação Governamental nº 6.501 – Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e, caso esta seja considerada viável, que venha a traçar um perfil atualizado do Subsistema de Saúde Indígena frente às diretrizes da Portaria GM nº 70/04, além de verificar a efetiva aplicação do percentual de recursos do Sistema Único de Saúde destinado à saúde indígena porventura repassados às prefeituras que contenham em sua circunscrição áreas indígenas;
 - 11.1.3. que coordene as auditorias propostas no item 11.1.1 anterior, de forma que as unidades técnicas envolvidas compartilhem as informações presentes nos volumes 1 e 2 deste processo, bem como comunguem metodologias e alinhem seus achados e conclusões;
 - 11.1.4. que seja avaliada a pertinência de promover fiscalização específica no Mato Grosso do Sul a fim de averiguar os itens levantados no TC nº 006.823/2005-7, quais sejam:
 - a) licitação aberta pela Funasa do Mato Grosso do Sul para demolição de prédio já demolido;

b) contratação de manutenção de veículos com preços superfaturados;

c) celebração dos Convênios nºs 1.333/04 e 1.340/04, entre a missão Caiuá (ONG sediada em Dourados/MS) e a Funasa com o objetivo de atender à aldeias dos estados de Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo;

d) estratégia de distribuição de cestas básicas do Programa Fome Zero;

11.2. seja dada ciência do que vier a ser decidido aos Deputados Federais Antonio Carlos Pannunzio e Geraldo Resende, este último Coordenador da Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a averiguar **in loco** a morte de crianças indígenas por desnutrição em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, informando também que se encontra em andamento neste Tribunal auditoria de conformidade realizada na Fundação Nacional de Saúde, no âmbito do TC 012.718/2004-9, que tem por objeto os convênios celebrados entre esta instituição e diversas Organizações Não-Governamentais – ONG, destinados à prestação de assistência à saúde dos povos indígenas, cujo resultado será encaminhado tão logo esta Corte aprecie o relatório de auditoria.”

4. O Secretário da 4ª Secex manifestou-se de acordo com a proposta acima descrita (fls. 20, v. p.). É o relatório.

Voto

A representação formulada pela Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a averiguar **in loco** a morte de crianças indígenas por desnutrição no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, merece ser conhecida, nos termos do art. 237, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal, posto que preenche os requisitos de admissibilidade indicados no art. 235 do referido regulamento.

2. O Relatório Final da Comissão Externa instituída pela Câmara dos Deputados para averiguar **in loco** a morte de crianças indígenas por desnutrição nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, encaminhado ao Tribunal pelo Deputado Federal Geraldo Resende, Coordenador da referida Comissão, apresentou informações sobre óbitos de crianças indígenas nas mencionadas unidades da federação, apontando diversos fatores relacionados com as mortes: desnutrição, problemas no quadro sanitário, deficiências nas áreas de prevenção e assistência à saúde e no abastecimento de água e saneamento, dentre outros (fls. 15/37, v. 2). Em suas conclusões, a Comissão constatou que, particularmente no Mato Grosso do Sul, ocorreram en-

traves no fluxo administrativo da Funasa, relacionados à continuidade de convênios para contratação de profissionais de saúde e que foram suspensas atividades de grande relevância, que vinham sendo realizadas em parceria com instituições não governamentais, para a nutrição das crianças indígenas. Verificou, ainda, a necessidade de implementação de mecanismos para que as instituições de saúde em nível federal, estadual e municipal possam dividir responsabilidades de modo produtivo e de melhoria da relação da Funasa com as Organizações Não-Governamentais, de forma a garantir atendimento adequado às populações indígenas (fls. 83/86, v.2). As sugestões apresentadas pela mencionada Comissão, no que diz respeito ao Tribunal, contemplaram as seguintes propostas (fl. 92, v. 2) –

a) Realizar auditoria nos recursos da Funasa e Funai destinados ao atendimento das necessidades básicas e de saúde dos povos indígenas do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, considerando as destinações dos convênios realizados com os entes estaduais e municipais e o agravamento da desnutrição nas áreas indígenas;

b) Realizar auditoria nos recursos do Sistema Único de Saúde repassados às prefeituras que contenham na sua circunscrição áreas indígenas, objetivando averiguar se o percentual destinado à saúde indígena tem aplicação condizente; e

c) Promover análise dos convênios pelo celebrados Governo Federal, para a realização de ações estruturantes, assistencialistas e de saúde nas aldeias indígenas dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, firmados com os respectivos estados e/ou com as prefeituras municipais, especificamente quanto à devida aplicação dos recursos pertinentes, sua liberação e respectivos empenhos e liquidações.

3. Encontram-se apensadas aos presentes autos outras duas representações, formuladas por parlamentares, a saber:

a) TC 005.033/2005-5, de autoria do Deputado Federal Antônio Carlos Pannunzio, encaminhando reportagens de jornais de circulação nacional a respeito dos gastos irregulares realizados pela Fundação Nacional de Saúde – Funasa, no âmbito da ação governamental de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, e das sucessivas mortes de crianças desnutridas nas aldeias do Mato Grosso do Sul, solicitando providências deste Tribunal para abertura de Tomada de Contas Especial e realização de Auditoria Operacional naquela entidade;

b) TC 006.823/2005-7, de autoria do Deputado Federal Geraldo Resende, anunciando possíveis irregularidades praticadas no âmbito de convênio entre o então Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – MESA e o estado do Mato Grosso do Sul, bem como em ações da Fundação Nacional da Saúde – Funasa, sendo todas relacionadas com a prestação de serviços de saúde e assistenciais à população indígena.

4. Conforme relatou a 4ª Secex na instrução que reproduzi no relatório anteriormente apresentado, a aplicação de recursos públicos federais em ações relacionadas com a saúde dos povos indígenas vem sendo acompanhada pelo Tribunal em diversos processos, trazendo à evidência, juntamente com os relatos da auditoria interna da Funasa referenciados pela unidade técnica, que os recursos alocados pelo Governo Federal nem sempre têm sido utilizados de forma eficiente.

5. Não faz muito tempo, os meios de comunicação noticiaram a ocorrência de mortes de crianças indígenas nas aldeias do Mato Grosso do Sul, em especial nas aldeias localizadas no Município de Dourados. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, “o fato de que em pouco mais de três meses (de janeiro ao início de abril) morreu o mesmo número de crianças do que em todo o ano de 2004, fez a ação em Dourados ganhar contornos de crise humanitária emergencial.” (fls. 15, TC 005.033/2005-5).

6. Dessa forma, e ante a relevância da matéria tratada na presente representação, é necessário que esta Corte adote providências para apurar as irregularidades anunciadas. Neste sentido, embora a Comissão Externa criada pela Câmara dos Deputados e os parlamentares autores das referidas representações não figurem no rol de agentes legitimados para solicitar a realização de auditorias pelo Tribunal, estabelecidos pelo art. 38 da Lei nº 8.443/92, art. 232 do Regimento Interno do Tribunal, c/c o art. 43 da Resolução TCU nº 136/00, assiste a esta Casa a prerrogativa de realizar fiscalizações por iniciativa própria, conforme o art. 1º, II, da Lei nº 8.443/92 e o art. 230 do RITCU, de modo que tenho por pertinente a realização das auditorias propostas pela unidade técnica. Ante o anúncio de indícios de irregularidades no Convênio nº 4/03, celebrado entre o então Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – MESA e o Estado do Mato Grosso do Sul, parece-me oportuna a sugestão apresentada pelo Diretor da 4ª Secex, no sentido de que os trabalhos propostos abranjam não apenas recursos repassados pela Funasa, cabendo à Segecex realizar estudos, visando melhor definir o escopo das fiscalizações e coordenar os trabalhos,

tendo em consideração as sugestões encaminhadas pela Comissão Externa da Câmara dos Deputados, inclusive no que se refere à abrangência, nas auditorias, de ações estruturantes, assistencialistas e de saúde e de extensão dos trabalhos também à Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

7. Quanto à proposta para que a Segecex avalie a pertinência de promover fiscalização específica para averiguar os itens levantados no TC nº 006.823/2005-7 (item 11.1.4 do despacho do Diretor da 3ª DT), cumpre esclarecer, inicialmente, que a Secex/MS, quando da realização de diligências, buscando coletar elementos definidores do escopo de uma fiscalização, fez juntar àqueles autos documentos relativos ao objeto da representação, concernentes ao “Projeto Fome Zero em Comunidades Indígenas de Mato Grosso do Sul”, ao Convênio nº 4/2003 e a outros termos de convênio que considerou pertinentes, e, também, notícias veiculadas por órgãos locais de imprensa sobre outras denúncias envolvendo a Funasa. Ao propor o apensamento daquele processo aos presentes autos, a diretora técnica da Secex/MS ressaltou que, além da fiscalização do Convênio nº 4/03, devem ser objeto de exame as denúncias veiculadas pela mídia local, alusivas à abertura de procedimento licitatório para demolir edifício já demolido; à contratação de manutenção de veículos a preços superfaturados; à celebração dos Convênios nºs 1.333/04 e 1.340/04 entre a Funasa e a Missão Caiuá (ONG sediada em Dourados/MS) para beneficiar aldeias localizadas em Minas Gerais, Goiás e Espírito Santo; e à estratégia de distribuição de cestas básicas do Programa Fome Zero (fls. 381/385 daquele processo).

8. Por se tratarem de questões que não estão diretamente ligadas aos trabalhos de auditoria sugeridos, parece-me recomendável que, conforme propôs a 4ª Secex, tais assuntos sejam analisados separadamente. Contudo, por se referirem a notícias veiculadas pela imprensa, desacompanhadas de informações mais consistentes, considero mais conveniente determinar que a Secex/MS proceda ao exame dos mencionados fatos e, se for o caso, adote as providências regimentalmente previstas, no sentido de representar ao Tribunal e propor a realização de inspeção ou auditoria.

9. A propósito desta medida, verifico, ainda, que o coordenador regional da Funasa no Mato Grosso do Sul informou, por intermédio do Ofício nº 621/GAB/COREMS/FUNASA, de 14-7-2005, dirigido à Secex/SC, que foram licitadas em caráter emergencial as obras de ampliação do sistema de abastecimento de água das aldeias Jaguapiru e Bororó em Dourados/MS “em conformidade com o Decreto nº 5.376 de 17 de fevereiro de 2005 e a Portaria nº 308 de 13 de maio de 2005 do Ministério da Integração Nacional, cujo processo e nota técnica encaminhamos

anexo para análise por parte desse órgão” (fl. 16 e anexo 1 destes autos). Por se tratar de matéria não relacionada diretamente com as fiscalizações propostas, posto que referente a contratação feita pela própria Funasa, e considerando que incumbe ao Tribunal acompanhar os atos e contratos firmados no âmbito de suas unidades jurisdicionadas, entendo oportuno determinar que os documentos em questão sejam, do mesmo modo que as já mencionadas notícias veiculadas pela imprensa, submetidos, preliminarmente, ao exame da Secex/MS.

10. No que diz respeito ao pedido formulado pelo Deputado Antônio Carlos Pannunzio nos autos do TC nº 005.033/2005-5, para que seja instaurada tomada de contas especial, cumpre assinalar que a 4ª Secex, após esclarecer que a Atenção à Saúde dos Povos Indígenas é uma ação governamental (nº 6.501) e não um programa e que esta, juntamente com mais outras 26 ações, integra o Programa nº 150 – Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, registrou que os dados divulgados pela reportagem divergem dos registros do Siafi, indicando que pode ter havido equívoco na reportagem (v. instrução de fls. 17/23 daqueles autos). Além disso, segundo observou a unidade técnica, as informações prestadas são genéricas e carecem de maior exatidão, não se mostrando presentes, portanto, os pressupostos para constituição e desenvolvimento do procedimento requerido, o que terminou por ensejar a proposta no sentido de que as questões ali tratadas fossem verificadas mediante fiscalização.

11. Cabe registrar que recebi, no último dia 16-9-2005, em meu gabinete, o Ofício nº 327/2005/GGR-PPS, em que o Deputado Geraldo Resende solicita informações sobre as providências e resultados obtidos no âmbito do Tribunal, em face das irregularidades consignadas no Relatório Final da Comissão Externa para apuração da morte de crianças indígenas nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, para que possa prestar contas à comunidade (fls. 21/24 destes autos). As informações aqui reunidas devem, portanto, ser levadas ao conhecimento do nobre parlamentar, mediante o envio, nesta ocasião, de cópia do acórdão que vier a ser proferido, acompanhado do respectivo relatório e voto, e da oportuna remessa do resultado das fiscalizações que vierem a ser executadas pelo Tribunal.

12. Por fim, considerando que as providências aqui tratadas deverão ensejar a abertura de outros processos, entendo que as unidades técnicas encarregadas das fiscalizações devem ser orientadas no sentido de propor, ao final dos trabalhos, o encaminhamento de cópias das deliberações que vierem a ser proferidas pelo Tribunal aos autores das representações ora em comento, arquivando-se, por conseguinte, os presentes autos.

Ante o exposto, voto no sentido de que se adote a deliberação que ora submeto a este Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, 5 de outubro de 2005. – **Ubiratan Aguiar**, Ministro-Relator.

Acórdão nº 1.593/2005 – Plenário

1. Processo: 007.572/2005-0

2. Classe de Assunto: Representação

3. Interessados: Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a averiguar **in loco** a morte de crianças indígenas por desnutrição no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul e Deputados Federais Antônio Carlos Pannunzio e Geraldo Resende.

4. Entidade: Fundação Nacional de Saúde – FUNASA

5. Ministro-Relator: Ubiratan Aguiar

7. Unidade Técnica: SECEX-4 – 4ª Secretaria de Controle Externo

8. Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a averiguar **in loco** a morte de crianças indígenas por desnutrição em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, versando sobre indícios de irregularidades na utilização de recursos públicos federais alocados pela Fundação Nacional de Saúde – FUNASA para o desenvolvimento de ações relacionadas com a saúde dos povos indígenas.

Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade de que trata o art. 237, inciso III, c/c o art. 235 do Regimento Interno do TCU;

9.2. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo – SECEX que:

9.2.1. promova estudos visando à realização coordenada de auditorias de conformidade para verificar a regularidade da aplicação dos recursos públicos federais repassados aos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul para o desenvolvimento de ações assistenciais e de saúde aos povos indígenas, tendo em consideração as sugestões da Comissão Externa da Câmara dos Deputados;

9.2.2. realize estudo de viabilidade de auditoria de natureza operacional no âmbito da Ação Governamental nº 6.501 – Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e, caso esta seja considerada viável, trace um perfil atualizado do Subsiste-

ma de Saúde Indígena, frente às diretrizes da Portaria GM nº 70/04, além de verificar a efetiva aplicação do percentual de recursos do Sistema Único de Saúde, destinado à saúde indígena, repassado às prefeituras que contenham em sua circunscrição áreas indígenas;

9.2.3. orientar as unidades técnicas encarregadas da realização das referidas auditorias que, finalizados os trabalhos, façam constar das respectivas propostas, observação quanto ao encaminhamento de cópias dos resultados aos autores das representações aqui tratadas;

9.3. determinar à Secex/MS que adote providências, inclusive, se for o caso, as previstas nos arts. 237, inciso VI, c/c 239 ou 240 do Regimento Interno do Tribunal, para análise dos documentos encaminhados ao Tribunal pelo coordenador regional da Funasa em Mato Grosso do Sul, por intermédio do Ofício nº 621/GAB/COREMS/FUNASA, de 14-7-2005, e para exame dos indícios de irregularidades apurados no TC nº 006.823/2005-7, a seguir indicados:

9.3.1. licitação aberta pela Funasa do Mato Grosso do Sul para demolição de prédio já demolido;

9.3.2. contratação de manutenção de veículos com preços superfaturados;

9.3.3. celebração dos Convênios nºs 1.333/04 e 1.340/04, entre a missão Caiuá (ONG sediada em Dourados/MS) e a Funasa com o objetivo de atender à aldeias dos Estados de Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo; e

9.3.4. estratégia de distribuição de cestas básicas do Programa Fome Zero;

9.4. encaminhar cópia deste acórdão e do relatório e voto que o fundamentam aos Deputados Federais Antonio Carlos Pannunzio e Geraldo Resende, este último Coordenador da Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a averiguar **in loco** a morte de crianças indígenas por desnutrição em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, informando-lhes que se encontra em andamento, neste Tribunal, o TC nº 012.718/2004-9, que trata de auditoria de conformidade realizada em convênios celebrados entre a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA e diversas Organizações Não-Governamentais – ONG para prestação de assistência à saúde dos povos indígenas, cujo resultado será encaminhado tão logo esta Corte aprecie o respectivo relatório;

9.5. acostar cópia desta deliberação ao TC nº 012.718/2004-9, com vistas ao cumprimento do estabelecido no subitem 9.4 anterior;

9.6. arquivar os presentes autos.

c/2 volumes e 1 anexo

Apensos: TC nº 005.033/2005-5

TC nº 006.823/2005-7 – c/1 volume e 2 anexos

Ata nº 39/2005 – Plenário Sessão 5-10-2005 Aprovação 11-10-2005 **DOU** 14- 10-2005 – Página 0

Especificação do **Quórum**:

12.1. Ministros presentes: Adylson Motta (Presidente), Marcos Vinícios Vilaça, Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Guilherme Palmeira, Ubiratan Aguiar (Relator), Benjamin Zymler e Augusto Nardes.

12.2. Auditor convocado: Lincoln Magalhães da Rocha.

12.3. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

Aviso nº 1.555-Seses-TCU-Plenário

Brasília – DF, 24 de outubro de 2007

A Sua Excelência, o Senhor

Mozarildo Cavalcanti

Senador da República

Praça dos Três Poderes, Senado Federal, Ala Senador Afonso Arinos, Gabinete 10

Brasília – DF

Senhor Senador,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC nº 016.869/2005-0, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 24-10-2007, bem como do relatório e do voto que fundamentaram aquela deliberação.

Atenciosamente, – **Walton Alencar Rodrigues**, Presidente.

Ofício nº 207/2007/GSMCAV

Brasília, 27 de março de 2007

A Sua Excelência o Senhor

Walton Alencar Rodrigues

Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU

SAFS – Quadra 4, Lote 1

70.042-900 – Brasília/DF

Ofício nº 209/2007/GSMCAV

Senhor Presidente,

Com meus respeitosos cumprimentos transmito a Vossa Excelência cópia da matéria publicada no **Cor-**

reio Braziliense intitulada “A Milionária TV da Funasa”, para solicitar as providências desse Egrégio Tribunal no sentido de realizar o levantamento dos custos e da legalidade da referida ação executada pelos órgãos citados na reportagem.

Manifestando minha reiterada preocupação em relação à má gestão de recursos públicos da Fundação Nacional de Saúde, solicito medidas no sentido de promover uma auditoria na Funasa de Roraima quanto aos gastos com os programas visando a saúde indígena.

Certo da especial atenção de Vossa Excelência ao pleito apresentado, reitero protestos de consideração e apreço, colocando-me à disposição.

Atenciosamente, – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

Ofício nº 209/2007/GSMCAV

Brasília, 27 de março de 2007

A Sua Excelência o Senhor
Dr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza
Procurador-Geral da República
Ministério Público Federal
SAFS, Qd. 4, Conj. C, Bl. A, Sl. C14
70.050-900, Brasília – DF

Senhor Procurador-Geral da República,

Com meus respeitosos cumprimentos tenho o dever de encaminhar, para conhecimento de Vossa Excelência, cópia da matéria publicada no Jornal **Correio Braziliense** intitulada “A Milionária TV Funasa”, ao tempo em que chamo a atenção do eminente Procurador para os dados relacionados com o elevado montante gasto, que em comparação com a população indígena atendida representa um disparate.

No ensejo, apresento a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço, colocando-me à disposição.

Atenciosamente, – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

Ofício nº 417/2007/GSMCAV

Brasília, 21 de maio de 2007

Exmº Sr.
Ministro Jorge Hage Sobrinho
Ministro de Estado do Controle e da Transparência
SAS, Qd. 1, Bl. A, 9º andar – Ed. Darcy Ribeiro
70.070-905, Brasília – DF

Senhor Ministro,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho para conhecimento de Vossa Excelência cópia da matéria publicada no Jornal **Folha de São Paulo** sobre a prorrogação do convênio que a Fundação Nacional de Saúde firmou

com a CIR – Conselho Indígena de Roraima, sugerindo-lhe apurar a atuação dessa organização não-governamental em território nacional, no que concerne à aplicação dos recursos destinados à saúde indígena.

Aproveito o ensejo para a renovar a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente, – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

Ofício nº 420/2007/GSMCAV

Brasília, 21 de maio de 2007

Exmº Sr.
Ministro Jorge Hage Sobrinho
Ministro de Estado do Controle e da Transparência SAS,
Qd. 1, Bl. A, 9º andar – Ed. Darcy Ribeiro 70.070-905
BRASÍLIA – DF

Senhor Ministro,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho para conhecimento de Vossa Excelência cópia da matéria publicada no jornal **Correio Braziliense** intitulada “A Milionária TV Funasa”, bem como cópia do expediente que recebi do assessor parlamentar do Ministério das Comunicações, Dr. José Vicente dos Santos, e cópia do Acórdão nº 698/2007-TCU.

Peço a gentileza de Vossa Excelência no sentido de mandar apurar os fatos e, se possível, enviar ao meu Gabinete as informações e providências sobre o assunto.

Aproveito o ensejo para a renovar a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente, – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

Ofício nº 522/2007/GSMCAV

Brasília, 3 de Julho de 2007

À Sua Excelência o Senhor
Ministro Jorge Hage Sobrinho
Controladoria-Geral da União – CGU
SAS, Quadra 1, Bloco A, 9º andar – Ed. Darcy Ribeiro
BRASÍLIA – DF

Senhor Ministro,

Cumprimentando o eminente Ministro respeitosa-mente, venho apresentar a Vossa Excelência denúncia contra a Funasa em virtude dos graves erros envolvendo a administração dessa Fundação.

Recebi expediente de um profissional da área de saúde que atua em São Gabriel da Cachoeira, AM, com informações acerca da ONG ATESG/AM e do convênio firmado entre a Funasa e a Associação dos Trabalhadores de Enfermagem de São Gabriel. De acordo com o e-mail recebido por meu Gabinete, o convênio efetivou-se de forma obscura, por se tratar

de uma manobra para manutenção da estrutura a fim de que os recursos permaneçam sendo controlados por coordenadores ligados à Funasa.

Levantamento da situação atesta que a ONG conveniada, à época da assinatura do convênio, não tinha estrutura física ou financeira, visto que não possuía sequer sede própria ou mesmo alugada. Ademais, o atendimento à saúde indígena enfraqueceu, o que pode ser constatado pelo elevado número de mortos, não obstante o crescimento do montante de recursos disponíveis para o atendimento à saúde indígena. Fui avisado de que os serviços executados pela ONG se prendem à atividade de transportar doentes do interior para as áreas referenciais na capital, e deixá-los a mercê do Sistema Único de Saúde – SUS.

Neste sentido, aproveito a oportunidade para solicitar a Vossa Excelência, providências para apurar as denúncias recebidas pelo meu Gabinete sobre a atuação irregular da organização não-governamental denominada ATESG, averiguando inclusive a interferência de funcionários da Funasa na elaboração do edital para favorecimento da aludida ONG, bem como sobre os serviços contratados e sua execução entre os índios.

Esperando poder contar com a colaboração do eminente Ministro, apresento meus protestos de respeito e consideração, colocando-me à sua inteira disposição. Senador **Mozarildo Cavalcanti**,

Ofício nº 522/2007/GSMCAV

Brasília, 3 de julho de 2007

A Sua Excelência o Senhor
Ministro Walton Alencar Rodrigues
Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU
SAFS, Quadra 4, Lote 1, Ed. Sede
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Cumprimentando o eminente Ministro respeitosa-mente, venho apresentar a Vossa Excelência denúncia contra a Funasa em virtude dos graves erros envolvendo a administração dessa fundação.

Recebi expediente de um profissional da área de saúde que atua em São Gabriel da Cachoeira, AM, com informações acerca da ONG ATESG/AM e do convênio firmado entre a Funasa e a Associação dos Trabalhadores de Enfermagem de São Gabriel. De acordo com o **e-mail** recebido por meu gabinete, o convênio efetivou-se de forma obscura, pois se trata de uma manobra para manutenção da estrutura a fim de que os recursos permaneçam sendo controlados por coordenadores ligados à Funasa.

Levantamento da situação atesta que a ONG conveniada, à época da assinatura do convênio, não

tinha estrutura física ou financeira, visto que não possuía sequer sede própria ou mesmo alugada. Ademais, o atendimento à saúde indígena enfraqueceu, o que pode ser constatado pelo elevado número de mortos, não obstante o crescimento do montante de recursos disponíveis para o atendimento à saúde indígena. Fui avisado de que os serviços executados pela ONG se prendem à atividade de transportar doentes do interior para as áreas referenciais na capital, e deixá-los a mercê do Sistema Único de Saúde – SUS.

Neste sentido, aproveito a oportunidade para solicitar a Vossa Excelência, providências para apurar as denúncias recebidas pelo meu gabinete sobre a atuação irregular da organização não-governamental denominada ATESG, apurando inclusive a interferência de funcionários da Funasa na elaboração do edital para favorecimento da aludida ONG, bem como sobre os serviços contratados e sua execução entre os índios.

Esperando poder contar com a colaboração do eminente Presidente, apresento meus protestos de respeito e consideração, colocando-me à sua inteira disposição.

Atenciosamente, Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

Estadão, 14 de outubro de 2007

Dilma se irrita com Funasa na Amazônia

Ministra ouve queixas de índios e critica também falhas do setor elétrico

Tânia Monteiro

A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, irritou-se com a ineficiência da Fundação Nacional da Saúde (Funasa) e com a burocracia do setor elétrico durante visita ao 5º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS), na sexta-feira. Após ouvir queixas de índios ianomâmi da região, que pediram melhor atendimento de saúde, Dilma disse ao governador do Amazonas, Eduardo Braga (PMDB), que a situação não pode continuar como está. “A Funasa não cuida nem do lado da casa dela”, indignou-se a ministra.

Dilma cobrou resposta rápida do setor elétrico para o conserto de um gerador de energia de Maturacá, quebrado desde o ano passado. Descobriu que a verba de R\$50 mil para esse conserto está no Ministério da Defesa. Eduardo Braga sugeriu-lhe “que use o Exército”, se quiser mesmo resolver o problema do atendimento à saúde na região.

Antes, em palestra ouvida por Dilma e pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, o comandante militar da Amazônia, general Augusto Heleno Pereira, alertou que “o vazio do poder do Estado” é a maior ameaça à região. Ele pediu, para 2008, um contingente de 25.000 homens.

JORNAL

O ESTADO DE S. PAULO

DIA/MÊS/ANO:

5 nov. 07

EDITORIA:

Nacional

CADERNÃO:

A

PÁGINA:

4

Fraudes na saúde dão prejuízo de R\$ 613 mi

Sônia Filgueiras

BRASÍLIA

O volume de recursos federais aplicados irregularmente no sistema de saúde desde 2003 alcança a cifra de R\$ 613 milhões. De janeiro de 2003 a julho deste ano só a Controladoria-Geral da União (CGU) apurou prejuízos de R\$ 513,2 milhões. Os problemas vão de fraudes e desvios a falhas na aplicação de verbas.

São muitos os escândalos. A máfia dos sanguessugas, por exemplo, desviou R\$ 39,2 milhões com a venda de ambulâncias superfaturadas a prefeituras com recursos do Orçamento da União. A Operação Vampiro, da Polícia Federal, acabou com um esquema de superfaturamento na compra de hemoderivados que agia desde 1997 - a CGU já encontrou um prejuízo de R\$ 21 milhões, mas o Ministério Público calcula que o total pode chegar a R\$ 120 milhões.

As fraudes mais recentes foram identificadas na Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e envolvem contratos sem licitação e pagamentos antecipados em contratos de 2006. O Tribunal de Contas da União (TCU) apontou pagamentos irregulares de R\$ 6,4 milhões.

Na semana passada, a PF revelou novo escândalo na Funasa. Segundo a investigação, dinheiro destinado ao atendimento de populações indígenas era desviado, com conivência de dirigentes do escritório da fundação em Roraima. O rombo é estimado em R\$ 34 milhões.

A esses esquemas soma-se o resultado de processos administrativos abertos pelo próprio Executivo nos últimos anos para investigar fraudes e falhas na aplicação de recursos, as chamadas tomadas de contas especiais. O prejuízo de R\$ 513,2 milhões apontado pela CGU desde 2003 refere-se a irregularidades na aplicação de verbas da saúde em seu destino final.

Trata-se de dinheiro repassado pela União a prefeituras, governos estaduais e hospitais ou aplicado por órgãos do ministério. Os auditores identificaram nas prestações de contas problemas como falta de comprovação de gastos, não cumprimento do projeto previsto no convênio, apresentação de notas falsas e pagamentos irregulares por procedimentos do Sistema Único de Saúde (SUS) a hospitais das redes pública e conveniada. Todos os processos foram remetidos para o TCU.

Na contabilidade da CGU, a pasta da Saúde, dona da maior fatia do Orçamento da União entre os ministérios - R\$ 49,69 bilhões este ano -, tem o maior volume de irregularidades. Ganha da Educação, cujo orçamento para este ano é de R\$ 27,58 bilhões. No caso do MEC, as tomadas de contas concluídas a partir de 2003 apontam prejuízos de R\$ 471,2 milhões por causa de irregularidades diversas nas prestações de contas.

Para o procurador-geral do TCU, Lucas Furtado, o Ministério da Saúde não figura no topo do ranking por acaso. "Há um problema de gestão no sistema, que, somado à natureza dos gastos e à descentralização da administração, amplia a possibilidade de fraudes e desvios."

PROJETO

Na última semana, as negociações do governo com a oposição para aprovar a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) - a segunda mais importante fonte de financiamento da Saúde - incluíram a aprovação de um projeto na Câmara que destinará R\$ 24 bilhões extras para o setor nos próximos quatro anos. O dinheiro se somará aos R\$ 44 bilhões anuais de que o ministério dispõe para aplicar em ações de saúde e na manutenção da rede pública.

"Se não houver melhoria nos controles, não há nenhuma garantia de que esse dinheiro vá gerar benefícios à população", diz Furtado. "O governo mostra grande disposição para prorrogar a CPMF, mas não vejo essa mesma ênfase para reforçar os controles", alfineta, ressaltando que considera o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, "bem-intencionado e preocupado com a gestão".

O SUS se baseia na descentralização administrativa. O ministério repassa recursos a Estados e municípios, que se encarregam de aplicá-los na administração de hospitais públicos ou no pagamento de serviços contratados de hospitais privados. Neste ano, a Saúde dispõe de R\$ 19,4 bilhões para esse fim.

Outros R\$ 12 bilhões estão reservados para financiar obras de saneamento, reforma de postos de saúde e programas específicos, como os de combate à dengue e de proteção à saúde da mulher. A maior parte do dinheiro também é repassada a Estados e municípios na forma de convênios. Segundo Furtado, os repasses, destinados em

boa parte à compra de material de consumo e medicamentos e ao pagamento pela prestação de serviços, são, pela própria natureza, difíceis de fiscalizar. "É fácil desviar medicamentos, fraudar atendimentos."

A falta de controle da aplicação do dinheiro agrava o problema. "Os controles ainda são baseados em papel. É preciso informatizar os sistemas", avalia. O procurador não discorda do sistema descentralizado, mas acha que o governo precisa ser mais ativo na busca de um sistema mais eficiente. "O governo pode, por exemplo, condicionar repasses à adoção de novos sistemas de controle pelos Estados e municípios", afirma. Para Furtado, o controle social da aplicação do dinheiro também precisa ser reforçado. ●

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
FOLHA DE S. PAULO	28	Novembro/04	Brasil	A	23

RONDÔNIA Repasse federal a duas entidades que atendiam aldeias indígenas foi suspenso; investigação aponta omissão da Funasa

ONGs são suspeitas de desviar verba de saúde

ELVIRA LOBATO

ENVIADA ESPECIAL A RONDÔNIA

A CGU (Controladoria Geral da União), a Polícia Federal e o Ministério Público Federal investigam as duas principais organizações não-governamentais indígenas de Rondônia por suspeita de superfaturamento e desvio de verbas do Ministério da Saúde destinadas ao atendimento médico nas aldeias indígenas.

A investigação também aponta omissão da Funasa (Fundação de Nacional de Saúde), órgão do Ministério da Saúde, que, de acordo com a Polícia Federal, repassou recursos para entidades que não tinham estrutura para assumir a responsabilidade.

A Paca (Proteção Ambiental Cacoalense), com sede em Cacoal (RO), recebeu R\$ 17 milhões da Funasa, em três convênios assinados entre 1999 e 2004, para atender 5.500 índios de 115 aldeias para aplicação em assistência à saúde e saneamento. A Cunpir (Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Norte de Mato Grosso e Sul do Amazonas) recebeu cerca de R\$ 9,5 milhões.

Repasse

A Funasa suspendeu os repasses às entidades em maio, diante dos indícios de irregularidades. Os convênios com as duas ONGs, que haviam sido assinados em 2002, terminaram em julho deste ano e não foram renovados.

Segundo a coordenação da Funasa em Rondônia, o pessoal de saúde que havia sido contratado por intermédio de prefeituras manteve o serviço de forma voluntária. A compra de medicamentos está sendo feita diretamente pela fundação.

Inquérito

A delegada da Polícia Federal Juliana Cavaleiro, que preside o inquérito contra a Paca, disse que há indícios de que teria havido superfaturamento de 25% na construção de postos de saúde e de fraudes nos processos licitatórios.

Vinte e seis pessoas são citadas como alvos de investigação no inquérito da Paca, entre dirigentes da ONG, servidores da Funasa, consultores (antropólogos, indígenas etc.) e fornecedores.

A indígenista Maria Ines Hargreaves, estudiosa dos índios Cinta-Larga, é uma delas. Segundo a CGU, ela foi responsável pela movimentação de R\$ 147 mil.

Nos autos do inquérito, consta que há indícios ainda de cotação de preços forjada em licitações, falsificação de assinaturas, compra de medicamentos diretamente em farmácias e despesas com consultoria sem comprovação de prestação do serviço.

O inquérito da Polícia Federal sobre a Cunpir investiga a suspeita de superfaturamento na compra de equipamentos e de combustíveis.

As duas organizações não-governamentais administraram a verba para saúde indígena em todo o Estado de Rondônia por quase cinco anos. A Paca respondia pelo atendimento às aldeias na metade sul do Estado, enquanto a Cunpir respondia pelo atendimento na parte norte.

A Funasa substituiu a Funai (Fundação Nacional do Índio) como responsável pelo atendimento médico à população indígena, em 99, e delegou a tarefa às ONGs.

Fragilidade

O inquérito da Polícia Federal sobre as supostas irregularidades na Paca, ao qual a Folha teve acesso, informa que a ONG possuía, de próprio, apenas um computador, uma impressora, um automóvel e uma moto, quando assinou o primeiro convênio com a Funasa, em 1999.

A delegada Juliana Cavaleiro faz críticas à atuação da Funasa no episódio. Ela afirma que a fundação aprovou o convênio com a ONG baseando-se apenas no parecer de uma consultora, que teria levado 15 dias para analisar o projeto da entidade. Diz que a Funasa também teria sido omissa na fiscalização do convênio.

Cunpir

A Cunpir está mergulhada em uma grave crise desde que a Funasa realizou uma auditoria especial no convênio, no ano passado, que resultou na suspensão dos repasses à entidade. A ONG chegou a acumular R\$ 2 milhões em dívidas com os fornecedores, no início do ano, e o comando da entidade foi trocado.

O cacique Almir Surui, que substituiu Antenor Karitiana, confirma que houve superfaturamento na compra de materiais, principalmente de combustíveis, e outras irregularidades na aplicação do dinheiro proveniente do Ministério da Saúde, mas, assim como a Polícia Federal e a Procuradoria da República, ele acusa a Funasa de ter sido conivente.

Segundo Surui, as irregularidades foram praticadas desde o início dos convênios, em 1999, e a Funasa teria tido conhecimento delas, na ocasião. "Mesmo assim, ela renovou os convênios", queixa-se o coordenador.

JORNAL	DIA/MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
CORREIO BRAZILIENSE	4 nov. 07	Brasil	1º	15

SAÚDE

Aumentam os casos de tuberculose entre índios

HÉRCULES BARROS

DA EQUIPE DO CORREIO

A saúde da população indígena agoniza. Enquanto trabalhos pontuais de assistência médica tentam brecar o avanço da tuberculose, problemas crônicos como diabetes começam a despontar entre os índios e somam-se às causas de morbidade nas estatísticas desse grupo populacional. Segundo dados do Sistema de Informações de Atenção à Saúde Indígena da Fundação Nacional de Saúde (Siasi/Funasa), a tuberculose sofreu um salto de 76,4 para 101,1 casos em cada grupo de 100 mil índios, de 2005 para 2006. O registro de diabetes entre índios também cresceu. No período de 2003 a 2006, aumentou o número de casos: de 1.646 para 1.864 registros.

A mutação no perfil epidemiológico indígena convive em descompasso com os tímidos recursos destinados para as ações estratégicas do governo federal. Dos R\$ 43 bilhões do orçamento do Ministério da Saúde, o Departamento de Saúde Indígena da Funasa dispõe de R\$ 173,3 milhões. O dinheiro é repassado aos 34 distritos sanitários especiais indígenas espalhados pelo país, além de ser utilizado para compra direta de medicamentos e equipamentos. "Temos mais R\$ 128,9 milhões destinados a convênios (de saúde indígena). E, associado a isso, R\$ 163,7 milhões repassados do Fundo Nacional de Saúde aos municípios que têm população indígena, como incentivo para implementação da atenção básica nas comunidades", pondera o médico Flávio Pereira Nunes, coordenador de Atenção à Saúde Indígena da Funasa.

Para o indígena Jecinaldo Saterê-Mawê, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), os valores são "insignificantes", comparado à população de 482 mil índios que vivem no país. "A Funasa não tem correspondido à nossa

necessidade. Os últimos levantamentos de tuberculose e diabetes são a prova do descaso", lamenta.

Nunes admite que o valor destinado à saúde indígena é parco e que a ampliação dos recursos é motivo de uma queda de braço na pasta. Mas considera um avanço o fato de o Ministério da Saúde colocar como uma das metas pactuadas para o Sistema Único de Saúde (SUS) em 2008 a redução da mortalidade infantil indígena. "Tendo como linha de base o ano de 2005, que teve coeficiente de 53,1 mortes para cada grupo de mil nascidos vivos, espera-se uma redução de 5%. É o reconhecimento do SUS que a saúde indígena precisa ser focada", explica.

Modelo

Apesar dos entraves, um trabalho da Funasa de combate à tuberculose em populações indígenas brasileiras é tido como modelo pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas). O projeto-piloto com 600 índios xavantes, em Mato Grosso, e com 11 mil guaranis-caiouás, no Mato Grosso do Sul, feito entre 2001 e 2007, conseguiu reduzir em 80% o aparecimento de casos da doença na região. Mês passado, a organização recomendou à Funasa a publicação de um guia prático sobre as ações de controle da doença para a implementação da estratégia nos países da América Latina.

Durante os seis anos, a Funasa levou às reservas dos xavantes e guaranis-caiouás uma equipe de saúde com aparelhos de raio-x portátil, microscópios e kits de teste de sensibilidade para saber quem teve contato com o bacilo. "Com esses equipamentos foi possível fazer a confirmação e tratamento dos casos, além da quimioprofilaxia dos índios que tiveram contato com um doente", informa Nunes.

A Coiab diz que o trabalho é pontual. "Seria importante estender a atividade, principalmente para a Região Norte", afirma Jecinaldo. A Funasa destaca que um

projeto será desenvolvido em 10 distritos indígenas onde a tuberculose apresenta patamares elevados. "Nove estão na Região Amazônica e um no Mato Grosso do Sul, onde os índios têm de ser transportados de aeronave", destaca Nunes. Ele diz que no Norte o projeto terá um desafio maior porque é complexa a vigilância contínua da doença. "Não tenho condições de colocar geladeira em tribos de difícil acesso e algumas etnias são nômades", explica.

São Paulo, domingo, 06 de março de 2005

brasil

Envie esta notícia por e-mail para
assinantes do UOL ou da Folha[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO INDÍGENA

Responsáveis pela saúde indígena tiveram menos verba em 2004 do que em 2003; valor caiu de cerca de R\$ 106 mi para menos de R\$ 85 mi

Funasa reduziu em 19% repasse a entidades

CATIA SEABRA
DA REPORTAGEM LOCAL

De 2003 para 2004, a Funasa (Fundação Nacional de Saúde) reduziu em 19% o repasse às entidades encarregadas da saúde indígena no país. Segundo dados do Siafi, sistema que registra os gastos do governo, em 2003 foram liberados R\$ 106.317.445,00. No ano passado, foram R\$ 85.733.512,00.

Responsável pelo atendimento na região de Douradas, no Mato Grosso do Sul -onde foram registradas 11 mortes por desnutrição só neste ano- a Missão Evangélica Caiuá recebeu, ao longo de 2004, 18% a menos do que no ano anterior.

Em 2003, obteve R\$ 7,2 milhões. No ano passado, foram R\$ 5,9 milhões. Só agora, em 2005, foi contemplada com mais R\$ 2,8 milhões, totalizando R\$ 8,1 milhões referentes ao ano passado.

Em muitos casos, houve significativa redução. No Vale do Javari, quinto no índice de mortalidade infantil entre os 34 distritos de saúde indígena, a organização não-governamental Civaja contou com R\$ 1,3 milhão ao longo de 2003. Em 2004, foram apenas R\$ 217 mil, numa diferença de 84%. Depois de um ano de crise, a entidade foi substituída pela Associação de Moradores Indígenas de Atalaia, beneficiada com R\$ 403 mil. Juntas, as duas entidades receberam pouco mais da metade do valor liberado no ano anterior.

No Pará, a Pikatoti Associação Kamoko-Re teve, em 2004, uma dotação 35% menor do que em 2003, de 2,9 milhões para R\$ 1,846 milhão. No Amapá, uma ONG enfrentou redução de 69%. Em outra, foi de 55%. O Orçamento da Diocese de Roraima foi enxugado em 49%.

A situação foi ainda mais delicada no Acre, onde a União das Nações Indígenas atuou até 2003, tendo recebido R\$ 1.486.687 naquele ano. Investigada, deixou de prestar o serviço, sem ser substituída por outra entidade.

Controle

O risco de irregularidade na prestação de contas das conveniadas tem sido um dos principais problemas do governo. Com 3.000 funcionários para atendimento nos 34 distritos do país, a Funasa recruta conselhos

indígenas e ONGs, numa média anual de pelo menos 50 convênios, para contratar cerca de 9 mil pessoas. No ano passado, pelo menos cinco entidades foram afastadas sob suspeita de desvio de recursos. E de uma lista de 53, 24 têm alguma pendência na Receita Federal.

A mudança nos convênios causou descontinuidade de atendimento em alguns distritos.

Segundo sua assessoria de imprensa, a Funasa reduziu o volume de repasses para centralizar gastos, evitando fraudes. A medida também é parte, segundo a fundação, da política de incrementar a gestão e a supervisão das conveniadas. O governo não soube informar, no entanto, quanto deixou de transferir às entidades.

Alexandre Padilha, diretor do Departamento de Saúde Indígena da fundação, informou que em 2004 a Funasa aplicou diretamente R\$ 55,9 milhões. "Foi o maior montante de recursos aplicados diretamente na história."

Além disso, segundo números da própria Funasa, foi lento o ritmo de liberação de recursos no ano passado. Em 2004, foram celebrados 53 convênios, num total de R\$ 120.967.524,44. Desses, apenas R\$ 49.014.713,27 foram liberados ainda no ano. Outros R\$ 24,3 milhões foram este ano. E ainda faltam R\$ 48,7 milhões.

"O governo retém o repasse alegando que houve falha na prestação de contas. Mas só avisa isso um mês depois", diz Marina Machado, coordenadora-executiva da ONG Saúde Sem Limites, que, depois de atuar por dois anos como conveniada, constatou:

"Uma ONG não pode assumir o papel do Estado. Não somos braço do Estado".

São Paulo, domingo, 06 de março de 2005

brasil

Envie esta notícia por e-mail para assinantes do UOL ou da Folha

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO INDÍGENA

Entre 34 distritos indígenas da Funasa, MS, onde 11 crianças morreram por desnutrição em 2005, é 15º no ranking da mortalidade infantil de 2004

Mortalidade supera média em 70% de áreas

FLÁVIA MARREIRO
DA REDAÇÃO

A saúde da criança indígena no Brasil tem um ranking surpreendente e grave: Mato Grosso do Sul -onde 11 crianças morreram este ano por desnutrição- aparece apenas em 15º lugar, listados os índices de mortalidade infantil registrados em 2004.

As aldeias do Estado constituem um dos 34 Dseis

(Distrito Sanitário Especial Indígena), as divisões administrativas da Funasa para o setor. Deles, 24 - 70,5% - têm mortalidade infantil maior que a média brasileira -24,3 mortos a cada mil nascidos vivos. O Mato Grosso do Sul registrou 50,10 mortes a cada mil nascidos vivos em 2004. Antes, a Funasa havia informado um índice maior, 60,53 (os dados foram revisados, segundo a assessoria). Um ou outro número, porém, são mais que o dobro do indicador nacional e põem o Estado longe do campeão da lista: o distrito Xavante, no Mato Grosso.

Entre cerca de 12 mil xavante, a mortalidade infantil em 2004 alcançou 133 mortes por mil nascidos vivos - índice 22% maior que 2003 e 5,5 vezes maior que a média nacional. Foram 36 bebês mortos em 2004. Três das crianças xavante morreram de desnutrição enquanto suas famílias acampavam ao lado da BR-163, para protestar contra terras ocupadas por posseiros. Mais de dez foram internadas com doenças respiratórias. Em 2005, mais cinco crianças morreram de desnutrição.

No distrito Litoral Sul -inclui a capital e o litoral de São Paulo e vai até o litoral gaúcho, outra área com conflito de terra- os números assustam: cem mortos por mil nascidos vivos, salto de 224% em relação a 2003. Foram quatro mortos por desnutrição.

Além da causa mais chocante das mortes, a fome, os dados jogam luz sobre o atendimento de saúde de 434 mil índios espalhados nas aldeias do país -29% dessa população tem até 9 anos.

"Não é só na mortalidade que há este abismo entre os indicadores da população geral e os indígenas. É educação, no acesso a tudo", diz o pediatra Renato Yamamoto, que coordenou a publicação de um manual sobre a criança indígena, parceria da Sociedade Brasileira de Pediatria e a Funasa.

As razões para o abismo são apontadas por médicos e antropólogos: além do acesso à terra e conflitos ligados à questão, há problemas na política de saúde. Não se pode falar de padrão de atendimento na saúde indígena. O serviço avaliado como satisfatório no Parque do Xingu (MT), onde a mortalidade infantil foi de 36,5, não se repete no distrito Vale do Javari (AM), onde o índice é 85 e nove crianças morreram por desnutrição em 2004. No geral, os resultados, díspares de um ano para o outro em cada área, são fruto da situação de cada povo (epidemias, conflitos) no período e das turbulências do modelo administrativo de saúde.

Desde 99 no comando da saúde indígena, a Funasa faz convênios com ONGs e universidades ou repassa a prefeituras para que contratem, na ponta, os profissionais para as aldeias. O SUS deve atender os casos mais complexos.

Preparo para o trabalho

Um dos nós do sistema é a mão-de-obra. A Funasa não tem instrumental suficiente para supervisionar todas as entidades conveniadas. Não tem como garantir,

portanto, que todos os profissionais em campo saibam lidar com o público nem que tenham um mínimo de permanência na função.

As duas condições são essenciais para o sucesso do atendimento tanto das crianças como da população em geral, diz o médico Douglas Rodrigues, coordenador do Projeto Xingu, da Universidade

Federal de São Paulo, há 40 anos na área. Para ele, o argumento de que a cultura de cada etnia dificulta o trabalho, como foi dito no caso de MS, é falacioso.

"É uma inversão. Tem de estabelecer um diálogo intercultural. Aqui no Xingu, não só não atrapalha [a medicina tradicional], como ajuda. Um dia apliquei um soro em uma criança enquanto o pajé rezava do lado. Os médicos têm de ter conhecimento mínimo de outros sistemas de cura, de antropologia", diz Rodrigues.

O antropólogo Gilberto Azanha, que trabalha na região do distrito do Vale do Javari, também alerta para as especificidades do trabalho. "Há sim barreiras culturais. Os índios tem uma teoria do corpo. A Funasa diz coisas de cima para baixo. "Micróbio é micróbio". Para eles, não. É uma noção complicadíssima, abstrata."

Mas para o chefe do Dsei Xavante, Paulo Félix, as dificuldades culturais ajudam a explicar o mau resultado do distrito. "Temos vários problemas com isso. Há pouco espaço entre as gestações, o que interrompe a amamentação, há hierarquia alimentar [adultos comem primeiro], há resistência aos profissionais", diz. Admite, porém, que a rotatividade de pessoal é grande e que a capacitação resume-se a um seminário.

Edson Beiriz, administrador-executivo da Funai na região, cobra trabalho integração da Funasa. "Não tem como impor uma visão de mundo. Esse tipo de problema [de relacionamento com os índios] não ocorre com a Funai."

A crítica de Beiriz à Funasa também foi feita por Mércio Gomes, presidente da Funai, na última quinta na Folha. A Funai respondia pela saúde indígena até 99.

"Essa disputa pela imprensa entre órgão A e B, quem é o mais capacitado, acontece na hora menos apropriada. Os dois são incapacitados", diz Sérgio Leitão, diretor-executivo da ONG Instituto Socioambiental.

Dieta e emergência

A ação em Dourados, no MS, onde a política de emergência da Funasa, do Ministério do Desenvolvimento Social e da Funai tem sido a distribuição de cestas básicas, também sofre críticas.

Para Douglas Rodrigues as cestas podem ter efeito limitado também quanto à questão nutricional: "A dieta dos guarani é monótona, mas balanceada. Tiro pelos povos do Xingu. É mandioca, peixe e três ou quatro tipos de frutas. Quando se substitui por arroz, macarrão, desbalanceia".

SENADORES NA MÍDIA - SECRETARIA DE PESQUISA E OPINIÃO PÚBLICAFonte: *Correio Braziliense*

Página: Internet

Data: 29.10.2007

Uma fraude de R\$ 34 milhões

Investigação sobre desvio na Funasa em Roraima aponta superfaturamento em negócios que vão do aluguel de aeronaves à compra de materiais de escritório. Principal acusado é afilhado político de Romero Jucá

EDSON LUIZ

Da equipe do Correio

Autor da indicação de Ramiro Teixeira, Romero Jucá retirou a indicação depois que ele foi preso pela PF

A investigação nas contas da coordenação regional da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em Roraima aponta um grau impressionante de desvios. A Polícia Federal concluiu que dos R\$ 8,2 milhões repassados à instituição para o fretamento de aviões, nada menos que 31,8% foram desviados. Técnicos da União analisaram outros dez contratos e apontaram prejuízo para os cofres públicos de mais R\$ 3,9 milhões. Na semana passada, o coordenador da Funasa no estado, Ramiro José Teixeira, foi preso na Operação Metástase da Polícia Federal. Junto com ele foram presas outras 32 pessoas, incluindo 16 funcionários da fundação. A PF acredita que as fraudes podem ultrapassar a R\$ 34 milhões. Teixeira é afilhado político do senador Romero Jucá (PMDB-RR). Ano passado, os dois responderam juntos a uma acusação de crime eleitoral, mas foram absolvidos.

Voar em Roraima pode ser um ótimo negócio. Pelo menos se o cliente for a Funasa. Em 2004, a fundação fez cerca de 3.900 horas de voo, ao custo de R\$ 695 reais cada uma. Um ano depois, os valores estavam bem acima disso. A Funasa fez em 2005, 5.400 horas de voo, ao custo unitário de R\$ 1,3 mil, praticamente o dobro do ano anterior. Investigadores também suspeitam que, além de superfaturar os preços, o tempo de voo era aumentado, causando ainda mais prejuízos aos cofres públicos. Por meio de acordo entre as companhias, segundo investigadores, foi feito uma espécie de cartel, onde quem ganhasse a concorrência, passaria parte dos fretes para as demais. A empresa vencedora foi a Roraima Táxi-Aéreo, de Francisco Mesquita, também preso pela Polícia Federal. Ele é cunhado de Ramiro Teixeira.

Investigadores descobriram prejuízos de R\$ 215 mil na construção de enfermarias, banheiros, área de circulação, cozinha, refeitório e lavanderia da Casa de Saúde do Índio (Casai) de Roraima, inaugurada três dias antes da prisão de Teixeira. A obra foi feita pela empreiteira Consepro. O dono da construtora é Zacarias Gondim, também preso na Operação Metástase. A mulher dele, Ananda, foi contratada pela Funasa para dirigir a área de engenharia e saúde pública. Na solenidade de inauguração do estabelecimento, Teixeira foi saudado como “o melhor dirigente público do país”.

SENADORES NA MÍDIA - SECRETARIA DE PESQUISA E OPINIÃO PÚBLICAFonte: *Correio Braziliense*

Página: Internet

Data: 29.10.2007

21

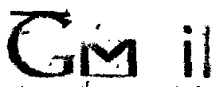
Elogios

“Já fizemos muito, mas temos muito mais a fazer, e essas conquistas só estão sendo possíveis graças à habilidade e empenho do coordenador regional da Funasa em Roraima, Ramiro Teixeira”, disse na ocasião o presidente da fundação, Danilo Forte. Ele estendeu os cumprimentos a Romero Jucá, também presente ao evento. “Seria muito bom que todos os estados tivessem um senador como o Romero”.

Teixeira agradeceu os recursos recebidos e disse que eles foram gastos “em investimentos que melhoram a saúde de índios e não índios.” Não era bem assim. Na Funasa de Roraima, o dinheiro público era desviado praticamente em todas as licitações. Em um contrato para o fornecimento de materiais para a área dos índios ianomami, foram desviados R\$ 54,3 mil e na compra de folha de isopor, clipes, fitas adesivas, lenço de papel, agendas, canetas, entre outros produtos, o superfaturamento foi de R\$ 19,5 mil.

Como fez na inauguração da Casa do Índio, no último dia 22, o senador Romero Jucá prestigiou seu afilhado em diversas solenidades e inaugurações. Depois da Operação Metástase, Jucá ligou para o presidente da Funasa pedindo o desligamento de Teixeira. Retirou a indicação quando Teixeira estava preso.

A assessoria do líder do governo no Senado confirma a indicação, mas diz que Jucá não pode ser responsabilizado pelos atos de Teixeira. As ligações de ambos os levaram a responder por uma ação de crime eleitoral. Impetrada por adversários políticos do senador, a ação contestava a presença de Jucá e Teixeira em uma solenidade pública para início de uma obra de saneamento. O caso foi arquivado pelo TRE do estado.



Senador Mozarildo Cavalcanti <mozarildo@gmail.com>

PF prende aliado de Jucá e mais 31 em Roraima

1 mensagem

Johaben Camargo <johaben@senado.gov.br>
Para: mozarildo@gmail.com
Cc: Rosber Neves Almeida <ROSBER@senado.gov.br>

26 de outubro de 2007 09:39

Data: 26/10/2007 Fonte: O Globo - 09

PF prende aliado de Jucá e mais 31 em Roraima

Coordenador da Funasa no estado comandaria grupo suspeito de fraudar programas de atendimento a indígenas

Jailton de Carvalho

BRASÍLIA. A Polícia Federal prendeu ontem o coordenador da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em Roraima, Ramiro Teixeira, e mais 31 servidores e empresários acusados de fraudar obras e programas sociais de atendimento aos ianomâmis e outros índios da região Norte do país. Teixeira foi indicado para o cargo pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR). A organização é acusada de desviar R\$34 milhões nos últimos cinco anos, com direcionamento de licitações e superfaturamento de contratos. Com três integrantes da organização, a PF apreendeu R\$1,3 milhão em espécie.

Emendas da bancada seriam origem do dinheiro

A Polícia Federal suspeita que a organização, desbaratada na chamada Operação Metástase, contava com forte apoio político, mas não apontou quem seriam os envolvidos. Todas as verbas destinadas à Funasa de Roraima, alvo da cobiça da organização, tinham como origem emendas coletivas da bancada parlamentar do estado.

As emendas de bancada foram apontadas pela CPI dos Sanguessugas, ano passado, como um dos pontos do Orçamento da União mais vulneráveis à corrupção. Os parlamentares reservam os recursos e, depois, indicam as obras que gostariam de ver executadas.

- A investigação segue o dinheiro, desde sua origem, até o destino final. A origem eram emendas de bancada - afirmou um dos responsáveis pela operação.

A apuração sobre o suposto braço político da organização repercutiu no Congresso Nacional. Logo de manhã, Romero Jucá telefonou para o presidente da Funasa, Danilo Forte, e retirou o apoio a Ramiro Teixeira. Segundo um assessor de Jucá, o senador indicou Teixeira para o cargo por sugestão de colegas do partido da região Norte no início do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mas, para Jucá, o agora ex-afilhado político pode não ter se comportado adequadamente à frente da Funasa em Roraima.

- Hoje ele (Jucá) ligou para o presidente da Funasa e disse que não tinha mais necessidade da indicação de Ramiro Teixeira - disse um auxiliar do senador.

A Polícia Federal começou as investigações da Operação Metástase há 18 meses, a partir de inquérito da Delegacia de Repressão a Delinquentes (DRE). No curso da apuração, a polícia descobriu ligações suspeitas do empresário Hissam Hussein Dehaini com irregularidades em aluguéis de aviões e helicópteros pela Funasa em Roraima. Hussein foi um dos alvos da CPI do Narcotráfico. Ao aprofundar a investigação, a polícia se deparou com fraudes em outros contratos de obras e serviços da Funasa. Vem daí o nome da operação.

- O tumor da corrupção apareceu num órgão, depois em outro e depois em outro - afirmou o delegado Alexandre Ramage, coordenador da operação.

Maior fraude em obra de saneamento em Boa Vista

Segundo a polícia, os acusados direcionavam editais, superfaturavam obras e recebiam recursos por serviços não executados. Uma das maiores fraudes teria ocorrido em obras de saneamento em Boa Vista. A organização teria cobrado também por viagens não realizadas a reservas indígenas. Aviões e helicópteros deveriam levar remédios e alimentos para as reservas. Mas os serviços só existiam no papel.

- Eles cobravam por horas de voo não efetivadas. Seriam vãos para levar remédios para índios ianomâms na fronteira. É um crime bem pior do que o valor monetário indica - afirmou o superintendente da PF em Roraima, Ivan Herrero.

As suspeitas sobre as fraudes em obras da Funasa de Roraima também foram reforçadas pelo grande volume de recursos recebidos pelo órgão. Pelos cálculos da PF, a Funasa de Roraima vinha recebendo o dobro de recursos que a Funasa do Amazonas, que tem um território dez vezes maior. Entre os presos estão, além de Ramiro Teixeira, mais oito servidores da Funasa. São funcionários da comissão de licitação e do setor financeiro. Também foram presos o dono de uma grande empreiteira e dono de uma empresa de táxi aéreo.

Foram 25 prisões em Roraima, duas no Amazonas e cinco no Paraná. Só na casa de um dos acusados, a PF apreendeu R\$850 mil em espécie. Os acusados foram indiciados por corrupção, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e sonegação fiscal, entre outros crimes.

PADRINHO
O senador Romero Jucá no Planalto.
O coordenador que ele indicou para a Funasa foi preso pela Polícia Federal acusado de fraude

Depois de Renan, Jucá

As fraudes na Funasa já tinham atingido o presidente do Senado. Agora, envolvem seu principal aliado

MURILO RAMOS

A Polícia Federal chegou em Roraima mais um guêcho do esquema de desvio de dinheiro da Fundação Nacional da Saúde (Funasa), um órgão do Ministério da Saúde que investe em saneamento básico e cuida da saúde dos índios. Na semana passada, foram presas 32 pessoas, acusadas de desviar R\$ 34 milhões em obras de engenharia, compras de medicamentos e contratos com empresas de táxi aéreo. Entre os presos pela Operação Metástase está o coordenador regional da Funasa em Roraima, Ramiro José Teixeira, um ex-deputado estadual e apadrinhado político do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR).

Funcionários graduados da Funasa dizem que Ramiro Teixeira tinha uma autonomia em relação à diretoria nacional do órgão maior que a de outros coordenadores regionais. "Ele se reportava mais ao Jucá", afirma um ex-diretor. Romero Jucá é o principal aliado do presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros, e nas parcerias para indicações políticas para o governo federal. De acordo com denúncia feita à EPOC, A pelo advogado Bruno Miranda, o lobista Luiz Carlos Garçon Coelho, ex-sogro de Bruno, montou um esquema de arrecadação de dinheiro para Renan Calheiros em ministérios comandados pelo PMDB. Segundo Miranda, Jucá também teria recebido dinheiro nas operações feitas pelo lobista Luiz Coelho.

A força de Romero Jucá na Funasa pode ser avaliada por sua capacidade de levar dinheiro para Roraima. Investigações da Polícia Federal revelaram um dado surpreendente: apesar de ter um território e população indígena menores que os do Estado do Amazonas, Roraima recebe o dobro de recursos da Funasa.

EPOC, A tentou ouvir Romero Jucá sobre as denúncias de fraudes em Roraima, mas ele não respondeu aos telefonemas. Em nota, a Funasa afirma que a investigação da PF se baseou nas apurações de uma auditoria interna do próprio órgão. A versão da polícia é diferente.

De acordo com o delegado Alexandre Ramage, coordenador da Operação Metástase, o esquema da Funasa em Roraima foi flagrado por acaso. A PF investigava Hissam Hussein, um empresário do Paraná - proprietário de hotéis e postos de gasolina - suspeito de lavagem de dinheiro para o narcotráfico. Escutas telefônicas mostraram que os mesmos helicópteros alugados por Hussein à Funasa eram usados pelo esquema dos traficantes. As conversas telefônicas gravadas revelaram também fraudes na Funasa. Hussein foi preso pela PF na quinta-feira.

EPOC, A revelou em setembro as investigações do Ministério Público Federal, da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União sobre contratos sem licitação ou superfaturados e serviços pagos, mas não prestados, entre outras irregularidades. Há outras operações sobre a Funasa em curso na Polícia Federal, mantidas em sigilo. Com uma espécie de intervenção branca, o Palácio do Planalto também aumentou a vigilância sobre a entidade. A liberação do dinheiro saiu das mãos da diretoria da Funasa, disse a EPOC, A um ministro com gabinete no Palácio do Planalto. O dinheiro agora só sai com prévia autorização de um comitê gestor integrado pela Casa Civil e pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento. Há ministros que consideram essa medida insuficiente e propõem a extinção da Funasa, com a transferência das obras de saneamento para o Ministério das Cidades e da missão de cuidar da saúde das comunidades indígenas para a Fundação Nacional do Índio (Funai).



Senador Mozarildo Cavalcanti <mozarildo@gmail.com>

Correio Braziliense 27.10.2007

1 mensagem

ROSBER <rosber@abordo.com.br>

27 de outubro de 2007 18:0

Para: mozarildo@gmail.com

OPERAÇÃO METÁSTASE Fraude por todo lado em Roraima

Polícia Federal investiga contratos da Funasa no estado e descobre que gastos com aluguel de meios de transporte foi muitas vezes maior que o registrado nas demais unidades da região em 2005 e 2006

Edson Luiz
Da equipe do Correio

Os relatórios preliminares da Operação Metástase, desencadeada na quinta-feira pela Polícia Federal em Roraima e que resultou na prisão de 32 pessoas, mostram que as fraudes na Fundação Nacional de Saúde (Funasa) no estado não eram praticadas apenas nas licitações. Em conluio com servidores públicos, um número pequeno de empresas deixou um prejuízo de R\$ 34 milhões para os cofres públicos. No ano passado, a Funasa de Roraima gastou R\$ 7,3 milhões em locação de meios de transportes. Os outros cinco estados da região Norte gastaram, juntos, pouco mais que R\$ 2,2 milhões. Um dos presos foi o coordenador da Fundação, Ramiro José Teixeira, aliado político e indicação do senador Romero Jucá (PMDB-RR), considerado como um dos líderes das fraudes.

Márcia Kalume/Agência
Senado - 23/10/07

Romero Jucá admite ter indicado servidor suspeito de chefiar o esquema, mas nega que sabia dele

Teixeira, segundo a investigação, se aliou aos empresários do estado para fraudar os cofres públicos. Chegou ao ponto de nomear Ananda Gondim como diretora de Engenharia e Saúde Pública da Funasa em Roraima. Ela vem a ser mulher de Zacarias Gondim, dono da Consepro Construção e Projetos, considerada a principal empresa do ramo envolvida com as fraudes, e que deu um prejuízo à União calculado até agora em R\$ 2 milhões. Investigadores ainda estão realizando levantamentos para verificar outras obras da firma, não apenas relacionadas à Funasa, mas a outros órgãos federais.

A Polícia Federal está investigando se há ligação de políticos com as obras fraudadas, já que todos os recursos usados pela Funasa eram de emendas parlamentares. Além disso, em muitas solenidades públicas da Fundação havia a presença de políticos. Em várias delas, brilhava o senador Romero Jucá. Sua assessoria afirmou que o líder do governo no Senado apenas fez a indicação de Teixeira para o cargo e, assim que soube de sua prisão, pediu ao presidente da Funasa para retirar a indicação. Teixeira entrou no cargo ainda no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando a escolha era feita apenas pelos senadores, segundo a assessoria de Jucá.

Os relatórios da investigação também apontaram formação de cartel entre empresas, como a de aviação. Uma delas, a Roraima Táxi-aéreo, do empresário Rogério Mesquita, preso na Operação Metástase, foi contratada para fazer quatro mil horas de vôos, mas muitos deles não foram realizados. A Funasa pagou normalmente, dando um prejuízo de R\$ 3,1 milhões à União. A Roraima Taxi-aéreo ganhou a licitação disputando com outras três concorrentes. Para tanto, colocou na proposta um preço apenas R\$ 5 maior que o das demais, que, por seu lado, ofereceram lances idênticos. A formação de cartel ficou constatada a partir do momento em que a Roraima contratou os aviões das derrotadas.

Encarcerados

A investigação da PF, além de chegar a Brasília, vai se estender a outros estados e a municípios de Roraima, onde acredita-se que haja maior número de fraudes. E as primeiras delas se tornaram conhecidas por meio de uma denúncia feita no Ministério Público Federal. A primeira abarcou gastos da Funasa com transportes, a partir de 2005, quando ficou constatado que outros cinco estados da Amazônia — Amazonas, Pará, Rondônia, Amapá e Tocantins — gastaram juntos R\$ 1,7 milhão nesta área. Roraima teve um gasto de R\$ 6,4 milhões. No ano seguinte, o estado gastou R\$ 5,1 milhões a mais que os demais.

Ontem, todos os 32 presos continuavam na Superintendência da PF em Boa Vista. Até ontem à noite, os depoimentos não haviam terminado. O delegado Alexandre Ramagem se reuniu durante o dia com a Justiça Federal e o Ministério Público para fazer um balanço dos resultados da operação. Três pessoas estão foragidas, mas agentes envolvidos na investigação acreditam que eles possam se apresentar nas próximas horas.

CAMPEÃO DE GASTOS

Funasa no estado gasta mais em transportes do que eu em qualquer outro lugar da região Norte

2005

Amazonas R\$ 628,170 mil

Amapá R\$ 9,4 mil

Pará R\$ 1,039 milhão

Rondônia R\$ 3,5 mil

Tocantins R\$ 15,2 mil

Roraima R\$ 6,4 milhões

2006

Amazonas R\$ 1,5 milhão

Amapá R\$ 44,5 mil

Pará R\$ 586 mil

Rondônia R\$ 33,2 mil

Tocantins R\$ 6,7 mil

Roraima R\$ 7,3 milhões

Fonte: Polícia Federal

para saber mais

18 meses de investigação

A Operação Metástase foi desencadeada na quinta-feira para desarticular uma quadrilha que fraudava licitações da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em Roraima. Dois empresários, um engenheiro e o coordenador da Fundação no estado, Ramiro José Teixeira, são considerados líderes do grupo. Levantamentos da PF calculam que, em cinco anos, a União teve um prejuízo de cerca de R\$ 34 milhões.

As fraudes iam de compra de material de consumo até aluguéis de aviões, esta uma das principais fontes de renda do grupo. A investigação da PF começou há 18 meses, quando o Ministério Público Federal recebeu as primeiras denúncias. A partir daí, técnicos da Controladoria Geral da União (CGU)

começaram a levantar os contratos feitos pela Funasa de Roraima, constatando as irregularidades.

Na Operação Metástase, que também apurou indícios de tráfico de drogas, foram presas 32 das 35 pessoas que tiveram prisão temporária decretada pela Justiça. Foram arrecadados R\$ 1,3 milhão e 37 carros com os fraudadores. A PF ainda procura os três foragidos. (EL)

Personagem da notícia

Médico sob suspeita

Considerado pela Polícia Federal como um dos líderes do grupo que fraudava as licitações da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Ramiro José Teixeira é um médico conceituado em Boa Vista, de onde coordenava as ações da instituição, cargo para o qual foi nomeado a pedido do senador Romero Jucá (PMDB-RR). No entanto, na Fundação, é temido pelos funcionários, que chegaram a denunciá-lo ao Ministério Público Federal.

Partiu dele, segundo relatórios da investigação da PF, as dispensas de licitações para algumas contratações, principalmente de empresas de táxi-aéreo. No entanto, há alguns dias, durante solenidade na Funasa de Roraima, o presidente da instituição o elogiou, segundo a imprensa de Boa Vista. Também comparecia a atos da Igreja Católica, muito forte na defesa dos índios em Roraima. Mas também batia de frente com os índios, como aconteceu há alguns meses, durante manifestação de alguns grupos.

Sua ligação com a família Jucá se estende à prefeita de Boa Vista, Teresa Jucá, com quem comparece a atos públicos. A prefeita foi candidata ao governo do estado algumas vezes, assim como Romero. A Polícia Federal deverá pedir a prorrogação da prisão de Ramiro Teixeira, assim como de dois empresários da área de aviação e de um engenheiro. Teixeira deverá deixar o cargo, pedido feito por Jucá à direção da Funasa. (EL)

Senador Mozarildo Cavalcanti <mozarildo@gmail.com>

Estadão 27.10.2007

Recebe-se

OSBER <osber@abordo.com.br>
e-mail: mozarildo@gmail.com

27 de outubro de 2007 21:13

Coordenador da Funasa em RR pede habeas-corpus

Luiz de Gomes. BOA VISTA

O coordenador da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) de Roraima, Ramiro Teixeira, entrou ontem com pedido de habeas-corpus no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília. Ele foi preso anteontem na Operação Metástase, da Polícia Federal, acusado de chefiar uma organização criminosa que fraudava licitações na fundação.

"Como coordenador da Funasa, meu cliente não tinha acesso às licitações, que eram feitas por pregão eletrônico, em Brasília", disse o advogado de Teixeira, Marcos Zanetini.

Teixeira e mais 31 pessoas foram presos anteontem em Roraima, Amazonas e Paraná, acusados de desviar R\$ 34 milhões de dinheiro público por meio de fraudes em licitações para compra de medicamentos, obras de saneamento básico em Boa Vista e contratação de serviço de transporte aéreo para atendimento médico nas áreas indígenas de Roraima.

De todos os envolvidos, apenas um colaborou com as investigações e foi solto ainda na noite de quinta-feira. José Gilvan Oliveira de Moura é funcionário da Funasa e trabalhou na Comissão Permanente de Licitação durante a realização dos contratos suspeitos.

Também são acusados de chefiar a quadrilha os empresários Zacarias Castelo Branco, do setor de construção civil, e Francisco Mesquita, dono de uma empresa de táxi aéreo. Os dois negam participação nos crimes.

Os advogados de Castelo Branco e da empresária Maria Miramar Mesquita pediram a prisão domiciliar, alegando motivos de saúde. Na casa de Miramar, irmã de Francisco Mesquita, a polícia encontrou R\$ 1,3 milhão em dólares e reais.

"Minha cliente nem sabe por que foi presa. Da decisão de 24 laudas, só tivemos acesso às duas últimas folhas", disse a advogada Luciana Olbertz Alves, que defende Miramar. Sobre o dinheiro apreendido na casa da empresária, disse que só se manifestará em juízo.

Paulo Camilo, advogado de Castelo Branco, afirmou que provará a inocência de seu cliente durante a instrução processual. Já o advogado de Mesquita, Bernadino Dias, informou que só vai pedir o relaxamento da prisão temporária se ela for prorrogada. "Ele nega todas as acusações", acrescentou.

A polícia procura ainda o secretário de Saúde de Boa Vista, Namis Levino. Através de seu advogado Jean Pierre, ele informou à Polícia Federal que vai se apresentar.

Procurado, o advogado do empresário Hissam Hussein Dehaini, preso no Paraná, não retornou às ligações da reportagem.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - SEN. MOZARILDO CAVALCANTI - ÁREA DE SAÚDE

Ano	Emenda	UF	Localidade	UO (Cod/Desc)	Funcional	Ação + Subtítulo	Emenda Valor Aprobado	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
2003	23190003	NA	NACIONAL	36901 - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	10.302.0023.4299.0001	ASSISTÊNCIA MÉDICA QUALIFICADA E GRATUITA A TODOS OS NÍVEIS DA POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS E DE PESQUISA NO CAMPO DA SAÚDE - SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS - NACIONAL	50.000	282.408.000	274.917.216	274.917.216	274.917.216	274.917.216
	TOTAL						50.000	282.408.000	274.917.216	274.917.216	274.917.216	274.917.216

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - SEN. MOZARILDO CAVALCANTI - ÁREA DE SAÚDE

Ano	Emenda	UF	Localidade	UO (Cod/Desc)	Funcional	Ação + Subtítulo	Emenda Valor Aprobado	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
2004	23190003	NA	NACIONAL	36901 - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	10.302.1220.6148.0001	ASSISTÊNCIA MÉDICA QUALIFICADA E GRATUITA A TODOS OS NÍVEIS DA POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS E DE PESQUISA NO CAMPO DA SAÚDE - SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS - NACIONAL	50000	346.153.315	343.839.315	341.722.662	341.722.662	340.000.000
	23190007	SP	SÃO PAULO	36901 - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	10.302.1220.4620.0298	APOIO À MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE - APOIO À MANUTENÇÃO DO HOSPITAL DO CÂNCER - SÃO PAULO - SP	50000	50.000	40.000	0	0	0
	23190009	RR	RORAIMA (ESTADO)	36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE	10.512.0122.5629.0810	SAANEAMENTO BÁSICO PARA CONTROLE DE AGRAVOS - AÇÕES DE SAANEAMENTO BÁSICO - ESTADO DE RORAIMA	750000	750.000	600.800	600.000	600.000	0
	TOTAL						850.000	346.953.315	344.678.315	342.322.662	342.322.662	340.000.000

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - SEN. MOZARILDO CAVALCANTI - ÁREA DE SAÚDE

Ano	Emenda	UF	Localidade	UO (Cod/Desc)	Funcional	Ação + Subtítulo	Emenda Valor Aprobado	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
2005	23190004	NA	NACIONAL	36901 - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	10.302.1220.4525.1362	APOIO À MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE - APOIO À MANUTENÇÃO DO INCOR - NACIONAL	30000	30.000	30.000	0	0	0
	23190008	NA	NACIONAL	36901 - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	10.302.1220.6148.0001	ASSISTÊNCIA MÉDICA QUALIFICADA E GRATUITA A TODOS OS NÍVEIS DA POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS E DE PESQUISA NO CAMPO DA SAÚDE - SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS - NACIONAL	30000	408.449.448	403.661.503	390.676.507	388.676.507	383.747.348
	TOTAL						60.000	408.479.448	403.661.503	390.676.507	388.676.507	383.747.348

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - SEN. MOZARILDO CAVALCANTI - ÁREA DE SAÚDE

Ano	Emenda	UF	Localidade	UO (Cod/Desc)	Funcional	Ação + Subtítulo	Emenda Valor Aprobado	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
2006	23190006	RR	RORAIMA	36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE	10.512.0122.7603.0014	IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DE RORAIMA	1250000	2.269.179	2.268.179	2.143.790	2.143.790	0
	23190004	SP	SÃO PAULO	36901 - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	10.302.1220.4620.1482	APOIO À MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE - HOSPITAL DO CÂNCER - NO ESTADO DE SÃO PAULO	50000	50.000	48.000	0	0	0
	23190007	DF	BRASILIA	36901 - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	10.302.1220.4525.1768	APOIO À MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE - INSTITUTO DO CORAÇÃO (INCOR) - FUNDAÇÃO ZERBINI - DISTrito FEDERAL - DE	100000	200.800	220.000	80.000	80.000	0
	23190005	NA	NACIONAL	36901 - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	10.302.1220.6148.0001	ASSISTÊNCIA MÉDICA QUALIFICADA E GRATUITA A TODOS OS NÍVEIS DA POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS E DE PESQUISA NO CAMPO DA SAÚDE - SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS - NACIONAL	100000	455.463.072	447.833.072	447.833.072	447.833.072	436.669.873
	TOTAL						1.500.000	457.682.251	450.388.251	450.006.852	450.006.852	436.669.873

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - SEN. MOZARILDO CAVALCANTI - ÁREA DE SAÚDE

Ano	Emenda	UF	Localidade	UO (Cod/Desc)	Funcional	Ação + Subtítulo	Emenda Valor Aprobado	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
2007	23190003	NA	NACIONAL	36901 - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	10.302.1220.6148.0001	ASSISTÊNCIA MÉDICA QUALIFICADA E GRATUITA A TODOS OS NÍVEIS DA POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS E DE PESQUISA NO CAMPO DA SAÚDE - SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS - NACIONAL	50000	617.986.000	617.986.000	486.340.000	486.110.000	486.110.000
	23190006	AM	AMAZONAS (ESTADO)	36901 - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	10.302.1220.4525.2638	APOIO À MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE - HOSPITAL DA FUNÇÃO CENTRO DE CONTROLE DE ONCOLOGIA DE MANAUS - NO ESTADO DO AMAZONAS	50000	50.000	50.000	0	0	0
	23190006	RR	RORAIMA (ESTADO)	36901 - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	10.301.1214.8081.1414	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE - NO ESTADO DE RORAIMA	1600000	6.406.000	6.460.000	0	0	0
	23190008	SP	SÃO PAULO (ESTADO)	36901 - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	10.302.1220.4620.1482	APOIO À MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE - HOSPITAL DO CÂNCER - NO ESTADO DE SÃO PAULO	50000	300.000	300.000	0	0	0
	TOTAL						1.800.000	624.785.000	624.785.000	406.380.000	486.110.000	486.110.000

Edição Online

Página Inicial

Últimas Notícias

Especiais

Edição Impressa

Opinião

Política

Parabólica

Cidades

Social

Variedades

Polícia

Esportes

Serviços

Denúncias

Fale conosco

Expediente

.. | Cidades | !.

30-10-2007 -

TAMANHO DA FONTE a a a

Interventor assumirá Funasa em Roraima

Cristina Oliveira

Os desdobramentos da Operação Metástase, que prendeu 25 pessoas na última semana em Boa Vista, levaram o Governo Federal a enviar uma comissão que ficará responsável por levantar a situação da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em Roraima. Amanhã assumirá um interventor por tempo indeterminado.

A operação desencadeada pela Polícia Federal na última quinta-feira fechou a sede da Coordenação Regional da Funasa em Boa Vista e

Josenir Gonçalves Nascimento e outros técnicos chegaram para fazer uma auditoria na Funasa

prendeu suspeitos de participar de um esquema de fraudes em licitações.

Pelo menos 16 das 25 pessoas detidas são funcionárias do órgão. Entre os presos estão o coordenador da Funasa em Boa Vista, Ramiro Teixeira, o empresário Zacarias Castelo Branco e os proprietários da empresa aérea Meta, que presta serviços à fundação, Francisco Assunção Mesquita e Rogério Mesquita. Os presos responderão por fraude em licitações, formação de quadrilha ou bando, peculato, corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e crimes contra as ordens econômica e tributária.

Ao meio-dia de ontem, chegaram a Boa Vista quatro técnicos lotados na sede da Funasa, em Brasília. Entre elas, Josenir Gonçalves Nascimento, diretor executivo do órgão e encarregado de presidir as comissões que vão gerir a Coordenação Regional em Roraima e instalar uma ampla auditoria na unidade.

Os auditores Brenilson Rodrigues Martins e Gilvânio Barbosa de Santana, além do procurador federal Tércio Aragão Brilhante, serão os responsáveis pelo levantamento de todos os contratos elaborados pela Coordenação Regional de Roraima.

Hoje à noite está sendo aguardada a chegada do interventor Hemerson Caldas de Andrade (Core/PB), que vai assumir a Coordenação de Roraima por tempo indeterminado amanhã, além de Fernando Perseu (Core/CE), José Antônio Gomes da Fonseca (Core/PB) e Pérsio Dias de Medeiros (Core/PB), que vão assumir cargos de chefia de setores, também por tempo indeterminado.

Segundo a Assessoria de Comunicação do órgão em Roraima, Josenir fará um pronunciamento à imprensa somente nesta terça-feira. Ontem, durante toda a tarde, Josenir participou de reuniões com a Polícia Federal e com os funcionários da Funasa no Estado.

Segundo a assessoria, o diretor quer se inteirar de toda a situação atual do órgão em Roraima, antes de fazer qualquer declaração oficial sobre o assunto. Em nota à imprensa, Josenir garantiu que os trabalhos vão continuar normalmente e que os atendimentos prestados nas áreas indígenas não serão paralisados.

EXONERAÇÃO - A presidência da Funasa exonerou neste fim de semana o coordenador regional do órgão em Roraima, Ramiro José Teixeira e Silva, e dispensou João Ponciano de Oliveira Dias, substituto eventual do coordenador regional da instituição. Ambos foram presos na Operação Metástase. No mesmo dia, a fundação criou duas comissões que serão instaladas essa semana, formadas por técnicos de carreira do órgão.

A Assessoria de Comunicação da Funasa em Roraima também informou que ainda não está definido quanto tempo a comissão permanecerá na coordenação regional. Os trabalhos de gestão e auditoria poderão levar alguns meses. Novas mudanças na coordenação regional da Funasa também não foram definidas, ao menos, por enquanto.

.: | Política | :.

30-10-2007 -

TANANHO DA FONTE [a] [ã] [ä]

5

FUNASA - Servidor afirma que teve revogação de prisão e não delação premiada

Da Redação

O servidor da Funasa José Gilvan de Oliveira Moura, o único preso da Operação Metástase, deflagrada na quinta-feira, 25, que ganhou liberdade, afirma que não foi solto por meio de delação premiada, como foi noticiado, e sim teve a prisão revogada.

Gilvan contou que foi uns dos últimos presos a serem ouvidos e que, diante do seu depoimento, o seu advogado Élder Rodrigues teve como entrar com pedido da revogação da prisão.

A Operação Metástase prendeu 28 pessoas em Boa Vista, duas no Amazonas e uma no Paraná, entre servidores públicos e privados da área de transporte de táxi aéreo, suspeitos de possíveis esquemas fraudulentos na Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

José Gilvan relatou que trabalha na Funasa desde 1992 como agente administrativo da Divisão de Engenharia de Saúde Pública. Durante esse período, atuou como chefe substituto do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei-Yanomami), membro da equipe de apoio de pregão, por um curto período como membro da Comissão Permanente de Licitação (CPL) e pregoeiro (pois também tem capacitação nesta área).

José Gilvan diz que não há prova de que ele tenha cometido irregularidade

"Mas durante meu depoimento ficou claro que eu não estava nestas funções durante o período em que supostamente teriam acontecido irregularidades e, por isso, meu advogado conseguiu a revogação da minha prisão antes mesmo que me transferissem para a PA", esclareceu.

O advogado Élder Rodrigues disse que o Inquérito está na fase final, ou seja, os interrogatórios dos supostos acusados. A partir deste ponto o delegado deve iniciar o relatório de indiciamento que será encaminhado ao Ministério Público Federal, indicando os supostos envolvidos no caso, isso mediante as circunstâncias apuradas nas investigações.

Para ele, seus clientes, os servidores da Funasa Gilvan Moura e Elionel Simão de Macedo (que ainda se encontra preso na PA), não serão indiciados por não terem envolvimento nos fatos referentes a possíveis fraudes.

"O que lamentamos é a exposição desnecessária que muitas pessoas estão sofrendo. Vemos que várias pessoas presas nesta operação simplesmente trabalharam ou trabalharam em determinados setores estratégicos da instituição, como a CPL, por exemplo. Mas isso, por si só, não caracteriza crime e até que se prove um envolvimento real em fraudes, não deveriam ser expostas dessa forma", comentou.

Gilvan disse que lamenta por ele e por outros colegas que estão presos e não têm qualquer envolvimento nessas possíveis fraudes. "No meu caso ainda foi pior, pois estou sendo apontado como delator, e isso não é verdade. Não fui solto por delação premiada e sim porque o juiz entendeu que eu não tinha envolvimento no caso", enfatizou.

← VOLTAR

Copyright © 2005 Jornal Folha de Boa Vista. Todos os direitos reservados

Diretor chega para impedir que atendimento aos índios paralise

Da Redação

No domingo, foi a vez do diretor do Departamento de Saúde Indígena (Desai), Wanderley Guenka, chegar a Boa Vista. Ele está na Capital para organizar um plano estratégico para não haver a interrupção dos atendimentos médicos nas áreas indígenas atendidas pela Funasa em Roraima. Guenka passou a segunda-feira reunido com as conveniadas que prestam os atendimentos no Estado.

O diretor conversou com representantes da Diocese de Roraima, Secoya, IBDS e UNB. Guenka também esteve com as lideranças indígenas Davi Kopenawa e Dário Vitório Xiriana, dirigentes da Hutukara Associação Yanomami. A meta é que os atendimentos médicos no Distrito Sanitário Yanomami, no norte de Roraima, não sejam interrompidos.

A presidência nacional da fundação divulgou uma nota neste domingo informando que encaminhou ofício ao Comando da Aeronáutica propondo uma parceria para a utilização de aeronaves militares no atendimento a casos de emergência nas áreas indígenas atendidas pela Funasa, até que seja resolvida a regularização dos contratos em Roraima.

← VOLTAR

Copyright © 2005 Jornal Folha de Boa Vista. Todos os direitos reservados.

.. | Política | ..

30-10-2007 -

TAMANHO DA FONTE [a] [a] [a]

Senador lamenta desvio e defende revisão na Funasa

Carvílio Pires

O senador Mozarildo Cavalcanti lamentou que parte do dinheiro destinado pelo Governo Federal para aplicação no setor de saúde através da Funasa tenha sido desviada para a corrupção. Disse que, quando soube das suspeitas de irregularidade, pediu providências ao Tribunal de Contas da União, à Controladoria-Geral da União e ao Ministério Público Federal.

A correspondência por ele encaminhada foi respondida pelo Tribunal de Contas da União, que instaurou inquérito para apurar as denúncias feitas no início de 2006. Agora que os desvios de recursos foram comprovados por investigação da Polícia Federal, ele quer que também o Incra seja investigado. "O ex-coordenador da Funasa também foi superintendente do Incra em Roraima", argumentou.

Ele disse que, no caso da Funasa, houve ilicitude na aquisição de medicamentos, serviços de instituições que dizem dar assistência médica aos índios, horas de vôos e construções. "Há uma resolução para que todos os parlamentares destinem 30% dos recursos de suas emendas para o setor de saúde. As minhas eu direciono para o Fundo Nacional de Saúde, que não deve ser confundido com a Fundação Nacional de Saúde. Defendo a reavaliação do papel da Funasa. Sempre achei que não é papel do Governo Federal fazer ação de saúde nos estados".

O senador entende como contra-senso as ações da saúde indígena serem executadas também por ONGs. Para ele, de não-governamentais essas organizações não têm mais nada, porque o dinheiro é público e algumas se especializaram em desviar esses recursos.

"O Governo Federal não tem executado o trabalho, e sim terceirizado para essas ONGs e parte delas tem se constituído em antro de corrupção. Na CPI das ONGs que presidi há dois anos foram constatados desvios em vários estados brasileiros. Aqui é o olho do furacão. Basta dizer que o volume de recursos que vinha para a Funasa-RR era superior ao que ia para o Amazonas e Rondônia. Com o desbaratamento dessa quadrilha, acredito que o Governo Federal deva repensar o seu papel de assistência médica. Isso é função de estados e de municípios", analisou Mozarildo Cavalcanti. (C.P)

← VOLTAR

Copyright © 2005 Jornal Folha de Boa Vista. Todos os direitos reservados.

Urihi - ONG indígena abre, pega R\$ 33 milhões da Funasa e fecha

Blog do Josias de Souza

A entidade se chama Urihi. Em tese, é uma Organização Não Governamental voltada à assistência de saúde da tribo dos Yanomami. Na prática, foi inaugurada com o único propósito de receber verbas do governo. Três meses depois de abrir as portas, em 1999, obteve da Funasa R\$ 8,7 milhões. Em 2002, a Fundação Nacional da Saúde já havia repassado à "ONG", por meio de três convênios, a notável soma de R\$ 33,8 milhões.

Não há nos arquivos do governo nenhum relatório que informe ao contribuinte brasileiro quais foram os resultados práticos da suposta assistência que a Urihi diz ter prestado aos Yanomami. Em carta que endereçou à Funasa em 28 de fevereiro de 2005, a ONG informa que "decidiu não firmar um novo convênio" com a Funasa.

"[...] A partir daí, a estrutura administrativa da Urihi, montada especificamente para apoiar a execução de convênios com a Funasa, foi desativada", diz o texto da correspondência. No sítio que ainda mantém na internet, a "ONG" expõe os orçamentos relativos aos exercícios de 2000 (R\$ 8.848.819,98) e de 2001 (6.784.984,28).

Em Brasília, não há vestígio de nenhuma aferição oficial dos gastos. Fica-se sem saber, de resto, que fim levaram os outros R\$ 18,2 milhões repassados pelo Tesouro à entidade. Na língua dos Yanomami, a palavra Urihi designa território. "Ipa urihi" significa, para os índios, "minha floresta." O território da ONG foi o bolso do contribuinte. Trafegou com rara desenvoltura pela floresta de rubricas que nascem do Orçamento da União.

Em Ofício de 6 de agosto de 2001, endereçado, de novo, à Funasa, a "ONG" deixava claro para o governo que toda a verba pública direcionada para suas arcas só conheceria a trilha de ida: "Informamos também que a Urihi não dispõe de qualquer outra fonte de recurso que permita a devolução deste dinheiro".

Relatório de auditoria aprovado pelo TCU há nove meses constata: "O caso da ONG Urihi [...] deixa evidente que a prática de transferir recursos a entidades que não dispõem de condições para consecução do objeto não é só uma questão de análises técnicas superficiais ou deficientes. A celebração do primeiro convênio, no valor de R\$ 8.778.787,09, apenas três meses após a fundação da ONG, revela, no mínimo, negligência com o trato da coisa pública e absoluto descaso com as normas que condicionam a celebração de convênios [...]."

A Urihi é apenas uma das dez "ONGs" que tiveram a escrituração varejada por auditores do Tribunal de Contas da União. Firmaram com o governo 28 convênios. Encontraram-se irregularidades 15. Juntas, as entidades fiscalizadas beliscaram dos cofres públicos R\$ 150,7 milhões entre os anos de 1999 e 2005. As liberações ocorreram em ambiente de absoluto descontrole.

Os auditores encontraram "planos de trabalho mal elaborados, objetos imprecisos, metas insuficientemente descritas, projetos básicos ausentes, incompletos ou com informações insuficientes". Há mais e pior: "Em nenhum dos convênios analisados houve a preocupação dos órgãos concedentes de avaliar a qualificação técnica e as condições (administrativa, técnica, operacional, experiência, pessoal qualificado, etc.) das entidades [...]", escreveram os auditores.

O desfecho do descalabro é descrito assim no relatório do TCU: "O resultado da omissão, ou da ação, fez com que quinze convênios (dos 28) fossem celebrados com entidades que comprovadamente não dispunham de condições operacionais para consecução dos seus objetos ou não tinham atribuições estatutárias relacionadas aos mesmos. Os recursos assim repassados, no valor de R\$ 82.089.051,81, representam 54,5% do total fiscalizado".

O documento do TCU, aprovado em sessão plenária do tribunal realizada em 8 de novembro de 2006 (integra aqui), converteu-se em matéria-prima para a CPI das ONGs do Senado. Nesta terça-feira (30), a comissão recebe o ministro Jorge Hage, da Controladoria

Polícia Federal prende 22 pessoas em Roraima

1 mensagem

Johaben Camargo <johaben@senado.gov.br>

25 de outubro de 2007 13:4

Para: Rosber Neves Almeida <ROSBER@senado.gov.br>, mozarildo@gmail.com

Polícia Federal prende 22 pessoas em Roraima

Boa Vista (RR) - As prisões iniciaram na manhã desta quinta-feira (25), até o momento 22 pessoas foram presas de um total de 35 mandados de prisão expedidos.

Veja a lista fornecida pela polícia federal das pessoas presas:

Roberto Pereira Ferreira, Francisco Mesquita (Meta), Rodrigo Edson Castro Ávila, Rogério Mesquita de Souza, José Oliveira, Rina Márcia Leite Dias, Eurico de Vasconcelos Dias, Sandra Silva Pinto, Aurean Leal dos Santos, Fátima Maria do Nascimento, Gerson Barbosa Lima, Antônio Elieney Vieira da Silva (Pres. CPL Funasa), José Alcione Almeida, João Amarildo Reis dos Santos, Hamilton Brasil Feitosa, Adão de Pinho de Bezerra, José Ponciano de Oliveira Diaz, Ramiro Teixeira (Coordenador Regional da Funasa), Zacarias Castelo Branco, Gardênia Rodrigues da Costa e José Antônio Mateus de Sousa. O nome da vigésima segunda pessoa presa ainda não foi divulgado pela polícia federal. Os 22 presos são acusados de formação de quadrilha, fraude em licitações, peculato, corrupção ativa e passiva, crime contra o patrimônio tributário e lavagem de dinheiro.

A Operação Metástase é uma alusão ao câncer que se espalha pelo corpo, no caso, o câncer da corrupção que se espalhou pela saúde. A operação foi desencadeada nos estados de Roraima, Amazonas e Paraná.

Outras informações no Portal Jota7.com.

<http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI2021091-EI5030,00.html>

Quadrilha teria desviado R\$ 34 milhões da Funasa

Cyneida Correia

Direto de Boa Vista

A Operação Metástase da Polícia Federal prendeu 25 pessoas, a maioria funcionários da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) esta manhã em Roraima. Elas são suspeitas de participarem de um esquema de fraudes em licitações. No total há 35 mandados de prisão a serem cumpridos, 28 deles em Roraima e os demais no Amazonas e no Paraná. Segundo a PF, as fraudes ocorriam nas áreas de serviço de transporte em táxi aéreo, obras e compra de medicamentos. Estima-se que o grupo tenha desviado mais de R\$ 34 milhões dos cofres públicos.

A investigação teve início há dezoito meses e a operação mobiliza 240 policiais federais nos três Estados. Entre os presos estão o coordenador da Funasa em Boa Vista, Ramiro Teixeira, o empresário Zacarias Castelo Branco e os proprietários da empresa de táxi aéreo Meta, que presta serviços à fundação, Francisco Assunção Mesquita e Rogério Mesquita.

Os mandados foram expedidos pela 1ª Vara da Justiça Federal em Roraima e o juiz Helder Girão Barreto determinou também o cumprimento de 46 mandados de busca e apreensão.

A sede da Funasa em Roraima foi fechada e todos os funcionários foram dispensados por agentes da Polícia Federal. Estão sendo apreendidos computadores, documentos, notas fiscais e tudo que possa estar relacionado à emissão de notas frias e a licitações fraudulentas. A avenida Ville Roy, a principal de Boa Vista, foi fechada para controlar o tráfego de pessoas e somente a entrada de viaturas conduzindo os presos está sendo autorizada na superintendência da Polícia Federal.

A delegacia de crimes organizados da Polícia Federal é quem está controlando a operação. "Nós só falaremos com a imprensa à tarde quando toda a situação estiver delineada", disse o delegado da PF Ivan Herrera.

O advogado Alexander Ladislau, que representa três dos detidos, reclamou que a Polícia Federal e o mandado de prisão que foi expedido pela Justiça não informam de maneira clara os motivos das prisões. "Estamos orientando os nossos clientes a não declararem nada até sabermos porque estão presos", explicou o advogado.

Metástase, como foi chamada a operação, é o termo utilizado na medicina para designar a instalação de um ou mais focos do tumor distantes do local em que ele se originou.

11/10/2007 | 10:32

MPF: Irregularidades em convênios da Funasa

O Ministério Público Federal em Campina Grande, na Paraíba, propôs ação por irregularidades em convênios da Fundação Nacional de Saúde, no município de Patos. Segundo o MPF, os convênios foram marcados por procedimentos licitatórios fraudulentos e serviços parcialmente executados. A ação por improbidade administrativa foi ajuizada contra sete pessoas físicas e uma jurídica. O primeiro convênio teve como objeto a construção de sistema de esgotamento sanitário e o segundo a execução de melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas. Na ação, o MPF aponta as irregularidades na execução dos convênios e aborda a montagem dos procedimentos licitatórios simulados. Os convênios foram firmados durante a gestão do ex-prefeito Dinaldo Medeiros Wanderley.

PF ■ Secretário de Saúde é envolvido

PF prende mais três em Roraima

■ MANAUS. Mais três pessoas foram presas no fim de semana pela Polícia Federal em Roraima sob suspeita de envolvimento nas fraudes em licitações da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) investigadas pela Operação Metástase. Entre os presos está Namis Levino Filho, secretário municipal de Saúde de Boa Vista.

O delegado responsável pela operação, Alexandre Ramagem, disse que o secretário foi preso porque assinou contratos de licitações fraudulentas com empresas de táxi aéreo quando trabalhou na Funasa, em 2005. Levino Filho, segundo a investigação, era um dos braços do esquema montado por Ramiro Teixeira, coordenador regional da Funasa em Roraima, indicado ao cargo pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Em 2006, Levino Filho saiu da Funasa para assumir a Secretaria Municipal de Saúde na gestão do prefeito Iradilson Sampaio (PSB), do grupo político de Jucá. Sampaio disse, por meio de sua assessoria, que não tinha conhecimento oficial da prisão

de seu secretário e que não poderia comentar nada.

Em nota divulgada no sábado, a presidência da Funasa, em Brasília, informou que exonerou Ramiro Teixeira do cargo de coordenador regional. Ele é um dos presos na operação da PF.

A Operação Metástase foi realizada na quinta-feira em Roraima, Amazonas e Paraná. Com as novas prisões e uma soltura, há um total de 34 presos.

Segundo a investigação da PF, o dinheiro desviado da Funasa – R\$ 34,6 milhões – era de verbas federais provenientes de emendas parlamentares da bancada de Roraima. A reportagem não localizou os advogados de Ramiro Teixeira, Namis Levino Filho e João Ponciano Dias para falar em defesa dos acusados. (Folhapress)

Aliado de Jucá em Roraima perde cargo na Funasa

Ramiro Teixeira foi preso pela PF, acusado de fraudes

• BRASÍLIA. O presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Danilo Forte, demitiu ontem Ramiro José Teixeira do cargo de coordenador regional do órgão em Roraima. Ramiro foi preso na última quinta-feira pela Operação Metástase, da Polícia Federal, em Boa Vista, acusado de fraudar obras e programas de atendimento aos índios lanomâmis, e de outras et-

nias, no Norte do país. O coordenador foi exonerado três dias após seu padrinho político, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), ter ligado para Danilo e dito que não havia mais necessidade da manutenção de Ramiro no posto.

O presidente da Funasa exonerou também João Ponciano Dias, que era o interino de Ramiro no cargo. Outros 30 funcionários da fundação e empresários foram detidos pelos agentes federais. A quadrilha também forjava vôos de aviões e helicópteros, que, supostamente, levavam remédios e alimentos para reservas indígenas na região.

Em nota divulgada ontem, a Funasa informou que, agora, foi feito levantamento minucioso de todos os contratos feitos pela coordenação de Roraima com empresas de táxi aéreo e que, de fato, há “evidência de formação

de cartel nas licitações”.

A presidência se exime de culpa e diz que as coordenações regionais têm autonomia para fazer contratos de vôos com empresas. O motivo, segundo a nota, é que não pode ser interrompida a remoção de pacientes indígenas das aldeias: “Portanto, não há nenhum contrato firmado pela presidência da Funasa”.

Preocupado com o futuro de Danilo Forte e com o risco de perder o cargo por causa desse caso de corrupção, o presidente da Funasa ressalta na nota que o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, teria dito, semana passada, que não há qualquer discussão sobre mudanças na fundação. Ele recorreu ainda à declaração do presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Meira, de que reconhece que só a Funasa tem estrutura para dar atenção integral à saúde dos índios. ■

Institucionais, Walfrido dos Mares Guia. A cena constrangeu os convivas.

ROSEBER <rosber@abordo.com.br>
Para: mozarildo@gmail.com

26 de outubro de 2007 06:3

Roraima

PF prende 35 por fraudes na Funasa

Operação Metástase foi iniciada há 18 meses em três estados. Apuração continua em Brasília

Edson Luiz
Da equipe do Correio

A Polícia Federal desarticulou ontem, em Roraima, uma quadrilha acusada de fraudar licitações no Programa de Proteção da Saúde dos Povos Indígenas da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) no estado. Trinta e cinco pessoas foram presas: 28 em Roraima, duas no Amazonas e cinco no Paraná. Entre os presos estão o coordenador da Funasa, Ramiro Teixeira, apontado como o chefe da quadrilha, o empresário Francisco Assunção Mesquita e Hisan Hussem Deham, de empresas de aviação e o engenheiro civil Zacarias Castelo Branco. As fraudes da quadrilha causaram prejuízos de R\$ 34 milhões à União.

A Operação Metástase, iniciada há 18 meses, apreendeu com uma só pessoa, R\$ 850 mil. Ao todo, foram presos 16 funcionários da Funasa. A PF acredita que o grupo tinha ramificação em outros estados e vai continuar a apuração, inclusive em Brasília. Segundo levantamento da PF, a Funasa de Roraima recebia duas vezes mais recursos do que o estado do Amazonas, que possui uma população indígena maior. O dinheiro era de emendas parlamentares.

A investigação apontou fraudes em concorrências de praticamente tudo que a Funasa licitava, mas o filão das irregularidades ocorreu no aluguel de taxi-aéreo, além de compra de remédios, obras e até em aluguel de máquina de reprografia. Na casa de Mesquita, a polícia encontrou R\$ 807 mil em espécie e descobriu, no quintal, uma arena para rinhas. Também foram apreendidos 7.720 dólares.

Segundo o delegado Alexandre Ramagem, coordenador da Operação Matástase, o esquema de fraudes começava desde o início das licitações e se estendia por todo processo. As principais irregularidades foram constatadas no fretamento de aviões e helicópteros, mas havia superfaturamento também em obras de saneamento básico. A PF, junto com a Controladoria Geral da União (CGU), fez um levantamento dos contratos da Funasa dos últimos cinco anos, quando apurou os desvios, que chegam a R\$ 34 milhões e podem ser maior no decorrer da segunda fase da operação. Os recursos tinham origem em emendas de parlamentares roraimenses, mas a PF não confirmou o envolvimento de políticos no esquema.

Drogas

A investigação que deu origem à operação começou com uma apuração de tráfico de drogas, no Paraná. Um dos alvos era um empresário da área de taxi-aéreo, que tinha contratos com a Funasa, principalmente para atender o Programa de Proteção à Saúde Indígena, em Roraima. A partir daí, os investigadores começaram a analisar as licitações, constatando as fraudes no decorrer do processo.

A Polícia Federal usou mais de 250 agentes para realizar as prisões e cumprir 46 mandados de busca e apreensões nos três estados, mas três pessoas continuam foragidas, sendo que uma delas encontra-se no exterior. Na Operação Metástase foram apreendidos 37 veículos e R\$ 1,3 milhão, em espécie.

Os presos responderão por fraudes em licitações, formação de quadrilha ou bando, peculato, corrupção ativa e passiva, crime contra a ordem econômica e tributária e lavagem de dinheiro. A Funasa informou

que, desde 2005, havia identificado as fraudes e comunicou à CGU e PF, que iniciaram as investigações.

A fraude na Funasa não é a primeira envolvendo recursos federais vultuosos. Há quatro anos, a PF e o Ministério Público Federal desarticularam um grupo que desviava dinheiro da União utilizando funcionários fantasmas. A Operação Gafanhoto, que recebeu esse nome por apurar irregularidades em folhas de pagamento, prendeu mais de 40 pessoas, entre elas o ex-governador do estado Neudo Campos. O seu sucessor, Flamarion Portela, que assumiu em seguida, também deixou o cargo por suposto envolvimento com o caso.

O número

O rombo

R\$ 34 milhões

é o valor do prejuízo à União, causado pelos 35 acusados que foram presos ontem pela Polícia Federal

ROSBER <rosber@abordo.com.br>
Para: mozanildo@gmail.com

26 de outubro de 2007 06:31

QUEBRA DE DECORO

Lula interfere na sucessão

Presidente inicia rodada de conversas com os candidatos peemedebistas mais cotados para ocupar a vaga de Renan na Mesa Diretora

Luiz Carlos Azedo
Da equipe do Correio

Preocupado com a situação do Senado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva resolveu meter a colher na sucessão de Renan Calheiros (PMDB-AL) na Presidência da Casa. Na terça-feira, teve conversa reservada de uma hora com o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), que se articula para ser o indicado da bancada com apoio da oposição, e deve ter um encontro ainda hoje com o ex-presidente José Sarney (PMDB-AP), nome preferido da ala governista do PMDB, mas que teria desistido da disputa. A sucessão de Renan virou uma "roleta russa" na bancada do PMDB, que teme uma aliança entre o PT e o PSDB para manter o vice-presidente Tião Viana à frente do Senado.

Lula já recomendou à líder do governo no Senado, Ideli Salvatti (PT-SC), que trabalhe contra as especulações em relação à permanência de Viana. Elas poderiam desestabilizar a relação com o PMDB e desarticular de forma irreversível a precária maioria governista no Senado. A mesma recomendação deu ao senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que negocia com a oposição os termos de um possível acordo para aprovar a prorrogação da Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPMF). A atuação de Viana é elogiada pelo presidente Lula, porque o petista limpou a pauta e distendeu a relação com a oposição no Senado. Mas sua tarefa é aprovar a prorrogação da CPMF, não esticar a interinidade. Viana é a favor da emenda constitucional que amplia os recursos destinados à saúde nos estados e municípios, mas não a colocou em votação a pedido do presidente da República, com quem se encontrou na manhã de ontem, juntamente com o presidente de Câmara. A chamada Emenda 29 é moeda de troca do governo nas negociações com a oposição para prorrogar a CPMF.

Irritação

Na medida em que o tempo passa, a situação na bancada do PMDB fica mais complicada. O ex-presidente Sarney está irritado com Viana porque o petista não está respeitando os acordos feitos por Renan na composição da Mesa. O líder Valdir Raupp (PMDB-RO), que seria candidato natural para a sucessão de Renan, não quer nem ouvir falar do assunto. Teme virar alvo da imprensa por causa de sua administração em Rondônia. Raupp não se arrisca a abrir a discussão sobre o assunto na bancada, preocupado com a situação do presidente licenciado da Casa. Renan lidera cerca de 20 senadores, metade do PMDB, e é o fiel da balança na relação entre o governo e a oposição.

Renan conversa freqüentemente com os senadores Heráclito Fortes (DEM-PI) e Sérgio Guerra (PSDB-PE), aos quais revelou que espera contar com a solidariedade dos petistas para evitar a cassação. Se isso não ocorrer, pode apoiar um não-governista da bancada. Heráclito e Guerra interpretaram a conversa como um sinal de que o presidente licenciado do Senado está se sentindo traído pelo Palácio do Planalto, pois deixou de ser um interlocutor do presidente Lula na bancada. Na quarta-feira, por acaso, Renan se encontrou com Mercadante num restaurante de Brasília e tentou uma reaproximação com o petista.

Na bancada do PMDB, enquanto Sarney não se decide e Renan se defende das acusações do PSol no Conselho de Ética, os candidatos a presidente do Senado proliferam. Ontem, no plenário, o senador Mão Santa (PMDB-PI) defendia os nomes de Pedro Simon (PMDB-RS) ou Gérson Camata (PMDB-ES). Ambos são vetados pelo Palácio do Planalto. Na ala governista, caso o ex-presidente Sarney não aceitar a disputa, o nome mais viável é o de José Maranhão (PMDB-PB). Sua candidatura, entretanto, é considerada de risco pelo Palácio do Planalto.

25.10.07

Operação Metástase prende mais de 20 pessoas envolvidas em fraude na Funasa

**Por Gilvan Costa
De Boa Vista-RR**

Uma operação deflagrada pela Polícia Federal em Roraima já prendeu mais de 20 pessoas envolvidas em sonegação fiscal e fraudes na Fundação Nacional de Saúde (Funasa). O Operação Metástase, como foi denominada pela PF, também está sendo realizada nos estados do Amazonas e Paraná. Ao todo são 35 mandados de prisão.

Em Roraima, foram expedidos 28 mandatos de prisão. Até o momento em Roraima já foram presas 21 pessoas, entre elas o coordenador regional da Funasa, Ramiro Teixeira, o presidente da Comissão de Licitação, Antonio Elieney Vieira da Silva, além dos empresários Francisco Mesquita, Adão de Pinho Bezerra e Zacarias Castelo Branco.

As fraudes investigadas pela PF foram feitas em licitações nas áreas de transporte em táxi aéreo, obras de engenharia e compra de medicamentos.

Os envolvidos estão sendo acusados pelos crimes de formação de quadrilha, fraudes em licitações, peculato, corrupção ativa e passiva, crimes contra o patrimônio (sonegação fiscal) e lavagem de dinheiro.

Apreensões

De acordo com informações do titular da Delegacia de Crimes Organizados da PF em Roraima, e coordenador da operação, delegado Alexandre Ramagem, também foram expedidos 46 mandados de busca de apreensão.

A PF já apreendeu diversos veículos, entre eles diversos carros como L-200, F-250, D-20, barcos, jet-skis, além de uma grande quantia em dinheiro que pode chegar a R\$ 1 milhão.

A Operação teve início às 3h da madrugada, quando os policiais começaram a se descolar para os locais estratégicos, onde estariam os acusados. Ao todo, mais de 200 policiais federais estão envolvidos.

Verbas

De acordo com dados fornecidos à jornalista Marilena Freitas pela Assessoria de Imprensa do senador Romero Jucá (PSDB), só este ano já foram liberados para a Funasa Roraima, através de emendas parlamentares, R\$ 13.536.776,00, para serem usados em Boa Vista e municípios do Interior, em obras como melhorias sanitárias domiciliares, esgotos sanitários, abastecimento de água, manejo ambiental para controle da malária e recuperação de igarapés, entre outros.

Esse montante é advindo apenas de emendas do senador Romero Jucá, mas existem informações de que outros parlamentares também teriam destinados verbas para o órgão.

Segundo informações da Polícia Federal, a estimativa é de que o grupo tenha desviado ao longo dos anos cerca de R\$ 35 milhões de reais.

Emendas do senador Romero Jucá

Ministério da Saúde-Funasa - Boa Vista- melhorias sanitárias domiciliares.

Total: R\$ 304.000,00

Ministério da Saúde-Funasa - Boa Vista- melhorias sanitárias, bairro Senador Hélio Campos.

Total: R\$ 1.043.900,00

Ministério da Saúde-Funasa - Cantá - melhorias sanitárias.

Total: R\$ 216.000,00

Ministério da Integração - Caracarái- equipamentos para aterro sanitário

Total: R\$ 2.975.250,00

Ministério da Saúde-Funasa - Caracará- melhorias sanitárias.
Total: R\$ 96.000,00

Ministério da Saúde-Funasa - Caracará - sistema de esgotamento sanitário.
Total: R\$ 448.000,00

Ministério da Saúde-Funasa - Iracema- sistema de abastecimento de água.
Total: R\$ 3.098.479,21

Ministério da Saúde-Funasa - Rorainópolis - drenagem e manejo ambiental para controle da malária.
Total: 3.200.000,00

Ministério da Saúde-Funasa -Rorainópolis - recuperação Igarapé Chico Reis.
Total: R\$ 1.080.000,00

Ministério da Saúde-Funasa - Uiramutã - drenagem e manejo ambiental para o controle da malária.
Total: R\$ 235.147,38

Ministério da Saúde-Funasa - Uiramutã - sistema de abastecimento de água.
Total: R\$ 200.000,00

Ministério da Saúde-Funasa-Uiramutã - Sistema de esgotamento sanitário.
Total: R\$ 640.000,00

Confira a relação de presos em Roraima:

- 01 – Ramiro Teixeira
- 02 – Zacarias Castelo Branco
- 03 – Francisco de Assunção Mesquita
- 04 – Adão Pinho Bezerra
- 05 – Antonio Elieney Vieira da Silva
- 06 – Gardênia Rodrigues da Costa
- 07 – João Ponciano de Oliveira Dias
- 08 – José Antonio Mateus de Souza
- 09 – Roberto Pereira Ferreira
- 10 – Rodrigo Edson Casto Ávila
- 11 – Rogério Mesquita de Souza
- 12 – José Gilvan de Oliveira Moura
- 13 – Rina Márcia Leite Dias
- 14 – Eurico de Vasconcelos Filho
- 15 – Sandra Silva Pinto
- 16 – Aurean Leal dos Santos
- 17 – Fátima Maria do Nascimento
- 18 – Gerson Barbosa de Lima
- 19 – José Alcione Almeida
- 20 – João Amarildo Reis dos Santos
- 21 – Hamilton Dias Feitosa
- 22 - Maria Miramar Mesquita
- 23 - Arthur Nogueira Neto
- 24 - Walter de Oliveira
- 25 - Frederico Leitão de Oliveira

26.10.07

Desvios na Funasa em Roraima podem chegar a R\$ 35 milhões, diz delegado

O montante desviado da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) através de fraudes em licitações pelo grupo preso nesta quinta-feira 25, em Roraima e em mais dois estados (Amazonas e Paraná) pode chegar a R\$ 35 milhões. A informação é do delegado da Polícia Federal Alexandre Ramagem, titular da Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado e coordenador da Operação Metástase.

O delegado afirmou que as investigações já vinham se desenrolando há cerca de um ano e meio, mas todos os contratos firmados pela Funasa em Roraima nos últimos cinco anos, nas áreas de transporte de táxi aéreo, obras de engenharia e compra de medicamentos, estão sendo analisados.

A Operação Metástase prendeu 32 pessoas em três Estados, todas com ligações aos desvios e operações fraudulentas na Funasa em Roraima. Ao todo foram utilizados 242 agentes, divididos em equipes: 35 em Roraima; 07 no Paraná; e 02 em Manaus.

A 'ponta do iceberg', segundo o delegado Ramagem, foi uma investigação feita sobre tráfico de entorpecentes no Paraná, envolvendo Hissan Hussein, considerado um dos maiores traficantes brasileiros na atualidade.

Ramagem informou que a PF fazia investigações sobre Hussein, quando descobriu ligações dele com contratos de transporte de táxi aéreo com a Funasa em Roraima, o que levou a PF a investigar todos os contratos dessa natureza no órgão, chegando até os nomes de dois dos presos na Operação Metástase em Roraima, Francisco de Assunção Mesquita e Adão Pinho Bezerra.

Apreensões

Durante a Operação Metástase, de acordo com os dados divulgados pela Polícia Federal, foram apreendidos 37 carros, vários computadores, barcos, jet-skis entre outros bens.

Ao todo também foram apreendidos cerca de R\$ 1,3 milhão. Somente na casa de Maria Miramar Mesquita, irmã de Francisco Mesquita, dono de uma empresa de táxi aéreo envolvida nas fraudes, a PF apreendeu quatro carros importados (uma Mercedes, uma Pajero, Uma Hilux e um Corola), além de R\$ 807 mil e U\$ 7.720.

A PF ficou surpresa também ao encontrar na casa de Miramar uma rinha de galos de briga, com estrutura comprável às encontradas no Rio de Janeiro, onde o 'esporte' é bastante difundido, além de 40 galos de briga. Os responsáveis também irão responder por crime ambiental.

Os presos

Em Roraima, 25 pessoas foram presas, entre elas o coordenador regional da Funasa, Ramiro Teixeira, e o presidente da Comissão Permanente de Licitação (CPL) do órgão, Antonio Elieney Vieira da Silva, os empresários Francisco Mesquita, Adão de Pinho Bezerra e Zacarias Castelo Branco, e vários funcionários da Funasa e das empresas envolvidas.

Todos foram ouvidos pela PF e encaminhados à Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, onde devem permanecer por cinco dias, prorrogáveis por mais cinco. "Se houver necessidade, pediremos a prisão preventiva por até 30 dias", disse o delegado Ramagem.

Dos 35 mandados de prisão expedidos pelo juiz da 1ª vara Federal em Roraima, Helder Girão Barreto, apenas três não foram cumpridas pela PF, todos em Roraima. Em Manaus foram presas duas pessoas e em Curitiba, cinco.

A expectativa da Polícia Federal é que o inquérito seja concluído entre três e seis meses.

Confira a relação completas do presos em Roraima

- 01 – Ramiro Teixeira
- 02 – Zacarias Castelo Branco
- 03 – Francisco de Assunção Mesquita
- 04 – Adão Pinho Bezerra
- 05 – Antonio Elieney Vieira da Silva
- 06 – Gardênia Rodrigues da Costa
- 07 – João Ponciano de Oliveira Dias
- 08 – José Antonio Mateus de Souza
- 09 – Roberto Pereira Ferreira
- 10 – Rodrigo Edson Casto Ávila
- 11 – Rogério Mesquita de Souza
- 12 – José Gilvan de Oliveira Moura
- 13 – Rina Márcia Leite Dias
- 14 – Eurico de Vasconcelos Filho
- 15 – Sandra Silva Pinto
- 16 – Aurean Leal dos Santos
- 17 – Fátima Maria do Nascimento
- 18 – Gerson Barbosa de Lima
- 19 – José Alcione Almeida
- 20 – João Amarildo Reis dos Santos
- 21 – Hamilton Dias Feitosa
- 22 – Maria Miramar Mesquita
- 23 – Arthur Nogueira Neto
- 24 – Walter de Oliveira
- 25 – Frederico Leitão de Oliveira

OPINIÃO FORMADA

Rolo, há!

É grande o rolo pelas bandas da Funasa e isso não é novidade pra gente, principalmente, para os leitores do **FonteBrasil** que no ano passado foram informados sobre as suspeitíssimas ações do órgão através de artigos assinados pelo jornalista Márcio Accioly, articulista do site.

No entanto, isso não quer dizer que na operação desencadeada ontem pela Polícia Federal não tenha gente inocente ou mal entendidos. Daí, a necessidade da PF em ouvir os acusados e esclarecer tanto quanto for preciso e melhor a sua investigação. Do mesmo modo, a imprensa ter atenção com cobertura que faz.

Consepro

Na Operação Metástase, chamou atenção da Polícia Federal a existência solitária de uma única empresa, a Consepro Construção e Projetos Ltda., atuando na execução dos serviços de engenharia civil da Funasa. A empresa foi beneficiada com as chamadas "obras diretas" do órgão.

A pertence ao arquiteto Zacarias Godin Lins Neto de Andrade Castelo Branco, que conseguiu emplacar a mulher, Ananda Azevedo Cardoso Ramos, como chefe da Divisão de Engenharia da Funasa.

A nomeação dela pode ter significado, na prática, a transferência da administração dos recursos financeiros destinados às obras, diretamente à Consepro.

Em 2004, só no mês de dezembro, a empresa foi contemplada com R\$ 137.501,06.

Em 2005, sua participação aumentou: foram R\$ 2.486.240, 20 milhões pagos à empresa. Em 2006, a Consepro faturou mais de R\$ 500 mil.

Todo o dinheiro era destinado serviços de engenharia e abastecimento de água dos municípios, drenagem e esgotamento sanitário, entre outros.

Bagatelas

Exemplo de como as coisas corriam bem na Funsa: Até janeiro de 2004, através do pregão 013/2004, a Anauá Táxi Aéreo recebia a quantia de R\$ 687,00 (seiscentos e oitenta e sete reais) por hora/vôo. Depois que coordenador Ramiro Teixeira assumiu, a Roraima Táxi Aéreo foi contratada, com dispensa de licitação, e a hora/vôo passou a ser paga no valor de R\$ 798 reais.

Aí, então, veio o pregão 02/2005, onde a mesma empresa Roraima Táxi Aéreo foi contratada e o preço do serviço mais do que duplicou com relação àquele pago à Anauá Táxi Aéreo: R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais) a hora!

De janeiro até junho de 2006, a Funasa-RR voou 3.155 horas e 29 minutos, pagando R\$ 4.408.538,30 milhões. Meras bagatelas, não é?

Reserva no ar

Em artigo publicado no ano passado no site **FonteBrasil**, o jornalista Márcio Accioly comentou os investimentos da Funasa em vôos: "A impressão que se tem é a de que sequer precisaríamos de reservas indígenas em terra, mas no ar, com tribos inteiras permanentemente no espaço aéreo".

Sem relatórios

Sem contar pagamentos insuspeitos, também denunciados, em vôos realizados sem relatório que os comprove. Foram mais 239 horas e 38 minutos que resultaram em R\$ 311.522,08 (trezentos e onze mil, quinhentos e vinte e dois reais e oito centavos) do bolso do contribuinte.

Outro grupo

Embora tenha dado uma mexida geral na imprensa com repórteres e cinegrafistas correndo pra cá e pra lá para cobrir as prisões da Metástase, no bojo, o roraimense já não se surpreende assim com prisões de autoridades, empresários e funcionários públicos. O diferente ontem foi que os acusados não são de nenhum grupo político governista estadual.

Pane

Justamente ontem em pleno dia de prisões de acusados de rolo, desvio de dinheiro e superfaturamentos de serviços na Funasa estavam sendo presos, a rádio 93 FM

deu pane, ficando o dia todo fora do ar sem dar cobertura ao acontecimento. O motivo da pane não foi político como se imaginou, tanto que a TV Caburaí, que bate bola com a 93 FM se manteve no ar. O que ocorreu foi resultado da forte chuva de anteontem, 24, que danificou aparelhagem da rádio, e que na manhã de ontem não suportou a carga.

Sobrinha

Família grande é isso mesmo. Uma suposta sobrinha do governador Ottomar Pinto, Sandra Pinto, foi detida ontem na Operação Metástase, da Polícia Federal, acusada de participar do rolo da Funasa.

Como uma luva

Quando ainda não se sabia do que se tratava a Metastase, teve gente correndo da sala pra cozinha achando que a operação poderia lhe caber como uma luva.

Lista

Abaixo, lista do pessoal acusado de rolo na Funasa.

1. Adão Pinho Bezerra
2. Aurean Leal dos Santos
3. Arthur Nogueira Neto
4. Antonio Elieney Vieira da Silva
5. Eurico de Vasconcelos Filho
6. Frederico Leitão de Oliveira
7. Francisco de Assunção Mesquita
8. Fátima Maria do Nascimento
9. Gardênia Rodrigues da Costa
10. Gerson Barbosa de Lima
11. Hamilton Dias Feitosa
12. João Ponciano de Oliveira Dias
13. José Antonio Mateus de Souza
14. José Gilvan de Oliveira Moura
15. José Alcione Almeida
16. João Amarildo Reis dos Santos
17. Maria Miramar Mesquita
18. Ramiro Teixeira
19. Roberto Pereira Ferreira
20. Rodrigo Edson Casto Ávila
21. Rogério Mesquita de Souza
22. Rina Márcia Leite Dias
23. Sandra Silva Pinto
24. Zacarias Castelo Branco
25. Walter de Oliveira

Reunião

Serviu para traçar as diretrizes de apresentação de emendas ao Orçamento e para agendar para a próxima terça-feira, 30, a reunião de toda a bancada federal com o prefeito Iradilson Sampaio e o governador Ottomar Pinto a discussão sobre as emendas parlamentares para 2007.

A informação é do líder da bancada, deputado Chico Rodrigues.

Plenarinho

A Câmara dos Deputados viveu ontem uma festa. Foi promovida, às 10 horas, a segunda sessão mirim do Plenarinho. Mais de 400 alunos de diferentes escolas públicas e privadas do Distrito Federal e Entorno reuniram-se para votar três projetos de lei elaborados por crianças. O objetivo do evento foi simular uma sessão da Câmara e aproximar as crianças da política. Os deputados mirins aprenderam na prática o que é painel eletrônico, uma bancada de votação, verificação de quórum, votações e questões de ordem.

Consientização

O deputado Luciano Castro (RR), líder do PR na Câmara, foi um dos "adultos" que prestigiaram os parlamentares mirins. Para o deputado, o objetivo do projeto foi alcançado com sucesso. "A sessão hoje aproximou as crianças da Câmara e mostrou que, numa democracia, o Poder Legislativo é a casa do povo", disse. "É importante criar uma consientização nas crianças do que é a política e o Legislativo", completou.

Lembrete

Alguém deve lembrar a assessora de imprensa da Secretaria de Educação, Lurdinha Faria, que dessa vez, em viagem de acompanhante à delegação de estudantes que vai disputar campeonato na Paraíba, leve a máquina fotográfica e providencie material jornalístico sobre o evento, fazendo assim jus à passagem aérea, diárias e oportunidade de reencontrar amigos e familiares, não é?

De luxo

Na viagem a Caldas Novas, em Goiás, Lurdinha não levou máquina fotográfica, não escreveu uma linha de texto, servindo assim apenas de acompanhante de luxo da delegação que foi lá e ralou osso por Roraima.

Codinome

Lurdinha Faria já está sendo chamada de "Lurdinha, **faria** a cobertura jornalística".

Classificação

Falando em SECD, a cunhada do secretário Luciano Moreira, Inês sabe-se lá o quê, empregada como chefe de gabinete, em nada lembra ele. Ao invés das risadinhas de Moreira, a mulher vive de cara amarrada, tratando mal servidores da pasta, e agora inventou a tal "classificação de visitas": "Deputado categoria A tem preferência sobre deputado categorias B e C. O mesmo acontece com prestadores de serviço", informa um servidor que tudo olha e ouve por aquelas bandas.

Desafiante

Risadinha quer ser prefeito de Boa Vista, mas com uma cunhada dessas, lhe chefiando o gabinete, a empreitada fica, no mínimo, desafiante.

E-mail aberto

De: soleterra@ibest.com.br

Para: fontebrasil@uol.com.br

Cc: fontebrasil@uol.com.br

Data: 25/10/2007 17:56

Assunto: Fale Conosco

Prezado Editor Edersen Lima, mais uma vez Roraima é sacudida por uma operação da Polícia Federal onde vários figurões foram presos, inclusive, o coordenador chamado Ramiro Teixeira. Mas o povo não adianta fazer festa, aliás, a descrença é tanta que tal operação sequer causou comentários por aqui, virou rotina, coisa normal por essas bandas. O povo já não se indigna mais, não acredita nas instituições, para as pessoas isso é mais um jogo de cena que vai terminar, não em pizza, mas em muitas doses de uísque 18 anos e muito caviar. Como cidadão acredito ainda no judiciário. Espero que os doutos juízes julguem esses saqueadores dos cofres públicos com seriedade e celeridade para dar uma resposta e um alento à sociedade que já está tão descrente e desamparada e orfã de políticos sérios. Parabéns à Polícia Federal que maestramente executou esta operação, onde colocou atrás das grades os malversadores dos cofres públicos, aliás, o termo certo é: assaltantes de cofres públicos, do dinheiro do contribuinte. Cadeia neles! Jorge Pinto

E-mail aberto 2

Senhor Editor,

Recorro a esse conceituado site de informação para expressar a minha indignação. Sou estudante do curso de comunicação das faculdades cathedral e tenho observado a precariedade e falta de respeito que a referida faculdade tem com seus clientes-estudantes, conforme o ocorrido abaixo:

- 1- A faculdade tem duas modalidades de ensino; presencial e virtual (ensino à distância), para os quais realiza vestibular nos dois semestres.
- 2- O valor do ensino virtual é mais em conta, o que faz várias pessoas optarem por esse tipo de ensino.
- 3- Até aí tudo bem se a faculdade estivesse cumprindo com o que anuncia antes do vestibular fiz vestibular para ter aulas presenciais, quando efetuo matrícula e inicia

as aulas o Corrdenador do curso um tal de todo poderoso Saturnino (nunca o vi) envia um mensageiro na sala avisando que teríamos uma disciplina com aula semi-presencial no primeiro semestre. No começo não engoli muito essa história pq pago um curso para ter professor em sala, depois já no segundo semestre estamos com duas matérias semi presenciais vejo que as coisas tendem a se agravar se alguém não se manifestar e exigir seus direitos, que dizer que do jeito que estão agindo quando chegar no terceiro semestre estarei assistindo todas as aulas no sistema semipresencial e pagando pelo presencial. Me sinto lesada financeira e moralmente, eles tão esperando alguém se manisfestar, é aquela: Vou aplicar, se "colar", colou. Eles fazem vestibular e não conseguem formar turmas, Aí eles juntam primeiro e segundo semestre com um total aproximado a 70 alunos em uma sala

E-mail aberto 3

De: igorrafael21@hotmail.com

Para: fontebrasil@uol.com.br

Data: 25/10/2007 13:40

Assunto: Fale Conosco

Bom dia, acompanho o site de vocês a bastante tempo, desde as primeiras denúncias do caso gafanhoto e tenho vocês como uma imprensa seria e imparcial. Pois bem, acredito que por se tratar de um site que tenha como meio de comunicação a internet, devem estar cientes de como é a internet do estado de Roraima. Apesar de abertura recente de um procedimento de investigação pelo ministerio publico, contra a telemar que oferece o serviço Velox na maioria dos estados em que se encontra presente, aqui em Roraima quando consultados dizem que não tem nem previsão ou que o serviço ainda não é viavel para nosso Estado. Acredito que se os meios de comunicação se engajarem e fizerem pressão, a classe politica de nosso estado começará a ver essa questão com mais apreço. Peço desculpa pelos erros de portuges e aguardo contato pra mais informações se é possivel ou não que seja feita uma materia nesse sentido. =)

Posteridade**Atual cidadania**

Neste sábado (27), a Prefeitura de Boa Vista disponibilizará diversos serviços de saúde para a comunidade do bairro União. A ação é uma parceria com o programa Atual Cidadania, que acontece no Campus da Faculdade Atual da Amazônia, das 8h às 13h.

Macaco Simão:

Sabe qual o bicho que o Romário deu pros jogadores do Vasco?
CACHORRAS! E como ele é técnico e jogador tem direito a DUAS
CACHORRAS!

A primeira atitude do Romário como técnico foi muito enérgica:
todos para a concentração. E rumaram pro Sambódromo.
Concentração da Portela. Rarará!

A segunda atitude foi para melhorar o ritmo da equipe:
contratou Zeca Pagodinho como preparador físico! E esse é o esquema tático do
Romário: mais pagode e menos pegada. Mais balada e menos bolada. Rarará!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB – MA) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a será atendido quanto ao seu requerimento, na forma regimental. Peço a V. Ex^a que assuma a Presidência, porque o Senador Mão Santa também usará da palavra logo mais.

O Sr. Edison Lobão deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Anuncio, com prazer, a palavra ao Senador Edison Lobão, pelo Maranhão.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dois temas de grande importância são objetos dos cuidados dos Senadores nesta manhã. O Senador Mozarildo Cavalcanti discorre, com segurança – assim como o Senador Mão Santa, nos apartes que proferiu –, sobre a saúde no Brasil, tema de extrema importância. Cuido da educação, seguro de que o Senador Cristovam Buarque, que também falará em seguida e que sempre está atento a tudo quanto ocorre nesse setor no Brasil, também me secundará.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde os meus tempos de Deputado Federal, o ensino profissionalizante tem sido uma das minhas mais constantes preocupações.

Isso, evidentemente, traduz o entendimento que tenho da importância desse tipo de educação para o Brasil e para a melhoria das condições de vida de milhares e milhares de brasileiros.

Acredito que a educação superior, apesar da sua importância, não se traduz necessariamente em melhores condições de vida para quem a cursa. O fato se comprova pelos baixos salários pagos a milhares de médicos ou pela saturação do mercado para advogados.

Por outro lado, percebe-se que basta a economia registrar um pequeno avanço para haver carência de pessoal qualificado para operar determinados equipamentos ou exercer funções técnicas intermediárias.

O resultado é que o crescimento econômico acaba por ser menor não pelas chamadas causas macroeconômicas, mas pela ausência da matéria-prima mais importante para o funcionamento da economia: recursos humanos especializados.

Esse descompasso entre oferta e demanda não é culpa dos jovens. Em discurso que proferi nesta Casa em 8 de abril de 1998, há quase dez anos, portanto, ressaltava que pesquisa realizada pelo Ministério da Educação revelou àquela época o interesse pelos cursos profissionalizantes. Naquela pesquisa, 15% dos

entrevistados revelaram que não pensavam em ingressar na universidade, mas que desejavam receber o preparo adequado para o ingresso no mercado de trabalho. Outros 17% estavam muito mais interessados na obtenção de emprego do que em dar continuidade aos estudos, também em nível universitário.

Como reiteradamente tenho afirmado, os cursos profissionalizantes deviam merecer absoluta prioridade no Brasil. No entanto, não é isso o que lamentavelmente ocorre. Não basta que os criemos nas leis. É preciso vontade política para implantá-lo com a plena consciência de sua essencialidade.

Nunca é demais comparar o caso brasileiro com o dos chamados “tigres asiáticos” e, em especial, com a Coreia do Sul. Se, em 1950, aquele país se encontrava em situação muito pior do que a nossa, há um longo pronunciamento de um planejamento de um longo caso, em que a educação desempenhou um papel essencial, conseguiu não apenas nos ultrapassar com folga, mas ainda aumentar a renda da sua população ao tempo em que desenvolveu, de maneira competente, uma série de marcas ligadas à tecnologia que hoje são conhecidas em todo o planeta.

Ao confrontar os níveis internacionais entre o Brasil e Coreia do Sul, por meio de testes internacionalmente reconhecidos, caso do Pisa, verificamos que os sul-coreanos estão sempre entre os primeiros, enquanto os jovens brasileiros ser arrastam nas últimas posições.

Isso é apenas um exemplo do descaso nosso para com a educação. Mais relevante para este pronunciamento é o fato de que o acelerado desenvolvimento industrial coreano se deu, em boa parte, pela existência de pessoal qualificado para operar equipamentos delicados e cujo funcionamento depende de bom conhecimento técnico da matéria. E isso não se obtém senão nos cursos profissionalizantes.

Em termos de educação profissional, a constatação é que estamos em no caminho errado há décadas. E, infelizmente, com a pouca atenção dada ao tema, existe o risco de permanecermos em constante descompasso com o que é feito de relevante ao redor do mundo.

A sociedade tem feito a sua parte. Exemplos são as entidades do chamado Sistema “S”, em especial, o Sesc, o Sesi e o Senai, que há mais de meio século têm fornecido os principais meios para qualificar os jovens profissionalmente.

No Maranhão, Estado vizinho ao Estado do Senador Mão Santa, meu correligionário e meu amigo, desde 1953, a entidade já qualificou mais de duzentas mil pessoas em quatorze áreas distintas, como

eletricidade, informática, construção civil, transporte e vestuário.

Resta, no entanto, mais ação por parte do Governo Federal. E eu digo isso com a autoridade de quem criou diversas escolas técnicas estaduais ao tempo em que fui Governador do Estado do Maranhão, no período entre 1991 e 1994. Persiste, no entanto, a constatação de que os Estados têm grande dificuldade em arcar com a construção de escolas técnicas. Assim, a participação do Governo Federal se faz cada vez mais urgente.

O anúncio recente da construção de 70 escolas técnicas em todo o País é matéria que merece o maior relevo. Apenas no Maranhão, há a expectativa de erguer oito escolas técnicas federais no período que vai de 2008 a 2010.

Há o anúncio do Ministério da Educação, mas cabe registrar que estaremos observando para verificar se as obras serão realmente levadas adiante. Para que a notícia seja ainda mais auspiciosa, gostaria que fossem ouvidos os meus reclamos para que mais uma escola, na cidade de São Raimundo das Mangabeiras, no Maranhão, seja também construída pelo Governo Federal, uma vez que já é objeto de lei autorizativa votada nesta Casa e na outra.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – V. Ex^a permite um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB – MA) – Ouço, com prazer, o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Lobão, apenas para cumprimentá-lo pelo assunto do discurso e dizer que o senhor está no rumo certo. Hoje, a gente no Brasil uma quantidade imensa de desempregados e uma quantidade quase igual de vagas esperando para serem ocupadas. E as vagas não casam com os desempregados por falta de qualificação profissional. Inclusive, como todo mundo sabe, há hoje uma grande quantidade de diplomados em universidades sem emprego, porque a qualificação que adquirem ali não preenche as necessidades, as exigências das vagas no setor produtivo. Então, é cada vez mais importante termos um programa intenso de formação de mão-de-obra pelos cursos de formação técnica e, obviamente, além de mais escolas técnicas do ponto de vista da percentagem na formação geral, mais escolas, muitas escolas. Fico feliz de ver o senhor cumprimentando o Governo porque lançou a idéia de criar essa escola mas dizendo que vai fiscalizar para que elas não fiquem apenas no papel. Enquanto elas ficarem no papel, os nossos jovens continuarão desempregados, apesar das vagas precisando de empregos.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB – MA) – Ah, Senador Cristovam Buarque, ninguém nesta Casa conhe-

ce mais este assunto do que V. Ex^a, que foi Ministro da Educação e foi Governador do Distrito Federal.

Em verdade, estamos diante de uma situação quase que calamitosa. Eu vejo no meu Estado muitas vezes médicos exercerem a profissão de enfermeiros. Como médicos, eles não encontram uma oportunidade, e para o exercício da profissão de enfermeiros há carência de profissionais.

Assim se dá também com as demais profissões neste País. Nós temos uma quantidade considerável de advogados, de bacharéis de Direito, de bacharéis em Administração, em Economia; não há, todavia, oportunidade para esses profissionais de curso superior. O que eu aqui defendo é uma participação mais intensa do Governo Federal na criação de escolas técnicas, o que já começou a fazer o Governo Lula, que anunciou há 10, 15 dias a criação de 70 novas escolas. Mas estarei atento, Srs. Senadores, à realização dessa determinação presidencial, porque, no papel, não deve permanecer a intenção governamental. É preciso que ela se transforme em realidade a fim de que os nossos jovens brasileiros tenham a oportunidade de obter o emprego adequado, à altura do seu merecimento, servindo, assim, à Nação Brasileira.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB – MA) – Ouço, com prazer, o meu eminente amigo e querido Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Prezado amigo Senador Edison Lobão, companheiro de Partido, também quero, assim como fez o Senador Cristovam Buarque, parabenizá-lo por trazer, mais uma vez, esse assunto de fundamental importância a esta Casa. Eu, particularmente, sou autor, como V. Ex^a, de dois projetos autorizativos para a criação de duas escolas técnicas federais no meu Estado, a serem instaladas nos dois maiores Municípios. Na Capital, Rio Branco, haverá uma escola agrotécnica federal para formar jovens em mão-de-obra a ser aproveitada nas atividades agrotécnicas do nosso Estado. Outra será instalada no segundo maior Município do Estado, Cruzeiro do Sul, na bela região do Vale do Juruá. V. Ex^a estava falando e eu fiquei refletindo sobre a lacuna, a ausência de um instrumento como esse. Veja V. Ex^a o que acarreta também.

Examinando pela ausência e pela existência, chega-se à mesma conclusão. No Vale do Juruá, Senador Edison Lobão, há uma tradição que está se esborando, que está se diluindo por falta de um instrumento como esse para a construção de pequenas, grandes e médias embarcações próprias para aquela região amazônica. Há uma tradição, há uma cultura de construção dessas

embarcações próprias para o transporte de pessoas e de mercadorias nos rios amazônicos, a partir do rio Juruá, e essa tradição está se esboroando no tempo. As pessoas não estão conseguindo transferir para as novas gerações o talento, a capacidade que tinham, por falta de um instrumento como esse. Imagine V. Ex^a uma escola técnica federal voltada para o incremento e a formação de jovens voltados para essa atividade precípua, específica e tão necessária, de construção de embarcações daquela região. Os rios da Amazônia ainda são as nossas estradas e V. Ex^a sabe disso. A gente fica aqui torcendo para que uma escola dessa seja de fato instalada. Imagine V. Ex^a a importância que teria uma escola dessa instalada no Município de Cruzeiro do Sul, servindo a toda aquela região. Jovens e mais jovens ali ávidos por freqüentarem uma escola dessa. Então, há a lembrança de V. Ex^a sempre presente em um tema como esse, chamando a atenção do Governo Federal. O Senador Mozarildo falou há pouco do dinheiro que escoia pelo ralo da corrupção, por exemplo, na Funasa, na Funai. E é verdade. Aproximadamente 30%, Senador Edison Lobão – e sabemos disso –, dos recursos públicos deste País escoam pelo ralo da corrupção, do desperdício, do excesso de burocracia. Quem dera tivéssemos a competência de frear esse processo, de utilizar esse recurso para instalar não setenta escolas federais, mas muitas escolas federais neste País, escolas técnicas federais voltadas para atender um número incomensurável de jovens que estão à espera de uma oportunidade, de uma brecha como essa para aprender um ofício, para desenvolver a própria vida, tocar sua vida, constituir sua família e ser útil ao País. Quero parabenizá-lo e juntar-me a V. Ex^a nessa torcida para que muitas e muitas dessas escolas sejam instaladas neste País. Parabéns, Senador.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB – MA) – Senador Geraldo Mesquita, a sabedoria chinesa nos ensina que o peixe é importante, sim, mas que o anzol talvez seja mais.

O que precisamos é dar aos brasileiros as condições intrínsecas para que possam se desenvolver e cuidar da sua própria vida. A escola é esse caminho, não há outro. E a escola profissionalizante, Presidente Mozarildo Cavalcanti, é o caminho mais largo, é a avenida. Precisamos hoje, desesperadamente, de mão-de-obra qualificada. E os brasileiros desejam isso. O que eles precisam é da oportunidade, é da escola aberta pelo Governo – é um dever do Estado.

Não posso deixar de exaltar a iniciativa do Presidente da República e do Ministro Fernando Haddad com a criação dessas escolas, criação não lei. Mas é preciso que haja a execução da norma legal, sem o

que tudo ficará como uma quimera. E espero que não o seja, que seja uma realidade.

Senador Geraldo Mesquita, V. Ex^a menciona os exemplos da sua região. Eu diria que, no Maranhão, nós tivemos uma linha direta de navegação, na época do Império, com Portugal. Em São Luís, criou-se um estaleiro para a construção de pequenos navios naquela época. Era a escola portuguesa funcionando no Brasil através do Maranhão. Isso tudo se perdeu ao longo do tempo, porque não houve escolas para ensinar os jovens que vinham chegando a prosseguir nessa arte admirável. O Brasil precisa acordar para estas coisas. Não pode ficar sonhando eternamente.

Ouçó o eminente Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Edison Lobão, V. Ex^a traz para este Senado uma experiência extraordinária. V. Ex^a enriquece esta Casa, como aqueles que do jornalismo passaram à política: Nabuco, Carlos Werneck de Lacerda e V. Ex^a, que enriquece a política e traz esse assunto. O Senado só tem essa valia, isso que é importante. V. Ex^a é aquele sonho, é o pai da Pátria. Deus disse: “Moisés, busque os mais experientes, os mais sábios; eles lhe ajudarão a carregar o fardo do povo”. O Luiz Inácio tem de lhe ouvir, ouvir a mim, a nós, a V. Ex^a. Sobre o ensino técnico, eu vou contar uma experiência – um quadro vale por dez mil palavras. V. Ex^a está encaminhando o Governo para o caminho certo. Chegado médico a Parnaíba, numa Santa Casa, Geraldo Mesquita, não havia enfermeiro. Então, eu boleei o seguinte. No hospital em que eu fiz estágio, havia uma escola de atendente de enfermagem, e eu fiz o mesmo na Santa Casa, cujo diretor era um extraordinário maranhense – a quem vocês estão devendo uma homenagem –, o Dr. Cândido de Almeida Athayde, de Tutóia. Ele foi presidente de federação, candidato a Vice-Governador, Prefeito da Cidade de Parnaíba, dirigiu a Santa Casa, morreu com 94 anos, trabalhando, e medalhado, porque lhe dei a comenda maior, a Grã-Cruz Renascença. Então, fizemos o curso de atendente de enfermagem, que durava um ano. Os médicos davam aula, e elas faziam os rodízios na clínica. Mas, Geraldo Mesquita, o fato que quero mostrar é o que é uma profissão. Eu tinha com alguns colegas – o Dr. Narciso, que morreu, o Dr. João Silva, irmão do Alberto Silva, o Dr. Valdir – uma clínica, a Policlínica, e havia um servente lá que tentou, entrou no curso. Ele era vontadoso, mas não passou na prova teórica. O homem era dedicado, o Zé Policlínica, como o chamávamos, estava toda hora dando banho num doente, metendo a sonda, medindo a pressão. Aí, o Zé da Policlínica viu este encanto de Brasília e resolveu vir para cá. Ele foi a mim, Edison Lobão, e disse que queria o diploma, que ele não tinha, porque na hora da prova ele não

tinha aptidões teóricas para escrever. Aí, olhei assim, e baixou o espírito de Montesquieu. Ele era vontadoso, era prático, não tinha passado na prova teórica, mas era dedicado. Aí, eu olhei assim... Ele queria vir para Brasília com um diploma de atendente de enfermagem da Santa Casa. Com espírito público, pensei e fui ao diretor, pedi para ele assinar, eu assinei, a enfermeira-chefe também. Eu disse: olhe, isso é uma segunda via... Resultado: ele veio para Brasília. Anos depois, eu era Prefeito, ele chega lá. Ficou em um hotel – aquele Delta, que eu terminei e Alberto Silva começou. E mandou me convidar, anos depois, eu e Adalgisa para um jantar. O Zé da Policlínica, que tinha trazido esse diploma, que sabia, tecnicamente, os fundamentos de enfermagem, veio para Brasília, entrou para a Polícia Militar, sargento-enfermeiro – porque havia vaga, havia necessidade – e tornou-se sócio de uma clínica aqui. Sócio! Com uma profissão. Então, carrão (Caravan), mulher bonita, família bonita, com a profissão. Aí é o caminho. A profissão... Esse é o caminho que leva ao trabalho, e o trabalho, como diz Rui Barbosa, é o que vem antes, é o que faz a riqueza.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB – MA) – Senador Mão Santa, nós cuidamos aqui de questões dessa natureza, porque, na verdade, funcionamos no Congresso Nacional como uma espécie de “Gansos do Capitólio”; nós somos as sentinelas dos mais legítimos interesses do povo brasileiro. Daí trazermos, nesta manhã cálida de sexta-feira, este problema que considero de tamanha magnitude para o interesse dos nossos jovens.

Sr. Presidente, prossigo por mais alguns poucos minutos, mas atenderei à recomendação de V. Ex^a.

As minhas ambições, visando à construção de mais escolas técnicas, buscam fazer com que o Estado cumpra o seu dever de fornecer educação para os jovens. Assim, dois objetivos serão alcançados: o primeiro deles tem a ver com o fato de a educação técnica constituir-se em modalidade educacional das mais importantes, na medida em que, por meio dela, os jovens se tornam adultos autônomos, aptos a conseguirem um bom emprego e a alcançarem melhores oportunidades para sua família. O segundo é a possibilidade de as empresas brasileiras aumentarem a sua competitividade em razão de empregarem pessoas sempre mais capacitadas.

No momento, a ausência de objetivos claros para a educação profissional já nos lança a uma espécie de apagão de mão-de-obra, para usar a expressão cunhada pelo jornal **O Globo** de 28 de outubro do corrente ano.

Segundo pesquisa realizada pela Confederação Nacional das Indústrias com 1.714 empresas e divul-

gada pelo periódico fluminense, 58% afirmaram que a falta de mão-de-obra qualificada é um problema.

Se, no nível gerencial, a falta de mão-de-obra qualificada é de apenas 7%, em áreas mais sensíveis para o sucesso empresarial, como pesquisa e desenvolvimento, é de 11%, e na produção atinge assustadores 68%.

Além disso, exames como o Saeb, que mede as competências de estudantes brasileiros no ensino fundamental, têm exibido informações preocupantes. O aluno do ensino fundamental e médio tem obtido resultados piores a cada ano desde 1995, ou seja, não apenas a qualidade de nossos alunos é ruim, como vem piorando a cada novo exame.

Temos, diante disso, um paradoxo cruel: há mais oferta de empregos do que pessoas capacitadas para preenchê-los.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, este ano foram abertas um milhão e meio de vagas. No entanto, apenas setecentos e vinte mil foram preenchidas. As demais não foram ocupadas porque não havia pessoas com capacitação para preenchê-las.

Há uma nova dinâmica no mercado de trabalho da sociedade brasileira. De 2000 a 2005, diminuíram os postos disponíveis para analfabetos ou para pessoas com o ensino fundamental incompleto. No total, um milhão e cem mil vagas a menos. De outro lado, para pessoas com ensino fundamental completo, ensino médio e superior, abriram-se mais de oito milhões de vagas no mesmo período.

Faltam, principalmente, engenheiros, profissionais de tecnologia da informação, especialistas em logística, profissionais de gestão de saúde, técnicos de nível médio para pólos industriais, profissionais de agronegócio, geólogos, soldadores.

O economista José Márcio Camargo, na mesma reportagem do jornal **O Globo**, afirma que uma das restrições para o Brasil superar os 5% de crescimento anuais é a ausência de mão-de-obra qualificada. Para fugir desses problemas, empresas como a Vale do Rio Doce preparam o seu próprio programa de qualificação de pessoal. Mesmo assim, a empresa irá contratar menos do que gostaria.

Estou terminando, Sr. Presidente.

Muitos outros se repetem. O diagnóstico, segundo o economista da Confederação Nacional da Indústria Renato da Fonseca, é que a qualificação específica faz falta, mas a educação básica é essencial. A indústria hoje usa um modelo de produção flexível. O operário toma decisões no chão da fábrica e precisa ter capacidade de aprender. Tem de raciocinar, interpretar textos e manuais, saber adotar novas tecnologias. As falhas do sistema educacional são enormes. Não é algo que

se resolva num curso técnico. Será investimento para uma geração inteira.

Há, pois, dois fatos determinantes. O primeiro é a falta de ensino básico de qualidade. O resultado é que considerável parte dos alunos que terminam o ensino fundamental é incapaz de escrever, ler e compreender um texto ou executar operações matemáticas elementares. O segundo é a inexistência de cursos técnicos que possibilitem aos jovens adquirirem conhecimento técnico especializado.

Conseqüentemente, estamos uma geração atrasados. Quanto mais tempo demorarmos, piores os resultados.

Faço votos, portanto, para que o Governo Federal invista de modo focalizado na educação básica e na educação profissionalizante. São os dois mecanismos que farão o Brasil trilhar de maneira consistente e duradoura o caminho do verdadeiro e desejado desenvolvimento.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Senador Edison Lobão, devolvendo a gentileza, eu gostaria de convidá-lo para presidir a sessão e conceder a palavra ao Senador Geraldo Mesquita, do PMDB do Acre.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezado amigo Senador Mozarildo Cavalcanti, que preside a sessão, companheiros Senadores aqui presentes, eu estava, compulsoriamente, Senador Mão Santa, recolhido em casa nos dois últimos dias em razão de uma fortíssima gripe que me abateu. Não sou de esmorecer, mas essa gripe me levou à cama de fato, literalmente. Como há males que vêm para o bem, esse foi um que me proporcionou tempo para uma reflexão mais acurada acerca de alguns temas que vêm sendo tratados nesta Casa e no País.

Detive-me em reflexões, primeiro, sobre a decisão tomada pelo meu Partido de fechar questão acerca do voto em torno da proposta de prorrogação da CPMF. Não participei da reunião, mas digo, com respeito, que tal decisão me causou estranheza e espécie. Fechar questão em torno de imposto é algo que me causa estranheza, confesso.

Esse é o tipo de questão que requer convencimento. Digo aqui, de público, que, com ou sem fechamento de questão, se não me convencerem acerca da premência e da necessidade da prorrogação da famigerada CPMF, eu me conduzirei pelo que ditar a minha consciência e o meu precário e parco conhecimento sobre a questão. Repito: eu digo que essa questão específica, no meu modesto entendimento,

não pode ser objeto de fechamento de questão. A coisa tem que passar pelo convencimento, Senador Mão Santa, pelo exaustivo conhecimento. Se não me convencerem da necessidade da prorrogação da CPMF, não tem fechamento de questão que me demova de um propósito ou de outro.

Portanto, inicio minha fala estranhando o fato de que, em torno de instituição de tributo, de prorrogação de tributo, o nosso Partido adote a postura de fechamento de questão. Acho inadequado, mas, como eu disse, respeito a decisão tomada pela maioria da Bancada.

Do que se trata o tributo, Senador Mão Santa? É a forma que tem a sociedade de financiar as ações do próprio Estado. Como diz V. Ex^a, **L'Etat c'est moi**. O Estado somos nós. Nós recolhemos tributos, mas inconformados. Mas é necessário. O tributo é a forma que a sociedade tem de financiar as ações do Estado como um todo. Esse inconformismo nós vamos levar para a sepultura, como eu disse.

Mas há um outro inconformismo, Senador Mão Santa, que tem jeito. Ao mesmo tempo em que recolhemos mesmo achando ruim, pois ninguém gosta de pagar tributos, há uma coisa pior do que pagar tributo: pagarmos tributo e não vermos o dinheiro sendo bem aplicado. E esse inconformismo, que é inerente a todos nós, tem jeito, pode ser alvo de correção, Senador Cristovam Buarque.

Há pouco, eu disse, em aparte ao nobre Senador Edison Lobão, há a sensação de que aproximadamente 30% do bolo dos recursos públicos objeto do recolhimento de tributos escoam pelo ralo da corrupção braba mesmo em nosso País, endêmica, pelo ralo do desperdício e pelo ralo do excesso de burocracia no âmbito público no nosso País.

Então, eu sempre fico imaginando. E olhe que, fora do Senado, eu sou Procurador da Fazenda Nacional. O objeto da minha atuação é o tributo. Portanto, eu tenho a exata compreensão do que ele representa na sociedade, de como devemos tratá-lo. Mas eu tenho a exata compreensão também, até em razão de longos anos de experiência profissional, de atuação na Procuradoria da Fazenda Nacional, de como as coisas acontecem em nosso País.

Por exemplo, Senador Mão Santa, nós temos a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, um órgão de fundamental importância em nosso País. É encarregado da cobrança do tributo federal, mas vive com o pires na mão, desaparelhado. Não tem as condições, eu não diria nem ideais, mas necessárias, para atuar com mais eficiência na cobrança do tributo federal.

Se fossem dadas à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional as condições, não digo nem ideais, mas

necessárias para que esse órgão atuasse firmemente na cobrança do crédito tributário federal, nós recolheríamos, a partir da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Senador Mão Santa, muitas e muitas CPMFs por ano, porque o estoque da dívida ativa da União é enorme, imenso.

São muitas e muitas CPMFs que estão ali, não são arrecadadas, não são cobradas, porque esse importante órgão da União, vinculado ao Ministério da Fazenda, faz parte da estrutura da AGU inclusive, não tem as condições, repito, necessárias para fazer sua atuação prevalecer sobre os sonegadores, sobre aqueles que deixam de recolher seus tributos.

Portanto, quando se fala, o assunto hoje nesta Casa é a CPMF. Colhi um artigo do Sr. Márcio Pochmann, Presidente do Ipea, publicado em **O Globo**, ainda ontem, em que diz, referindo-se à CPMF: “Como atribuir tanta responsabilidade a um tributo que respondeu, em 2006, a apenas 4% do total da carga tributária bruta do País?” Repito o que ele diz nesse artigo. Segundo ele, em 2006, a CPMF representou apenas 4% do total da carga tributária bruta do País. E há uma polêmica em torno desse tributo. Será que esses 4%, por exemplo, Senadores Mão Santa e Cristovam Buarque, não poderiam ser compensados com uma ação eficaz, efetiva, severa do Poder Público no combate à corrupção, ao desperdício, ao excesso de burocracia? Será que aparelhar a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para que cumpra seu papel, que é constitucional inclusive, não supriria esses 4% no volume bruto de recursos tributários arrecadados pelo País? Eu creio que sim, talvez até muito mais.

Então, essa história de que esse tributo é imprescindível... Ora, tributo é necessário; é algo de que ninguém gosta, mas é necessário para compor o volume de recursos para atuação do Estado. Agora, tudo tem limite. O Estado precisa fazer a sua parte; o Estado precisa se modernizar no sentido de atuar firmemente no combate a essas práticas nocivas que fazem com que, internamente, nós nos envergonhemos e, externamente, sejamos vistos como o País da corrupção, o País do desperdício, o País do excesso de burocracia. É algo recorrente, aqui e fora do País, a afirmação de que, para se abrir uma empresa, comparativamente com outros países, inclusive mais modestos do que nós, levamos duas, três, quatro, cinco vezes o tempo necessário, tanto para abrir quanto para fechar uma empresa. Isso é excesso de burocracia, Senador Buarque.

Corrupção, então, em nosso País já é um tema que está ali parelha, como se diz nas ruas, com o tráfico de entorpecentes, já é um assunto que estamos banalizando.

Então, eu fico a pensar: se a arrecadação da CPMF representa, como diz o Presidente do Ipea, apenas 4% do bolo bruto da arrecadação tributária deste País, creio que medidas severas tomadas pelo Governo Federal, por todos nós, pelos Estados e Municípios poderiam fazer com que esses 4% fossem facilmente repostos por ações efetivas e concretas do Poder Público no sentido de moralizar a sua atuação e de fazer com que o povo brasileiro se orgulhe das instituições públicas e dos governos que elege.

Senador Valdir Raupp, com muito prazer, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Cumprimento o Senador Mão Santa, que preside a sessão neste momento. Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Ex^a faz, nesta manhã, um pronunciamento equilibrado, como é de costume, e quero parabenizá-lo por isso. A Bancada do PMDB sempre tem agido com muita cautela, tanto é que, no episódio dos Senadores Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos na CCJ, V. Ex^a ponderou comigo e eu falei, naquela ocasião, que tinha humildade suficiente para voltar atrás se fosse preciso, inclusive cedendo a minha vaga. Foi o que aconteceu. Eu já havia colocado o Senador Almeida Lima numa das vagas, uma reivindicação antiga dele. Ao determinar o retorno dos Senadores Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos, cedi a minha vaga e passei para suplência. Aliás, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o suplente está sempre atuando, razão pela qual não deixei de atuar como membro daquela Comissão. A respeito da CPMF, o PMDB apresentou uma nota, que quem me ajudou a redigir foi o Senador Valter Pereira, um crítico da CPMF, porque o meu Partido impõe certas condições. Quais são essas condições? Quando V. Ex^a fala em convencimento, é claro que todo Senador é líder de si mesmo e tem de haver convencimento para que possa votar, e o PMDB não vai punir nenhum Senador que votar contrariamente, mas o convencimento é necessário e é isso que estamos tentando fazer. A nota do PMDB é muito clara: pede a continuação das negociações, com a isenção para aquela faixa que ganha até R\$4.340,00, o que vai dar, talvez, uma parcela de 70% a 80% dos contribuintes da CPMF, que ficarão isentos de pagá-la. Quem está gritando mais contra a CPMF? São os grandes, as grandes indústrias, tanto é que a Fiesp, com todo respeito ao meu querido amigo e Presidente Paulo Skaf, defende o que talvez não seja um pensamento só dele, mas da corporação dos industriais do Estado de São Paulo, que é o Estado que mais paga CPMF. Por quê? Porque as grandes movimentações financeiras estão nos grandes centros, no Estado de São Paulo. Hoje, o pequeno que paga quatro ou cinco reais por mês, não

mais do que isso porque ganham pouco, não estão nem fazendo muito barulho. Quem está fazendo mais barulho contra a CPMF são exatamente os grandes, são as federações de indústrias de todo o País. Penso que esse convencimento nós haveremos de conseguir até o dia da votação aqui em Plenário, porque a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não é terminativa. O voto será na semana que vem e, independentemente do resultado, o projeto virá para o plenário do Senado Federal. Então, com essas desonerações, a isenção para quem ganha até R\$4.340,00 e o incentivo às indústrias exportadoras, que poderão ser compensadas também, com a redução – uma das imposições do PMDB é que se estude e que se discuta a redução já a partir do ano que vem. Está chegando a esta Casa também, em breve, dentro de, no máximo, 15 ou 20 dias, o projeto da reforma tributária. E é aí que o PMDB deve entrar a fundo nas discussões da reforma tributária. Acho que, na reforma tributária, conseguiremos diminuir a carga tributária deste País, que está excessiva. V. Ex^a, que é da área, com havia dito, que era da Receita Federal, não é isso?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Procuradoria da Fazenda Nacional.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Está no meio. V. Ex^a conhece mais do que ninguém que o Brasil tem hoje uma das maiores cargas tributárias da sua história. É preciso diminuir tanto a carga tributária, quanto, paralelamente, os gastos públicos. Assim, uma coisa vai compensando a outra. Se a economia vai crescer realmente 5% ao ano, acho que é o grande momento de se começar, com o crescimento da economia, a diminuir os gastos públicos em comparação ao PIB e a diminuir também a carga tributária. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Valdir Raupp, agradeço muito o seu aparte, que me lembra muito aqui o Líder do PMDB apartando um de seus liderados e me lembra também um discurso feito aqui pelo Senador José Sarney, se não me engano no ano passado ou há pouco tempo, em que dizia que o PMDB estatutariamente já havia nascido com a perspectiva da divergência interna, lembrando que o PMDB já surgiu, Senador Mão Santa, com a possibilidade de abrigar autênticos e moderados – palavras do próprio Senador Sarney.

O aparte do Senador Raupp me lembrou esse pronunciamento do Senador Sarney. E, quando eu me referia ao fechamento de questão, Senador Raupp, foi exatamente lembrando dessa fala do Senador Sarney, de que o PMDB é um Partido que recebe críticas, mas que pode devolvê-las com a sua prática democrática de admitir o contraditório, de admitir divergências in-

ternas, como fazemos usual e comumente em nosso Partido. Agradeço o seu aparte.

Mas eu queria, para não tomar mais tempo, porque há outros oradores inscritos, trazer hoje aqui, além de uma reflexão, uma sugestão. Eu estava dizendo, Senador Raupp, que, por dois dias, jogou-me na cama uma gripe muito forte, ainda estou aqui...Hoje, vim apenas para trazer essa reflexão, essa sugestão à Casa. Quem sabe se essa não seria a oportunidade de afastarmos definitivamente a questão da CPMF e, em seu lugar, fazer surgir a figura, a perspectiva de um empréstimo compulsório. Empréstimo compulsório é uma figura prevista no art. 148 e inciso II da Constituição, se não me engano, que diz:

“Art. 148. A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios:

(...)

II – no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o disposto no art 150, III, b. “

Ora, a CPMF, na sua gênese, surgiu para financiar a situação precária do setor de saúde e, ao longo dos anos, a sua aplicação se diluiu entre outras atividades, entre outros objetivos.

Quem sabe não seja a hora de resgatarmos a formulação original desse tributo, e na forma mais suave de um empréstimo compulsório a ser adotado, inclusive, por lei complementar? Quem me diria que, neste Congresso Nacional, se o Senador Buarque, por exemplo, protocolasse um projeto de lei complementar segunda-feira, o projeto não tramitasse em poucos dias? Aqui, quando se quer fazer as coisas, o tempo não conta, todos sabemos disso.

Empréstimo compulsório, quais seriam as vantagens, Senador Buarque? Primeiro que, em se tratando de empréstimo, há a previsão constitucional de devolução do valor. E como seria devolvido? Pelos mecanismos que aponte: aparelhando-se a Procuradoria da Fazenda Nacional para que cobre tributo com eficiência e eficácia, e cortando-se a sangria da corrupção, do desperdício, do excesso de burocracia. Com isso, geraríamos um excedente tributário capaz de possibilitar, no prazo fixado por essa lei complementar, a devolução do empréstimo compulsório a ser aplicado vinculadamente a uma atividade que a lei poderia prever. Qual seria? Saúde? Educação? Sim. Há investimento público de caráter urgente, de relevante interesse nacional maior do que esses?

Não pode haver, Senador Buarque! Nós vivemos em uma penúria. Na área de educação, V. Ex^a é um paladino aqui na luta pela recuperação do nosso

processo educacional, pela educação em nosso País. Quanto à saúde, Senador Buarque, por que a gente frequenta, por exemplo, o Hospital Einstein, em São Paulo, que é nível 10 em profissionalismo, em atendimento e em eficiência? Senador Raupp, lá em sua terra, no hospital, em Vilhena, a população tem de “grammar” ali, chegar às três horas da manhã em uma fila e se inscrever para tirar uma radiografia! Por que isso? Por que a gente não pode ter na área da saúde pública – não digo que o nível do Einstein, que está muito acima, realmente –, um nível razoável de atendimento à população? Por que essa diferença tão gritante, tão alarmante, não é?

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – V. Ex^a me concede mais um minutinho?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Com o maior prazer, Senador.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – É que eu estive, Senador Geraldo Mesquita, ontem à tarde, no finalzinho da tarde, com o Ministro da Saúde, Ministro Temporão. E eu vejo que o Temporão tem sido uma surpresa agradável, muito agradável, porque ele está com bons propósitos, com bons programas para recuperar a saúde pública neste País. Se bem que o Brasil é um dos países que mais investem em saúde pública em montante de dinheiro. Talvez, pela demanda reprimida nessa área da saúde – de há muito tempo –, ainda tenhamos muitos problemas. Mas os investimentos na saúde não são poucos. E eu me convenço da aprovação da CPMF neste momento, porque como vamos tirar R\$42 bilhões do Orçamento, sendo que a saúde vai gastar ano que vem R\$53 bilhões? Esse será o investimento em saúde no ano que vem. De onde vai-se tirar R\$53 bilhões para a saúde se não tiverem pelo menos parte da CPMF? Até 2011, o investimento em saúde chegará a R\$72 bilhões. Este ano o total de investimento na saúde é de 1,2% do PIB. No ano que vem, chegará a 1,7%. E a CPMF só arrecada 1,4%. Então, os investimentos em saúde, no ano que vem, serão superiores à arrecadação da CPMF. Neste momento, sinceramente, não vejo alternativa. Penso que por isso o PSDB tem se debatido e discutido a questão. Ainda está aberto a discussões, não fechou as portas, e acho muito bom que isso não tenha ocorrido. Vejo agora, Senador Geraldo, o exemplo da Bolívia. Se no ano passado o Brasil tivesse fechado a porta para negociações com a Bolívia, hoje a situação do País poderia ser muito mais complicada. Estão reatando as negociações para exploração de gás da Bolívia. Falei ontem, e um repórter até sorriu, que o Brasil precisa desesperadamente de gás para poder conter a crise no nosso País. E onde há gás mais próximo? Na Bolívia. Senão teremos de importar gás da Nigéria, que

chega em navios. Talvez o gás boliviano tenha o preço um pouquinho elevado, mas ainda compensa trazê-lo da Bolívia. O mesmo acontece em relação à CPMF e às negociações com o Governo. O PSDB não fechou a porta ainda. Ainda há espaço para conversar. Quem sabe se com um redutor da CPMF o PSDB não pode voltar à mesa de negociação e votar. Sei que o Governador de São Paulo, assim como o Governador de Minas Gerais e a Governadora do Rio Grande do Sul estão cautelosos com respeito à aprovação da CPMF. Muito obrigado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Agradeço-lhe, mais uma vez, Senador Valdir Raupp.

Senador Cristovam Buarque, com prazer, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Geraldo Mesquita, acho que o senhor traz uma idéia nova e muito interessante. A idéia do empréstimo compulsório tem uma marca negativa por conta de já ter havido experiências ruins no passado, como aquele da gasolina. Mas, como estamos em um novo momento – já faz quinze anos aquele empréstimo –, é uma idéia interessante, sobretudo se o dinheiro do empréstimo for aplicado em algo que dê rendimento. E nada dá mais rendimento ao país do que a educação das suas crianças. A produtividade aumenta a cada ano a mais de escolaridade. Isso significa que aumenta a renda nacional, significa que aumenta a arrecadação. Se um analista financeiro fizer uma boa análise, vai ver que a aplicação do dinheiro desse empréstimo de que o senhor fala pode trazer um rendimento muito maior do que é pedido. O Governo devolveria a quantia emprestada e ainda sobraria dinheiro no Tesouro. Não dou entrada nesse projeto, até porque a idéia é sua.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Falei em tese.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Mas se o senhor quiser dar entrada, terei o maior prazer em subscrevê-lo. Acho que é um tema que a gente precisa analisar, estudar, e o senhor está dando uma boa saída. Quanto ao problema de que falou o Senador Valdir Raupp, ou seja, que o País não pode, de repente, perder R\$20 bilhões, ou mesmo R\$38 bilhões, como se fala, acho que o Governo deveria ter pensado nisso quando mandou para cá o projeto de prorrogação da CPMF junto com a DRU, a desvinculação das receitas da União, que chupa, tira, rouba dinheiro da educação. Eu, por exemplo, sinceramente, apesar de toda a crítica que há neste País hoje, não vejo nenhum problema de princípio em votar a favor da CPMF, mas vejo, sim, uma questão de princípio votar na prorrogação da DRU, que vai tirar dinheiro da educação. Não adian-

ta o Ministério dizer que está colocando dinheiro na educação. Por quê? Primeiro, está colocando dinheiro em cima de uma base da qual já tinha sido retirada a DRU nos últimos doze anos. Segundo, a maior parte do dinheiro que diz que está colocando vem do Fundeb, mas, na propaganda feita na televisão, o Governo Federal nunca disse que ia criar o Fundeb para substituir o dinheiro roubado pela DRU. Não! A propaganda dizia que ia colocar mais dinheiro. Terceiro, depois de tudo isso, ainda fica R\$1,5 bilhão a menos por conta da prorrogação da DRU, que vamos votar aqui. É triste ver que todos se mobilizam contra a CPMF, porque retira do bolso de cada um de nós 0,38%. Essa já é uma questão nacional, com unanimidade. Nessa campanha de opinião pública, o Governo perdeu redondamente, e todos que votarem a favor da CPMF também vão perder. Todos estão contra a CPMF porque ela vai roubar deles 0,38% dos cheques, mas ninguém está prestando atenção – e é triste observar isso – que, em vez de 18% daquele dinheiro que já pagamos ir para a educação, conforme a Constituição prevê, só vai 14,6%. É incrível que não aceitemos que retirem 0,38% de cada um de nós – e estou de acordo com quem está contra isso –, mas aceitamos com a maior tranquilidade – nem os jornais noticiam, nem se discute o assunto, nem eu recebo um único *e-mail* sobre isso – que sejam retirados os 20% das crianças, das escolas, da educação. É muito triste isso! O Governo criou uma armadilha para ele próprio: juntou os dois: a prorrogação da CPMF com a prorrogação da DRU. E, com isso, enquanto não separarem, não vou votar a favor; não vou deixar meu nome registrado como quem votou para tirar dinheiro da educação. Não há quem me obrigue a isso. No caso da CPMF, houve fechamento de questão do meu Partido, e eu sou fiel na hora de decidir, mas não houve fechamento quanto à DRU. Para mim não é uma questão de princípio; é uma questão fiscal. Lamento muito ter de pagar mais 0,38% sobre todo cheque que faço. Lamento que no Brasil todos estejam fazendo isso sem saber para onde vai o dinheiro, mas é uma questão fiscal, política, e nesse caso se pode se submeter a uma decisão do Partido, mas quando se trata de princípio não.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – É enriquecedor o aparte de V. Ex^a. Agradeço-lhe muito. V. Ex^a se refere ao inconformismo da sociedade com o recolhimento de 0,38%, que é uma constatação óbvia. V. Ex^a diz que o Governo perdeu essa batalha. A sociedade, realmente, não se conforma, mas eu tenho a sensação, Senador Cristovam Buarque, de que ela não se conforma exatamente pelo que ocorreu em torno da CPMF. No início, criada para financiar o setor saúde, de repente, ela se transformou num saco

de gatos. E a sociedade percebeu isso. Por isso, não se conforma.

Se voltássemos ao leito inicial, ao fim para o qual o tributo foi instituído, ou seja, financiar atividade na área de saúde, e agora estendendo a atividade para a educação também, tenho certeza absoluta de que, mesmo com aquela contrariedade, que é nata, que vamos levar para a sepultura – essa ninguém tira de nós –, a sociedade estaria reagindo muito menos do que está agora, porque o foco da sua reação é exatamente a percepção de que o objetivo foi desvirtuado, que as ações estão indo por um lado que não estava previsto originalmente. É esse o foco da contrariedade da sociedade. Portanto, eu trago aqui, para encerrar, Senador Mão Santa, essa sugestão, essa proposta. Vamos soterrar, de uma vez por todas, esse tributo, que é perverso, é cumulativo, que a sociedade rejeita pelas razões já explanadas aqui. Vamos soterrá-lo e, em seu lugar, instituir um empréstimo compulsório. Assim, a sociedade teria a garantia da devolução do valor recolhido e teria a garantia também, porque isso é constitucional, da vinculação da aplicação desse recurso à finalidade instituída na lei complementar.

Portanto, seriam duas garantias que a sociedade teria se o Congresso Nacional resolvesse instituir e adotar, por lei complementar, um empréstimo compulsório em substituição à famigerada CPMF. Eu deixo aqui, para nossa reflexão, a sugestão e a proposta para que esta Casa sobre ela se debruce e delibere da melhor forma possível.

Agradeço-lhe a atenção e a paciência, Senador Mão Santa.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelos Srs. Edison Lobão e Mão Santa, sucessivamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Após o brilhante pronunciamento do Senador do Acre, Geraldo Mesquita Júnior, que é Procurador da Fazenda Nacional, que neste momento de debate de tributos trouxe a sua experiência, mostrando que a CPMF não significa mais do que 4% de todos os tributos e que ela facilmente seria substituída por uma compensação na máquina arrecadadora, eliminando corrupção, ineficácia e outros mecanismos burocráticos, convidamos para usar da palavra o Professor e Senador Cristovam Buarque, do PDT do Distrito Federal.

V. Ex^a poderá usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente. É bom para o Brasil. Esse era o mote que V. Ex^a usava em seus brilhantes pronunciamentos: é bom para o Brasil ouvi-lo e refletir sobre fatos aponta-

dos por essa inteligência privilegiada do Brasil, que é a do Professor Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – É a generosidade privilegiada do Senador Mão Santa.

Muito obrigado, Senador Mão Santa. Creio que não vou precisar de tanto tempo, Sr. Presidente.

Eu vim porque no dia de hoje o Brasil está comemorando, de acordo com todos os jornais brasileiros, Senador Geraldo Mesquita, a descoberta de uma reserva de petróleo que vai dobrar as reservas atuais de petróleo do Brasil. Ou seja, é um fato, sem dúvida, alvissareiro, mas que merece algumas reflexões.

Em primeiro lugar, isso não seria possível sem um sistemático trabalho, ao longo de cinquenta anos, de todos os partidos, de todos os governos, em torno de uma entidade chamada Petrobras. Ou seja, o Brasil se une pelo petróleo, o Brasil se une pela Copa do Mundo.

Faltam sete anos, e todos os Governadores estão brigando para apoiar o Presidente Lula. Todos. E dizem que, no Brasil, um pacto é impossível; que, no Brasil, não há possibilidade de unir as Lideranças em torno de objetivos.

É claro que há! Em dois dias inteiros juntos, o Presidente e Governadores da Oposição a ele indo a Genebra e vindo de lá. Se se considerar o tempo de vôo, só no avião ficaram quase um dia inteiro trancados, conversando, conversando, conversando sobre a Copa do Mundo. E, há cinquenta anos, conversamos e agimos apoiando a Petrobras. Há um pacto nacional para tornar o Brasil auto-suficiente. E conseguimos. Mais do que isso, segundo o Presidente e a Ministra Dilma, a partir de agora, seremos parte da Opep. Isso é alvissareiro.

Agora, o que ninguém lembra, Sr. Presidente, é que, no mesmo dia em que se descobre uma reserva imensa de petróleo, oito bilhões de barris, nesse mesmo dia, no Brasil, estamos jogando fora uma reserva maior ainda de energia. Nesse mesmo dia, talvez 80% das crianças brasileiras ou não foram à aula ou foram, mas saíram logo depois da merenda; ou foram, mas ficaram brincando ao invés de entrarem na sala de aula ou foram e entraram na sala de aula, mas não prestaram atenção a nada; ou foram e prestaram atenção, mas o professor, desmotivado por falta de salário, não conseguiu dar a aula ou não teve interesse; ou foram, os professores deram as aulas, mas não dispunham de equipamentos modernos, como computador, televisão.

Ou seja, no mesmo dia em que a gente descobre ou comunica a descoberta de um poço de petróleo, a gente joga fora uma energia muito mais sublime

e permanente que é a inteligência do Brasil, porque esse dia perdido vai se repetir hoje, amanhã e amanhã e amanhã, como se repete há cinco séculos em que estamos jogando fora.

O mais incrível é que essa energia que a gente joga fora é a única permanente. Mesmo com oito bilhões a mais de poços de petróleo, daqui a 20, 30, 50 anos, esse petróleo terá se esgotado. Petróleo, cada vez que você tira um barril, não volta; ao contrário, polui lá em cima. Petróleo é uma reserva esgotável de energia, mas o cérebro não. Morre o cientista, mas ele passa as suas descobertas; morre o grande escritor, mas ele deixou os seus livros; morre o professor, mas ele ensinou às crianças. A inteligência de um povo é um bem permanentemente renovável. Mais do que renovável, ele se multiplica. Mas a gente insiste em gastar tudo o que tem para pesquisar petróleo, competentemente, do ponto de vista técnico, mas imoralmente, do ponto de vista ético, ao deixar de lado a mais sábia das energias, que é a inteligência.

É como o discurso, Senador Mão Santa, que o senhor falou que eu fiz na semana passada ou nesta semana mesmo, segunda-feira, em que eu disse: Mas, para o Brasil está bom demais, porque a gente escolheu um imperador em vez de um presidente; mas, para o Brasil já estava bom demais. A gente fez a Lei do Ventre Livre em vez da abolição, mas para o Brasil já estava bom demais. Nós somos um gigante deitado em berço esplêndido, mas, para o Brasil, estar deitado num berço esplêndido é bom demais. E assim a gente vai seguindo a história deste País.

Descobrir um novo poço de petróleo, imenso, enorme, que nos faz um país rico em energia fóssil é bom demais, mesmo que a gente esteja jogando fora a outra energia.

Senador Mão Santa, a produção hoje é de 1,5 milhão por dia; vai subir para 3 milhões quando isso estiver funcionando, daqui a alguns anos. Se multiplicar pelos dias do ano, será quase bilhão de barris por ano. Multiplique por US\$100.00, multiplique por dois para pôr em reais e bastaria 1% disso para a gente fazer a revolução de que a gente precisa na educação. Ninguém fala em **royalties** sobre o petróleo para fazer a pesquisa, a exploração e o desenvolvimento da energia inteligência, como o Presidente Chávez está fazendo. Digam o que quiserem dele. Muita coisa é verdade sobre o autoritarismo que ele tenta exercer, mas lá o petróleo venezuelano está servindo em parte para eles desenvolverem a inteligência da Venezuela. Os árabes estão desenvolvendo, apesar de um país com pouca população. Nós não estamos.

Mas eu quero falar um pouco mais dessa reflexão sobre essa contradição terrível: um país que consegue

tirar petróleo... As pessoas não sabem a dificuldade. É no fundo do mar, dois quilômetros abaixo do solo do mar. É uma tecnologia que os outros países não têm. A gente tem, usa e tira o proveito disso. E, ao mesmo tempo, joga fora a outra energia tão mais simples.

Mas eu não quero falar para o Senador, e sim para quem está me escutando, quem está me ouvindo, para lembrar que essa descoberta é fantástica para o Brasil, vai trazer alguns benefícios para você, em casa, mas não vai trazer tanto quanto se pensa, porque o Brasil é algo fundamental, mas também cada família é algo fundamental. Graças a essa reserva, o Brasil não estará mais vulnerável no dia em que uma guerra mundial impedir de recebermos petróleo do exterior. Aqui vamos ter. E isso é muito bom para você, para cada um de nós.

Mas, pelo que li nos jornais, até agora, só quem venceu e ganhou com essa pesquisa, do ponto de vista individual, foram os acionistas da Petrobras, que tiveram um aumento de 14%. Nem um real desses 14% vai para você, em casa, vai para a nação brasileira. A gente fala tanto contra a CPMF, e com razão, e esquece que, de anteontem para ontem, um grupo de ricos brasileiros acionistas da Petrobras tiveram um aumento de 14% na sua fortuna, pelo menos na parte que corresponde às ações. O jornal de hoje – não vou citar o nome – fala de uma pessoa que ganhou R\$30 milhões.

Você que está me ouvindo tem de entender que o verdadeiro poço de petróleo que é seu está dormindo no quarto ao lado: é a sua criança. Ela está comendo com você à mesa, ao seu lado. É o seu filho, a sua filha. Você tem de entender que o verdadeiro poço de petróleo de cada família são os seus filhos, as suas crianças. Aquele outro poço de petróleo é do Brasil e é bom que a gente o tenha como brasileiros. É fundamental, importante e necessário para a soberania; ajudará cada um de nós no dia em que houver uma guerra no Oriente Médio e não pudermos receber o petróleo aqui. Afora isso, a ajuda é para o País e não para o indivíduo.

O verdadeiro benefício que se pode tirar é você próprio fazer o que a Petrobras fez no fundo do mar. Mas você não precisa fazer no fundo do mar nem mesmo gastando dinheiro. Você pode fazer se mobilizando, primeiramente em casa, para exigir do seu filho que ele estude. Educação não é uma questão apenas de escola e dos professores. É também dos pais. Não jogue a culpa nos professores, na escola. Você tem que se mobilizar dentro de casa para que o seu filho estude. Ele é o seu poço de petróleo; você é a Petrobrás da sua família.

Segundo, tem que se mobilizar na escola, tem que ir lá, porque os professores estão desmotivados. Você tem que ir lá, reclamar dos professores e apoiar os professores naquilo em que eles precisam, para conseguir recursos melhores, para aumentar o salário deles. Sem a mobilização dos pais os professores não conseguem ou passam cem dias de greve para terem 10% de aumento. E 10% não resolvem o problema dos professores, nem 30% nem 50% nem 100%. Tem que ser um aumento substancial. Você tem que apoiar os professores, mas também cobrar deles. E não só salário. Tem que cobrar que eles fiquem dando aula, que seus filhos aprendam e que tenham ensinamentos bons.

Você é a Petrobrás do seu filho, você é a Petrobrás do seu futuro, da sua família! E o seu poço de petróleo é o cérebro dos seus filhos. Alguns de vocês que ainda estão na idade de estudar também têm como desenvolver o potencial que têm dentro de vocês, como o Brasil tem, em suas entranhas, debaixo do subsolo, na bacia de Santos. A gente consegue chegar lá, montar uma plataforma, furar quilômetros de terra e de sal, chupar o petróleo, transformar em gasolina. É uma riqueza complexa, complicada, cara, que só foi possível porque alguns pais, anos atrás, insuflaram os seus filhos a estudar, porque os seus filhos estudaram e viraram os engenheiros da Petrobras, viraram os técnicos de nível médio da Petrobras. Aquele petróleo lá em baixo, que tem duzentos milhões de anos, ficaria lá mais um bilhão de anos se não fosse a inteligência humana.

O verdadeiro instrumento de produção energética é a inteligência. Primeiro, porque, se não fosse a inteligência da engenharia brasileira, o petróleo continuaria lá. Segundo, porque se tivesse inteligência para tirar o petróleo, mas não tivesse para refinar petróleo, de nada adiantaria, porque o petróleo é uma lama, que só vira algo positivo quando se transforma em diesel, quando se transforma em gasolina.

Não só isso! É que vai acabar! E, quando acabar, só haverá um jeito: é ter pessoas pensando em como fazer energia do ar, da água, do urânio, fontes alternativas, da cana, como a gente faz o etanol.

Por isso, eu queria que você que hoje lê contente, como brasileiro, que ganhamos o direito de sediar a Copa do Mundo, sinta a mesma alegria ao descobrir que você tem dentro de sua casa um poço de petróleo, talvez ainda inexplorado, que depende de você como orientador, como cobrador, como exigente de que seu filho estude e exigente de que a escola funcione bem. Mas não esqueça: a escola não vai funcionar bem se não houver governo que cuide tão bem da escola quanto os governos brasileiros cuidaram da Petrobras ao longo de cinquenta anos.

Você tem que brigar para que os governos brasileiros façam uma espécie de “Escolabras”, faça das nossas 168 mil escolas uma entidade com a eficiência da Petrobras, só que, em vez de tirar petróleo, refinar petróleo, produzir inteligência, desenvolver inteligência. Depende de você. Você tem que entender que você tem que fazer isso para o bem de sua família e pelo bem de seu País, do nosso Brasil. O seu filho, bem formado, tem futuro. E o seu filho, bem formado, vai trazer o futuro para o Brasil no dia em que essas reservas de Santos acabarem. Porque elas vão acabar. Ai não se sabe se são vinte, trinta, quarenta anos. Mas não é muito mais do que isso.

Então, vamos tirar a lição das coisas boas. Vamos tirar lição do fato de que o Brasil, de repente, entre talvez até, como disse a Ministra Dilma, na Opep, como exportador de petróleo. Por que a gente não consegue ser exportador de patentes, de invenções? Por que a gente consegue exportar petróleo e não consegue ter um Prêmio Nobel? Por que a gente consegue ter petróleo e as famílias continuam pobres? Porque a gente não deu educação igual para todos.

E a Petrobras descobrindo todo esse petróleo vai ser bom para o Brasil, mas não vai reduzir em nada a pobreza brasileira. Não tem nada a ver: mais petróleo e menos riqueza social. Nada a ver. A não ser que a gente case esses dois através da escola. Senão, a gente vai ter mais petróleo para os ricos consumirem nos seus carros. A gente vai ter um país mais soberano ou menos vulnerável quando houver uma guerra internacional que proíba os grandes petroleiros chegarem aqui aos nossos portos. Mas, no seu porto, na sua casa, tudo vai continuar na mesma situação. Os acionistas vão ganhar dinheiro. O Brasil, como nação, vai ser menos vulnerável. Isso é bom, não é ruim.

Mas você não vai ganhar direto, porque você não quer, porque você não está alerta, você não se mobiliza, porque você não participa, porque você aceita, porque você se acomoda com o fato de que o Brasil é campeão na Copa do Mundo, com o fato de que o Brasil descobre petróleo a mais, com o fato de que o Brasil é um grande produtor de automóvel, porque o Brasil já é a 8ª ou 9ª potência econômica. Mas se acomoda porque o Brasil está lá depois do 70º lugar em condições sociais. E comemoramos como um grande feito que, hoje, 40 milhões de pessoas vivem numa transferência minúscula de renda. Deveríamos estar comemorando o fato de que isso não é necessário. Mas comemoramos isso como uma grande coisa. Estamos acomodados.

Vamos fazer como a Petrobras, que não está acomodada. Ela recebe o apoio de todos os Governos, tem a inteligência nacional e paga bem. Comparemos

o salário dos funcionários da Petrobras com o dos funcionários das escolas e veremos porque somos auto-suficientes em petróleo e ridiculamente dependentes e atrasados em educação. Se o salário dos professores fosse tão bom quanto o dos funcionários da Petrobras, Senador Mão Santa, se o dinheiro que se gasta numa plataforma fosse gasto nas escolas, se o pacto nacional que mantém a Petrobras há 50 anos trabalhando fosse usado para desenvolver um programa educacional, se o Brasil pensasse nas crianças com o mesmo carinho que tem para com os barris de petróleo, seria outra a situação brasileira. Mas não fazemos isso. Comemoramos porque, para o Brasil, como disse o Senador Mão Santa, repetindo, já está bom demais: tem petróleo. Para que ter criança estudando?

Esta é a idéia que fica quando lemos os jornais de hoje: um fato a comemorar. Não vamos diminuir a importância da descoberta desse poço de petróleo que está na bacia de Santos – se isso se confirmar, porque alguns têm dúvida, pelo momento em que apareceu essa notícia, ou seja, quando se têm as notícias da crise energética e do apagão energético. Se confirmada, é para comemorar-se, mas não para dizer que para o Brasil está bom demais. Não, não está bom demais! E a culpa é de cada um de nós. Em casa, junto aos nossos pocinhos de petróleo, que são os nossos meninos e meninas – esse pocinho de petróleo que é do tamanho apenas de um cérebro, que é cinzento, e não preto como é, e não negro como é o petróleo –, vamos trabalhar com a mesma força, com o mesmo empenho para desenvolver a verdadeira energia brasileira que é a energia da inteligência.

Para isso, precisa-se de mobilização. Não acredito que os governantes o façam. Passou o tempo. E a própria Petrobras só começou porque o povo brasileiro foi à rua, porque, senão, ela não teria acontecido, Senador Geraldo Mesquita, V. Exª sabe muito bem disso. A Petrobras foi fruto de uma campanha: “O Petróleo é nosso”. Morreu gente nessa campanha. A gente precisa fazer uma campanha: “Educação já!”, como se fez o “Petróleo é nosso”, como se fez “Diretas já”, como se fez “Anistia”. Cada campanha brasileira só deu resultado quando o povo foi à rua. Não vai adiantar discurso de um, dois, três, dez Senadores aqui, enquanto não houver uma mobilização nacional para que a gente faça com o cérebro de nossas crianças aquilo que a gente faz com os poços de petróleo: cuidar, ir atrás, identificar onde estão, colocar o sistema de extrair saber, como a gente tem o sistema de extrair petróleo, refinar esse saber bruto que está na cabeça de cada um como refinamos petróleo para transformar em gasolina. Isso é tão possível, gente!

Bastava uma CPMF, 0,38% sobre cada barril de petróleo, para termos o dinheiro para fazer a revolução educacional. Mas fazemos o contrário. Esses barris de petróleo não trarão qualquer benefício para a educação brasileira e, ao mesmo tempo, estamos tirando dinheiro previsto para a educação pela Lei Calmon – que destinava 18% da receita da União para a educação. Com essa tal de DRU misturada à CPMF que votaremos, em vez de 18%, apenas 15% irão para a educação. Tiramos 20% dos 18%, ou seja, neste País, enquanto descobrimos, exploramos e comemoramos a descoberta de novos poços de petróleo, destruimos, abortamos, impedimos o desenvolvimento do maior de todos os poços energéticos que um País pode ter, que é a inteligência do seu povo, que começa no desenvolvimento da inteligência de suas crianças.

Vamos comemorar, mas sabemos que é pouco, é muito pouco se considerarmos o longo prazo e o bem-estar não apenas da Nação brasileira como entidade, mas também de cada família, cada pessoa, cada criança de hoje que amanhã será um adulto.

O Senador Geraldo Mesquita pediu um aparte. Peço desculpas por demorar tanto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a apenas demorou 20 minutos, foram os mais importantes na História do Senado. Estamos aqui, eu e o Geraldo Mesquita Júnior.

Eu já li muito sobre o Senado e sei que o João Calmon escreveu sobre a história da educação, o Darcy Ribeiro, no seu livro, **O Povo Brasileiro**, mas ninguém falou tão bem como V. Ex^a. Pacientemente, o Geraldo Mesquita Júnior está aí para participar.

Portanto, quero me congratular e dizer que não é em vão, pois, como diz Fernando Pessoa, “vale a pena quando a alma não é pequena”. V. Ex^a, neste instante, é ouvido pelo magnífico e extraordinário serviço da televisão do Senado, que hoje o povo brasileiro busca porque aqui está a verdade. V. Ex^a fala pela fabulosa Rádio Senado.

E quero aqui prestar uma gratidão. Sabemos que isso é reproduzido no *Jornal do Senado*, mas temos outro veículo importante que temos olvidado: a Agência Senado.

Essa Agência torna esta Instituição numa das mais valorosas na defesa da democracia brasileira. É um dos veículos do sistema de comunicação do Senado.

A Agência Senado, que integra o sistema de comunicação do Senado, realiza a cobertura jornalística de todos os trabalhos da Casa e disponibiliza esse material no decorrer do dia pela Internet e em tempo real. Além de notas e reportagens completas, que são transmitidas gratuitamente pela rede, a Agência pro-

duz uma agenda diária das atividades do Plenário e de todas as comissões do Senado.

Esse veículo também divulga dois boletins eletrônicos distribuídos ao longo do dia, de maneira a manter o leitor informado sobre o que está acontecendo momentos após a ocorrência do fato. Além disso, a Agência fornece imagens digitais diárias e recentes dos acontecimentos e dos Srs. Senadores e alimenta a barra de notícias exibida pela TV Senado. Recentemente, lançou uma página eletrônica com noticiário em inglês e espanhol.

Toda a cobertura é divulgada com rapidez e repercussão para jornais e agências públicas e privadas de notícias do País. A Agência é um dos veículos de comunicação do Senado que mais cresceu em audiência nos últimos anos: em 2004, registrou 1 milhão de acessos; em 2005, pulou para 4,5 milhões; e, nos 4 primeiros meses de 2006, já havia ultrapassado a casa de 2 milhões de visitantes, fechando o ano com mais de 5 milhões de acessos.

Dirigida por Valéria Ribeiro Franklin, a Agência movimentada diariamente uma equipe de repórteres para divulgar, em primeira mão, para toda a mídia nacional e internacional, todas as atividades legislativas, levando ao conhecimento do País a atividade do Senado Federal e colaborando para que os discursos dos Srs. Senadores sejam corretamente interpretados pela sociedade.

V. Ex^a fique certo, Senador Geraldo Mesquita, que tivemos o privilégio de estar ao vivo aqui debatendo, e isso não foi em vão. Talvez seja o momento mais feliz para a Nação brasileira o que vamos colher da inteligência de V. Ex^a, Senador Cristovam, mandando os brasileiros cultivarem nossa maior riqueza: o cérebro de nossas crianças.

Passo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a hoje se superou. E o interessante disso é que, no seu caso, temos certeza absoluta de que, amanhã, V. Ex^a se superará mais uma vez. Eu estava aqui dividido entre o desejo de apartear-lo e o medo de interferir no seu discurso e quebrar esse encanto que V. Ex^a construiu hoje aqui. O Senador Mão Santa tem razão. V. Ex^a hoje construiu uma ode à educação, uma ode ao povo brasileiro, uma ode à inteligência. V. Ex^a hoje criou uma imagem que deveria se fixar na mente de todos nós: a de que temos poços de petróleo nos quartos dos nossos filhos, das nossas crianças em todo o País. Não diria poços de petróleo, mas poços de energia renovável, como V. Ex^a mesmo disse. São energias que, se receberem investimentos, estímulos, além de serem renováveis, produzirão a riqueza do País. Petróleo é efêmero. V.

Ex^a, inclusive, já vaticinou: daqui a 40, 50 anos, o grande poço descoberto será pó, mas o povo brasileiro é permanente. Há necessidade de criarmos as melhores condições para que nossas crianças, nossos jovens, o povo brasileiro, enfim, produza inteligência. Essa é a energia do mundo, essa é que é a energia que permite, inclusive, o surgimento de uma Petrobras, como V. Ex^a bem lembrou. Essa é que é a energia em que devemos investir, Senador Buarque. Como eu disse, eu estava aqui, dividido, pois não queria quebrar o encanto de seu discurso, mas eu não podia deixar de parabenizá-lo. Hoje o Senador Mão Santa, mais uma vez, tem razão. Confesso a V. Ex^a aqui, eu não me lembro de um pronunciamento, diria a V. Ex^a até, tão encantador como o que V. Ex^a produziu hoje aqui no plenário. É um pronunciamento que deveria ser impresso como nossa “constituiçãozinha” para ser distribuído pelo País afora, em letras pequenininhas, mas impresso e distribuído a cada brasileiro, para pensarmos no que V. Ex^a disse hoje aqui, na imagem que V. Ex^a construiu. Ficamos com a cabeça voltada para o poço de petróleo que descobrimos, que, não resta dúvida, tem a sua importância, e, com isso, negligenciamos os poços de energia que nós temos dentro de casa, dentro do nosso País, neste mundão de Brasil. Parabéns a V. Ex^a e que Deus permita que V. Ex^a continue com essa inteligência. V. Ex^a é acusado, inclusive, de ter um único discurso, acerca da educação. Mas olhe a diferença: V. Ex^a, talvez, tenha um único discurso, mas, dentro desse único discurso, todo dia V. Ex^a mostra a este Plenário, a este País, formas diferentes de tratar a questão da educação. Aí é que reside a importância e o mérito da sua atuação nesta Casa, como homem público, e neste País. Parabéns!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito obrigado aos dois Senadores.

Quero dizer que fico sinceramente emocionado, mas...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Permita-me, Dr^a Cláudia Lyra – e quis Deus que eu e o Senador Geraldo Mesquita estivéssemos aqui representando o Senado –, que este pronunciamento do Senador Cristovam Buarque seja buscado. A Casa já publicou livros sobre os melhores pronunciamentos do Senado e se fez até CD – idéia do Senador Antonio Carlos Magalhães. Então, que seja buscado, Dr^a Cláudia Lyra, este pronunciamento e levado ao Presidente da Casa, para que, na próxima edição, seja incluído entre os melhores pronunciamentos feito nesta Casa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, Senador Geraldo Mesquita Júnior, não quero diminuir a generosidade de vocês, mas eu não vou deixar de fazer uma confissão.

Apesar de tudo isso que os senhores dizem, eu ontem estava assistindo, já muito tarde da noite, o noticiário de uma dessas cadeias internacionais e que falava de um homem colombiano, cujo filho foi seqüestrado, que decidiu caminhar pela Colômbia inteira, inclusive carregando umas correntes nele amarradas, para defender a paz na Colômbia. E dei um susto na minha esposa quando lhe disse: “será que, em vez de fazer discurso engravatado, naquele frio do ar condicionado do Senado, não seria melhor eu ir para o Chuí e começar uma caminhada até o Oiapoque falando de educação, falando da revolução de que o Brasil precisa?”

Senador, temos conhecimento de todos esses veículos que o Senado usa – felizmente e graças a ele, o que falamos aqui chega a algum lugar –, mas infelizmente e sinceramente, a imprensa hoje só se interessa pela CPMF, como foi com o “mensalão” antes. E só vai se interessar, daqui a alguns meses, pelo próximo escândalo, e não haverá um único jornalista para querer falar disso.

Por isso, ontem eu me perguntei, apesar de tudo isso, Senador Mão Santa, será que o melhor lugar para ajudarmos a fazer a revolução é aqui, nesta tribuna, mesmo com todos esses veículos, ou fazermos uma grande caminhada neste País? O susto que dei na minha esposa quando falei isso, é claro, não durou muito, porque eu acho que, na idade em que estou, e do tamanho que é o Brasil, talvez eu exagerasse em meu quixotismo ao fazer isso. Então, por conta da idade e do tamanho do Brasil, vou continuar aqui, falando essas mesmas coisas, enquanto tiver energia.

Agradeço aos Senadores a gentileza. E, por favor, não foi para os Senadores que eu falei, mas para cada um de vocês que estão em casa. Não se esqueça, você tem um poço de petróleo em casa, um, dois, três, quatro, seus filhos. Agora, você precisa fazer como a Petrobras. Ela transforma uma matéria bruta que é a lama chamada petróleo, escondida no subsolo, em gasolina, em diesel; e vocês precisam transformar essa coisa que vocês não vêem, a massa cinzenta que existe dentro da cabeça de cada um de seus filhos, em inteligência. Para isso, prestem atenção, acompanhem, exijam das crianças que vão à escola, briguem com os professores, apóiem os professores, exijam equipamentos. E os professores não podem fazer isso se não tiverem o apoio de vocês junto às autoridades, junto a cada governante. Vão à Prefeitura, vão à sede do Governo, manifestem-se; façam como as gerações anteriores fizeram para que o petróleo fosse nosso, para que se criasse a Petrobras, lutem para criar uma espécie de “Escolobras” neste País. E não esqueçam que, a cada quatro anos, vocês escolhem aqueles que vão decidir o futuro do Brasil: só com petróleo, que se acaba,

ou também com inteligência; só para beneficiar uma grande empresa nacional, ou para beneficiar a família de vocês também. Lembrem-se disso.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Mão Santa deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – RN) – Mais uma vez, parabéns, Senador Cristovam Buarque, pelo discurso emocionante que V.Ex^a acaba de proferir nesta Casa.

Concedo a palavra ao eminente Senador Mão Santa, digno representante do Estado do Piauí no Senado Federal.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, que preside esta sessão de sexta-feira, 9 de novembro, Srs. Parlamentares, brasileiros e brasileiros aqui presentes e que assistem à sessão pelo Sistema de Comunicação do Senado Federal – TV Senado, Rádio Senado AM e FM, Jornal do Senado e Agência Senado –, este é o melhor Senado da República nesses 183 anos. Eu sei que tem problemas, *errare humanum est*. Cristo, quando andou pelo mundo, fez o senadinho dele: reunia-se, tinha vinhos, pães, papo, conversa, mensagem. Era pequenininho, formado por 12 pessoas, ô Cristovam, 13 com ele, não é? Naquele senadinho de Cristo, rolou dinheiro, rolou traição, rolou força. Se aquele de Cristo, pequenininho, tinha problema, como é que nós não vamos ter? Mas, este é. Primeiro, sexta-feira, nunca, nos 183 anos deste Senado... E Senado é para isso mesmo, somos os pais da Pátria.

Eu vou fazer 41 anos como médico, 16 de dezembro, médico mesmo. Geraldo Mesquita ali simboliza, Procurador da Fazenda, continuador de Rui Barbosa no amor ao Direito e à justiça, e o professor Cristovam Buarque.

Sexta-feira, Senado, Deus já disse, busque os mais velhos, os mais experientes e os mais sábios. Moisés ia desistir, bezerro de ouro, quebrou as leis. Busque os mais experientes e eles o ajudarão a carregar o fardo do povo. Aí, nasceu a idéia de Senado, melhorado na Grécia, na Itália do Renascimento, na França e aqui melhorada por Rui Barbosa e por nós.

Mas, o Senado é para fazer leis boas e justas. Nós temos tentado. Daí eu ser radicalmente contra a CPMF. A CPMF é uma mentira. Eu gosto do Luiz Inácio. O Luiz Inácio é gente boa. Eu acho a Marisa encantadora, ela parece a Martha Rocha quando era menina, bonita, olhos verdes, encantadora a primeira-dama. É uma figura. Mas eles têm de ouvir o Senado.

O Senado foi certo e clemente. Ele poderia ter sofrido um **impeachment**.

Esse negócio do Collor foi Mobral, um pecado venial.

Ele mesmo, Lula, no desespero, disse: “São uns alopados”. Foi ele quem disse, e nós compreendemos. Não fui eu, não. Nós não fizemos o *impeachment* dele, porque o Senado é isto mesmo. Ele disse que não era, e nós, tolerantes, acreditamos. Então, veio o STF. Ele nomeou – quase todos foram dele. O Procurador carimbou. Não fomos nós, não. O STF carimbou 40 alopados. Não é?

Quanto à CPMF, Luiz Inácio, é para ouvir aqui. Eu votei nele. É aqui, foi criado para isso. Nesta sexta-feira, ouvi o melhor pronunciamento anticorrupção – maçonaria, Funasa, soldado – de um médico: Mozarildo Cavalcanti. Depois, Edison Lobão falou sobre a valia da escola técnica, defendendo-a.

Ô Luiz Inácio, V. Ex^a foi um felizardo. Este Brasil era organizado. Luiz Inácio estudou no Senai, uma escola-padrão organizada. Este País era organizado. Luiz Inácio teve o privilégio de crescer, com as dificuldades dele, num País de estadistas. O Senai era uma escola.

No Piauí, ele foi criado pelo meu tio e padrinho, José de Moraes Correia. Eu conheço a história. A minha família é de industriais. Quem exerce a presidência da Federação das Indústrias do Estado do Piauí é um irmão meu. O Senai é uma escola padrão. Então, o Luiz Inácio foi privilegiado, este País era organizado. Mas, hoje, Luiz Inácio, “é nós”.

Aí veio o Edison Lobão. Depois, Geraldo Mesquita, uma felicidade extraordinária, ele que é do Direito, do tributo, pelo cargo, com suas idéias, mostrando como é ridícula essa discussão da CPMF, o que ela simboliza na totalidade dos nossos impostos, que não atinge 40%. E ele mesmo, com a sua experiência e a sua função, antes de ser Senador, deu os caminhos, porque a própria máquina administrativa, combatendo a corrupção, combatendo a sonegação, combatendo o desperdício, a incompetência, poderia corrigir isso.

Eu sou conta a CPMF; sou mesmo. Agora, ô Cristovam, mandar o Wellington Salgado, com uns dados ridículos, a Roseana Sarney, com uns números ridículos, para cima de mim? Isso aqui não é brincadeira não! Eu vou fazer 41 anos de médico agora, ô Cristovam. Eles têm quase essa idade. Roseana, com números ridículos, vindo de um ministério de alopados. Ridículos!

Esse nome “Mão Santa” veio foi do Maranhão. Foi o povo em gratidão, um aposto. Tutóia, Barro Duro. Levei uma Santa Casa nas costas.

Então, a CPMF é uma mentira. Mentira no nome: Provisória. Já começa mentindo. Já votamos, Senador Geraldo Mesquita. E vamos votar. É de quatro em quatro anos, como a Copa do Mundo. Tornou-se a copa da malandragem, a copa da safadeza, a copa da sem-vergonhice, de quatro em quatro anos.

Luiz Inácio tem razão. Ele disse que aqui havia 300 picaretas. Os 300 picaretas – vou conferir, vou pedir ao Luiz Inácio uma audiência – acho que aumentaram: é DAS, é mensalão, é cargo, é ministério, é dinheiro. E alguns ainda disseram: “vamos botar agora só por um ano”. Quer dizer, aí é o campeonato brasileiro, todo ano, da malandragem. Não está direito.

Rui Barbosa, Senador Geraldo Mesquita – V. Ex^a está aí e nunca dantes uma Presidência foi tão bem ocupada –, Rui Barbosa está ali porque ele disse que só há um caminho, uma salvação: a lei e a justiça. Isso não é lei! Foi aí, num momento de crise, um homem honrado conseguiu curvar o Congresso provisoriamente, pois o País passava por uma dificuldade financeira internacional, para socorrer a saúde. E piorou. Adib Jatene.

Eu trabalhei com Adib Jatene. Estudei cirurgia no nascedouro, no Rio de Janeiro, em 1969. Ele me ajudou, eu Governador de Estado, ele Ministro. Essa credibilidade é que fez provisória. Isso é como se bota um balão de oxigênio. Tu não vais andar com um balão de oxigênio a vida toda! Eu já recorri muito a isso. Ali, quando se está operando, o paciente entra em choque, cianose... Aquilo foi o oxigeniozinho que ele buscou para a saúde. Mas há muito tempo levaram foi o balão. A enfermeira segurasse; então, não ficou na saúde. Desviaram. A saúde está aí. Foi dito aqui.

O Mozarildo começou no dia de hoje... Isso é importante, Cristovam, você não estava aqui. Lá no Piauí – eu quero lhe convidar – há 66 km de praia, mar *caliente*, eu podia estar agarrado com Adalgisa, tomando meu uísque, comendo um peixinho, nos verdes mares bravios, ventos nos acariciando, sol nos tostando, rio que nos abraça. Eu já lhe convidei. Você me levou, lá na sua, e não aceitou meu convite. Então, nós estamos aqui porque é crença. Eu acredito que isso é importante. Eu podia está lá, tomando um uisquinho. A turma sabe, os pescadores sabem o que é bom, Cristovam. Momentos de irresponsabilidade... Mas estamos aqui porque acreditamos.

Olha, eu ouvi o pronunciamento de Geraldo Mesquita. V. Ex^a hoje se superou. E eu gosto... Não conheci pessoalmente, assim, como Deus me colocou – convivemos alguns anos, governadores juntos –, o Darcy Ribeiro, mas li os livros dele – *O Povo Brasileiro*; *Confições*, o último dele –, a história política dele.

Mas V. Ex^a hoje, Senador Cristovam Buarque, foi... É como anunciei: é bom para o Brasil. V. Ex^a pegou uma estrofe, fez um raciocínio, e o Geraldo Mesquita completou.

E estou aqui, agora, porque essa CPMF foi isso: mentira na aplicação, mentira na defesa. Ô Luiz Inácio, nós somos a defesa. Os aloprados pensaram que iam enganar o País. E eu venho, incorporando aqui Castro Alves – quando eu era menino, aprendi, em *O Navio Negreiro*: Ó Deus, ó Deus, onde estás que não nos atende? É isso. Mentira, Cristovam. Aí vem um aloprado, o Lupi, querer mandar na consciência de Cristovam Buarque? Um aloprado que devia ter sido afastado da vida democrática. Eu vi o Saturnino Braga chorando pela pressão de uma carta, para ganhar, com uma carta espúria, malandra, o mandato de Senador. E nós, pais da Pátria, driblamos a carta e o absolvemos, num momento difícil, em que estava até doente o Saturnino. Um malandro, aloprado daquele, querer fechar questão para Cristovam Buarque, para Osmar Dias, para Jefferson Peres? Aí acaba. Ó Deus, ó Deus, lance um raio aqui. Não dá. É mentira! Isso é mentira, mentira que eles saíram, o Mantega... Ô Mantega, te manca! Sair dizendo, sair discursando aí que só é imposto – começou aí – para branco que tem cheque. Até preconceito botaram. Os aloprados, Luiz Inácio... Branco que eles querem dizer é rico, não é? E nem é isso! Nós temos no STF um preto; aqui temos o Paim, de cor preta, e é o mais iluminado de todos nós; eu tenho um amigo, Paulo Carvalho, que foi presidente do meu Partido. Quer dizer... Até isso! Uns aloprados disseram que isso é coisa de branco! Onde é que nós temos esse preconceito? Há alguém mais idolatrado e respeitado que Pelé? E de dinheiro, também. Quer dizer, uns idiotas pensavam que a gente era idiota. Mantega, vá se mancar, aloprado! Ah... Ô, Luís Inácio! E, agora, com esse aí... E vem o Wellington Salgado com uns números... Roseana Sarney com uns números... Fechar questão em PMDB? “*L’État, c’est moi*”, Luís XIV. Eu posso dizer: o PMDB sou eu. Vocês perderam a eleição do PMDB. Ulysses estava aqui em 1974. Aprendam! Nós estamos aqui para ensinar. Em 1974, ele e Sobral Pinto... Havia 93 do PMDB neste Congresso. Sabe quantos votos ele teve? Teve 76, Luiz Inácio. E 17 não votaram no Ulysses, não votaram para Presidente. Acharam que não devia haver aquela solenidade. Eu acho que devia! Ulysses fez o mais belo discurso. Petrônio Portella falava por Geisel. O Piauí entrou para a história. Mas aqueles 17 acharam que aquilo estava carimbando o regime e não votaram. Não foi fechada a questão, não. Isso no nascedouro.

Eu, antes de Ulysses, estava em Parnaíba, com Elias Ximenes do Prado, no ano das eleições para o PMDB. E esses aí... Esses aí? O Presidente do PMDB, eu fui muito importante para a vitória dele, muito. O candidato dele era um macacão que até correu.

Fechar questão é querer dizer... Todo mundo sabe o meu ponto de vista, eu já o tinha defendido. Então, é um desrespeito. E eu não estou aqui para ser desrespeitado. Sou do Piauí. Eu já havia manifestado a minha consciência, com a minha independência, que é do Piauí... E eu vim aqui para produzir pelo Piauí. Presidente Sarney, eu quero lhe aconselhar, e posso. Eu represento a coragem e a verdade. Ulysses disse que, sem coragem, todas as virtudes desaparecem. Vamos fechar questão em uma coisa que o Presidente Sarney fez de extraordinário. Isso, sim! Mas nesse negócio? Hoje, para felicidade, o Geraldo – que nem estava lá – mostrou todo o raciocínio dele, em um debate qualificado, independente.

Presidente José Sarney, Wellington Salgado, Dona Roseana, peguem uma bandeira que presta. Eu posso dizer. Eu sou o general do PMDB. Não é conversa, não. Ontem, o Michel Temer veio aqui me convidar para almoçar com ele. Lamentei, porque costumo estar nas reuniões e não pude. Convidei-o também, como estou convidando vocês, a ir ao Delta do Parnaíba.

Esse negócio de fechar questão quem decide é a Executiva, é o Presidente do Partido. Isso não é PMDB. PMDB é liberdade, é respeito. Fui candidato, já ganhei eleições e perdi eleições. Alguns quiseram ir para o PT e foram, e eu respeitei, inclusive o Alberto Silva, que era Senador, que é o Presidente do Partido. Ulysses respeitou os dezessete que não votaram nele. Essa é a democracia.

Temos que ter bandeira. O Cristovam está aí porque ele tem a sua bandeira, a convicção. Olha aqui, ele ousou até demais. Platão: “Seja ousado, não em demasia.” Na primeira escola que ele criou. Seja ousado. Usou a ousadia. O Cristovam foi ousado demais, colocou uma bandeira que devia ser escrita e não um lema positivista de Augusto Comte e de outros brasileiros positivistas: “Ordem e Progresso.” Educação é progresso.

É uma bandeira. É simbolismo.

O Presidente Sarney tem uma coisa, e está aí. Isso é que eu considero desrespeitar... S. Ex^a fez a maior genialidade: a ZPE. Esse povo não sabe nem pegar bandeira. Foi um momento de inspiração extraordinária do Presidente Sarney, do PMDB. A ZPE sim!

Em 1988, estudioso, estadista que é, com visão de futuro, analisou a China. A China tinha 23 ZPEs. Ele foi lá, viu, estudou e criou em 1988. Participei, em Parnaíba... No fim do governo, além da generosidade

que teve com o programa do leite, o melhor programa alimentar do Brasil... Um bem nunca vem só, como disse o Padre Antônio Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Sem água oxigenada.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sem água oxigenada. Olha a pureza!

E mantinha a família com a vaquinha, os bezerros na zona rural. Além de alimentar com o melhor alimento, fixava o homem com sua vaquinha no campo, evitando o êxodo para as capitais de pessoas com mão-de-obra não qualificada e essa violência que aí está.

Então, ele teve a inspiração do ZPE, do trabalho. Inspirou-se na China, que tinha saído da revolução.

Plantou, mas não aguaram. Ele ressurgiu aí com voz e o PMDB não apóia. Não vi nenhuma reunião, não vi nenhum deles pegar bandeira, esses tontos. Essa é a bandeira.

Eu vim aqui dizer o seguinte: a nossa ZPE lá da cidade de Parnaíba recrudescceu. O Sarney fez um pronunciamento de estadista. Aí a China disparou, crescendo 10%, até 14%. É exportação, tudo é chinês. Daqui a pouco chega até o leite chinês. Fui aos Estados Unidos, e o chinês só sabe dizer “ten dollars.” Um relógio é ten dollars, um rádio é ten dollars, tudo é ten dollars. Então, a ZPE que o Sarney... Uma foi na minha cidade, em 1988. Foi lá, no terreno... Ô Geraldo Mesquita, tem quantas aí? Ele criou muitas. Essa cidade, que é extraordinária, de Evandro Lins e Silva, de João Paulo dos Reis Velloso, de Antônio Augusto Velloso, de Raul Velloso, de Alberto Silva... Eles se movimentaram porque os técnicos agora fizeram um laudo, em 1988, e tentaram tirar de Parnaíba uma ZPE, o sonho, a semente plantada. É uma Zona de Processamento de Exportação. Eles têm benefícios, não pagam Imposto de Renda, IPI, Cofins e podem vender 20% para o mercado total. Ele teve dificuldade porque o Sudeste industrializado não quer concorrente.

Na visão de Sarney isso traria a diminuição dessa desigualdade regional, como quis Juscelino Kubitschek ao criar a Sudene e a Sudam, hoje fechadas. Eu digo: Presidente Sarney, é uma tristeza!

Quando eu era Deputado, eu vi um Deputado que foi Senador, pulou de lá para cá, até o apelidaram de “João do Pulo”, o homem mais inteligente que eu vi, foi chefe da minha companhia energética, e eu era Deputado Estadual com ele, uma das maiores inteligências. Ele dizia, Cristovam Buarque, que tinha dois brasis: o do Sul e o do Norte e Nordeste. A renda lá era o dobro da do Norte e do Nordeste. E no Nordeste havia dois nordestes. Naquele tempo só havia dois ricos: Bahia e Pernambuco. Os outros eram pobres: Piauí, Paraíba e todo o resto. Do maior para o menor,

a diferença de salários mínimos era de quatro vezes. Agora, brasileiras e brasileiros, Luiz Inácio, nordestino, Presidente Sarney, é de 8,6 vezes a diferença do maior salário, que está em Brasília, renda *per capita*, para o menor, que está no Maranhão. E o Presidente Sarney pensou nessa ZPE, e estão aí...

Aí, agora, nesse renascer, querem isolar Parnaíba, porque falta estrutura – isso foi em 1988. Falta trem. Luiz Inácio, eu estou zelando por V. Ex^a. Ô Geraldo, eu vi o Prefeito da cidade de Parnaíba, eu vi o Governador do Estado, que é do PT, eu vi o Luiz Inácio, vi o Alberto Silva, idealista, que vocês conheceram, um engenheiro ferroviário, e eles falaram assim: em 60 dias os trens estarão funcionando, levando de Parnaíba a Luís Correia, ao litoral, e em 120 dias estarão funcionando para levar da capital até lá.

Não tocaram, Luiz Inácio, os “aloprados”, nem um dormente. V. Ex^a disse... V. Ex^a tomou banho no mar, que eu estou convidando aqui o Senador Cristovam Buarque e o Senador Geraldo Mesquita Júnior para conhecer, olhou as pedras do porto e disse: “Dez milhões de dólares um modelo reduzido.” Foi iniciado para terminar. E nada! Isso ficou como mentira, como é a CPMF.

Então, são estas coisas... Esta, sim, é uma bandeira boa para o PMDB, para o Presidente de Honra, que é o Senador José Sarney, o único Presidente que foi do PMDB que exerceu... Levantar estas ZPEs... A de Parnaíba, que ama o Presidente Sarney, a quem eu dei o título de cidadão parnaibano.

Então, aqui tem documentos de Lauro Andrade Correia, intelectual, ex-Presidente da Federação, que criou, na nossa cidade... Talvez ele tenha sido o melhor Prefeito, eu fui Prefeito, assim como Alberto Silva, mas tem coisas... Não é?! Nós realizamos muito, não vou dizer, mas tem coisas... O essencial é invisível aos olhos. Esse Lauro Correia deu para a cidade uma bandeira, um hino e o centro cívico. Ele manda um documento. Cristovam Buarque, eu não vou dizer que o Professor Iweltman é igual a você, mas é o que mais se aproximou, como São Francisco, de Cristo. É professor, é vereador, como Mitterrand disse que ia ser, é idealista. Ele está fazendo uma reunião marcada para se discutir, porque eles estão tentando tirar a ZPE de Parnaíba, porque não tem o trem para o qual o Luiz Inácio deu a palavra... Levou todos os votos, é lógico, mas não saiu... Todos os votos; e, agora, estão tirando.

É uma cidade que diminuiu. O domínio do PT é sempre isso. Aprenda, Geraldo, diminuiu a população em cinco mil. Foram embora, pois não têm esperança. Ernst Werner disse que a maior estupidez é perder a esperança de emprego, de trabalho. O Professor Iweltman fez um trabalho que mostra que diminuiu em mais

de dez mil o número de matrículas naquela cidade; a renda *per capita*, segundo Joselito, agrônomo, é a metade, hoje, da cidade de Picos, em relação a São Paulo; e, nas belezas, ficou tão fraco esse domínio, que lá nós temos verdes mares bravios, o Delta, a Lagoa do Portilho e tal, o rio Igarapu, que nos abraça, a Pedra do Sal, e nenhuma foi reconhecida como uma das maiores belezas naturais do Piauí; e sua gente, simbolizada por Evandro Lins e Silva. Então, nós precisamos dessas ZPEs.

Há também o trabalho de um empresário, um trabalho bem feito, chamado Renato Santos, que defende as ZPEs de Parnaíba. Olhe, ganhamos as eleições. Elias Ximenes do Prado, Deputado, Prefeito, eu estava com ele. Eu era o “primeiro-ministro”, Secretário de Saúde, liderei o PMDB. E terminava a primeira turma da Faculdade de Administração. Cheguei para o Prefeito e disse: “V. Ex^a não pode convidar todos os formandos, mas vamos pegar um e nomear Secretário de Administração, para simbolizar a crença no saber, no estudo.”

Sócrates disse que só tem um grande bem: o saber; só tem um grande mal: a ignorância. Luiz Inácio, quero tirar os “aloprados” que nadam no mar da corrupção e da ignorância de seu Governo. Esse é o diálogo. É isso que queremos. Não queremos nada pessoal. Deus já foi muito bom. Ele me fez nascer no Piauí, naquela praia, casar com uma mulher do Piauí, Adalgisa, ter quatro filhos piauienses. Meu filho Francisco Júnior, empresário, também manda um documento sobre as ZPEs.

Então, esse é o clamor por que venho aqui. Esse pedir, pedir, com humildade. Pedi e dar-se-vos-á, e a gratidão aprendi com minha mãe, Luiz Inácio. A gratidão é a mãe das virtudes.

Então, Vossa Excelência tem de ser agradecido, ganhou todas as eleições no Piauí. É dando que se recebe, e o que queremos é isso. Represento aquele povo, a verdade daquele povo. Lá, Vossa Excelência está rodeado de “aloprados”, mais do que aqui. É uma vergonha o número de “aloprados.” Muitos nunca trabalharam, nunca estudaram.

Ô Cristovam Buarque, o Estado vê. Sou neto do homem que foi o mais rico daquele Estado, teve dois navios, fábrica no Rio de Janeiro, ganhamos. Geraldo, nós vemos o meu patrimônio e o dos “aloprados” do Piauí. Não é o PT todo, não. O PT tem gente boa. O Vereador Jacinto Teles é um homem honrado, lutador. Outro dia pediu até a cadeia para a Presidente do PT; ele é Vereador do PT.

Há outro, João de Deus Cunha, denunciando, Luiz Inácio, o apagão. Há outro, Nazareno, Deputado Federal, correto, honrado. Aliás, eu disputei o Governo

do Estado, ganhei no momento, mas ele é um homem de muita valia. Há gente...

Então, Luiz Inácio, isso é o que nós queremos de imediato. Presidente Sarney, foi V. Ex^a que plantou isto: PMDB, minha Bancada. No meu rosto, tenho as cicatrizes da luta, do trabalho. Já ganhei e perdi eleições, mas nunca perdi a vergonha e a dignidade. Essa é a coisa.

Nós estamos aqui para ensinar, Luiz Inácio. É o Piauí, que deu um Presidente a esta Casa, Petrônio Portella, Flávio Marcílio, da Câmara; o Piauí de Evandro Lins e Silva, de João Paulo dos Reis Velloso, dez anos sendo a luz do progresso num período revolucionário. Vinte anos de mando, nenhuma indignidade, nenhuma imoralidade, nenhuma corrupção. Eu represento essa gente e venho aqui pedir, Luiz Inácio, aqui que é o caminho e a verdade. Esqueça esses “aloprados” que o rodeiam e vamos buscar a verdade. Ajude-nos a enterrar essa CPMF. Nós faremos a lei boa e justa.

Está aí o Cristovam Buarque. Não há uma lei para educação? Por que nós reverenciamos aqui Pedro Calmon, João Calmon, Darcy Ribeiro? Todos os simbolizados fizeram uma lei boa e justa para a educação: 25%. E eu a cumpri como Prefeito, eu a cumpri, Luiz Inácio, como Prefeito e Governador.

Por que não há uma lei boa e justa, Senador Geraldo Mesquita, para a saúde? Eu vim debater a Emenda nº 29, para a saúde, essa picaretagem, esse negócio provisório enganando o povo, esse balcão de negócios e de falcaturas. A saúde não merece uma lei séria? Serão 12%, 13%, 14%, 11%? Este Congresso, em poucos dias, saberá. É o que nós queremos.

Por que não foi dinheiro para a saúde? Aí estão a dengue e a rubéola. A rubéola em Cristovam Buarque e em Geraldo Mesquita não é nada. Mas, em mulher gestante, o filho nasce monstro. Eu conheci alguns. Voltaram a malária e a tuberculose. Hospitais do Rio

de Janeiro operam cabeça com instrumentos de marcenaria; em fraturas ortopédicas de coluna, são usadas talas de papelão.

Esses “aloprados” estão enganando Vossa Excelência, Luiz Inácio. Ó Deus, onde estás? Ó Deus, que atendeu a Castro Alves naquele grito do navio negreiro, atenda-nos! Luiz Inácio, a melhor conselheira que você pode ter é sua mulher, Marisa. Eu estou assim, porque ouço minha mulher, Adalgisa. É hora, Luiz Inácio, de enterrar essa mentira e de fazer nascer uma lei. O exemplo, Luiz Inácio, foi de Deus, que buscou e deu as leis para Moisés, mostrando que são as leis que governam.

Então, estamos aqui. Quis Deus, ali está Rui Barbosa, respeito à lei. O Piauí lembra Evandro Lins e Silva, de quem nos orgulhamos, e quis Deus estar presidindo esta reunião de sexta-feira, talvez a mais importante pelos pronunciamentos sérios, um homem da lei.

Luiz Inácio, vamos enterrar essa falcatura que é a CPMF, que é toda mentira, e fazer nascer a verdade, a lei. Jesus disse, ô Cristovam. Ele falava: “De verdade, em verdade, eu vos digo.” Ele não falou “de mentira, em mentira, eu vou governando, Luiz Inácio.” A CPMF é mentira.

Façamos uma lei boa e justa, como Deus entregou a Moisés para melhorar o mundo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito bem, Senador Mão Santa. Parabéns pelo pronunciamento.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 49 minutos.)

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4669 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003108/88-0,

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 43, de 1988, que aposentou o ex-servidor do Quadro de Pessoal do Senado Federal CARLOS ADOLPHO DE JESUS, para incluir, a partir de 01/07/1994, as vantagens da Resolução (SF) nº 74, de 1994, combinado com o Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 12 de setembro de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4673 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 009023/84-4,

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 56, de 1984, que aposentou o ex-servidor do Quadro de Pessoal do Senado Federal ARMANDO OSCAR HACKBART, para incluir, a partir de 01/07/1994, as vantagens da Resolução (SF) nº 74, de 1994, combinado com o Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 12 de setembro de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 4886 , de 2007**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 013767/85-2,

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 165, de 1985, que aposentou voluntariamente, com proventos integrais, a ex-servidora do Quadro de Pessoal do Senado Federal, falecida em 12 de agosto de 2005, LYGIA ABREU ALAGEMOVITS, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, para substituir a vantagem "20% de Acréscimo", pelas vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1994, combinado com o Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 10 de outubro de 2007


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 4892 , de 2007**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 009464/93-0,

RESOLVE tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral nº 741, de 2004, e alterar o Ato do Presidente nº 39, de 1975, que aposentou, voluntariamente, com proventos integrais, a ex-servidora do Quadro de Pessoal do Senado Federal, falecida em 16 de março de 2006, MARY DE FARIA ALBUQUERQUE, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, para substituir a vantagem de 20%, nos termos da RSF nº 58/72, pela vantagem denominada "quintos", prevista na RSF nº 42/93, a partir de 1º de abril de 1993.

Senado Federal, em 10 de outubro de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 4893 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 005343/90-9,

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 136, de 1991, que aposentou o ex-servidor do Quadro de Pessoal do Senado Federal JOSÉ LEÃO FERREIRA, para substituir a vantagem "promoção" prevista no artigo 517, inciso III, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, pela vantagem dos "quintos" prevista no artigo 41, da Resolução SF nº 42, de 1993, a partir de 01/04/93; e incluir a vantagem "opção" prevista na Resolução SF nº 74, de 1994 c/c o Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, a partir de 01/07/94, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 10 de outubro de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

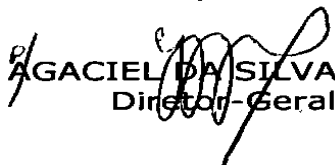
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4894 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 022166/94-7.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 439, de 1994, que aposentou, voluntariamente, com proventos proporcionais, o servidor **YAMIL E SOUSA DUTRA**, Consultor Legislativo, Nível III, Padrão 45, para incluir o art. 190 da Lei nº 8.112/90, tendo em vista que o mesmo foi considerado portador de doença especificada em Lei, por Laudo Médico expedido pela Junta Médica do Senado Federal em 15 de agosto de 2007, sendo firmado o diagnóstico em 18 de junho de 2007, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 10 de outubro de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 4895 , de 2007**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004968/79-4,

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 33, de 1979, que aposentou voluntariamente, com proventos integrais, o ex-servidor do Quadro de Pessoal do Senado Federal, falecido em 13 de dezembro de 2002, LUIZ CARLOS VIEIRA DA FONSECA, Consultor Legislativo, Nível III, Padrão 45, para substituir a vantagem "20% de Acréscimo", pelas vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1994, combinado com o Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 10 de outubro de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 4899 , de 2007**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004169/92-1 e anexos,

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 299, de 1992, que aposentou o ex-servidor do Quadro de Pessoal do Senado Federal KLEBER SOUZA, para substituir a vantagem "diferença de classe" prevista no artigo 192, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, pela vantagem dos "quintos" prevista no artigo 41, da Resolução SF nº 42, de 1993, a partir de 01/04/93; e incluir a vantagem "opção" prevista na Resolução SF nº 74, de 1994 c/c a Decisão nº 481/97-TCU-Plenário, a partir de 01/12/97, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 15 de outubro de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

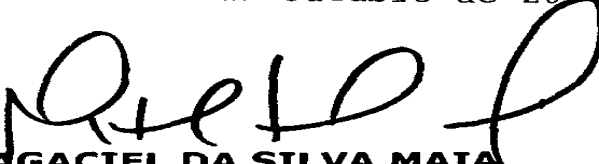
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4937 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 009117/83-0,

RESOLVE retificar o Ato do Diretor-Geral nº 2170/2006, que alterou o Ato do Presidente nº 2, de 1984, que aposentou, compulsoriamente, com proventos proporcionais, o ex-servidor do Quadro de Pessoal do Senado Federal, falecido em 23 de agosto de 2005, JOSÉ DOMINGUES NEZI, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, para incluir as vantagens previstas na Resolução SF nº 74, de 1994, combinado com o Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, a partir de 01/07/94, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 18 de outubro de 2007.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4975 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 013461/85-0,

RESOLVE tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral nº 4664/2007 e alterar o Ato do Presidente nº 158, de 1985, que aposentou o ex-servidor do Quadro de Pessoal do Senado Federal WILSON PALMIERI RODRIGUES, para substituir a vantagem "20% de Acréscimo" prevista no artigo 430, inciso IV, da Resolução (SF) nº 58, de 1972, pela vantagem dos "quintos" prevista no artigo 41, da Resolução (SF) nº 42, de 1993, a partir de 01/04/1993; e incluir a vantagem "opção" prevista na Resolução (SF) nº 74, de 1994 c/c o Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, a partir de 01/07/1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 23 de outubro de 2007



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4976 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 005827/86-8,

RESOLVE tornar sem efeito o ato do Diretor-Geral nº 2080/2006 e alterar o Ato do Presidente nº 50/1986 que aposentou, voluntariamente, com proventos integrais, o ex-servidor do Quadro de Pessoal do Senado Federal, falecido em 09 de dezembro de 2004, JOAQUIM SANTOS FILHO, no cargo isolado de provimento efetivo de Assessor Legislativo, do quadro Permanente do Senado Federal, para substituir a vantagem "20% de acréscimo", pelas vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1994, combinado com o Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, a partir de **01/07/1994**, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 23 de outubro de 2007


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4977 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 013861/85-9,

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 174, de 1985, alterado pelo Ato do Diretor-Geral nº 52, de 1997, que aposentou, voluntariamente, com proventos integrais, o ex-servidor do Quadro de Pessoal do Senado Federal, falecido em 19 de janeiro de 1999, OLÍVIO JACINTO DOS SANTOS, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, para substituir a vantagem "Representação Mensal" prevista na Resolução SF nº 76, de 1995, pelas vantagens previstas na Resolução SF nº 74, de 1994, c/c a Decisão nº 481/97-TCU, a partir de 08/12/97, data do requerimento, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 23 de outubro de 2007


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 5029 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 013518/97-6,

RESOLVE alterar o Ato do Diretor-Geral nº 2874, de 1997, que aposentou, por invalidez, com proventos integrais, o ex-servidor do Quadro de Pessoal do Senado Federal, falecido em 08 de novembro de 1997, JOSÉ SILVEIRA REZENDE, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, para incluir a vantagem "opção" prevista nos artigos 2º e 3º da Resolução (SF) nº 74, de 1994 c/c o Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, a partir de 07/10/1997, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 26 de outubro de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 5030 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 016106/90-3.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 148, de 1991, que aposentou, voluntariamente, com proventos proporcionais, o servidor **CELSON SALEH**, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, para incluir o art. 190 da Lei nº 8.112/90, tendo em vista que o mesmo foi considerado portador de doença especificada em Lei, por Laudo Médico expedido pela Junta Médica do Senado Federal, com diagnóstico comprovado em **25 de abril de 2001**, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 26 de outubro de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 5031 , de 2007**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 008887/85-3,

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 109, de 1985, que aposentou, voluntariamente, com proventos integrais, o ex-servidor do Quadro de Pessoal do Senado Federal, falecido em 25 de junho de 2001, DYRNO JURANDYR PIRES FERREIRA, Consultor Legislativo, Nível III, Padrão 45, para substituir a vantagem "20% de Acréscimo", prevista no artigo 430, inciso VI, da Resolução SF nº 58, de 1972, pelas vantagens previstas na Resolução SF nº 74, de 1994, combinado com o Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, a partir de 01/07/94, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 26 de outubro de 2007.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 5032 , de 2007**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003733/90-4,

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 87, de 1990, que aposentou, voluntariamente, com proventos integrais, o ex-servidor do Quadro de Pessoal do Senado Federal, falecido em 07 de junho de 1998, GONÇALO DE MELO ARAÚJO FARIAS, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, para substituir a vantagem "20% de Acréscimo", prevista no artigo 517, inciso IV, da Resolução SF nº 58, de 1972, pelas vantagens previstas na Resolução SF nº 74, de 1994, combinado com o Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, a partir de 01/07/94, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 26 de outubro de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral


ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 5033 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 000523/91-7,

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 248, de 1991, que aposentou o ex-servidor do Quadro de Pessoal do Senado Federal JOSÉ MARIA LIMA DE MACEDO, para incluir a vantagem "quintos" prevista no artigo 41, da Resolução SF nº 42, de 1993, a partir de 01/04/1993; e incluir a vantagem "opção" prevista na Resolução (SF) nº 74, de 1994 c/c a Decisão nº 481/97-TCU-Plenário, a partir de 26/12/1997, data do requerimento, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 26 de outubro de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 5050 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares e tendo em vista o que consta do processo nº 004.464/94-0.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 188, de 1994 que aposentou, por invalidez, com proventos integrais, o ex-servidor do Quadro de Pessoal do Senado Federal, falecido em 25 de julho de 2003, **JESUS ROCHA**, Analista Legislativo, nível III, Padrão 45, para substituir a vantagem "Função Comissionada", pelas vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1.994, combinado com o Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição

Senado Federal, em 30 de outubro de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 5083 , de 2007**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 007395/90-4,

RESOLVE tornar sem efeito o ato do Diretor-Geral nº 4666, de 2007, e alterar o Ato do Presidente nº 145, de 1990, que aposentou o ex-servidor do Quadro de Pessoal do Senado Federal VICTOR REZENDE DE CASTRO CAIADO, para substituir a vantagem denominada "20% de acréscimo", pelas vantagens da Resolução (SF) nº 74, de 1994, combinado com o Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, a partir de 01/07/1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 01 de novembro de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 5084 , de 2007**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 006678/90-4,

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 116, de 1990, que aposentou o ex-servidor do Quadro de Pessoal do Senado Federal LUIZ FERNANDO DE SÁ MENDES VIANNA, Analista Legislativo, Nível II, Padrão 45, falecido em 10/09/2006, para substituir a vantagem "20% de Acréscimo" prevista no artigo 517, inciso IV, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, pela vantagem dos "quintos" prevista na Resolução SF nº 74, de 1994, a partir de 01/07/94; e incluir a vantagem "opção" prevista na Resolução SF nº 74, de 1994, c/c a Decisão nº 481/97-TCU-Plenário, a partir de 07/10/97, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 01 de novembro de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia

DEM – Antonio Carlos Júnior* ^(S)
PR – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

BLOCO-PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Paulo Duque* ^(S)
BLOCO-PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

DEM – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
BLOCO-PTB – Eptácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery* ^(S)
PSDB – Flexa Ribeiro* ^(S)
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

DEM – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
DEM – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira* ^(S)
DEM – Eliseu Resende**

Goiás

DEM – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

DEM – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
DEM – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
BLOCO-PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

PDT – Patrícia Saboya³ *
PSDB – Tasso Jereissati*
BLOCO-PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

DEM – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
BLOCO-PR – Magno Malta*
BLOCO-PSB – Renato Casagrande**

Piauí

DEM – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
BLOCO-PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
DEM – José Agripino*
DEM – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto De Conto * ^(S)
DEM – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório* ^(S)
PTB – Euclydes Mello ^{1, 2}

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
DEM – Maria do Carmo Alves **

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
BLOCO-PT – João Pedro** ^(S)

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado* ^(S)
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

BLOCO-PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira* ^(S)
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
DEM – Adelmir Santana * ^(S)
PTB – Gim Argello* ^(S)

Tocantins

BLOCO-PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
DEM – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
BLOCO-PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
BLOCO-PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

¹ O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).

² O Senador Euclydes Mello foi empossado em 30.8.2007.

³ Senadora Patricia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA ⁽¹⁾ (DEM/PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1.César Borges (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Marconi Perillo (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Flávio Arns (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	
PMDB	
Valdir Raupp	1. Valter Pereira
Wellington Salgado de Oliveira	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha	
PDT	
Jefferson Peres	

(1) De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.

Leitura: 15.3.2007
Designação: 5.6.2007
Instalação:
Prazo Final:

2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de voo ocorrido em 30 de março de 2007.

(Requerimento nº 401, de 2007)

(13 titulares e 8 suplentes)

Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)

Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)

Relator: Senador Demóstenes Torres – (DEM-GO)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM/PSDB)	
(vago) ³	1.Raimundo Colombo (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	2.Romeu Tuma (DEM)
José Agripino (DEM)	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT) ²
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
PDT	
(vago) ¹	

¹ O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

² O Senador Expedito Júnior foi substituído pelo Senador João Pedro, conforme número 114/2007 – da liderança do Bloco de Apoio do Governo, lido na sessão de 16/05/2007.

³ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Leitura: 25.4.2007

Designação: 15.5.2007

Instalação: 17.5.2007

Prazo Final: 26.11.2007

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – DEM

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Exedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) ¹
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB
Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Shlessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT) ⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB
Relator: Senador Francisco Dornelles - PP

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1.Fátima Cleide – PT
Flávio Arns –PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro - PT	7. Magno Malta - PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
DEM ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: (vago) ¹

Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
(vago) ¹	2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) ¹
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
PDT	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA **(9 titulares e 9 suplentes)**

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO **(7 titulares e 7 suplentes)**

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE **(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Slhessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ¹	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago) ¹
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
(vago)	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS
FORÇAS ARMADAS**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM

Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
PMDB	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: giraomot@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO
DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS**
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha⁸

Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. (vago)		
João Pedro (PT) ⁹	PT	1166	2. Fátima Cleide (PT) ⁵	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
João Vicente Claudino (PTB) ¹	PI	2415	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
MAIORIA (PMDB)					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima ⁴	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
DEM					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges (PR) ¹⁰	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio ⁶	MS	3016
Marisa Serrano ⁷	AM	1413	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma ¹¹ (PTB/SP)					2051

(Atualizada em 17.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epiácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 – GLDBAG))DSF 18.10.2007).

² Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁴ Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

⁵ Eleita na Sessão de 27.6.2007.

⁶ Eleito na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 04.07.2007.

⁷ Eleita na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 04.07.2007.

⁸ Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁹ Eleito na Sessão de 16.08.2007.

¹⁰ O Senador César Borges deixou o Partido dos Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.

¹¹ O Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (PTB-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 17.10.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (DEM-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ^{2 4 5}	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

⁴ O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

⁵ O Senador Alvaro Dias retornou ao exercício do mandato em 31 de julho de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

3ª Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque
PSB (PDT)
Senadora Patrícia Saboya (CE) - PDT
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 02.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (DEM-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) ⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)²

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ³ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMAN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. MATTEO CHIARELLI ⁴ (DEM/RS)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 2.10.2007)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias conforme Requerimento nº 968, de 2007, publicado no DSF de 29.8.2007.

⁴ Em substituição ao Deputado Gervásio Silva, conforme Ofício nº 331-L-DEM/07, de 2.10.2007, do Líder do Democratas, Deputado Onyx Lorenzoni. À publicação em 2.10.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMOSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações

Revista de Informação Legislativa – Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.



Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

Preço por exemplar: R\$ 5,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 218 PÁGINAS